



Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES  
ACADÊMICAS

EMITIDO EM 08/07/2024 18:32

**Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 27/03/2024

**1. Identificação do material bibliográfico**

Tese

**2. Identificação da Tese**

|                                                                                                                                     |                          |                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------|
| Autor: IRISNETE SANTOS DE MELO                                                                                                      |                          | Matrícula: 20201005653 ( <i>identificador</i> ) |
| Telefone: 32184252                                                                                                                  |                          |                                                 |
| Identidade: 661683966 - SSP/MA                                                                                                      | CPF:                     | E-mail: irisnete.melo@ifma.edu.br               |
| Orientador: JOHNY SANTANA DE ARAUJO                                                                                                 | CPF: 474.646.073-68      | E-mail: johny@ufpi.edu.br                       |
| Membro da banca: FRANCIANE GAMA LACERDA                                                                                             | CPF: 296.159.502-97      | E-mail: fgl@ufpa.br                             |
| Membro da banca: FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO                                                                             | CPF: 710.431.603-53      | E-mail: franciscoufpi@gmail.com                 |
| Membro da banca: FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO                                                                                | CPF: 448.623.853-20      | E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br            |
| Membro da banca: JOHNY SANTANA DE ARAUJO                                                                                            | CPF: 474.646.073-68      | E-mail: johny@ufpi.edu.br                       |
| Membro da banca: REGINA BEATRIZ GUIMARAES NETO                                                                                      | CPF: 171.871.091-72      | E-mail: regina.guimaraes@ufpe.br                |
| Data da Defesa: 27/03/2024                                                                                                          | Titulação: Doutor        |                                                 |
| Título: Nessas milhas, cheias de distância. Fronteiras, Disputas e Mobilidades no Maranhão Amazônico entre as décadas de 1960-1970. |                          |                                                 |
| Instituição de Defesa: Universidade Federal do Piauí/UFPI                                                                           | CNPJ: 06.517.387/0001-34 |                                                 |
| Afiliação:                                                                                                                          | CNPJ:                    |                                                 |
| Palavras-chave: AMAZÔNIA MARANHENSE; ESPAÇO; FRONTEIRAS; ESTADO; COLONIZAÇÃO DIRIGIDA; DITADURA CIVIL-MILITAR.                      |                          |                                                 |

**3. Agência de Fomento**

NÃO INFORMADO

**4. Informação de acesso ao documento**Liberação para publicação: **Total**

Assinatura do autor

09/07/2024

Data

**Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.**

**ATENÇÃO**

Para verificar a autenticidade deste documento acesse [/sigaa/documentos/](#) informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **72c579af6b**



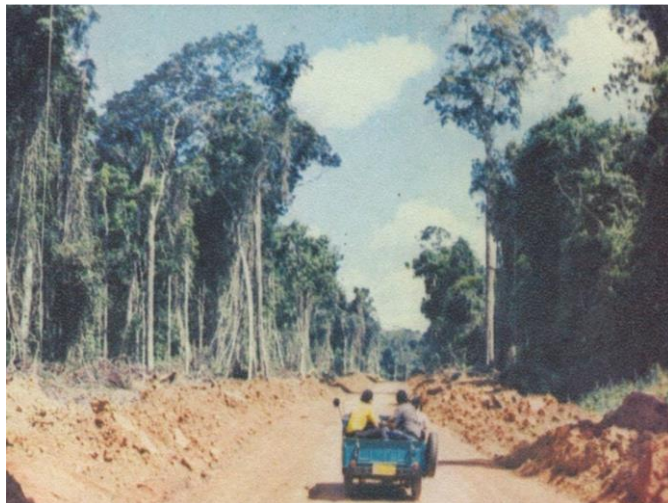




**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PREPG**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB**

**IRISNETE SANTOS DE MELO**

**NESSAS MILHAS CHEIAS DE DISTÂNCIA: fronteiras, disputas e mobilidades**  
**no Maranhão Amazônico entre as décadas de 1960 e 1970**



**TERESINA**

**2024**

IRISNETE SANTOS DE MELO

NESSAS MILHAS CHEIAS DE DISTÂNCIA: fronteiras, disputas e mobilidades no  
Maranhão Amazônico entre as décadas de 1960 e 1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito final para obtenção do título de doutora em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

TERESINA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

M528n      Melo, Irisnete Santos de.  
              Nessas milhas cheias de distância : fronteiras, disputas e mobilidades no Maranhão Amazônico entre as décadas de 1960 e 1970 / Irisnete Santos de Melo -- 2024.  
              330 f.

              Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em História, Teresina, 2024.  
              “Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo”.

              1. Amazônia maranhense. 2. Espaço. 3. Fronteiras. 4. Colonização dirigida. 5. Ditadura civil-militar. I. Melo, Irisnete Santos de. II. Título.

CDD 981.811

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

IRISNETE SANTOS DE MELO

NESSAS MILHAS CHEIAS DE DISTÂNCIA: fronteiras, disputas e mobilidades no  
Maranhão Amazônico entre as décadas de 1960-1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito final para obtenção do título de doutora em História do Brasil.

Aprovada em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo  
(ORIENTADOR)

---

Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto  
(Examinador Externo)

---

Profa Dra Franciane Gama Lacerda  
(Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento  
(Examinador Interno)

Ao meu pai, Frederico Venâncio de Melo (*in  
memoriam*), que se perdeu no intrincado dos  
caminhos amazônicos e nunca mais voltou.

## AGRADECIMENTOS

Com a sabedoria de quem entende a fluidez do mundo, das coisas e dos seres, Manoel de Barros nos alerta “que todos os caminhos levam à ignorância” (Barros, 1997, p. 107). Entre ruínas e inutilidades, a matéria de sua poesia constrói metáforas espaciais múltiplas, que se reinventam, desnaturalizam-se e estão sempre em constante devir. A metáfora dos caminhos, com suas infinitas possibilidades e fendas, leva-me a pensar no percurso desta pesquisa e no trançado de pessoas e lugares que atravessaram a tessitura deste trabalho acadêmico ao longo de quatro anos.

Nesta longa e fatigante viagem pelos intricados do mundo amazônico, muitas pessoas foram essenciais. Agradeço inicialmente ao meu orientador, Johny Santana de Araújo, que tornou essa jornada possível ao me acolher no programa de doutorado, sempre com muita empatia, confiança e competência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) pelo compromisso, pelas experiências compartilhadas e por renovarem a crença em um horizonte com melhores expectativas em um período marcado por tanta turbulência, medo e dor. Minha eterna gratidão às professoras Teresinha de Jesus M. Queiroz e Cláudia Cristina Fontineles, e ao professor Fábio Leonardo Castelo Branco pelas disciplinas ministradas. Um agradecimento especial aos professores Francisco Gleison da Costa Monteiro, Francisco de Assis de Sousa Nascimento e Pedro Vilarinho pela leitura minuciosa da tese durante a qualificação e na etapa final da defesa. E, de modo especial, às professoras Franciane Gama Lacerda e Regina Beatriz Guimarães Neto pelas palavras de carinho, de incentivo e por apontarem com erudição e sensibilidade novos e ricos direcionamentos na escrita da tese.

Aos amigos da turma de Doutorado/2020, que mesmo separados pela pandemia e pela vida virtual, foram fundamentais para manter a conexão com o programa.

A todos os meus colegas e amigos do Instituto Federal do Maranhão - *Campus Timon*, por terem tornado possível meu afastamento e por segurarem as pontas em cenário tão controverso. Especialmente, às amigas Laura, Érika, Genésia, Elisvanda e Retiele pela sororidade e por acreditarem em mim, às vezes, até mais do que eu mesma. Ao Jorlan Abreu, que me forneceu obras importantes sobre a cidade de Imperatriz; à Dastur, que me acompanhou ao longo de todo o processo seletivo; e à amiga Joseane Oliveira, com quem dividi os mesmos temores e angústias na fase de doutoramento.

Desejo registrar meus sinceros agradecimentos a todos que trabalham nos arquivos, nos centros de pesquisa e nas bibliotecas que visitei, principalmente aos funcionários da Biblioteca

Pública Benedito Leite, com os quais convivi ao longo de meses de pesquisa no setor de jornais. À bibliotecária Selma, pela simpatia e eficiência com que me atendeu na Biblioteca Professor Inocêncio Machado Coelho, em Belém (PA), e aos funcionários da Biblioteca da Sudene.

Ao amigo Arteiro, que localizou livros fundamentais para essa pesquisa e intermediou meu contato com funcionários da EDUFMA, que me doaram algumas de suas antigas publicações.

Agradeço ao Sr. Amadeu, vizinho e amigo leal, que cuidou tantas vezes de mim e de minha família, zelando com afeto pela minha casa e por minhas plantinhas durante o ano que passei em São Luís.

Às minhas ex-alunas, que se transformaram em amigas, especialmente Mirian e Marli, por sempre me acolherem e dividirem comigo o tempo da longa espera.

À Vânia Mondego, minha amiga/irmã desde os tempos de graduação e que a vida (re)uniu em um momento tão difícil. Amiga, você foi para mim um porto seguro, uma casa com toalhas cheirosas e café quentinho no meio de uma travessia solitária e cansativa.

À Antônia de Castro Andrade, agradeço pela interlocução, pela qualidade da escuta, pelos *memes* compartilhados nas madrugadas de insônia e pelo apoio emocional em momentos de profunda angústia. Reencontrá-la no final desta trajetória foi uma de minhas maiores alegrias.

Aos amigos de longa data, ainda que a vida, muitas vezes, impusesse distâncias físicas; e a todos que estiveram comigo *dans le tourbillon de la vie*, sou imensamente grata.

À minha família, que foi minha principal rede de apoio nessa jornada penosa e cheia de reviravoltas.

E, finalmente, ao meu pequeno René Leão, que cresceu juntamente com esta tese. Obrigada, filho, por ter atravessado este deserto comigo com leveza, ludicidade e afeto. Você é coautor deste trabalho junto comigo. No tempo das tormentas, suas mãozinhas curadoras secaram minhas lágrimas e ampararam meu corpo exaurido. No tempo das alegrias, você também estava lá, cruzando comigo (de barco, de avião, de ônibus, de carro) os vários territórios amazônicos que atravessaram nossas vidas nestes últimos quatro anos. Sonhamos tanto com o final deste caminho, e esse dia finalmente chegou.

“Há tempo, muito tempo  
Que eu estou  
Longe de casa  
E nessas ilhas  
Cheias de distância  
O meu blusão de couro  
Se estragou  
Ouvi dizer num papo  
Da rapaziada  
Que aquele amigo  
Que embarcou comigo  
Cheio de esperança e fé  
Já se mandou  
Oh! Oh! Oh!  
Sentado à beira do caminho  
Pra pedir carona  
Tenho falado  
À mulher companheira  
Quem sabe lá no trópico  
A vida esteja a mil  
[...]  
E vou viver as coisas novas  
Que também são boas  
O amor, humor das praças  
Cheias de pessoas  
Agora eu quero tudo  
Tudo outra vez [..]

(Belchior - Tudo outra vez)

## RESUMO

O estudo propõe-se a abordar o processo de ocupação recente do oeste do Maranhão, parte integrante da chamada Amazônia Legal, entre as décadas de 1960 e 1970. A ênfase recai no aparelho de Estado e nas políticas públicas empreendidas pelos governos militares (1964-1985), nas quais se fixava como meta a ocupação e o controle dos espaços amazônicos considerados, segundo as falas oficiais, uma área de “vazio demográfico”, a fim de desenvolvê-los economicamente e conectá-los aos grandes centros econômicos do país e do mundo. Ao longo desse recorte temporal, o Maranhão ganha espaço no cenário nacional, assumindo protagonismo na disputa política dos grandes projetos de desenvolvimento do Estado e da expansão da fronteira agrícola (empreendimentos agrícolas, construção de infraestrutura e projetos de colonização). Nessa configuração espacial, a dimensão política dos espaços constitui-se em tema nuclear, o que implica pensar como a Amazônia surge como fruto das disputas de poder, de estratégias e táticas que atuam na construção dos recortes espaciais. Ademais, tenta-se apreender algumas linhas de direcionamentos voltadas para a problematização das fronteiras e das identidades espaciais, com o intuito de investigar o tecido sobre o qual se forjou o denominado Maranhão Amazônico, através da análise dos regimes de verdade que reinventam a natureza, que orientam e direcionam os deslocamentos sociais, que estimulam as políticas governamentais e, também, as diferentes territorialidades constituídas nas relações entre os diversos grupos. Entre as muitas narrativas que instituem essa metáfora espacial, proponho pensá-la através de sua feição mais errante, analisando o projeto de modernização imposto pelo aparelho de Estado, com ênfase na demarcação de fronteiras, na criação de políticas governamentais que direcionaram fluxos populacionais e atuaram com todas as engrenagens dominantes da violência na configuração espacial desse território. A fim de atingir os objetivos aqui propostos, utilizo como *corpus* documental uma diversidade de registros oficiais (relatórios, pronunciamentos, planos, programas, leis, decretos e medidas administrativas), fontes jornalísticas de periódicos como *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*, de São Luís; e *O Progresso*, de Imperatriz, bem como algumas obras de cunho memorialístico.

**Palavras-chave:** Amazônia maranhense; espaço; fronteiras; Estado; colonização dirigida; ditadura civil-militar.

## ABSTRACT

the study proposes to approach the recent occupation process of western maranhão, an integral part of the known as legal amazon, between the 1960s and 1970s. the emphasis is on the state apparatus and public policies undertaken by the military governments (1964-1985), in which the goal was to occupy and control the amazonian spaces, considered, according to official statements, an area of “demographic void”, with the objective of developing them economically and connect them to the major economic centers of the country and the world. throughout this period of time, maranhão gets space on the national scene, assuming a leading role in the political dispute over the state's large development projects and the expansion of the agricultural frontier (agricultural enterprises, infrastructure construction and colonization projects). in this way, the political dimension of spaces constitutes a core theme. this implies thinking about how the amazon emerges as a result of power struggles, strategies and tactics that act in the construction of regional borders. furthermore, an attempt is made to grasp some lines of direction aimed at difficulties regarding borders and regional identities, with the aim of investigating the fabric on which the alleged maranhão amazônico was forged, through the analysis of regimes of truth, which reinvent nature, guide and direct social movements, that stimulate government policies and, also, in the different territorialities constituted in the relationships between the different groups. among the many narratives that establish this spatial metaphor, i propose to think about it through its most errant aspect, observing the modernization project imposed by the state apparatus, which between the 1950s and 1980s demarcated borders, created government policies, directed population flows and acted with all the dominant gears of violence in the spatial configuration of this territory. to fulfil the objectives proposed here, i use as a documentary compilation a diversity of official records (reports, pronouncements, plans, programs, laws, decrees and administrative measures), photographs, journalistic sources from periodicals such as o imparcial, jornal do dia and o estado do maranhão de são luís and o progresso de imperatriz and some works of a memorialistic nature.

**Keywords:** Maranhão Amazon; space; borders; state; directed colonization; civil-military dictatorship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|             |                                                                                                    |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 –  | Mapa das meso e microrregiões do Maranhão.....                                                     | 20  |
| Figura 2 –  | Espacialização do território Amazônia Legal de acordo com a Lei nº 1.806/53.....                   | 56  |
| Figura 3 –  | Macrozoneamento ecológico-econômico do Estado do Maranhão. Biomas e limites da Amazônia Legal..... | 65  |
| Figura 4 –  | Abrangência do bioma Amazônia no Maranhão.....                                                     | 66  |
| Figura 5 –  | Mapa da Reserva Biológica do Gurupi.....                                                           | 71  |
| Figura 6 –  | Mapa da zona tocantina.....                                                                        | 80  |
| Figura 7 –  | Traçado da rodovia Belém-Brasília.....                                                             | 100 |
| Figura 8 –  | Trecho da Rodovia Belém-Brasília.....                                                              | 103 |
| Figura 09 – | Mapa da Caravana da Integração Nacional .....                                                      | 103 |
| Figura 10 – | Caravana da Integração Nacional em sua chegada a Brasília em 1960.....                             | 104 |
| Figura 11 – | Ponte sobre o rio Tocantins em Estreito (MA).....                                                  | 113 |
| Figura 12 – | A rodovia Belém-Brasília na década de 1960.....                                                    | 137 |
| Figura 13 – | Suplemento especial de <i>O Imparcial</i> em comemoração ao 2º ano do governo Sarney               | 168 |
| Figura 14 – | Informe publicitário do governo do Maranhão na revista <i>Realidade</i> de 1971.....               | 181 |
| Figura 15 – | Propaganda da Caema em homenagem aos 15 anos da Sudene.....                                        | 182 |
| Figura 16 – | Panfleto da Secretaria de Planejamento divulgando o Maranhão.....                                  | 183 |
| Figura 17 – | Mapa das políticas territoriais implantadas no Maranhão entre 1942 e 1980                          | 192 |
| Figura 18 – | Croqui da área de atuação do Programa de Colonização do Alto Turi.....                             | 210 |
| Figura 19 – | Croqui do Projeto de Colonização do Alto Turi.....                                                 | 210 |
| Figura 20 – | Modelo de núcleo circular .....                                                                    | 212 |
| Figura 21 – | Nucleamentos circulares no Alto Turi.....                                                          | 212 |
| Figura 22 – | Modelo de núcleo quadrado.....                                                                     | 213 |
| Figura 23 – | Fila para vacinação da meningite em Zé Doca em 1975.....                                           | 229 |
| Figura 24 – | Projeção Espacial do PIN .....                                                                     | 234 |

|             |                                                                                           |     |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 25 – | Capa da edição especial da revista Manchete: Amazônia – um novo Brasil (1973) .....       | 237 |
| Figura 26 – | Áreas federalizadas da Amazônia Legal através do Decreto nº 1.164/71.....                 | 242 |
| Figura 27 – | Pedro Neiva de Santana em visita à obra da estrada Santa Luzia, em Açailândia.....        | 244 |
| Figura 28 – | Estrada Santa Luzia – Açailândia.....                                                     | 245 |
| Figura 29 – | Trecho em obras da MA-74.....                                                             | 245 |
| Figura 30 – | Mário Andreazza inaugura a rodovia MA-74 (BR-222) em Buriticupu.....                      | 247 |
| Figura 31 – | Neiva de Santana e comitiva em visita ao Projeto Pioneiro de Colonização                  | 249 |
| Figura 32 – | Comarco homenageia os 150 anos de adesão do Maranhão à Independência do Brasil.....       | 252 |
| Figura 33 – | Peça publicitária em comemoração ao dia da adesão do Maranhão à Independência (1974)..... | 253 |
| Figura 34 – | Propaganda da Comarco em homenagem aos “10 anos da revolução”.....                        | 254 |
| Figura 35 – | Propaganda da Comarco para as comemorações de fim de ano (1974).....                      | 255 |
| Figura 36 – | I Núcleo Administrativo Avançado do Projeto Pioneiro de Colonização....                   | 261 |
| Figura 37 – | Colonos do Projeto Pioneiro de Colonização na derrubada da floresta.....                  | 261 |
| Figura 38 – | Moradias de madeira e cobertura de cavaco do I NAA de Buriticupu.....                     | 262 |
| Figura 39 – | Moradias de palha no Projeto Pioneiro de Colonização.....                                 | 264 |
| Figura 40 – | Escola construída pelo Projeto João de Barro em Buriticupu.....                           | 269 |
| Figura 41 – | Mapa da área de atuação da Comarco.....                                                   | 274 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                |
|---------|----------------------------------------------------------------|
| AEB     | Área de Endemismo Belém                                        |
| AERP    | Assessoria Especial de Relações Públicas                       |
| AI      | Ato Institucional                                              |
| AIL     | Academia Imperatrizense de Letras                              |
| AIRP    | Assessoria de Imprensa e Relações Públicas                     |
| AMAR    | Instituto Maranhense do Arroz                                  |
| Arena   | Aliança Renovadora Nacional                                    |
| ATAM    | Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão             |
| Basa    | Banco da Amazônia S.A.                                         |
| Bicosa  | Buritupu Indústria e Comércio S/A                              |
| Bird    | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento        |
| BNB     | Banco do Nordeste do Brasil                                    |
| BNDE    | Banco Nacional de Desenvolvimento                              |
| Cang    | Colônia Agrícola Nacional de Goiás                             |
| Cemar   | Centrais Elétricas do Maranhão                                 |
| Cepal   | Comissão Econômica para a América Latina                       |
| Codeno  | Conselho de Desenvolvimento do Nordeste                        |
| Colone  | Companhia de Colonização do Nordeste                           |
| Comalta | Cooperativa Mista do Alto Turi                                 |
| Comarco | Companhia Maranhense de Colonização                            |
| Coterma | Companhia de Terras do Maranhão                                |
| CNG     | Conselho Nacional de Geografia                                 |
| CPT     | Comissão Pastoral da Terra                                     |
| CVRD    | Companhia Vale do Rio Doce                                     |
| DDA     | Departamento de Desenvolvimento Agrário                        |
| DER     | Departamento de Estradas e Rodagens                            |
| DNER    | Departamento Nacional de Estradas e Rodagens                   |
| Dnocs   | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas                 |
| Enid    | Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento                |
| FAO     | <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> |
| FAB     | Força Aérea Brasileira                                         |
| FEB     | Forças Expedicionárias Brasileiras                             |
| Fidam   | Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia        |

|             |                                                            |
|-------------|------------------------------------------------------------|
| ESG         | Escola Superior de Guerra                                  |
| Getat       | Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins          |
| GIPM        | Grupo Interestadual de Povoamento do Maranhão              |
| GTDN        | Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste       |
| Ibama       | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente                      |
| IBAD        | Instituto Brasileiro de Ação Democrática                   |
| IBDF        | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal          |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística            |
| IBRA        | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária                    |
| ICMBIO      | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade    |
| INAA        | I Núcleo Avançado Administrativo                           |
| Incra       | Instituto de Colonização e Reforma Agrária                 |
| Inda        | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário              |
| Inpa        | Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia                 |
| Ipes        | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais                   |
| IPMs        | Inquéritos Policial-Militares                              |
| Iterma      | Instituto de Terras do Maranhão                            |
| MCT         | Ministério de Ciência e Tecnologia                         |
| MEB         | Movimento de Educação de Base                              |
| Mobral      | Movimento Brasileiro de Alfabetização                      |
| MDB         | Movimento Democrático Brasileiro                           |
| Minter      | Ministério do Interior                                     |
| NAA         | Núcleo Administrativo Avançado                             |
| NAEA        | Núcleo de Altos Estudos da Amazônia                        |
| ODA         | Overseas Development Administration                        |
| PAEG        | Plano de Ação Econômica do Governo                         |
| PCAT        | Projeto de Colonização do Alto Turi                        |
| PDA         | Plano de Desenvolvimento da Amazônia                       |
| PDESN       | Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Nordeste     |
| PGEM        | Programa de Governo do Estado do Maranhão                  |
| PIC         | Programa Integrado de Colonização                          |
| PIN         | Programa de Integração Nacional                            |
| PND         | Plano Nacional de Desenvolvimento                          |
| Polamazônia | Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia |
| PPC         | Projeto Pioneiro de Colonização                            |

|           |                                                                                            |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| PQDAM     | Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia                                            |
| Proterra  | Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste |
| PPM       | Projeto de Povoamento do Maranhão                                                          |
| PSD       | Partido Social Democrático                                                                 |
| PSP       | Partido Social Progressista                                                                |
| PTB       | Partido Trabalhista Brasileiro                                                             |
| Radam     | Projeto Radar da Amazônia                                                                  |
| Rebio     | Reserva Biológica                                                                          |
| RBG       | Revista Brasileira de Geografia                                                            |
| SNI       | Serviço Nacional de Informações                                                            |
| SPVEA     | Superintendência do Plano de Valorização do Nordeste                                       |
| Sucam     | Superintendência de Campanhas de Saúde Pública                                             |
| Sudeco    | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste                                        |
| Sudema    | Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão                                            |
| Sudam     | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia                                            |
| Sudene    | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste                                            |
| TI        | Terra Indígena                                                                             |
| UDN       | União Democrática Nacional                                                                 |
| UFMA      | Universidade Federal do Maranhão                                                           |
| Unicef    | Fundo das Nações para a Infância                                                           |
| USAID- US | <i>Agency for International Development</i>                                                |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                 |            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                          | <b>16</b>  |
| <b>2</b>   | <b>CARTOGRAFIAS DA AMAZÔNIA.....</b>                                            | <b>35</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>Amazônia: uma geografia imaginada.....</b>                                   | <b>35</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>Maranhão: entre o sertão e a Amazônia.....</b>                               | <b>45</b>  |
| <b>2.3</b> | <b>A hileia maranhense: “um rendado de saliências e recortes” .....</b>         | <b>57</b>  |
| <b>2.4</b> | <b>Fronteiras ecológicas: a Amazônia maranhense e o discurso ambiental.....</b> | <b>63</b>  |
| <b>3</b>   | <b>RASGAR A FLORESTA, IRRADIAR A CIVILIZAÇÃO.....</b>                           | <b>76</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>Lá para as margens do Tocantins.....</b>                                     | <b>78</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Da beira do rio à beira da estrada.....</b>                                  | <b>92</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>A Rodovia Belém-Brasília: uma estrada para a redenção.....</b>               | <b>106</b> |
| <b>3.4</b> | <b>Tempo, cidade, imprensa.....</b>                                             | <b>114</b> |
| <b>4</b>   | <b>O MARANHÃO EM RITMO DE “BRASIL GRANDE” .....</b>                             | <b>139</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Uma morte anunciada.....</b>                                                 | <b>140</b> |
| <b>4.2</b> | <b>A imprensa e a construção do Maranhão Novo.....</b>                          | <b>148</b> |
| <b>4.3</b> | <b>Amazônia: um caminho possível.....</b>                                       | <b>161</b> |
| <b>4.4</b> | <b>A “Lei Sarney de Terras” .....</b>                                           | <b>176</b> |
| <b>5</b>   | <b>NA ROTA DA COLONIZAÇÃO: a “conquista do vazio” .....</b>                     | <b>186</b> |
| <b>5.1</b> | <b>Pelos caminhos da colonização.....</b>                                       | <b>194</b> |
| <b>5.2</b> | <b>O Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT).....</b>                        | <b>198</b> |
| <b>5.3</b> | <b>Ordenar o espaço, disciplinar a população.....</b>                           | <b>209</b> |
| <b>6</b>   | <b>VENCER O DESAFIO DO TEMPO E DA NATUREZA.....</b>                             | <b>232</b> |

|            |                                                                           |            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>6.1</b> | <b>De Santa Luzia a Açailândia: um traço sépia na paisagem verde.....</b> | <b>240</b> |
| <b>6.2</b> | <b>Em “plena selva”: O Projeto Pioneiro de Colonização.....</b>           | <b>248</b> |
| <b>6.3</b> | <b>Entre a cerca e o asfalto.....</b>                                     | <b>269</b> |
| <br>       |                                                                           |            |
| <b>7</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                          | <b>285</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                   | <b>292</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Cartografar a chamada Amazônia é um ato insurgente que exige o esforço de redimensionar a paisagem e os diferentes planos temporais, territoriais e culturais que teimam em se embaralhar. Implica pensar como essa metáfora espacial surge como fruto das disputas de poder.

O referente Amazônia é um imenso palimpsesto a ser desvelado e que despertou – e ainda desperta – o interesse de estrangeiros (viajantes, naturalistas, cronistas, etnólogos, ambientalistas etc.) que, no esforço de capturá-lo, forjaram biologismos, geografismos, colecionismos e dualismos expostos em museus, jardins botânicos, hortos, exposições científicas e acervos universitários espalhados pela Europa, bem como na produção de diferentes saberes (Almeida, 2008). E, principalmente, de uma *intelligentsia* nacional (engenheiros, literatos, sanitaristas, políticos, militares) que, na tentativa de integrá-lo aos quadros da nação, constituiu um arsenal de imagens e discursos que representam a instituição simbólica desse território.

Nas palavras de Michael de Certeau (1994, p. 212), “região” é um espaço de interação, pois “num mesmo lugar, há tantas regiões quantas interações ou encontros entre programas”, uma vez que “a determinação de um espaço é dual e operacional” e envolve “uma problemática de enunciação”. Certeau (1994) aborda o tema do espaço como uma prática criadora. Sua análise concebe o espaço enquanto categoria móvel que se constitui através dos *usos* e *operações* de quem dele se apropria e subverte. Ao defender que “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (Certeau, 1994, p. 202), ele chama atenção para o ato enunciativo dos “relatos de espaço” e seu papel de fabricação. Para este autor, “todo relato é um relato de viagem – uma prática de espaço”, e, como tal, devem ser lidos como operações narrativas que compõem cenários, geografias, caminhadas, demarcações, itinerários, operam desvios, organizam fronteiras e autorizam práticas que nos permitem incursionar por outras configurações sociais (Certeau, 1994, p. 200)<sup>1</sup>. Por isso, no âmbito das várias estratégias discursivas, o espaço amazônico prefigura-se em um imenso arquivo de imagens e textos que atuam como esquemas interpretativos usualmente acionados para explicá-lo.

---

<sup>1</sup> Para ampliar a discussão sobre questão espacial a partir de diferentes questões e metodologias de trabalho, ver Albuquerque Júnior (2008), Bresciani (2005), Guimarães Neto (2008), Moraes (2005), Santos (2009) e Schama (1996).

No interior desta rede discursiva responsável pela instituição de enquadramentos e mapeamentos simbólicos produtores de visões sobre esse referente espacial, siga a trilha do que se denominou de Amazônia Legal, através da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Por meio desse dispositivo, a Amazônia brasileira passou a ser nomeada Amazônia Legal, englobando os Estados da macrorregião Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; o Mato Grosso (macrorregião Centro-Oeste); e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° (macrorregião Nordeste). Tal dispositivo estabelecia a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônica e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA), responsáveis pelos estudos, incentivos e implementação de uma série de ações estatais cujos objetivos era o desenvolvimento econômico e a integração territorial.

Levando-se em conta que a categoria “região” é aqui entendida na perspectiva trilhada pelos estudos de Pierre Bourdieu (2000), ao problematizar as “di-visões” e as lutas de representação pelo poder de nomeação dos referentes espaciais. Convém frisar que a criação da Amazônia Legal foi fruto de uma disputa política, e não de um imperativo geográfico. Nesse enquadramento, tomo como objetivo principal investigar como o Maranhão se inseriu e foi representado nessa complexa cartografia. Afinal, a partir de quais temporalidades, de quais regimes de enunciado, campos de saber, jogos de poder, estratégias governamentais e práticas espaciais é possível falar de um Maranhão amazônico?

Torna-se necessário afirmar que essa temática foi pouco abordada pela historiografia maranhense, sendo que os raros estudos existentes foram feitos por economistas, geógrafos e antropólogos. Escritas entre as décadas de 1970 a 1980, produções como a de Almeida e Mourão (2017), Andrade (1969), Arcangeli (1987), Keller (1973, 1977), Lima (1987), Luna (1985), Santos e Andrade (2009) e Trovão (1989) legaram interpretações substanciais para a problematização e compreensão desse referente. São estudos que, aqui, estão situados a meio caminho entre o documento e a bibliografia, pois os autores investigaram diferentes partes da Amazônia maranhense, sobretudo a porção oeste, abordando temas como a estrutura agrária, as redes migratórias, as disputas por terra, as estratégias de organização dos trabalhadores, os projetos de colonização, além de coletarem importantes depoimentos entre trabalhadores que migraram para essa porção do Maranhão no bojo dos projetos de colonização implantados entre as décadas de 1960 e 1970.

No entanto, convém frisar que nessas obras o recorte espacial aparece naturalizado, dado, essencializado e reduzido à sua dimensão física. Geralmente, comprimido na imagem de uma “pré-amazônia”, sem, contudo, historicizar essa conceituação, suspeitar dessa

naturalização e problematizar as relações de poder que a constituem. Na trilha do que propõe Albuquerque Júnior (2008, p. 77), entendo que “os espaços são tramas que são tecidas em meio a um emaranhado de práticas. Práticas em que estão investidas saberes e que implicam em jogos de poder”. As categorias tempo/espaço foram amplamente analisadas por uma multiplicidade de saberes e práticas, sendo conceitos-chave na construção do conhecimento histórico, ainda que em muitas produções históricas a dimensão espacial seja abordada com um cunho evolucionista, resistente à mudança e reduzido à perspectiva física do geográfico; e a dimensão temporal seja pensada a partir de seu movimento e de suas transformações (Albuquerque Júnior, 2008a). Desse modo, os discursos que trazem uma ideia naturalizada de espaço são fortemente encontrados em visões que desconsideram ou desconhecem o fato de que a própria natureza é provida de historicidade, negando-se a conceber que os recortes espaciais sejam atravessados por múltiplas temporalidades.

Koselleck (2014), ao lançar luz sobre a dimensão espacial, alerta-nos para a necessidade de se compreender que o espaço também tem uma história e, portanto, a sua condição meta-histórica (condicionamentos naturais e geográficos) e histórica (o espaço criado pelo homem) devem ser correlacionadas com o tempo. Tempo e espaço são categorias que metaforicamente e empiricamente compõem a história. Segundo esse autor: “São as condições diacrônicas que constituem o espaço da experiência, participam dele tanto quanto as expectativas, que, razoáveis ou incertas, lhe são vinculadas”, de maneira que as noções de proximidade e distância “que delimitam um espaço de diversas maneiras, só podem ser experimentadas no tempo, a partir da qual a proximidade imediata ou a distância mediada podem ser exploradas ou transpostas (Koselleck, 2014, p. 83).

Grande expoente do pensamento filosófico francês, Michael Foucault foi, sem dúvidas, uma das principais referências para a espacialização da história, através de novos caminhos epistemológicos. Defensor de uma história da categoria espaço, ele via sua primazia sobre o tempo nas sociedades contemporâneas: “Estamos em um momento em que o mundo experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama” (Foucault, 1999, p. 28-29). Para este autor (1999), o tempo se tornou a grande obsessão do século XIX, enquanto o desafio do século XX era o espaço, visto na perspectiva da multiplicidade, da justaposição, da simultaneidade e da dispersão. Na leitura de Albuquerque Júnior (2008b, 2014), o olhar de Foucault é perpassado pela dimensão política dos espaços, pois eles surgem “cartografados, segmentados, divididos, ordenados, organizados, discriminados, privilegiados, sacralizados, marcados, excluídos, a partir de diagramas de forças que atravessam o social, das lutas e

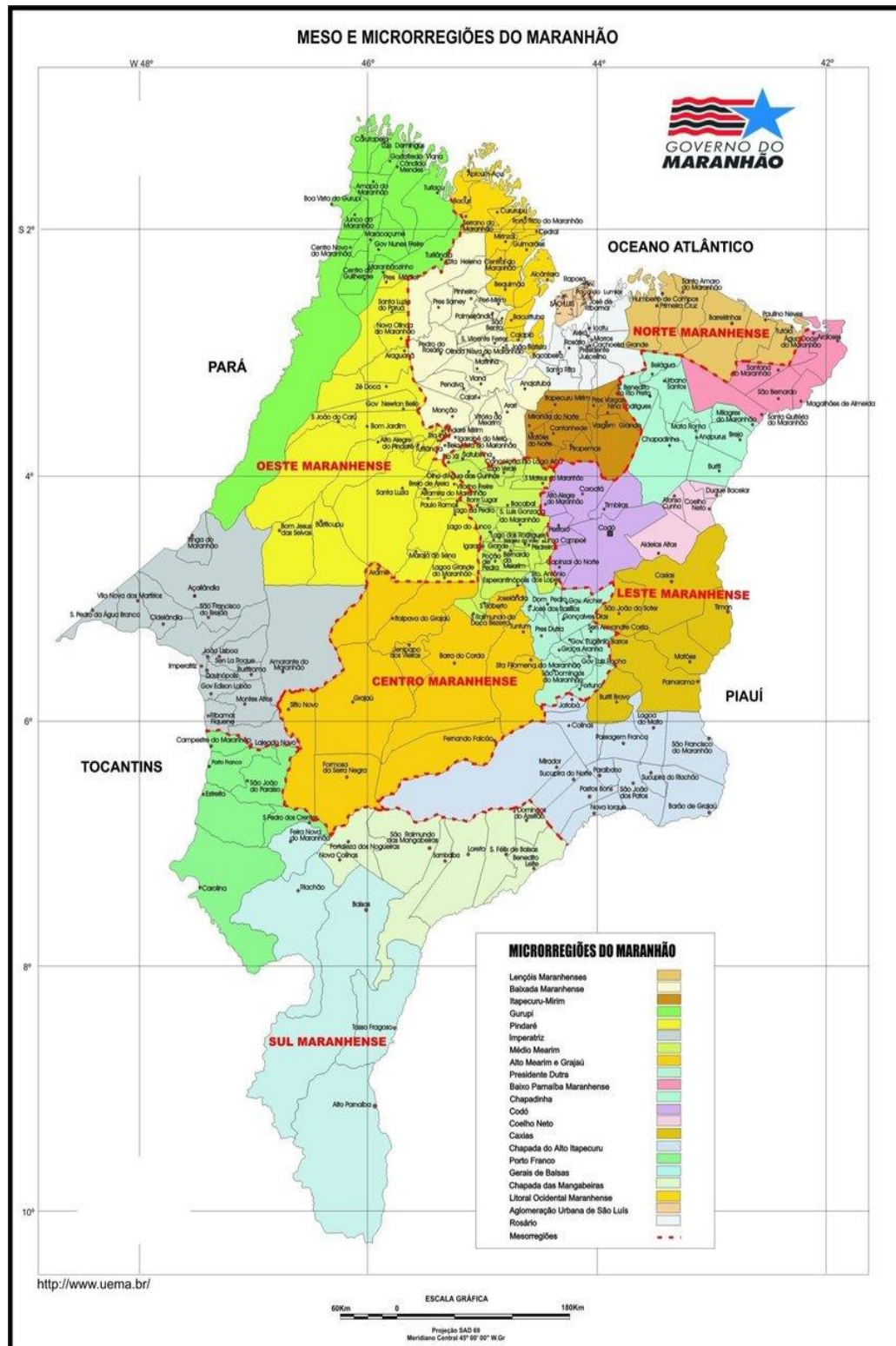
conflitos de diferentes naturezas, que são constitutivas da história” (Albuquerque Júnior, 2008b, p. 104).

Significa dizer que na configuração espacial sobre a qual me desloco, a dimensão política dos espaços constitui-se em tema nuclear, o que implica pensar como a Amazônia, focalizando o espaço maranhense, surge como fruto desses combates, estratégias e táticas que atuam na construção dos recortes espaciais. No esforço de ordenar, de nomear e de controlar esse território, engendraram-se uma série de enfrentamentos que, de meados do século XX até hoje, vêm sendo travados sob a mira de diferentes grupos (políticos, empresariais, ambientais, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes, movimentos sociais) que passaram a interferir e demarcar novas fronteiras internas, frequentemente desfeitas e refeitas, em meio a uma batalha discursiva.

É importante registrar que o embrião dessa pesquisa nasceu durante a escrita da minha dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, na qual incursionei pelo universo das práticas e discursos que conferiram sentido e visibilidade ao chamado sertão maranhense, no início do século XX. Ao longo da pesquisa pude perceber que uma variedade de relatos apontava a construção da rodovia federal Belém-Brasília, no início da década de 1960, como um marco fundamental no processo de conquista e de modernização de uma parte do Maranhão que se ressentia do isolamento e do abandono em que vivia. No entanto, como pude notar na leitura de uma diversidade de narrativas (jornalística, memorialísticas), uma porção do espaço que se convencionou chamar de “sertão” foi sendo substituída, em muitas produções, pelo referente “pré-Amazônia”, “portal da Amazônia”, como era o caso da microrregião de Imperatriz. Nesse sentido, uma pergunta passou a se apresentar a mim: a partir de que recorte espaço/temporal e de quais enunciados é possível falar de um Maranhão Amazônico?

Diante de um território vasto e constituído por fronteiras móveis que assumem contornos que ora se alargam e ora se comprimem, precisei demarcar um recorte espacial na pesquisa. De maneira que, para efeitos de clivagem, optei por analisar, ao longo desta tese, parte do espaço nomeado pelo IBGE como Mesorregião Oeste, área subdividida em três microrregiões: Gurupi, Pindaré e Imperatriz (Figura 1). Essa é a porção da Amazônia maranhense na qual as narrativas de cunho ambiental apontam a predominância do bioma amazônico, embora, como dito anteriormente, seja reinante em muitas narrativas (acadêmicas, oficiais, jornalísticas etc.) a ideia de uma área de transição (pré-Amazônia).

Figura 1 – Mapa das meso e microrregiões do Maranhão



Fonte: Imagem acessada do site do governo do Maranhão (2024)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-10-Meso-e-microrregioes-do-estado-do-Maranhao\\_fig4\\_277201061](https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-10-Meso-e-microrregioes-do-estado-do-Maranhao_fig4_277201061). Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

Ao delimitar essa configuração espacial como objeto de estudo, levo em consideração o fato de ela ter se constituído entre as décadas de 1960 a 1980, no epicentro de uma série de enfrentamentos e combates (políticos, econômicos, ambientais e culturais) que marcaram a história recente do Maranhão. Especialmente, em virtude das políticas territoriais e populacionais instituídas durante o regime civil-militar (1964-1985), que sob o signo da segurança e do desenvolvimento, elegeram a Amazônia e o Nordeste como espaços de interdição, de maneira que é preciso lançar o olhar para a racionalidade discursiva do governo dos militares (1964-1985) e seus efeitos sobre a política estadual maranhense entre os anos 1960 e 1970, mirando nos discursos e nas práticas de intervenção no território e de controle da população.

Porém, vale dizer que na escritura deste texto é necessário certa movimentação no tempo, tendo em vista que ao me debruçar sobre o espaço amazônico foi preciso redimensionar os diversos estratos temporais e os relacionar às discursividades que o fabricaram. Isso quer dizer que, ao longo da tese, retrocedo a outros períodos da história do país, não em busca de origens, mas visando puxar fios, tecer conexões que me permitam compreender, por exemplo, a razão governamental que embasou o discurso da conquista e (re)ocupação da Amazônia e da integração nacional no período que antecedeu a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, retomo a primeira metade do século XX, principalmente a década de 1950, para problematizar o modelo de racionalidade que pautou o discurso da integração e do desenvolvimento nacional. Trata-se de uma conjuntura em que interligar e reordenar a nação ganhou ares de desbravamento e de aventura, através de dispositivos de poder que procuravam decifrar, aproximar e dominar os ditos espaços vazios e incivilizados da nação.

Em suas capilaridades, a ótica das instituições e dos planejadores pautava esse projeto civilizatório na lógica do grande capital, que exigia, por exemplo, o encurtamento das distâncias através da criação de grandes trajetos rodoviários, capazes de superar o desafio da natureza e interligar a rica e próspera Amazônia a outras regiões brasileiras. Nesse âmbito, a Amazônia Oriental, por sua posição geográfica de proximidade com o Nordeste e o Centro-Sul do país, foi eleita uma área estratégica para ser a primeira frente do projeto de integração da nação. Planejada e executada ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a BR-14 – popularmente conhecida como “Rodovia Belém-Brasília”, juntamente com a construção de Brasília e de um “cruzeiro rodoviário” (composto pelas rodovias Acre/Brasília, Fortaleza/Brasília, Belo Horizonte/Brasília e Goiânia/Brasília) tornaram-se pilares do projeto de interiorização e integração nacional nos anos 1950. A “Belém-Brasília” foi implementada

assumindo o papel simbólico e político de redefinir as novas linhas cartográficas, ao se tornar a principal rota de penetração na Amazônia na década de 1960.

Em se tratando do Maranhão, o trecho da “Belém-Brasília” (BR-010) corta o sudoeste do Estado, particularmente os municípios de Estreito, Porto Franco, Montes Altos, Imperatriz e Açailândia, parte de um vasto território adjetivado como isolado e marginalizado pelo governo estadual. Sua implementação redefiniu o traçado urbano, antes voltado para as margens do rio Tocantins, estabelecendo novos cenários e novos modos de vida, ressignificando os espaços de experiências e os horizontes de expectativa de homens e mulheres que migraram para a Amazônia maranhense em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Conforme abordado no capítulo 2, esse eixo rodoviário passou a ocupar lugar de destaque nas narrativas que (re)criam as identidades espaciais dos novos e velhos centros urbanos do médio Tocantins, por se constituir em referência coletiva identificadora do “progresso e modernização” dessa parte do Maranhão.

Por sua feição fronteiriça, o Maranhão diferenciava-se dos outros estados da Amazônia Legal, disputando visibilidade política no cenário brasileiro, ao assumir e batalhar por sua feição amazônica, levando-se em conta que entre 1960 e 1970 a racionalidade governamental dos militares reforçava a criação de tecnologias de poder produtoras de saber sobre o espaço, que investiam em políticas públicas centradas na reestruturação de órgãos federais de planejamento, na abertura de novos eixos rodoviários, na concessão de incentivos fiscais, na criação de programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral, nos projetos de colonização dirigida e na implantação de grandes projetos (hidrelétricas, siderúrgicas etc.).

É nesse bojo que José Sarney assumiu o governo estadual (1966-1970), personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, que tinha como mote o discurso da superação do que denominara de “atraso” e decadência do Maranhão. Com o beneplácito do governo militar e com o intuito de modernizar a política local, Sarney investiu na renovação do aparelho burocrático do Estado através da contratação de funcionários de “reconhecida capacidade técnica” e na adaptação do arcabouço jurídico-político e da infraestrutura às novas necessidades de acumulação do capital (Barbosa, 2001).

Parto do pressuposto que a partir de sua gestão há um movimento de reterritorialização do espaço maranhense, colocando a fronteira amazônica no centro das disputas por poder político e econômico. Sob a retórica do chamado “Maranhão Novo”, Sarney e seu corpo técnico fizeram do discurso do planejamento um instrumento político visando amplificar o potencial do estado com base no desenvolvimento e na criação de infraestrutura, a exemplo da abertura de novos traçados rodoviários que interligariam interior/capital e de grandes obras que

alavancariam o progresso e a modernização do estado. A racionalidade governamental que constituiu o discurso do “Maranhão Novo” tinha como prerrogativa redimir o Maranhão de um passado visto como decadente e projetar novos caminhos apropriados para romper o insulamento de um estado visto como periférico.

Na luta por espaços de poder, e numa conjuntura que a Amazônia e o Nordeste assumiam centralidade nas preocupações dos governos militares, José Sarney acionou o Maranhão Amazônico, distendendo as fronteiras geográficas do chamado “Meio Norte” com o intuito de atrair os olhares e recursos para o Maranhão. É preciso mencionar que com a inserção de parte do território maranhense na Amazônia Legal o Estado passou a ter acesso aos investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tornando-se atrativo para o estabelecimento de variados grupos empresariais (agropecuárias e de exploração e beneficiamento de madeira). Nesse contexto, a Amazônia maranhense e seus “vazios” intermitentes projetava-se como um cenário a ser conquistado e reservado à civilização. A enorme tarefa de modernizar deveria ser exercida pelo “homem de empresa”, notadamente do centro-sul do país, cuja missão era fincar as raízes do progresso, mesclando a racionalidade técnica e o poder do mercado, de tal modo que esse espaço a ser preenchido foi se desenhando enquanto um extenso e rentável mercado de terras, engendrando uma série de transformações das relações sociais no campo.

No campo jurídico, a criação da Lei Estadual de Terras, lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, e das Delegacias de Terras, visando respectivamente reordenar e disciplinar a ocupação do espaço maranhense, oportunizaram a venda de vastas extensões das denominadas terras devolutas, a preços irrisórios e sem licitação, a grupos empresariais que se organizavam através de sociedades anônimas, com a promessa de investir no setor agropecuário e assumir a marcha civilizatória que ritmou o período militar no país. Isso quer dizer que as ditas “terras livres”, que eram ocupadas por diversas populações indígenas e por sujeitos migrantes, sobretudo nordestinos, tornaram-se objeto de disputa entre diferentes grupos. Impulsionados pela propaganda governamental, pelo baixo custo do hectare de terra e pelos incentivos fiscais, os grupos empresariais seguiram o rastro da nova fronteira agrícola, geralmente fazendo uso da prática da “grilagem” de terras.

Nessa ótica, a Amazônia maranhense se converteu numa arena de batalha entre os diversos grupos que disputavam a posse da terra. Sob o argumento de ordenar e modernizar a ocupação do território e de dirimir os crescentes conflitos agrários no oeste maranhense, a razão

governamental agenciou o discurso da colonização, representando a presença do estado e seu esforço ordenador e normatizador do espaço.

É importante destacar que ao longo de nossa história o discurso da colonização foi acionado em momentos eminentemente estratégicos, remetendo sempre a uma intervenção racional no território e no corpo da população. Guardadas as diversas motivações que embasaram as experiências colonizadoras no Maranhão, entre 1960 e 1970, dois programas obtiveram destaque: o Projeto de Povoamento do Maranhão, do início dos anos 1960, implantado pela Sudene às margens da BR-316, na microrregião do Pindaré, e depois conduzido pela Companhia de Colonização do Nordeste (Colone), com o financiamento do governo federal e de agências internacionais; e o Projeto Pioneiro de Colonização do Maranhão, administrado pela Companhia Maranhense de Colonização – Comarco (Lei Estadual nº 3.230, de 6 de dezembro de 1971), criada na gestão do governador Pedro Neiva de Santana (1971-1975). A Comarco surgiu com os objetivos de implantar projetos agropecuários (iniciativa privada), ordenar o movimento espontâneo de deslocados e assentar famílias camponesas às margens da BR-222, no município de Santa Luzia.

O dispositivo colonização combinava relações de força e se constituía em estratégia de governamentalidade. Revestido de um discurso civilizatório e por ações que levaram à condução de grandiosos projetos de desenvolvimento, a racionalidade da colonização engendrada pelos militares apresentava-se na forma de intervenção na questão fundiária no país, a fim de minimizar as pressões por reforma agrária que movimentaram o país nas décadas de 1960. No recorte espaço/temporal demarcado nesta pesquisa, os projetos de colonização instalados no oeste maranhense promoveram a mobilização de diversos contingentes populacionais.

Em linhas gerais, a ingerência estatal desencadeou profundas alterações na estrutura agrária, nas relações sociais e no universo cultural das populações tradicionais e migrantes, na configuração urbana dos arredores das rodovias federais. O discurso da integração do Maranhão ao território nacional estimulou a demanda por terras, por madeira e por minérios, gerando danos ambientais gravíssimos, a atração/expulsão de um fluxo populacional variado, o aumento da violência no campo e um processo de desterritorialização sem paralelo.

Isso posto, é preciso dizer que essa porção do território maranhense foi erigida nas narrativas oficiais e da imprensa, como parte de uma Amazônia imaginada, dada a ler pelas distâncias suscitadas pelo discurso do vazio e do isolamento, pelo colorido e riqueza do espaço natural e pela representação mítica do “Eldorado”. Conforme aponta Guimarães Neto (1986, p. 5), a crença no eldorado amazônico “significou, do ponto de vista político, um agente

catalizador dos interesses dos trabalhadores rurais, sejam pequenos proprietários ou não. O mito passou a ser, nesse sentido, um poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes”.

Ao lançar o olhar para as relações de força que operam na elaboração dos recortes espaciais, na medida em que está em disputa a mobilização de formas, de imagens e de representações empregadas na confecção do passado, não posso deixar de mencionar nesse percurso-leitor as linhas afetivas que me conectam com essa porção do Maranhão. São linhas tracejadas em meio aos usos e vivências da minha família, como a de muitos outros nordestinos, que entre temores e esperanças, migraram para o Maranhão na primeira metade do século XX; teceram, com suas práticas espaciais, novos cenários, novas sociabilidades e múltiplas leituras de mundo. Entre processos de desterritorialização e reterritorialização, é parte constitutiva dessa trajetória familiar a junção de piauienses (lado materno) e cearenses (lado paterno) pelos povoados e cidades do vale do Itapecuru, e a constituição de novos arranjos familiares, que se lançaram de um lugar a outro até se instalarem na região do Pindaré na década de 1960. Também componho meu entendimento dessa região por meio dos muitos fios de memória que ajudam a tecer o ziguezaguear de barcos, de dragas e de pessoas em extensas viagens pelos rios Carú e Pindaré, onde meu pai tinha uma “sortida” casa comercial, até abandoná-la pela “febre do ouro” no Pará, em meados dos anos 1980. São instantâneos que remontam minha infância em Santa Inês, cidade empoeirada, lamacenta e violenta, que, fincada no entroncamento das BR-316 e BR-222, destacava-se como importante centro comercial da região.

No esforço de (re)construção dessa cartografia móvel, meu objetivo inicial era o de pensar a Amazônia maranhense a partir das práticas culturais, das experiências sociais, das maneiras de viver, das estratégias cotidianas de migrantes nordestinos que se deslocaram para o oeste maranhense no intervalo de 1960/1980, no bojo das políticas de conquista e ordenamento da Amazônia idealizados durante o regime civil-militar. A incursão pelo universo dessa experiência migratória ensejava que se adotassem os métodos e técnicas da História Oral, todavia, os anos turvos que se desenharam em meio aos desdobramentos da pandemia de covid e do cenário político nacional, suscitaram a necessidade de reinventar a vida e os caminhos da pesquisa. A restrição ao acesso presencial à sala de aula, aos arquivos, à interação *vis-à-vis* e à capacidade de ir e vir impactaram diretamente e impossibilitaram a produção das entrevistas.

Nesse sentido, no desenrolar da pesquisa, a presença do estado no controle, mensuração, quantificação, planejamento e reelaboração desse território foi ganhando contornos mais definidos, afigurando-se como um terreno mais seguro na condução deste trabalho. Logo, lancei-me na tentativa de catalogar e investigar os vestígios impressos, que aos

poucos foram se ramificando na forma de livros, jornais, leis, planos, programas, relatórios, mapas, fotografias e materiais memorialísticos, de modo que a problemática central desta tese concentrou-se numa tentativa de pensar de quais maneiras foi se esboçando um mapa de sentidos e enunciados que instituem a(s) ideia(s) de Amazônia maranhense em meio às lutas materiais e simbólicas, em um cenário de disputas no qual se agenciaram discursos, memórias, identidades e territorialidades.

No decorrer desse trajeto, algumas perguntas foram norteando essa travessia: quais enunciados e estratégias de poder foram empregadas na instituição da Amazônia maranhense como um espaço capaz de solucionar o problema fundiário do Nordeste, de atrair grandes deslocamentos sociais de nordestinos e de empresários do centro sul do país entre os anos 1960 e 1970? Quais mecanismos de saber e tecnologias de poder o aparelho de Estado acionou no ato de demarcação e ordenamento desse território?

Ao propor o estudo de uma temática complexa e urgente na cena pública contemporânea, procuro estabelecer um diálogo com os estudos e análises de Foucault (1999, p. 28-29), que nos convida a pensar, numa perspectiva relacional, as articulações entre poder e saber, uma vez que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade”. Do mesmo modo que problematiza as noções de região, território, nação e lugar, e as insere no que chama de “administração do saber”, já que são operacionalizadas nas “relações de poder que passam pelo saber” (Foucault, 1979, p. 153-165), entendendo que a produção de fronteiras e das identidades espaciais são construídas no campo das relações simbólicas de força.

A intensão deste escrito é traçar um itinerário de leitura sobre o lugar simbólico nomeado de Amazônia maranhense, com ênfase no aparelho de Estado e nas políticas públicas empreendidas pelos governos militares (1964-1985), nas quais se fixava como meta a ocupação e o controle dos espaços amazônicos, considerados, segundo as falas oficiais, uma área de “vazio demográfico”, a fim de desenvolvê-los economicamente e conectá-los aos grandes centros econômicos do país e do mundo. Todavia, na tarefa de ordenar e controlar o poder governamental, também se engendraram táticas de controle e de sujeição dos grupos em deslocamento. Nesse sentido, a produção destes dispositivos de poder deve ser lida à luz do que Foucault (2008) chamou de governamentalidade. Ao atentarmos para as diferentes estratégias em curso, que elaboram políticas públicas, planos, problemas/soluções e que mobilizam trabalhadores de diferentes regiões do país em direção ao território amazônico, é preciso entender as maneiras que esses discursos constituem as engrenagens políticas de projetos de governamentalidade (Guimarães Neto, 2018).

Nas palavras de Foucault (2008, p. 159): “A problemática da “governamentalidade” assinala, portanto, a entrada da questão do Estado no campo dos micropoderes”. Assim sendo, essa noção nos auxilia a refletir sobre as intervenções que se constituem em práticas que agem sobre as populações e seus fluxos. Os estudos sobre “governamentalidade”, inspirados nos cursos de Foucault: *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território, população* (1977-1978) e *O Nascimento do Biopoder* (1978-1979), apontam ferramentas conceituais importantes para pensar as racionalidades instituidoras das formas de governo, dos modos difusos de poder na modernidade e dos processos de subjetivação (controle, normalização e moldagem das condutas dos sujeitos). No seu sentido geral, essa “maneira de governar” representa o exercício do poder através do: Estado de justiça (soberania), Estado administrativo (disciplina) e Estado de governo (biopolítica) (Foucault, 2008).

O filósofo (2008), ao elaborar a noção de biopoder para pensar nas tecnologias de poder que, a partir do século XVIII, passaram a agir sobre a vida, através da mobilização de “técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações”, arquiteta um modelo de sociedade na qual a norma passou a atuar diretamente na classificação e adestramento dos corpos<sup>3</sup>. O exercício do biopoder nas sociedades ocidentais auxilia-me no estabelecimento de conexões com um feixe de práticas classificatórias e discriminatórias que operam no interior das organizações sociais, especialmente do recorte espacial aqui analisado, a fim de definir o sujeito migrante, particularmente o nordestino.

Dito isso, torna-se imprescindível redefinir categorias e conceitos que naturalizam formalizações e delimitações sobre a Amazônia. Trata-se de lançar luz sobre os dispositivos de poder que concebem classificações espaciais e estabelecem direções, sentidos, mapeamentos, estereótipos. Nessa perspectiva, torna-se fundamental repensar os esquemas explicativos que concebem atributos e conceitos e desconsideram a diversidade cultural e política desse território (Almeida, 2008). Note-se, que há nesse texto uma tentativa de esboço de linhas de direcionamentos que visem problematizar fronteiras e identidades espaciais, com o intuito de suscitar a emergência de novos olhares e de outros recortes de pesquisa que tragam indícios para refletir sobre a categoria Maranhão a partir de diferentes ângulos.

---

<sup>3</sup> O termo biopolítica apareceu pela primeira vez em “*O nascimento da Medicina Social*”, referindo-se a um conjunto de dispositivos e saberes específicos para gerir a população (prevenir as epidemias, normas de alimentação e higiene, organização das cidades) e aumentar o poder do Estado. Esse conceito, que foi aprofundado em trabalhos posteriores, especialmente em o “*Nascimento da Biopolítica*” (1979), constitui-se em uma tecnologia de poder que tem como objetivo a vida. Trata-se de um conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos (saber-poder) que tem como intuito manter e ampliar uma relação de dominação da população (seu corpo, sua saúde, suas ideias, sua subjetividade, sua vida).

Em face desses desafios, é preciso destacar a importância da chamada História do Tempo Presente, ao focar os períodos mais recentes da história. De complexa definição, o conceito de tempo presente se destacou no amplo debate nacional e internacional ao problematizar a noção de tempo histórico. Para Delgado e Ferreira (2014), esse movimento possibilitou a revitalização da chamada História Política, traçou novos horizontes na relação entre história/memória, ampliou o uso das fontes documentais e aproximou o diálogo com diversas áreas do conhecimento. Roger Chartier (1993) define a história do tempo presente como “aquela em que o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências” (Chartier, 1993 *apud* Ferreira, 2000, p. 121).

Convém frisar que os estudos do historiador alemão Reinhart Koselleck têm ampliado o campo teórico dos pesquisadores do tempo presente, ao analisar as temporalidades constituintes do tempo. Para ele: “Todo tempo é presente num sentido específico” (Koselleck, 2014).

O presente pode significar o ponto de interseção em que o futuro se transforma em passado, aquele ponto de interseção das três dimensões temporais que sempre faz desaparecer o presente. [...] Assim como o presente pode ser dissolvido entre o passado e o futuro, esse extremo mental também pode ser invertido: todo tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais (Koselleck, 2014, p. 230-231).

Na perspectiva de Koselleck (2014), ao abordarmos a dimensão temporal devemos nos atentar para os múltiplos estratos de experiências e de expectativas que se justapõem. Lembrando que para ele o tempo histórico nasce da tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, pois “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem” (Koselleck, 2006, p. 306). A experiência representaria o “passado atual”, em que “acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”, e a expectativa o “futuro-presente”, que se encontra “voltado para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Koselleck, 2006, p. 309-310). Embora os dois termos não possam ser reduzidos a uma simples oposição, visto que seguem formas de ser diferentes, de tal modo que a expectativa não pode ser deduzida inteiramente das experiências, porque enquanto a expectativa (experiência futura) decompõe uma pluralidade de momentos temporais, a experiência (passada), não podendo ser cronologicamente medida, saltita por cima dos tempos (Koselleck, 2006).

Diante da problemática levantada pela pesquisa e das questões teóricas que me proponho a enfrentar, são necessários alguns procedimentos de análise e precauções

metodológicas. O primeiro, refere-se ao método da análise de discurso na esteira do que propõe Foucault em *A ordem do discurso*. Nas palavras deste autor (2004, p. 10): “O discurso não é aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Trata-se de analisá-lo a partir de seus jogos e efeitos, através dos princípios de *inversão*, *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade* (Foucault, 2004, p. 51-54). Desse modo, sua proposta é problematizar a noção de “discurso” como *acontecimento*, “conjunto de acontecimentos discursivos”, enquanto algo a ser pensado em sua materialidade, na relação, ou seja, que se produz “como efeito, de e em dispersão material” (Foucault, 2004, p.57). De tal modo que só é possível a crítica ao discurso por meio da análise do contexto que lhe dá sentido, dos procedimentos de limitação, meios de exclusão, intervenção e controle. Logo, é crucial problematizar os regimes de enunciados (nomeações, classificações e identidades) sobre a Amazônia, destacando seus princípios de ordenamento, seu poder de afirmação e negação, suas figuras de controle, visto que se trata de pensar o espaço como uma rede de práticas discursivas heterogêneas, com suas formas de regularidade e de coerção.

O segundo procedimento centra-se em propor um tipo de abordagem voltada para a perspectiva da Micro-História em interface com a História Social. A escolha dessa prática de pesquisa se justifica pela possibilidade de redução da escala de observação, uma vez que a proposta dessa pesquisa é mirar em parte da área instituída amazônica pelo dispositivo Amazônia Legal (o oeste maranhense), especificamente para o universo cultural e simbólico de algumas cidades diretamente impactadas pela intervenção do Estado através dos planos e programas de desenvolvimento econômico.

Como observa Levi (1992), a Microanálise preocupa-se em definir as ambiguidades que atravessam o mundo simbólico, permite a produção de múltiplas interpretações e compreensão das lutas internas em torno dos recursos simbólicos e materiais. É preciso “variar a focalização do objeto”, conforme postula Jacques Revel (2010, p. 437-439), pois a cada mudança na escala de observação é possível alterar o objeto, “modificar sua forma e sua trama”. Assim sendo, a Micro-História proporciona uma diversidade de olhares, alternando a lente entre as estruturas vigentes com as estratégias individuais e coletivas engendradas em meio às tensões cotidianas.

Para percorrer esse itinerário teórico-metodológico, recorro trilhas e atalhos a partir de um *corpus* documental situado em diferentes arquivos. Na primeira etapa da pesquisa, destaco a importância das fontes localizadas em grandes acervos virtuais, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que me permitiram o acesso a reportagens publicadas em jornais e revistas de abrangência nacional, nas bibliotecas do Senado, da Presidência da República e do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram fundamentais na catalogação de um conjunto de documentos governamentais (relatórios, pronunciamentos, censos, planos, programas, leis e decretos) que me ajudaram a arquitetar a estrutura inicial da tese.

Também devo destacar o acervo digital produzido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória da Universidade Federal do Maranhão - *Campus Imperatriz*, que digitalizou e disponibilizou ao público uma variedade de jornais produzidos em Imperatriz, dentre eles, *O Progresso*, que foi de extrema importância na compreensão do processo de modernização desse espaço a partir da construção da rodovia Belém-Brasília. As notícias, crônicas e matérias de opinião veiculadas nesse periódico auxiliaram na composição de um rico painel de imagens, textualidades e discursos, nos quais Imperatriz fulgurava como personagem central na instituição dessa região.

No afã de aprofundar a análise desse recorte espacial, debrucei-me sobre uma rica bibliografia formada por produções acadêmicas, biografias, memórias e estudos referentes a Imperatriz, Açailândia, Porto Franco, Santa Luzia, Zé Doca e Buriticupu, entre outras cidades situadas no espaço abrangido por esta tese. São textos que, em sua maioria, foram adquiridos em sebos virtuais e na Academia Imperatrizense de Letras (AIL). Chamo atenção para a importância das narrativas de cunho biográfico e memorialístico, principalmente na escrita do segundo capítulo, pois entendo que esse tipo de fonte assume um caráter oficial, ao se tornar referência-chave na produção do conhecimento histórico dessas espacialidades, recortando eventos, selecionando personagens e acontecimentos, fundando marcos e lugares situados no tempo/espaço.

Desse modo, comecei a me interessar por relatos que dessem conta da configuração regional e das vivências à beira rio, no período que antecedeu a construção da Belém-Brasília, focalizando as práticas culturais e as maneiras que os núcleos urbanos se remodelaram na dinâmica das novas rodovias. Tais relatos, ao produzirem representações desse referente espacial, ainda que visassem alicerçar o discurso das singularidades que balizam a memória, a história e a tradição, também produziram um lugar social que aglutinou as diversificadas fronteiras físicas, culturais e imaginárias que representaram essa parte do Brasil.

Na segunda etapa da pesquisa, já marcada pela (re)abertura dos arquivos ao atendimento presencial, dediquei-me à análise das fontes jornalísticas e dos planos e programas dos governos federal e estadual. Por conta disso, em 2022, fixei residência em São Luís, a fim de me aprofundar na leitura de periódicos e obras raras disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite. No lento folhear das páginas dos jornais, optei por investigar as narrativas da imprensa, entre os anos 1960 e 1970, em *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*,

dada a relevância política e cultural que eles tiveram nesse período. Convém dizer que tais periódicos atuam como falas autorizadas e lugares privilegiados para mapear discursos/ideias sobre a Amazônia no cenário político nacional e recortar os enunciados e as representações que compunham o entendimento sobre o que se instituía enquanto Maranhão amazônico. De maneira que a imprensa assume papel primordial neste trabalho, devido à riqueza de informações sobre esse espaço simbólico e por considerar os discursos produzidos nas matérias de jornais como um exercício de dominação, construtor de sentidos e de significados inseridos nas representações e discursos que elaboram.

No arquivo de obras raras e de literatura da Biblioteca Pública Bendito Leite, também identifiquei outros documentos governamentais, como mensagens, planos de governo, relatórios, revistas e livros que me ajudaram no entendimento da conjuntura política e econômica das décadas de 1960 e 1970 e das ações estatais implantadas nesse recorte espacial.

Preciso lembrar que o desafio maior dessa pesquisa foi localizar a documentação produzida pelas companhias de colonização (Colone e Comarco), uma vez que, após o fechamento dos escritórios dessas empresas, seus acervos documentais parecem ter se dispersado por vários órgãos. Embora não haja aqui uma preocupação em reconstruir a história dessas companhias, considerava importante analisar os saberes, as técnicas e as ferramentas por elas empregadas na ação de “colonizar” a região. Na busca por esses artefatos, visitei diversas instituições como o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (antiga Comarco), porém, após várias tentativas sem êxito, somente consegui ter acesso a alguns documentos de posse de terra, que se encontravam amontoados de forma precária em uma sala da instituição, posteriormente fechada para reforma.

No exame do jornal *O Imparcial*, observei que esse periódico publicou, além das matérias que tratavam da atuação dessas empresas, uma série de atas de reunião e relatórios técnicos que foram de grande valia para elucidar seus modos de funcionamento. Além disso, encontrei um extenso material sobre os conflitos fundiários no Maranhão e as formas de mediação da Comarco no Arquivo Nacional. Os dossiês sobre a atuação da Comarco fazem parte do acervo digital disponibilizado pelo Projeto Memórias Reveladas, uma iniciativa que reuniu uma gigantesca documentação sigilosa produzida pelo Gabinete da Presidência da República, Ministério da Justiça e Conselho de Segurança Nacional.

Em 2023, estive em Recife (PE), na Biblioteca Celso Furtado (Sudene), em busca de fontes sobre o projeto de colonização conduzido pela Sudene/Colone no território maranhense, aí me debrucei sobre uma variedade de documentos (livros, censos, estatutos, relatório de atividades, projetos, planos de ação, avaliações técnicas, boletins, croquis etc), que tratavam do

Projeto de Povoamento do Maranhão e do Projeto de Colonização do Alto Turi, administrados pela Colone, que foram substanciais na feitura do quarto capítulo.

A última etapa da pesquisa foi realizada em Belém (PA), na Biblioteca da Sudam Professor Inocêncio Machado Coelho, instituição responsável pela guarda de uma farta e rica documentação sobre a Amazônia (grande parte disponível virtualmente) e onde selecionei um feixe de fontes sobre o espaço amazônico e sobre o Maranhão, sobretudo nos anos de vigência do regime civil-militar. Dentre essas fontes, destacam-se um conjunto de livros, publicações feitas pela SPVEA (particularmente sobre a rodovia Belém-Brasília), planos, programas, discursos, boletins, informativos, periódicos e relatórios técnicos produzidos pela equipe da Sudam. Sobre o Maranhão, identifiquei um conjunto de documentos oficiais dos governos maranhenses de 1960 a 1980 (discursos, projetos de colonização, planos de governo, planos rodoviários, relatórios técnicos e mensagens governamentais).

É importante dizer que em meio a uma ampla e diversificada documentação foi minucioso e demorado o trabalho de leitura e de mapeamento do Maranhão nesses vários registros, exigindo critérios de catalogação, de seleção e de exclusão do uso de grande parte desse *corpus* documental.

Assim sendo, a tese foi organizada de modo a abordar as questões que considero relevantes para compreendermos como se forjou a discursividade em torno do Maranhão amazônico, de maneira que está dividida em cinco capítulos. No primeiro, intitulado **Cartografias da Amazônia**, retenho o olhar para um conjunto de narrativas que se lançaram no desafio de nomear, de interpretar, de dizer a Amazônia a partir de diferentes ângulos de observação, objetos de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas. O objetivo é apontar uma multiplicidade de caminhos trilhados pela historiografia da Amazônia, e, ao mesmo tempo, apresentá-la como um extenso e polifônico campo semântico. Além disso, faço o esforço de problematizar o momento de constituição da Amazônia Legal e da inserção do Maranhão nessa nova configuração espacial.

Para isso, aproximo-me da abordagem geográfica e da História Ambiental. No campo da geografia, investigo a instituição desse campo de saber e sua relação com o aparelho de Estado através das práticas de pesquisa e das produções do Conselho Nacional de Geografia e das agências de planejamento instituídas durante o Estado Novo (1938-1945), como o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (1938). Busco apreender como o saber geográfico produziu um arsenal de imagens e de discursos que demarcaram, esquadrinharam, fixaram limites e produziram representações sobre o espaço natural e a ocupação da Amazônia, especialmente como as narrativas desses geógrafos configuraram o Maranhão como um espaço intersticial,

cindindo entre a Amazônia e o Nordeste. Enquanto no campo da História Ambiental, estabeleço algumas conexões com seus objetos, conceitos, fundamentos teóricos para refletir sobre a legislação ambiental e as demarcações feitas por alguns autores sobre a Amazônia maranhense. Parto do pressuposto que as narrativas geográficas e de ambientalistas são ricas na produção de imagens e de discursos que auxiliam na instituição desse referente espacial.

Tendo em vista o foco das análises desenvolvidas anteriormente, no capítulo seguinte, **Rasgar a floresta, irradiar a civilização**, aproximo a objetiva para observar em *close up* como o oeste maranhense, particularmente o médio Tocantins, foi se reconfigurando a partir de 1960 com a abertura da Rodovia Federal Belém-Brasília. Ao reduzir a escala de observação, busco entender como a arquitetura das cidades e os modos de vida antes constituídos na relação com o Tocantins foram se redefinindo na beira do eixo rodoviário. Daí a importância de estabelecer um enfoque narrativo na tessitura desse território, atentando para como os relatos de memorialistas e jornalísticos manifestaram diversos olhares sobre essa espacialidade. Restringindo ainda mais o ângulo de observação, detenho-me mais demoradamente na análise de um conjunto de narrativas sobre Imperatriz, lugar simbólico que de “Sibéria maranhense” se transformou, a partir de 1970, na segunda maior cidade do Maranhão. No desenho traçado por diversas narrativas, seu acelerado crescimento demográfico e as intensas modificações na paisagem urbana estão intimamente ligadas à abertura da rodovia “Belém-Brasília”. Costurada por diversas frentes de deslocamento de várias partes do Brasil, Imperatriz se converteu em palco de intensas tensões sociais, que em conexão com outras cidades, através do traçado rodoviário, foi se configurando em percurso e rota de migração para vários espaços amazônicos (Pará, Tocantins e Mato Grosso) e em um universo simbólico que traz as marcas da violência física e simbólica nas linhas que o constituem.

**O Maranhão em ritmo de “Brasil Grande”** é o título do terceiro capítulo, no qual busco situar o Maranhão na discursividade e nas estratégias de intervenção dos militares na Amazônia Legal. O objetivo central é analisar como, a partir da gestão de José Sarney (1966-1970), arquitetou-se um campo de disputas políticas, econômicas e culturais que colocaram a questão amazônica no centro do debate, implicando na reconfiguração das fronteiras internas do estado, com vistas a valorizar, divulgar e negociar o vasto território que constituía o chamado Maranhão Amazônico.

Nos dois últimos capítulos, dediquei-me a estudar diferentes experiências de tempo das políticas migratórias e das tecnologias de poder empregadas na demarcação desse território e no controle das populações migrantes que se dirigiram para o oeste maranhense,

especificamente para o vale do Pindaré. Faço o esforço de refletir sobre o discurso da colonização enquanto um dispositivo de poder eficaz nas estratégias de governamentalidade.

Em **Pelas rotas da colonização: “a conquista do vazio”**, detalho o programa de colonização implantado na região do Alto Turi, conduzido pelo governo federal e administrado pela Sudene (1960) e pela Colone (1970), com o objetivo de problematizar a apropriação do discurso colonial em diversas narrativas para justificar o movimento de (re)ocupação das ditas “terras úmidas” do Maranhão, fundando essa parte do território a partir de enunciados que o representavam como uma terra de possibilidades e oportunidades advindas da abundância de “terras virgens”, vazias e de riquezas insondáveis.

Por fim, no último capítulo, **Vencer o desafio do tempo e da natureza**, a proposta inicial é entender como o discurso da colonização assumiu novas e mais eficientes tecnologias de poder, sobretudo na vigência do governo Médici (1969-1974), e seu conjunto de ações e diretrizes empreendidas na Amazônia e no Nordeste. Nesse sentido, restrinjo o olhar para a condução das políticas de colonização na gestão do governador Pedro Neiva de Santana (1971-1974), elegendo o Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu como objeto de análise. Entre outros temas, debati como a narrativa da imprensa e a propaganda governamental agenciaram um repertório de discursos e de imagens que simbolizavam a “marcha civilizatória”, o “esforço de conquista” e o “tom de aventura” do enfrentamento do estado em um território visto como hostil e insalubre, mas que era capaz de redimir o Maranhão de sua condição de atraso. Abordei temas referentes ao cotidiano dos chamados colonos (moradia, higiene, saúde, educação, trabalho e combates), na tentativa de lançar luz sobre esse lugar habitado pelos migrantes que chegaram em Buriticupu em 1974.

Apesar das dificuldades relacionadas à documentação da Comarco, foram de grande valia as obras de Isaias Neres Aguiar: *Buriticupu: sua história e suas características e o Maranhão e o projeto pioneiro de colonização* (2002), além do rico acervo fotográfico que ele disponibilizou em blogs sobre a história do município de Buriticupu; bem como o livro *A colonização agrícola de Buriticupu* (2015), do médico Antonio Rafael da Silva, que atuou no combate de diversas epidemias na região e coletou inúmeros depoimentos com os primeiros moradores dos nucleamentos, que chegaram no início do programa. E também as fontes jornalísticas, os relatórios e atas da Comarco publicados em *O Imparcial*, a vasta documentação do estado nas esferas estadual e federal (legislação, projetos, planos e relatórios da Sudam) e os dossiês da Comarco produzidos pelo Serviço Nacional de Informação, que contém correspondências, peças judiciais, recortes de jornais, atas de reunião, panfletos/cartilhas, memorandos.

## 2 CARTOGRAFIAS DA AMAZÔNIA

### 2.1 Amazônia: uma geografia imaginada

No campo do discurso, a Amazônia é apresentada através de várias estratégias narrativas, seja pela lógica utilitária que revestiu a produção de uma série de saberes (científico, teológico e político), impulsionando os chamados naturalistas, botânicos, missionários, cronistas, intelectuais e grupos políticos a engendrarem nomeações e classificações que tomam como referência o reino da natureza (Almeida, 2008); seja por uma extensa lista de dicotomias: a abundância de recursos naturais/vazio demográfico, civilização/atraso, homem/natureza que são postas em circulação e apropriadas pelos diferentes enunciados que contam sua história.

Na árdua tarefa de descrever, escalonar, zonear e nomear a Amazônia, viajantes, cronistas, cientistas, planejadores e intelectuais dos mais variados matizes e campos de saber configuraram um campo discursivo eivado de ambiguidades e marcado por disputas que foram aglutinando enunciados e imagens que, simultaneamente, dilataram-se e se metamorfosearam em um sem-número de significações, justificando sua consagração em uma das principais referências espaciais para pensar o Brasil.

A literatura sobre a Amazônia é extensa, e nas últimas décadas vem se ampliando e alargando seu campo de pesquisa por meio de produções acadêmicas vinculadas a diversos programas de pós-graduação espalhados pelo país. No entanto, devo assinalar que o texto que ora apresento não tem a intenção de dar conta do vasto campo imagético-discursivo responsável pela instituição dessa metáfora espacial, mas apenas pontuar alguns pressupostos e eixos temáticos que ajudaram a delimitar essa espacialidade através de diferentes perspectivas.

De início, convém frisar que um dos primeiros intelectuais latino-americanos a escrever sobre a Amazônia brasileira foi Euclides da Cunha. Leitor ávido dos cronistas e viajantes estrangeiros, sua pretensão era produzir uma grande obra chamada “*Paraíso Perdido*”, uma espécie de relato de sua experiência na “região” durante a longa viagem que empreendeu pelo território amazônico nos anos de 1904 a 1906, quando chefiou a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. Essa obra seria “sua vingança contra o deserto”, mas não pôde ser concluída em decorrência de seu falecimento quatro anos após sua viagem ao território do Acre (Hardman, 2009). Porém, a reunião de seus ensaios e artigos deram origem à belíssima obra *À margem da História*, (1909) que foi publicada postumamente.

Incompletude, revolta, deserto, êxtase, horror, exuberância, brutalidade, bravura, errância, solidão e ruína são algumas das representações que constituíram o labirinto por onde Euclides teceu seus escritos sobre o mundo amazônico. Na sua tentativa de apreensão da paisagem emerge um território atravessado de ambiguidades e de difícil definição, misto de representações idílicas. Note-se as referências a um “real-maravilhoso” fruto de suas leituras de cronistas e naturalistas e a preocupação em fazer um retrato cru de uma “Amazônia real”, costurada através dos muitos fios de sua experiência na região.

Grande estudioso da prosa euclidiana, Foot Hardman (2009) insinua, com mirada poética, que a dificuldade enfrentada por Euclides, ao estruturar o espaço amazônico de forma narrativa, era que “não havia ali, diferentemente da Bahia, uma terra, mas várias terras entrecortadas e separadas pela sinuosidade labiríntica das águas, ilhas de solidão inominadas; que tampouco lá se formara um homem sertanejo, mas uma multiplicidade de raças, línguas, dialetos fronteiriços, restos de povos” (Hardman, 2009, p. 57-58).

Expostas algumas das contradições e limites enfrentados por Euclides ao compor o cenário de sua narrativa, convém aqui apontar a forma como ele orientou o pensamento de muitas gerações de intelectuais que tentaram pensar esse referente espacial. A historiadora Isabel Guillen (2006) postula que seus textos inauguram um modo de pensar a Amazônia a partir do seringal e do migrante nordestino. Para ela, Euclides teceu duras críticas ao sistema de exploração e de trabalho nos seringais, representando os sertões amazônicos a partir do “seringueiro solitário”, do migrante nordestino que enfrentava com bravura um sistema que o oprimia e uma natureza que o brutalizava.

A visão euclidiana, na qual “o seringueiro, o caucheiro, o caboclo, são todos pensados dentro de uma concepção de história em que essas figuras se encontram aquém do estágio civilizador, da história e da nacionalidade” (Guillen, 2006, p. 35), foi apropriada simbolicamente por uma diversidade de literatos e jornalistas que se lançaram ao desafio de estudar esse território de tantos contrastes. Seguindo esse percurso, Alberto Rangel, em *Inferno Verde* (1908), construiu uma paisagem que não diferiu do olhar euclidiano, na medida em que centrava sua narrativa no embate do homem contra a natureza. No bojo do pensamento evolucionista, Rangel (2001) teceu um espaço cuja simbologia da floresta servia como metáfora para pensar os enfrentamentos entre o chamado caboclo amazônico, dito indolente, e o nordestino (cearense), visto como desbravador.

Na esteira de Euclides e Rangel, outros literatos se inspiraram nesse esquema interpretativo, seja para corroborar, seja para combater. *Terra imatura* (1923), de Alfredo Ladislau; *Areia Angulosa* (1929), de Peregrino Júnior; *O matuto cearense e o caboclo do Pará*

(1930), de José Carvalho; *A selva* (1930), de Ferreira de Castro, são exemplos marcantes de obras plasmadas pela leitura de Euclides da Cunha. Nesses escritos, a relação homem e natureza é mediada pelas teorias raciais e os determinismos oitocentistas, que aparecem na representação do migrante nordestino, através da noção dos “tipos culturais”, “tipos regionais” onde figuravam as ideias/imagens do “caboclo amazônico” como indolente, e do nordestino como aventureiro e forte. Conforme postula Lobato (2016), esse dualismo pautou o debate sobre os movimentos migratórios inter-regionais no Brasil até meados do século XX, embasando o discurso regionalista que via “a heterogeneidade interna das chamadas populações regionais; as frequentes interações ocorridas entre populações classificadas como isoladas; e as transformações permanentes em identidades percebidas como estanques” (Lobato, 2016, p. 14).

No campo do simbólico, a Amazônia foi instituída primeiramente pelo olhar dos viajantes estrangeiros. Neide Gondim, em *A invenção da Amazônia*, faz uma primorosa análise dos relatos de viajantes, cronistas e prosadores que ao longo dos séculos XVI ao XIX se debruçaram sobre a natureza amazônica. Com lances de “realismo fantástico”, esses autores projetaram imagens fantasiosas e edênicas do encanto, do deslumbramento que os rios, a flora e a fauna (a terra das Amazonas e de seres bestiais) exerceram sobre eles. Gondim (2019), com muita maestria mostra como se construiu um “imaginário sobre o novo mundo” e como essa mesma literatura teve papel importante no surgimento das Ciências Naturais, sobretudo em áreas como a geografia física, a botânica, a zoologia, a hidrografia etc.

Nessa trilha, Ana Pizarro (2012) se dispôs a refletir em *Amazônia: as vozes do rio* sobre a construção histórica, social e cultural da chamada Pan-Amazônia. Em uma perspectiva latino-americana, Pizarro reflete sobre um pluralismo de vozes (de viajantes, cronistas e naturalistas, as cosmogonias indígenas etc.) que ajudaram a compor um retrato multifacetado da Amazônia, no qual a natureza assume todo seu protagonismo. O cerne de sua análise é o espaço como construção discursiva: “Somente através dessa construção é possível chegar à sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador” (Pizarro, 2012, p. 33). Daí a importância de investigar períodos da história amazônica como a colonização, o século XVIII e as viagens de europeus que adentravam a floresta à procura de riquezas, as fases de exploração da borracha e o processo de modernização do governo dos militares; para poder construir um arquivo de imagens e de discursos que foram produzidos nessas diversas experiências de tempo. O universo simbólico que surge de seu ato leitor emerge estilhaçado e emaranhado de representações sobre o mundo das águas amazônicas, constituindo o que a autora chama de “geografia das águas”.

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes, são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São os discursos de uma nação de águas. Nação no sentido figurado, de uma área cultural formada por oito países que compartilham referentes comuns, tendo como centro o rio e a selva (Pizarro, 2012, p. 18-19).

Nos estudos voltados para a história econômica, nota-se toda uma tradição historiográfica que deu ênfase às estruturas econômicas e sociais do mundo amazônico através da análise de seus recursos naturais (borracha, caucho, castanha). Guardadas as devidas distâncias espaço-temporais e teórico-metodológicas, a teoria dos “ciclos econômicos” orientou toda uma corrente historiográfica que pesquisou o *boom* da borracha na Amazônia entre os séculos XIX e XX: Furtado (1964), Velho (1972) e Wenstein (1993).

Na contramão dessa vertente de pensamento, o historiador norte-americano Warren Dean (2021) produziu uma das primeiras versões no Brasil dos estudos de história com ênfase na Ecologia em *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Fortemente influenciado pelo movimento ambientalista que ganhou fôlego entre as décadas de 1970 e 1980 e no fortalecimento da temática ambiental na historiografia norte-americana, sua análise inovou ao colocar o mundo natural no centro de suas preocupações, ou melhor, elegeu o cultivo e a exploração da *hévea brasiliensis* como sujeito histórico. Em diálogo com as Ciências Naturais, principalmente a Botânica, ele desloca seu olhar para uma abordagem ecológica, ao procurar entender o fracasso da produção de borracha na Amazônia. Para isso, investiga as técnicas de plantio, as ambientais, as ferramentas de trabalho, as relações sociais, as instituições envolvidas no processo, as variáveis e as decisões ambientais. Dean (2021) defende que o fracasso dessa prática extrativa no Brasil deu-se em decorrência de um “desequilíbrio ecológico”, pois o cultivo sistemático da *hévea* na Amazônia foi vulnerável ao ataque de um tipo de fungo (*Microcyclus udei*) que arruinava a produção.

Em produções mais recentes, a questão da borracha foi explorada à luz de novas abordagens, como os trabalhos que enfatizam o tema da migração e dos deslocamentos sociais para as áreas de extrativismo de borracha na Amazônia. Cabe aqui contextualizar que, conforme aponta a historiografia, a Amazônia vivenciou dois períodos de intensa mobilidade populacional. De 1870 a 1920, marco do primeiro fluxo migratório de estrangeiros (franceses, portugueses, espanhóis, judeus marroquinos, sírios e libaneses que se ocuparam das atividades comerciais e dos serviços urbanos) e de brasileiros, principalmente nordestinos, para as áreas dos seringais. Nesse recorte temporal, Manaus e Belém se tornaram epicentros da chamada

*Belle Époque* amazônica, tanto pela emergência de uma nova configuração urbana com traços europeus quanto pela efervescência cultural (Nunes; Hatoun, 2006).

E nos anos 1940, quando uma nova investida sobre o espaço amazônico começa a ser forjada em decorrência da retomada da atividade gomífera na cena política e econômica. Os estudos apontam que nesse período uma multidão de homens e mulheres afluíram para os seringais. A “Marcha para o Oeste” e a “Batalha da Borracha” foram dois grandes símbolos do discurso varguista. A baixa densidade populacional, o vazio, a insalubridade e o atraso são signos largamente reproduzidos nos discursos governamentais e de intelectuais que propunham saídas para a modernização e o progresso da nação. Nesse enquadramento, povoar e sanar foram temas centrais nas políticas territoriais que se encarregaram de direcionar as populações do Nordeste para a vastidão da selva.

Para Secreto (2007), a “Marcha para o Oeste”, campanha lançada em 1938, e a “Batalha da Borracha” marcaram fases distintas desse projeto de ocupação e colonização da Amazônia brasileira. Na “Marcha”, configurou-se a política de colonização a partir da fixação de famílias sertanejas nos chamados “espaços vazios.” E na campanha cívica intitulada “Batalha da Borracha”, destacaram-se as práticas de recrutamento dos ditos “soldados da borracha”, como consequência dos Acordos de Washington de 1942. A intensificação da produção da borracha e de materiais estratégicos para a guerra era a moeda de troca que assegurava investimentos (material bélico, programas de saneamento e alimentar) e apoio do bloco dos Aliados durante a II Guerra Mundial. Além disso, as intenções “colonizadoras” foram substituídas por medidas que passaram a encaminhar os trabalhadores (soldados da borracha) para as frentes de trabalho nos seringais. Nas palavras de Verônica Secreto (2007, p. 121): “A ideia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, homens, a serem trasladados em caráter de urgência para os seringais”.

Guillen (2006) postula que a representação da Amazônia como “Inferno Verde”, ideia-imagem largamente repetida na literatura do começo do século XX, durante o Estado Novo (1938-1945), cedeu espaço para a de “Vale da Promissão”. Em sua análise do pronunciamento feito por Vargas, em 1940, durante uma visita a Manaus, conhecido como o “Discurso do rio Amazonas,” investiga como ele inaugurou um duplo movimento que, ao mesmo tempo, procurava intervir nesse referente espacial e (re)construir a figura de Vargas enquanto “redentor da Amazônia.” Vargas anunciava que “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória” (Guillen, 2006, p. 84), lançando as bases de uma marcha redentora na qual as

formas de exploração dos recursos naturais eram entendidas como vocação mítica de uma terra promissora e cheia de riquezas inesgotáveis. Diante disso, a Amazônia é inventada pela perspectiva do “Vale da Promissão”, cabendo ao estado o papel de intervir no povoamento e na erradicação das doenças, forjando-se a ideia de que “um povo e seu líder redimiriam os erros do passado, e lançariam mais do que promessas para o futuro, posto que estes se tornariam presente” (Guillen, 2006, p. 90).

A crença em um esforço nacional voltado para o desenvolvimento e a integração nacional, através do embate homem (desbravador) *versus* natureza (selvagem) e da luta contra o atraso e o isolamento da floresta amazônica direcionou as políticas de ocupação e ordenamento espacial no século XX, especialmente durante o regime Civil-Militar (1964-1985). No governo dos militares configurou-se uma racionalidade discursiva sobre a Amazônia. Com foco na integração e na segurança nacional foram criados inúmeros projetos, programas e planos governamentais que interditaram esse território, acelerando o processo de degradação da natureza e de desterritorialização/reterritorialização de uma multiplicidade de sujeitos.

Na análise desse recorte espaço/temporal, não posso deixar de frisar a produção antropológica e sociológica das décadas de 1960-1980, que por meio de uma literatura ensaísta e politicamente engajada, legou-nos uma rica produção sobre o passado recente do país. Toda uma geração de intelectuais das Ciências Sociais produziu uma série de estudos e teses fundamentais para o estudo sobre as chamadas populações rurais, sociedades rústicas, enfatizando as contradições entre rural e urbano, os movimentos migratórios e os conflitos sociais, assim como a análise conceitual de categorias como frentes de expansão, messianismo, caipira, campesinato, entre outras. As várias vertentes de pensamento que enriqueceram os debates em espaços acadêmicos como a Universidade de São Paulo e o Museu Nacional se tornaram leituras-guia para uma diversidade de pesquisas sobre a Amazônia.

Vale registrar o trabalho de campo conduzido pela turma do “Brasil Central”, que fincou as bases das pesquisas sobre “antropologia da Amazônia.”<sup>4</sup> A expressão “Brasil Central”

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito “Antropologia da Amazônia”, Almeida (2013, p.10) diz que “não se restringe, pois, à memória de eventos, às efemérides, ao conjunto de fatos considerados científicos e ao extenso repertório de resultados de investigações sistemáticas, produzidas por diferentes formações acadêmicas, desde os experimentos de “viajantes” e “naturalistas”, dos séculos XVII e XVIII, que têm sido interpretados pelo senso comum erudito como um capítulo da pré-história da ciência. Ela concerne, sobretudo, a uma leitura crítica de esquemas interpretativos e de fundamentos teóricos, perpassando diferentes campos de conhecimento, e configurando-se num “laboratório de epistemologia” (Canguilhem, 2000, p.12), que estimula uma reflexão crítica permanente sobre seus próprios conceitos e suas práticas de pesquisas [...]. No caso da antropologia tal indagação remete à afirmação de um trabalho de campo academicamente instituído, indissociável dos conceitos teóricos, e de uma pesquisa etnográfica construída a partir de prolongadas e repetidas permanências na região em que ocorre a investigação. Técnicas de observação direta, registros completos de cada atividade concreta, cerimônia ou norma de conduta, refletem uma prática de pesquisa singular, cuja descrição, ao contrário de outras ciências, não implica em extrair da situação

fazia referência ao vale do Tocantins-Araguaia, nos Estados de Goiás e Maranhão. A turma formada por um grupo de pesquisadores liderados pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional) foi representativa do processo de institucionalização da Antropologia no Brasil. Em parceria com instituições estrangeiras e com metodologias que envolviam o ensino e a pesquisa de campo, um grupo de intelectuais lançou-se nos estudos sobre uma parte do Brasil pouquíssimo conhecida. Em síntese, as pesquisas conduzidas por esse grupo versaram sobre o uso de categorias como “sertão” e “floresta”, e sujeitos diversos (indígenas, camponeses, castanheiros) (Almeida, 2013).

Entre esses intelectuais que focalizaram suas pesquisas na região tocantina, parte oriental da chamada Amazônia Legal, merece destaque os estudos de Otávio Velho (1972, 1973), como o primoroso exercício etnográfico que realizou, nos anos 1970, na região de Marabá-PA, que resultou na dissertação de mestrado (a primeira defendida no primeiro programa de pós-graduação em Antropologia Social do país – PPGAS – Museu Nacional) intitulada “Frentes de expansão e estrutura agrária” (1972). A obra trata da dinâmica das frentes de expansão em uma área de fronteira, sendo tais frentes “constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (Velho, 1972, p. 13). Ao investigar o movimento de fronteira na microrregião de Marabá, abordou de forma inovadora as sociedades camponesas no interior da Amazônia, relacionando as estruturas econômicas e políticas e elegendo uma temática nova na Antropologia, que tinha como tradição as pesquisas sobre a temática indígena e religiosa. Em *Capitalismo autoritário e campesinato* (1973), Otávio Velho retoma suas análises sobre a Amazônia, estabelecendo a relação entre o “capitalismo autoritário” e os processos de ocupação de fronteiras. Sua tese é a de que a intervenção estatal integrou os “camponeses marginais” à dinâmica do grande capital (Velho, 1979, p. 197).

Ainda no campo antropológico, é de grande valia para esse trabalho a produção de Alfredo B. Wagner de Almeida (1993, 1995, 2005, 2008, 2015, 2017) sobre uma multiplicidade de espaços/tempos amazônicos. Seus textos são referências cruciais para os estudos que focalizaram o Maranhão Amazônico, e, além disso, tem a preocupação em desnaturalizar e problematizar discursos institucionalizados e replicados nas falas e nas práticas governamentais (leis, planos, programas oficiais de desenvolvimento). Nesse sentido, *Antropologia dos arquivos da Amazônia* é um livro basilar, ao apresentar um registro profundo nas camadas de

---

social pesquisada uma regra geral, embora possa aventar da possibilidade de universais atrelados ao entendimento das especificidades.”

saber/poder que engendraram todo um maquinário discursivo responsável pela produção de esquemas interpretativos que partiam do saber até as ações do Estado burocrático e racional. Para Almeida (2008), essas instituições, ao produzirem enunciados sobre a Amazônia, contribuíram para a naturalização de atributos e conceitos homogeneizadores, ignorando a diversidade cultural e política do território (Almeida, 2008).

Com a ampliação das instituições de pesquisa e de ensino, como os programas de pós-graduação em História na região Norte e na Amazônia Legal nos últimos vinte anos,<sup>5</sup> a heterogeneidade do espaço amazônico tem sido investigada através de novos objetos de estudo e de outros deslocamentos teóricos metodológicos no campo historiográfico. Em grande medida, são pesquisas que seguem as muitas veredas abertas pela História Cultural, História Social e História Ambiental, entre outras áreas de estudo. Uma série de novas abordagens tem trazido para o centro do debate sobre a questão amazônica temas como a história das ciências, da saúde e da alimentação, dos povos da floresta e das comunidades tradicionais, das condições de trabalho e de moradia, das práticas sociais e suas interações com o meio ambiente, a mobilidade espacial dos trabalhadores rurais, o espaço urbano, a experiência social, individual e de grupos em deslocamento pela perspectiva da memória e da metodologia da história oral etc.

Por mais que a dimensão ambiental seja fruto da renovação do campo historiográfico proporcionada pelas novas abordagens da Escola dos Annales, ela só veio ganhar espaço na produção do conhecimento histórico a partir da década de 1970, principalmente, nos Estados Unidos através da criação da sociedade científica *American Society for Environmental History* (1977) e do surgimento de cursos universitários. Porém, nas últimas décadas, do global ao local as pesquisas voltadas para as relações histórico-ambientais vem ganhando força. A interdisciplinaridade (diálogo com as ciências físicas e naturais), as novas perspectivas de estudo, a variedade de temas e de fontes históricas e o alargamento do campo de pesquisa são alguns dos caminhos pelos quais a História Ambiental tem se fortalecido nos meios acadêmicos.

No Brasil, embora o enfoque ambiental já estivesse presente em textos de diferentes intelectuais<sup>6</sup>, somente nas últimas décadas do século XX se acentuou a preocupação em sistematizar métodos de pesquisa e de análise da questão ambiental, no qual a paisagem natural

---

<sup>5</sup> São exemplos os Programas de Pós graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, de História da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, de Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, entre outros.

<sup>6</sup> Como Euclides da Cunha *A margem da História*, (1909); Sérgio Buarque de Holanda *Monções* (1990), *O extremo Oeste* (1986), Capistrano de Abreu *Capítulos de História Colonial* (1907), Gilberto Freire *Nordeste* (1937), entre outros.

é interpretada de maneiras variadas (sujeito, objeto e documento histórico). É claro, que a expansão de trabalhos nessa área também está associada ao crescimento dos movimentos ambientais e da urgência de uma agenda ambiental na cena contemporânea. Em estudos como Dean (1989), Leonardi (1999), Drummond (2000), Pádua (2000) a perspectiva ecológica é incorporada a interpretação histórica, de modo que a natureza assume protagonismo histórico sem perder de vista a dimensão humana. É sobre a natureza que as sociedades erguem seus universos materiais e simbólicos, engendrando relações de poder que revelam o quanto afetamos e somos afetados pelas transformações do meio (as mudanças dos ecossistemas e climáticas, dos usos dos solos, rios e das florestas etc.).

Nesse itinerário historiográfico novas metodologias e outras categorias de análise são projetadas como suporte de reflexão ao tempo presente. Surgem trabalhos que abordam a história das florestas, as representações da paisagem tropical pelo olhar dos estrangeiros, a relação dos moradores das cidades com as áreas verdes nos espaços urbanos, a história dos rios e seus usos sociais e culturais etc. (Duarte, 2005).

Pádua (2015, p. 238) sinaliza que se torna imprescindível “repensar a territorialidade do processo de formação histórica do Brasil no marco de visualidades ambientalmente coloridas e no contexto da vivência cotidiana dos seres humanos com um caleidoscópio de formas de vida, solos, climas, cursos de água etc.” Nesse sentido, as narrativas ambientais têm apontado muitos caminhos de investigação e de análise que nos ajudam a refletir sobre a história da Amazônia, pois a construção histórica da natureza amazônica é carregada de significados culturais que variaram ao longo do tempo. Como diz Donald Worster (2012, p. 368) “o que nós queremos da natureza também muda. O que queremos e o que retiramos nunca são o mesmo”.

Dito isso, considero válido a leitura de produções com enfoque ambiental na tentativa de ampliar o olhar para as novas perspectivas teóricas metodológicas, novos objetos de pesquisa, tipos de fontes e de abordagens. Com esse propósito e com a proximidade da temática investigada nesse trabalho destaco as contribuições historiográficas de Andrade (2012) e Batista (2016) sobre os discursos e as ações governamentais implantadas na Amazônia a partir de meados do século XX.

A tese de Rômulo Andrade (2012) discute as relações entre saúde, desenvolvimento e meio ambiente nos projetos para Amazônia entre 1946 e 1966, período no qual o discurso sobre a valorização da Amazônia foi pensado, planejado e executado através da trajetória da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA). Pauta-se no modo como a conjuntura nacional e internacional da época, pós-Segunda Guerra Mundial, colocou em xeque a problemática do “subdesenvolvimento” e possibilitou a criação de políticas governamentais

direcionadas ao problema sanitário e a exploração da natureza como dois grandes desafios a serem enfrentados. Nesse interim, destaca-se a relação do Brasil com algumas agências internacionais (como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations*- FAO e a *United Children's Fund* -UNICEF) e atuação de intelectuais como Josué de Castro e Dante Costa no combate à fome e a desnutrição no território amazônico.

Em um segundo direcionamento, o autor analisa os discursos sobre natureza e progresso que permearam a chamada “marcha civilizatória” que simbolizou a construção da rodovia Belém-Brasília. Para ele, “a vitória do homem sobre a terra se transformou, no período de construção da rodovia, em uma epopeia que representaria a vitória do novo bandeirantismo, presente no governo de Juscelino Kubitschek” (Andrade, 2012, p.15). Em síntese, Andrade observa que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia – em suas diversas áreas, como a saúde e a chamada “integração nacional” foram marcados por intensas lutas políticas, envolvendo diversos partidos políticos em escala nacional e regional.

Amparada nos referenciais teóricos-metodológicos da História Ambiental Iane Batista (2016) faz uma análise minuciosa dos planos de desenvolvimento elaborados para Amazônia entre 1955-1985. Situada na média duração, sua pesquisa percorre uma extensa documentação oficial (leis, decretos, planos, programas) e esmiunça como a “natureza” foi dada a ler nos diferentes programas governamentais e quais as estratégias de intervenção do aparelho de estado para mobilizar, orientar e estimular os processos econômicos da região voltados para as atividades agropecuárias, madeireiras e mineradoras. Para a autora, as representações culturais desse território a partir de uma “retórica da abundância”, pautada na riqueza de suas águas, solo, subsolo e florestas foi recorrente na construção histórica da ideia de natureza amazônica, o que justificava ações, operações e regulações engendradas pelo aparato institucional, político e econômico do Estado para submeter a exploração do meio físico a um tipo de racionalidade técnico-científica.

Nessa direção, a autora defende a tese de que os discursos sobre a natureza amazônica presente nos planos desenvolvimentistas, ao focarem no planejamento e na expansão das fronteiras econômicas reduziram a natureza a uma dimensão utilitarista. E ao mesmo tempo, contribuíram para que se produzissem representações como a de homogeneidade florestal, espaço vazio, ausência de técnica, a improdutividade da prática extrativa (borracha, castanha) e ideia de uma paisagem intocada, desconsiderando as experiências sociais, a historicidade e a diversidade da Amazônia (Batista, 2016).

Em face do exposto, convém reiterar que essa digressão inicial tem o objetivo de esboçar algumas linhas de direcionamentos voltadas para a problematização do polissêmico espaço amazônico. Território a ser redescoberto, a Amazônia, em suas múltiplas versões, exerceu (e ainda exerce) fascínio e temor, desafiou políticos, intelectuais e movimentos socioambientais que procuraram esquadrihar, nomear, inventariar, traçar limites, diagnosticar, sanar, ocupar e investir em uma série de outras ações que ainda se encontram em curso no tempo presente.

No esforço de traçar um itinerário de leitura sobre o lugar social que se configurou como a Amazônia, no texto que sigo esboçando pondero como se deu a inserção do Maranhão nessa espacialidade. Envoltos na desordem dos caminhos que se interconectam, criando diferentes atalhos e itinerários, busco pensar como o Maranhão foi sendo tramado como espaço amazônico. Afinal, é possível falar em um Maranhão amazônico?

Tema ainda pouco contemplado pelos estudos acadêmicos, principalmente no campo da História, ao longo desta pesquisa faço o esforço de traçar algumas possibilidades de leitura dos discursos e das práticas que arquitetaram esse espaço em sua plasticidade. Nesse capítulo, ao mesmo tempo que reflito sobre a historicidade desse espaço, também atento, ainda que de forma aligeirada, para como o saber geográfico, em sua vertente mais técnica dos órgãos de planejamento e as narrativas ambientais compuseram discursos e representações que ajudaram a compor as fronteiras da chamada Amazônia maranhense.

## 2.2 Maranhão: entre o sertão e a Amazônia

Em 1916, o intelectual maranhense Raimundo Lopes<sup>7</sup> publicou sua obra inaugural: *O Torrão maranhense*, que se tornou texto-chave para os estudos regionais, pela originalidade e prodigalidade com que produziu uma “síntese geográfica das regiões” ou “zonas” que constituíam o espaço maranhense (Martins, 2006, p. 70-71). O caráter autoral e inovador desse estudo, ao introduzir conceitos ainda pouco em uso na época, como o de “antropogeografia”,

---

<sup>7</sup> Raimundo Lopes (1894-1941) compõe a cena intelectual maranhense da primeira metade do XX. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Letras, da seção de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Seu pensamento é fortemente influenciado pelos estudos antropológicos de Roquete Pinto e Heloisa Alberto Torres. Nos estudos da geografia, botânica, geologia, arqueologia e história nota-se a influência de Euclides da Cunha, Alberto Sampaio e Sylvio Fróes Abreu. Nesse sentido, sua escrita é marcada pelo diálogo com a Geografia, a Arqueologia, a Etnologia, a Etnografia e a Literatura. *O Torrão Maranhense* foi sua obra de estreia, em 1916, reeditada entre 1936 e 1938 no *Boletim* do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, e em 1970 —em que sofreu atualizações (incluindo notas explicativas) por iniciativa da antiga Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema), com o título *Uma região tropical*. Sobre Raimundo Lopes e sua produção, ver: Martins (2006), Almeida e Domingues (2010).

de Ratzel (1909), e o de “síntese geográfica”, de Vidal de La Blache, tornaram a obra uma referência na introdução da “geografia moderna” no Brasil. A proposta de Lopes (1970) era construir uma “Geografia do Todo”<sup>8</sup>. Para isso, recorria à ideia de “síntese geográfica”, buscando “as interdependências entre o ambiente, a vida geral e o homem”. Sua obra inaugural: *O Torrão maranhense*, de 1916, tornou-se a principal referência no campo da geografia.

Justo Jansen Ferreira, em *Chorografia do Maranhão*, de 1901, lamentava a carência de estudos atualizados sobre a Geografia maranhense, em que pese a necessidade de material didático para escolas de Educação Básica, com subsídios e cartas topográficas mais completas, pois em sua maioria, era reinante a imprecisão e uma série de equívocos (omitia-se ou modificava-se a localização de vilas). *O Torrão maranhense*, ao que parece, veio prover essa falta no campo do saber geográfico, pelo menos era o que objetivava Lopes, ao se imbuir da missão de suprir as lacunas e as carências de estudos sobre o Maranhão, apontando o desconhecimento, a marginalização e a falta de produções científicas sobre o estado.

Convém salientar que esse livro ampliou e difundiu o discurso da singularidade regional do Maranhão, ao defender a ideia de um espaço de transição entre a Amazônia e o sertão.

No conjunto das grandes regiões brasileiras, o Maranhão faz parte da complexa transição entre o extremo norte (a Amazônia) e o Nordeste, entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, como entre a mata e o sertão sob o ponto de vista da flora. Mas estaria permanentemente iludido quem quisesse atribuir à tão vasta região uma uniformidade que seria simplesmente fictícia (Lopes, 1970, p. 111).

O relato de Lopes borda a topografia e o processo de ocupação desse referente espacial com refinado lirismo e melancolia. Seu olhar sobre a paisagem é de quem, mesmo distante no tempo/espaço ao procurar os elementos constitutivos da natureza e da presença humana, encontra na condição fronteira uma chave interpretativa de um território representado por sua singularidade. Sob a influência do “possibilismo”, Lopes dividia essa metáfora espacial em “regiões” e/ou zonas que remetem à perspectiva histórica e funcionalista de La Blache. O conceito de região na teoria lablachiana, recorrente nas monografias regionais, tinha na ideia de paisagem uma unidade harmoniosa constituída de zonas que se integravam pela combinação

---

<sup>8</sup> Segundo Barros (2000), a oposição entre o pensamento de Vidal de La Blache e o de Ratzel se deu na contraposição entre a ideia do determinismo e possibilismo geográfico. Esse autor defende que a associação e a difusão do pensamento de Ratzel, em associação ao determinismo geográfico, foram em grande medida instigadas pelo historiador Lucien Febvre, “que costumava avaliar Ratzel sob a perspectiva de que este último havia priorizado uma abordagem incontornavelmente determinista ao dar ênfase a uma influência de tipo linear do meio sobre o destino humano” (BARROS, 2000, p.05). Porém, em *Antropogeografia* (1909), Ratzel já rejeitava formas simplistas de determinismo.

de aspectos “naturais” e “humanos” comuns. Nessa inter-relação, seu método consistia em isolar “os elementos mesológicos”, agrupar, “segundo as suas afinidades [...] as ligações dos fatos, as mais profundas e fortes”, e “por toda uma série de raciocínio, chega ao conceito de “região” ou de zona “mesológica” (Lopes, 1970, p. 120). Nessa perspectiva, o autor dividiu o espaço maranhense em cinco zonas: os campos da baixada, o Maranhão oriental, a mata virgem, o baixo sertão e o alto sertão.

Entre as décadas de 1920 e 1930, Raimundo Lopes realizou várias pesquisas de campo no Maranhão sobre patrimônio, cultura material, arqueologia e estudo das populações indígenas (em 1930 esteve entre os povos Kaapor, no Gurupi), que resultaram em textos, mapas, desenhos, croquis e fotografias. Em sua vasta produção, foi um forte defensor da ideia de que o Maranhão e o Piauí formavam uma zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste. Em *Entre a Amazônia e o Sertão*, problematiza a divisão regional da época, que incorporou esses dois estados ao Nordeste. Segundo ele, essa divisão, que já aparecia em alguns compêndios, era “antididática e anticientífica”, dado que tais territórios tinham “mais afinidades” com as áreas centrais do país (Goiás e o Mato Grosso), notadamente, o Maranhão, que por sua posição litorânea tinha “maior e mais complexa faixa transicional” (Lopes, 2017, p. 223-224).

No entanto, é preciso considerar que nas primeiras décadas do século XX ainda não havia uma política de ocupação territorial planejada, e os métodos existentes revelaram-se ineficientes. Um exemplo disso é que até 1920, Norte e Nordeste eram vistos enquanto sinônimos. Somente a posteriori a ideia de dividir o Norte entre a área amazônica e parte “ocidental” é acionada, sobretudo, pelo receio da migração nordestina em direção aos seringais (Albuquerque Júnior, 2008). As discursividades e a constituição de campos de saber que focalizavam a modernização e o ordenamento espacial parecem ter se efetivado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Nesse âmbito, a institucionalização da ciência geográfica foi crucial na produção de um tipo de saber técnico e controlado pelo aparelho de Estado, cujo foco era a gestão do território e o inventário dos recursos naturais<sup>9</sup>. As várias instituições criadas e/ou reformuladas

---

<sup>9</sup> As décadas de 1930 e 1940 são marcos importantes na institucionalização da Geografia no Brasil. O saber geográfico, que até o final do século XIX encontrava-se ligado ao saber sociológico, através de uma geração de intelectuais que fizeram uma importante leitura do projeto de modernização do país, e a partir de 1930 vão atuar no ensino nas universidades e nos órgãos técnico-administrativos. Durante as décadas de 40 e 50 a Geografia brasileira dividia-se entre os que atuavam no ensino e investiam na formação e no aperfeiçoamento do corpo docente (os cursos universitários de Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro tiveram grande contribuição de professores estrangeiros, como Pierre Deffontaines); e os que faziam parte da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Conselho Nacional de Geografia (1937), detentores de um saber técnico, subsidiaram o governo no planejamento territorial do Brasil. O IBGE foi um dos maiores representantes da vertente mais técnica da abordagem geográfica. Para um maior aprofundamento da ciência geográfica e do papel exercido por esse

nesse período, como o Conselho Nacional de Estatística (1936) e o Conselho Nacional de Geografia – CNG (1937), que posteriormente se fundiram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1938)<sup>10</sup>, foram fundamentais no estriamento do espaço por meio das técnicas de monitoramento, de controle de informações, de planejamento e de gerenciamento. Nas palavras de Gomes (2013, p. 45), cabia ao IBGE a capacidade de “garantir respostas seguras e regulares a uma série de questões há muito recorrentes na história do país. Como era o território brasileiro? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam? Como viviam? Como trabalhavam? Como se movimentavam?”

Somava-se ao saber geográfico, o saber estatístico e o cartográfico. A pesquisa de campo, o recenseamento, a coleta de dados, a criação de perfis da população, a projeção de diagnósticos, a produção de políticas cartográficas (que definia metodologias, escalas e representações) e a normatização das divisões territoriais (estabelecer limites municipais e estaduais) foram algumas das tecnologias de poder empregadas pelo poder estatal para “administrar populações” e segmentar territórios.

Tais práticas se inserem no que Foucault (2008) chamou de “governamentalidade”, referindo-se aos discursos que constituem as engrenagens e dispositivos políticos da arte de governar, por meio de uma série de táticas, técnicas e saberes.

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2008, p. 143-144).

A análise de Foucault aponta ferramentas conceituais importantes para pensar as racionalidades que constituem as formas de governo, as formas difusas de poder na modernidade e os processos de subjetivação (controle, normalização e moldagem das condutas dos sujeitos). Nessa “administração do saber”, os órgãos que gravitavam em torno do IBGE e

---

profissional nos órgãos de planejamento da primeira metade do século XX, ver: Machado, (1995); Almeida (2000); Miguel (2012), Gomes (2008).

<sup>10</sup> Do momento de sua criação até meados dos anos 1960, o IBGE funcionou como uma autarquia que não estava subordinada a nenhum ministério, mas diretamente ao chefe do executivo. Sua atuação se dava através de um “consórcio” formado por municípios, estados e órgãos federais que funcionavam conjuntamente na produção de informações em todas as esferas. A partir de 1967, a instituição vai passar por uma reformulação, recebendo a definição jurídica de fundação, estando subordinada ao Ministério do Planejamento (Gomes, 2008).

de outras agências produziram um rastro documental significativo para se pensar nas disputas em torno das representações e nomeações das referências espaciais e nas estratégias de controle político. No decorrer dessa pesquisa sobre a historicidade da Amazônia, especialmente a parte maranhense, o exame das narrativas produzidas por agências como o Conselho Nacional de Geografia (CNG) – Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937 – ofereceram indícios importantes sobre as disputas no interior dessas instituições no processo de construção geográfica das metáforas espaciais.

Levando-se em conta que os cursos de graduação em geografia atuavam na formação docente, o Conselho Nacional de Geografia se destacaria como um dos mais relevantes órgãos de pesquisa e de divulgação do pensamento geográfico brasileiro. Fundado em 1937, esse órgão assumiu centralidade nos principais debates políticos sobre a interiorização, o reconhecimento e o ordenamento do território nacional. Entre as várias iniciativas do CNG, uma das mais bem-sucedidas foi a Revista Brasileira de Geografia (RBG), periódico de publicação trimestral criado em 1939. A revista organizou o campo geográfico e demarcou o lugar social do geógrafo na intervenção do espaço nacional, trazendo a dupla missão de “contribuir para um melhor conhecimento do território pátrio” e de “difundir no país o sentido moderno da metodologia geográfica, promover o intercâmbio cultural com as instituições congêneres” (Soares, 1939, p. 5-6). Assim, a antiga geografia descritiva cedeu lugar a um modelo de pensamento interpretativo e empírico.

No afã de conhecer a realidade brasileira e de construir um arsenal técnico e metodológico das diversas partes que constituíam o Brasil, o CNG orientou diversas ações governamentais que visavam estriar o território. Sua intervenção espacial permitiu que o saber geográfico procurasse esquadriñar e decifrar áreas distantes e pouco conhecidas dos grandes centros de poder econômico. Para isso, foram cruciais as pesquisas que abordavam as especificidades (fisiográficas, humanas, econômicas e sociais) do meio ambiente e do homem. A Amazônia Brasileira se constituiu em uma espacialidade importante nessas análises, principalmente por conta do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado através da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que estabelecia a instituição da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), do Fundo de Valorização da Amazônia e a criação de um novo dispositivo de poder: a Amazônia Legal.

Lançava-se o desafio de conceituar cientificamente e delimitar juridicamente esse novo território. Esse dispositivo, ao reinventar geograficamente e politicamente a “região” pelo signo do planejamento econômico, inseriu o Maranhão, em quase toda sua extensão, em sua cartografia. Desse modo, é de grande valia inquerir como alguns textos publicados na RBG

pautaram a discussão sobre a configuração da Amazônia Legal (1953) e do Maranhão enquanto parte do espaço amazônico.

A rica e extensa documentação produzida pelo IBGE aponta indícios que nos ajudam na compreensão da trama que envolve as dinâmicas territoriais pelas quais o Maranhão foi sendo (re)inscrito no mapa simbólico e político do país. É de notar que no curso do século XX, em meios aos debates sobre a divisão regional do espaço brasileiro<sup>11</sup>, o Maranhão ocupou posições variadas. Na primeira divisão regional executada pelo órgão em 1940, ele fazia parte da região Norte, juntamente com os seguintes territórios: Acre, Pará, Amazonas e Piauí. Na reestruturação espacial de 1947, o Maranhão passa a compor o chamado Nordeste Ocidental, e, entre 1950 e 1970, o Nordeste (Ferreira, 2008, p. 64-68).

Ao que parece, a principal estratégia discursiva utilizada para explicar a mobilidade dos limites fronteiriços do Maranhão se dava na construção da ideia de “Meio Norte”. Na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada em 1957 pelo IBGE, o referente espacial Meio-Norte é entendido como sendo uma zona de transição entre “o Nordeste propriamente dito, a Amazônia e as chapadas do Brasil Central” (Brasil, 1957, [n.p.]). A diversidade geográfica, a falta de dados concretos e o caráter intersticial são argumentos utilizados para justificar as interpretações que divergiam sobre a localização mais acertada no mapa das regiões brasileiras<sup>12</sup>.

Em artigo publicado em 1967 no “Boletim Geográfico”<sup>13</sup>, Manuel Correia de Andrade reatualizava o debate, defendendo que o espaço maranhense constituía um território a parte, com características físicas marcadas por clima de monções de feições amazônicas entre o rio Grajaú e o Gurupi, floresta com árvores de grande porte na parte ocidental, semelhante à “hileia” amazônica e às grandes áreas de cerrado (Andrade, 1967). A temática é aprofundada em *Paisagens e Problemas do Brasil*, de 1968, obra na qual delimita um capítulo específico sobre a região “Meio-Norte”, reforçando o discurso da “área de transição entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste” (Andrade, 1969, p. 65-66). Em tom de crítica, esse autor acrescenta

<sup>11</sup> Vale registrar que os primeiros mapas oficiais que representam o Brasil dividido em regiões são de 1942.

<sup>12</sup> As conceituações e metodologias empregadas pelo IBGE para estabelecer a divisão regional do Brasil tiveram várias mudanças. Na década de 1940, na primeira configuração regional, feita com base em dados estatísticos, o país foi dividido em cinco Grandes Regiões ou zonas fisiográficas. Essa divisão, pautada no conceito de região natural e na análise do meio físico, manteve-se até meados de 1960. Nas décadas seguintes, adotaram-se nomenclaturas distintas: 1968, Microrregiões Homogêneas; 1976, Mesorregiões homogêneas; 1990, Mesorregiões e Microrregiões, e em 2017, Regiões Geográficas (Brasil, 1957).

<sup>13</sup> Os “Boletins Geográficos” foram criados em 1941 (Resolução nº 091, de 23 de julho de 1941), mas só começaram a ser publicados em 1943. Em 1979, foram incorporados à Revista Brasileira de Geografia. Com linguagem mais técnica e voltada para o campo de atuação dos geógrafos, nos Boletins se publicavam mensalmente editoriais, comentários, transcrições, resenhas, contribuições de especialistas, informes e legislação.

que o “Conselho de geografia que considerava essa região como nordestina” já admitia “extraoficialmente que o Maranhão e o Piauí são regiões geográficas autônomas”, sendo a paisagem maranhense, na sua maior parte, amazônica (até o meridiano 44°) entre os rios Itapecuru (Norte) e Parnaíba (Sul) (Andrade, 1969, p. 65-66).

Nos anos 1980, o geógrafo Mario Lacerda de Melo retomou esse debate com a publicação de *Meio Norte* (1983), através de uma abordagem que contemplava a perspectiva econômica para pensar o regional<sup>14</sup>. Sua análise recorta o “Meio Norte” pela abrangência da área agropastoril e extrativista, distanciando-se das abordagens anteriores, que estavam focadas nas características físicas e delimitavam todo o Estado do Maranhão e do Piauí como áreas de transição. Para ele, o “Meio Norte” se desdobra, do lado piauiense, nas “microrregiões de Valença do Piauí e do Médio Parnaíba, e estendendo-se para o norte da grande curva do Parnaíba”; e no maranhense, abrange “as microrregiões de Pastos Bons, os Altos Mearim e Grajaú e Imperatriz” (Melo, 1983, p. 30). No lado maranhense, concentrava-se uma grande diversidade física, “entre o Nordeste seco e a Amazônia”, e social, podendo ser entendida como um “terceiro Nordeste,” o que o faz dividir o Maranhão em quatro “sub-regiões”: o Baixo e Médio Parnaíba, o Itapecuru e Mearim, a Fachada Costeira e a Pré-Amazônia.

Embora procurasse se distanciar de produções geográficas em que predominavam os estudos fisiográficos, é possível identificar a importância da descrição do mundo natural na confecção da ideia de região, sobretudo quando buscava definir as linhas que separavam Nordeste e Amazônia. Para isso, evidenciou as semelhanças dos contornos fluviais com o mundo amazônico, especialmente pela perenidade dos rios e pelo papel das estradas fluviais em interligar pontos e fazer circular sujeitos e mercadorias. Ao tratar da sub-região pré-amazônia, situada no oeste maranhense, observa que a faixa territorial “que ocupa as bacias do alto Mearim, do alto Grajaú e do alto e médio Pindaré, do Turiaçu e a vertente oriental da bacia do Gurupi” marca o fim de “características da macrorregião Nordeste e o surgimento dos espaços amazônicos”, com a presença da hileia amazônica (Melo, 1983, p. 425) e que a “pré-amazônia” é uma área de baixa densidade populacional, mas que tem se destacado como “área de imigração” no período de 1970 a 1980.

Ainda na perspectiva geográfica, José de Ribamar Trovão (1989) também direcionou seu ângulo de observação para a faceta fronteira do Maranhão. Para ele: “O Maranhão não é

---

<sup>14</sup> Conforme enuncia o próprio autor no prefácio do livro, o estudo era parte de uma série de pesquisas iniciadas em 1977, numa parceria entre a Sudene e a Universidade Federal de Pernambuco, sobre as diversas regiões que constituíam o espaço territorial do Nordeste. As publicações dessa série estavam divididas em três partes: Regionalização Agrária do Nordeste (1978), Os agrestes (1980) e Meio Norte (1983) (Melo, 1983).

nordestino”, pois “a maior parte do Estado apresenta características tipicamente amazônicas”. Segundo o autor, a paisagem fisicamente amazônica (relevo, hidrografia e clima) ia se espalhando “do centro ao oeste”, em meio à abertura dos vales do rio Tocantins e Gurupi; enquanto a paisagem nordestina era, sobretudo, humana (hábitos, costumes, alimentação, linguagem, arquitetura (rural), traçado urbano dos povoados), herança da migração nordestina (Trovão, 1989, p. 24-26).

No âmbito da problemática apontada, a construção do espaço geográfico maranhense se inscreveu em outro cenário de disputa ao ser incluído no território amazônico, a partir da criação do dispositivo Amazônia Legal, em 1953. Convém lembrar que a execução do Plano de Valorização da Amazônia foi fruto de levantamentos sobre as necessidades da região, da formação de um corpo técnico composto de especialistas e intelectuais, da criação de comissões, da produção de estudos e relatórios (sobre perfil populacional, a produção agrícola, pecuária, energia, transportes e crédito). O plano, por meio do artigo 2º, definia seus principais objetivos: promover o desenvolvimento da produção agrícola, conforme as condições ecológicas de cada região, fomentar a produção animal, criar um programa de defesa contra as inundações, aproveitar os recursos naturais, incrementar a industrialização, criar um plano viário, de produção de energia, de políticas demográficas “que permita a regeneração física e social das populações da região”, de crédito bancário e relações comerciais, incentivar o capital privado etc. (Brasil, 1953, [n.p.])<sup>15</sup>.

Conforme Andrade (2008), um dos grandes desafios desse plano era conceituar cientificamente e juridicamente a Amazônia. No esforço de mensurar e de nomear esse espaço, exigia-se a reinvenção do conceito de “região”, que ganha novos contornos a partir da retórica desenvolvimentista que promoveu o discurso do planejamento regional com foco na recuperação econômica da Amazônia. As políticas públicas empreendidas pela SPVEA foram as primeiras experiências de planejamento econômico no Brasil, nas quais constavam: a construção de estradas e a melhoria dos meios de comunicação; a elevação dos índices de nutrição (combater a fome) e das práticas de saneamento e de saúde preventiva (a erradicação da malária foi uma bandeira importante); desenvolver o crédito bancário e a produção agrícola e mineral; o aumento demográfico; e as pesquisas e a formação de um corpo técnico capaz de se submeter aos rigores da “selva”.

---

<sup>15</sup> Coube ao intelectual amazônico Arthur César Ferreira Reis a presidência da superintendência. Durante o regime militar, a SPVEA foi extinta, sob suspeita de fraudes, desvio de verba, práticas regionalistas (estadual e municipal), entre outros fatores. Com o discurso de modernização das estatais é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 (Batista, 2016, p. 20-24).

Nessa prefiguração da Amazônia como espaço-região entrelaçam-se novos territórios de poder e novos agenciamentos. De forma exemplar, Albuquerque Júnior (2001, p. 25) diz que o conceito de “região” esteve no centro dos embates entre grupos políticos, legisladores e geógrafos, de modo que essa noção, antes de remeter a um discurso geográfico (divisão natural do espaço), remete a uma noção fiscal, administrativa, econômica, ou seja, “liga diretamente as relações de poder a sua espacialização”. Região, seria, segundo ele, uma palavra que remete a comando, a domínio e a poder, que implica controle e soberania, e que, além disso, consagra-se em espaço de lutas políticas, econômicas, epistêmicas e culturais (Albuquerque Júnior, 2008b).

Por entender que para cartografar a chamada Amazônia maranhense é preciso o mapeamento das linhas de força e do diagrama de poderes que a constituem, procuro apontar como alguns textos publicados na RBG pautaram essa discussão sobre a configuração da Amazônia Legal (1953), e do Maranhão como parte dessa territorialidade. O primeiro desses relatos é o de Lúcio de Castro Soares, chefe da Secção Norte do CNG, publicado na revista em 1948. Sua proposta era fazer um estudo preliminar do espaço a ser contemplado com os incentivos do Plano de Valorização da Amazônia, feito a pedido da Comissão Especial de Valorização da Amazônia, do Congresso Nacional. De início, demarca que “o domínio clássico da região amazônica, em território brasileiro, é o da própria Hiléia, pois à floresta equatorial está relacionada as principais características físicas e humanas desta grande região” (Soares, 1948, p. 3)<sup>16</sup>.

Um dos enredos do discurso regional era o que a nomeava e a delimitava com base nas dimensões da floresta tropical, visão muito aceita no meio geográfico. Entretanto, essa conceituação se distanciava dos limites estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 1.806:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (Brasil, 1953, Art. 2º).

No olhar de Soares (1948), a divisão que surgia, pela força da lei, distanciava-se dos preceitos *naturais* e se apoiava em critérios frágeis e simplistas, tanto do ponto de vista que

---

<sup>16</sup> Conforme Soares (1948, p. 4), esse território abrangia “metade do Território do Guaporé, partes do noroeste e norte de Mato Grosso, o Estado do Pará, excetuando-se a sua parte sul, a extremidade setentrional de Goiás e porções do oeste e noroeste do Maranhão. Nos Estados de Mato Grosso, Pará e Goiás o limite da Hiléia é comumente representado por uma linha puramente esquemática, que corta os seus prolongamentos para o sul, ao longo dos vales dos afluentes do Amazonas que têm as suas nascentes no Planalto Central”

situava a bacia amazônica como fronteira demarcatória quanto do que fixava uma linha mista de meridianos, paralelos e divisas administrativas. Para ele, esses critérios incorporavam territórios completamente distintos dos que se entendia por Amazônia: era o caso de Mato Grosso, de Goiás e de parte do Maranhão.

No Maranhão, o limite amazônico pelo meridiano de 45 graus estaria correndo muito para leste, incluindo assim na Amazônia todo o sul do Estado, de características puramente da Região Centro-Oeste, chegando mesmo ao extremo de fazer com que o limite da Amazônia passasse a ser o próprio rio Parnaíba, em seu alto curso, o que seria um absurdo geográfico, pois o vale dêste rio já apresenta características físicas e humanas típicas do Nordeste Brasileiro (Soares, 1948, p. 06).

A tríade rica/vazia/vulnerável que sustentou uma multiplicidade de olhares sobre a Amazônia, conforme elucida Santos Filho (1996), estrutura as formações discursivas que engendraram o Plano de Valorização da Amazônia e, nesse sentido, a leitura de Soares caminha para o entendimento do alargamento das margens que desenham a “região natural” em prol de uma ideia de planejamento que atendia à retórica desenvolvimentista em voga no Brasil. É nessa mirada que, ao questionar o modelo de “região de planejamento” proposto para recuperar e povoar a Amazônia, via que a nova estratégia de reterritorialização do espaço no campo jurídico desconsiderava critérios geográficos, históricos, econômicos e sociais. Para ele, a composição de uma “região de planejamento” deveria facilitar a aplicação de políticas locais de efeito regional, combatendo a prática do extrativismo, o problema sanitário, a dispersão e o isolamento (Oliveira Júnior, 2021). Nessa ação combativa, “luta, dura, lenta e heroica, de desbravamento e de ocupação do chamado ‘deserto verde’”, propõe a inserção da chamada “terra de ninguém”, espaço “que separa a Amazônia da área do planalto brasileiro”, as zonas “que se encontrem atualmente sem desenvolvimento ou em decadência” e aquelas cujas vivências estivessem diretamente ligadas à Amazônia (Soares, 1948, p. 43).

Cabe frisar que o olhar dos geógrafos sobre a Amazônia, a partir dos anos 1930, é o de uma “fronteira de recursos” incalculáveis e inexplorados (Becker, 1982; Oliveira, 1984; Santos Filho, 2008). Daí a necessidade de fiscalizar, de planejar, de controlar e de demarcar ser atravessada por disputas e tentativas de controle. O geógrafo Eidorfe Moreira, em *Amazônia: o conceito e a paisagem* (1960), fez uma síntese do diagrama de forças que se formou em torno da fabricação da Amazônia Legal, destacando os três principais critérios que nortearam o debate: o dos “pontos geodésicos”, proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres<sup>17</sup>;

---

<sup>17</sup> O jurista carioca Alberto Torres foi um dos precursores, no Brasil, de um movimento de cunho ambientalista. Sua visão sobre Ecologia e a preocupação com o meio ambiente inspiraram a criação da Sociedade dos Amigos

o “fisiográfico”, baseado nas bacias hidrográficas, do Conselho Nacional de Geografia; e o da cobertura botânica, (proposto no relatório do senador A. Adolpho. Conforme Moreira (1960), o critério que vigorou na confecção da Amazônia Legal foi o geodésico: “Sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado. Além de precário, como todo critério abstrato, êle oferece o inconveniente de projetar arbitrariamente os limites da Amazônia além das raias naturais de sua bacia hidrográfica” (Moreira, 1960, p. 4).

Assim, as fronteiras jurídicas, políticas e econômicas se chocavam com as fronteiras naturais. Os discursos que engendravam a ideia de uma “região de planejamento” se sobrepuseram aos discursos geográfico e botânico. Nesse cenário de batalha, as linhas que delineavam o território amazônico foram alargadas em direção ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Pode-se aventar que a Amazônia Legal nasceu como estratégia de poder, de domínio e de controle de grupos políticos e de uma elite regional. Entre os enfrentamentos contrários à criação desse referente espacial havia uma tentativa de manter sob o controle da SPVEA apenas os estados e territórios federais pertencentes à região Norte:

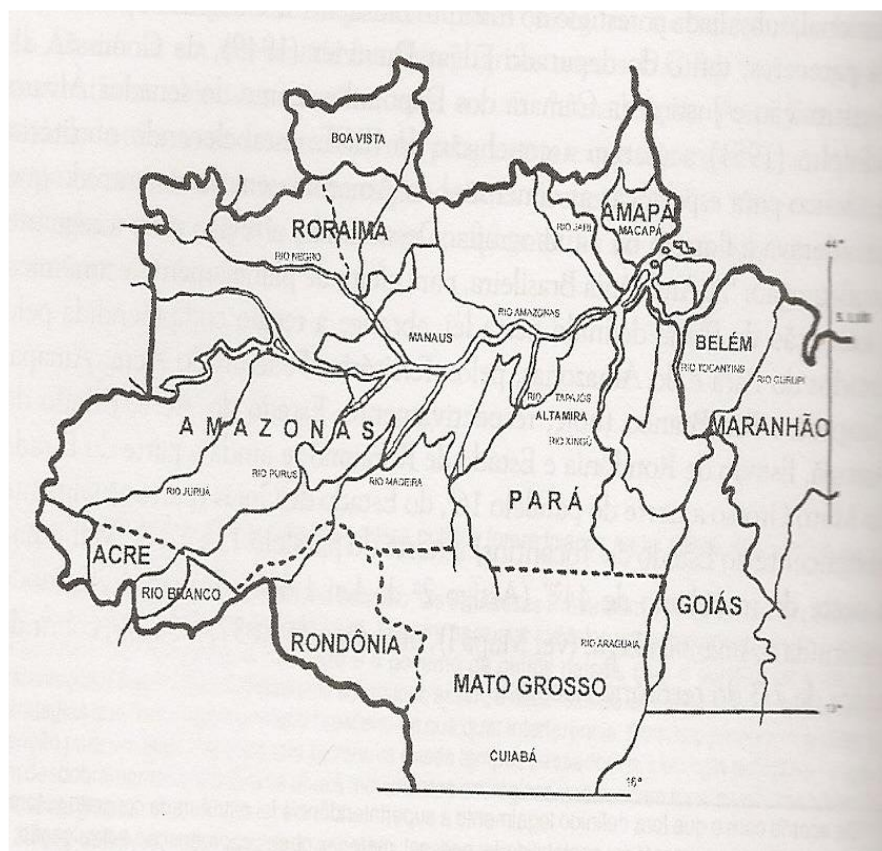
[...]os legisladores, vários deles desejosos de beneficiar seus Estados ou áreas de seu eleitorado, dilataram brutalmente os limites oficiais da região, criando a chamada ‘Amazônia Legal’, com 5.035.070 km,” isto é, 59% da área do Brasil. Jamais, em qualquer país do mundo, um departamento de planificação regional teve a seu encargo uma superfície tão vasta! (Valverde, 1971 *apud* Petit, 2003, p. 71).

Becker (2004) postula que a intervenção autoritária do aparelho de Estado foi crucial para a instituição das regiões. Para ela: “A Amazônia Legal foi uma criação geopolítica do governo federal visando o controle do território, com o argumento de propiciar o desenvolvimento regional. Tal intervenção, todavia, de desenvolvimento não teve nada, mas foi a primeira intervenção governamental que criou realmente uma região” (Becker, 2004, p. 56).

---

de Alberto Torres, em 1932, no Rio de Janeiro. Essa sociedade civil se propunha a discutir os problemas nacionais com base no pensamento desse intelectual. Entre suas atividades, destacaram-se os estudos socioeconômicos, a educação rural, a imigração e o aproveitamento dos recursos naturais como fonte de energia. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Figura 2 – Espacialização do território Amazônia Legal de acordo com a Lei nº 1.806/53



Fonte: IBGE (1953)<sup>18</sup>

O fato é que a nova geopolítica da Amazônia emergia em meio a uma série de divergências conceituais, políticas e econômicas que se acentuaram durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Sendo a Geopolítica um campo que abrange as relações entre poder e espaço geográfico, conforme definido por Becker (2005b), é possível identificar que essas mudanças foram mais uma concepção geopolítica do que um parecer geográfico, que objetivou determinar uma área para execução de políticas territoriais, econômicas e sociais, com vista a garantir uma maior integração desse território com o restante do país.

Diante da complexidade dos embates travados na elaboração do recorte espacial amazônico, a problemática que atravessa essa pesquisa é como o Maranhão, espaço visto como de transição, foi sendo inserido na múltipla e elástica cartografia amazônica? O dispositivo Amazônia Legal, ao reinventar geograficamente e politicamente a “região” pelo signo do planejamento econômico, inseriu o Maranhão, em quase toda sua extensão, em sua cartografia. Convém dizer que o Maranhão amazônico se configura em um cenário complexo, cerzido entre

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

mundos e corpos diversos que se embaralham e constituem uma extensa tapeçaria entrecortada por múltiplos territórios, territorialidades e experiências de tempo.

### 2.3 A hileia maranhense: “um rendado de saliências e de recortes”

Entre os textos que versaram sobre o Maranhão e foram publicados na RBG até 1960, chamo atenção para o artigo de 1955 do geógrafo Roberto Galvão,<sup>19</sup> intitulado “Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia”. O cerne da narrativa é mapear os limites amazônicos e explicar o processo de ocupação da área maranhense contemplada com o Plano de Valorização da Amazônia. De início, Galvão (1955) pontua que a rarefeita bibliografia sobre o tema e as escassas pesquisas de campo não permitiram a realização de um mapeamento mais crível sobre o espaço maranhense, chamando atenção para a necessidade do “reconhecimento *in loco*” do perímetro ainda não incursionado pelo CNG, deixando entrever a importância das excursões e das viagens de reconhecimento (com uso de métodos e técnicas de trabalho de campo e de instrumentos de medição científica) para o ofício dos “novos” geógrafos, e o papel do conselho enquanto agência captadora de recursos para organizar expedições e incursões que visassem interpretar e sistematizar com precisão os dados territoriais (Camargo, 2009, p. 26).

Nessas condições, a leitura de Galvão (1955) foi feita à luz dos relatos escritos por geógrafos, botânicos, geólogos e outros cientistas que estiveram no Maranhão na primeira metade do século XX. Em geral, pode-se ressaltar que sua leitura espacial é atravessada primordialmente pelo olhar de Raimundo Lopes, ainda que aponte outros autores que deixaram impressões e contribuições sobre o espaço natural maranhense. Nas palavras desse autor, *O Torrão Maranhense* é “uma preciosa fonte de informações”, que apesar de ter sido “republicado em 1937, sofreu o mesmo anotações e comentários do autor que, todavia, não alteram a obra em sua estrutura nem modificam substancialmente os conceitos emitidos na edição primitiva” (Galvão, 1955, p. 239).

Nesse sentido, apresenta um compêndio de textos e mapas que o ajudou a compor seu entendimento sobre a pouco conhecida geografia maranhense. Seu texto é repleto de descrições que representam o espaço natural pelo viés da exuberância e, principalmente, da dificuldade de fixar limites precisos, compondo um cenário no qual as florestas, as matas, os rios, as monções,

---

<sup>19</sup> O geógrafo carioca Roberto Galvão era membro do Conselho Nacional de Geografia e atuava como técnico da Divisão Regional Seção Norte. Deixou relevante contribuição sobre a região Tocantins-Araguaia até sua morte, em 1957, em um acidente nas corredeiras do rio Tocantins (Brasil, 1958, p. 463).

os igarapés, as várzeas, os igapós e os campos se enlaçam e desenham “um rendado de saliências e de recortes”. Na projeção desse espaço físico, os textos por ele elencados o ajudam a lançar luz sobre o processo de interação do humano com a rica biodiversidade local.

Atento ao olhar de Raimundo Lopes sobre o Maranhão, Galvão (1955) tece a topografia amazônica pelo signo do movimento, especialmente, através das representações da “hileia” e dos rios que cortam o espaço. A floresta tropical, o maior de todos os símbolos do mundo amazônico, é identificada em um reticulado de lugares em “tôda a porção noroeste e oeste do estado e parte da sua região central, abrangendo as bacias dos rios Gurupi, Turiaçu, Pindaré, os vales médio e inferior do rio Grajaú e a porção ocidental do vale médio do Mearim” (Galvão, 1955, p. 257). Lopes (1970) guia Galvão (1955) por uma geografia de contrastes, por um território de fronteiras porosas “entre a hileia grandiosa e as áridas catingas”, “entre a baixada e o planalto, sob o ponto de vista do relevo, [...] entre a mata e o sertão, sob o ponto de vista da flora” (Lopes, 1970, p. 115).

A mata amazônica, descendo pelo grande vale alongam-se, para além dos campos marajoares e do sulco do Tocantins-Pará. Entra na zona oeste maranhense, cobrindo larga parte do território até um limite, que coincidindo aproximadamente com o do clima amazônico se pode fixar no médio Mearim. É a “floresta” virgem característica do clima equatorial. Menos intrincadas, menos compactas, as matas maranhenses são símiles um pouco atenuadas da grande hileia (Lopes, 1970, p. 50).

Nesse sentido, a floresta tropical vai sendo esquadrihada e emergindo pelo signo da dificuldade de nomear e de penetrar. Paisagem em transmutação, fixar seus limites era algo que gerava divergências. Ao longo do texto, Galvão chama atenção para visões que divergiam sobre as demarcações constituídas pelos intelectuais que escreveram sobre essa paisagem. A imprecisão dos limites florestais fixados por Raimundo Lopes, que situava a floresta amazônica de oeste a noroeste do Estado, divergia da visão de Galvão de que “este limite era bastante impreciso”, pois havia “uma transição entre a floresta úmida e as formações xerófilas do Nordeste”, “interpenetrações da floresta com os campos firmes do litoral” (Galvão, 1955, p. 254).

Vale lembrar que as projeções cartográficas da primeira metade do século XX, no Brasil, eram perpassadas por erros e imprecisões, tanto pelas dificuldades de penetrar o vasto território nacional quanto pelos limites técnicos, que exigiam a qualificação dos profissionais no uso de novas tecnologias e de práticas metodológicas. Desse modo, estabelecer limites e caracterizar divisões regionais engendravam lutas e enfrentamentos no interior das instituições

responsáveis pelo planejamento, de maneira que os saberes geográfico, estatístico e cartográfico se interligaram para aperfeiçoar a qualidade da informação sobre municípios e estados.

Com efeito, as áreas florestais de “hileia” eram representadas como barreiras naturais a serem transpostas pela ação humana, enquanto os rios, com seus labirintos de afluentes e igarapés, configuravam-se em elos de penetração nos espaços mais remotos. Rogério Galvão destacou que “as correntes povoadoras” deram “desmesurado rodeio pelo Mearim e, mais ainda, pelo Itapecuru” para se fixarem nesse território ou em suas proximidades, de modo que o espaço urbano se forjou “em locais estratégicos, em pontos de trânsito fluvial e terrestre mais intenso; à margem de um lago que conduz a um ou mais rios, no limite de navegação ou nos pontos de encontro das estradas com os rios” (Galvão, 1955, p. 263).

Raimundo Lopes evidenciou em seus textos o protagonismo dos rios na tessitura do espaço através de imagens como a do rio que surge selvagem como o Gurupi, dos rios que abrem campos risonhos como o Pindaré e o Mearim, do rio que projeta gargantas pitorescas como o Grajaú, dos rios que se revelam em magnitude como o Tocantins e o Parnaíba, do rio que surge imponente e rude como o Turi, e do rio sem juízo como o Itapecuru (Lopes, 2017). É preciso lembrar que na configuração socioespacial do Maranhão a navegação fluvial foi o principal elo entre os núcleos urbanos espalhados na hinterlândia maranhense até a abertura das rodovias federais entre as décadas de 1960 e 1970, pois foi por meio das artérias fluviais que o processo de ocupação pelos não índios foi se dando Maranhão adentro.

A historiadora Socorro Cabral (1992), em estudo pioneiro sobre a ocupação do sul maranhense pela frente pastoril, lançou luz sobre as principais rotas de navegação no interior, investigando o modo como contribuíram para o apogeu e a decadência de diversas cidades: Carolina, Grajaú, Balsas, que têm suas histórias entrelaçadas a de rios como o Mearim, o Grajaú, o Tocantins e o Balsas. Para ela: “A riqueza que flutuava nas correntezas perenes, unindo povos e integrando terras”, nasceu e desapareceu a bordo e à beira dos rios” (Cabral, 1992, p. 165-166).

Na feitura do espaço amazônico, a natureza vista como selvagem e exótica ganha significados culturais, nos quais os rios e a floresta são partícipes da história. O Mearim surge como rio de fronteira, “levando-se em conta as características fisiográficas diversas nas duas margens. A margem esquerda dêsse rio apresenta topografia suave e vegetação amazônica [...] enquanto a margem oriental, mais escarpada, já tem revestimento vegetal típico do Nordeste” (Galvão, 1955, p. 254). Fronteira líquida e botânica, o Mearim é representado como a grande linha que limitava a floresta amazônica no Maranhão. Conforme aponta Rita Ayres Silva (1944), de um lado (ocidental) ele apresenta “muitas espécies típicas da Hyloea [...] como a

paxiúba, a castanha, a copaíba, o cumaru, o cravo, e até mesmo a hévea”, e do outro (lado oriental), “os espécimes propriamente amazônicos desaparecem por encanto; não mais castanheiros ou seringueiras do Carú, não mais cumaru ou cravos do Alto Grajaú; o panorama começa a ser outro” (Silva, 1944 *apud* Galvão, 1955, p. 256).

Com base nos dados coletados no Censo de 1940, a geógrafa Eugênia Egler analisou a distribuição da população maranhense em artigo publicado na RBG em 1951. Segundo ela, o Maranhão possuía, até os anos 1940, uma população de aproximadamente 1.235,169 habitantes, sendo que pelo menos 85% viviam no campo (nos campos do interior, nas fazendas e sítios), praticavam o extrativismo vegetal (babaçu e carnaúba), uma agricultura de subsistência e a pecuária. A autora também situava o Maranhão em uma área de transição “entre as caatingas do Nordeste, as matas amazônicas e os campos cerrados do Planalto Central”, caracterizando a porção oeste desse território como a mais isolada e de traços amazônicos: “Onde a mata densa, o clima úmido e a presença de índios bravos têm dificultado a penetração e a ocupação da região, o que determinou o seu completo isolamento do resto do estado”. Classifica a porção leste como “tipicamente nordestino,” com população escassa; o centro-norte, onde se situa o golfão maranhense, como a zona mais densamente povoada; e a parte sul, zona das grandes chapadas e de cerrados, “a população é mais ou menos rarefeita, concentrando-se nos vales dos rios (Egler, 1951, p. 80).

Outro texto importante citado por Roberto Galvão e que também foi publicado na RBG, em 1939, é o de Sylvio Fróes Abreu, um dos fundadores e consultor técnico do CNG, intitulado Observações sobre a Guiana maranhense. O artigo foi fruto da viagem de campo de Fróes Abreu ao oeste do Maranhão, em 1935, na qual incursionou pelo território do Gurupi, entre as cidades de Turiaçu (MA) a Viseu (PA). Seu relato é importante, pois aponta indícios de uma parte do Maranhão em que se identificavam as maiores características da hileia amazônica, sendo representada pela sua dificuldade de penetrá-la, devido à floresta e à presença indígena, mas que nos anos 1930 atraiu diversos grupos sociais em deslocamento em busca da “febre do ouro”. Abreu (1939, p. 26), ao registrar o cotidiano do garimpo, nomeou essa parte do Maranhão como sendo “uma das que tem mais baixo índice de civilização no Brasil”, apesar de ter vivenciado um curto e intenso processo de crescimento com a descoberta de jazidas de ouro.

O movimento de trabalho que se iniciou na zona com a expansão da exploração aurífera nos últimos anos provocou um povoamento, embora temporário; criou um comércio, atraiu estrangeiros de várias raças, mantendo, em suma, uma nova paisagem cultural, mais viva, mais movimentada que o antigo panorama apático e selvagem, do tempo em que restos das tribus

*urubús* segregavam a região à penetração do homem branco (Abreu, 1939, p. 26, grifo do autor).

Sabe-se que o interesse pelo território do Gurupi vinha de longa data. O autor menciona que desde o século XVII houve tentativas de colonizar essa zona através dos rios Turi e Gurupi, porém, a floresta foi o grande obstáculo: "A fraqueza da massa colonizadora diante da resistência áspera da floresta foi patente; o homem não conseguiu dominar as dificuldades e não conseguiu criar ali um centro permanente de trabalho e de progresso" (Abreu, 1939, p. 47). No começo do século, Lopes (1970) já tinha enfatizado que a floresta do Gurupi obstruía "a marcha avassaladora da civilização". Esse aspecto foi reforçado por Fróes Abreu (1939), ao afirmar que "a densidade das matas, as dificuldades de navegação, a hostilidade dos índios (até 1930) tem impedido não só o povoamento como o simples reconhecimento da terra" (Abreu, 1939, p. 47-49). Para ele, mesmo na fase aurífera, quando se estabeleceram núcleos provisórios, a exemplo do povoado "Inglês", um centro de negociação do ouro, a hostilidade dos indígenas, o isolamento, as dificuldades climáticas e as endemias foram fatores que acarretaram a mobilidade humana.

Egler (1951) atualiza a ideia de que o noroeste maranhense era um "espaço vazio". Segundo ela, a área que se estendia do rio Gurupi (na fronteira com o Pará) até o rio Grajaú, representava um "vazio demográfico".

A Hiléia aí aparece mais ou menos densa, possuindo algumas espécies muito características, tais como a seringueira *Hevea brasiliensis*, a baunilha (do gênero *Vanilla*), e palmeiras de açaí (*Euterpe oleracea*), que constituem os únicos produtos de exploração. Em alguns trechos, a mata avança muito para o norte, indo juntar-se aos campos da baixada. Somente junto à costa, os campos cedem lugar aos mangues, que cobrem toda a região alagada pelo mar e acompanham grande extensão da orla litorânea e alguns rios. Essas condições físicas desfavoráveis, associadas à falta de incentivo à agricultura, dificuldades de transporte terrestre e fluvial e, ainda, o terror infligido pelos índios urubus, mantiveram a região fechada por muito tempo à colonização; daí o seu isolamento e pequeno desenvolvimento econômico (Egler, 1951, p. 80).

Ainda segundo a autora, mesmo após as várias tentativas de colonização as barreiras geográficas e culturais (dificuldades de navegação, a densidade da mata e a hostilidade dos índios) foram obstáculos intransponíveis à tentativa de desenvolvimento da região, de tal modo que as populações se concentravam nas "bordas da mata", com destaque para os núcleos urbanos surgidos nas primeiras décadas do século XX, no rastro da mineração e através de intensas relações mercantis com o Pará.

Êsses pequenos centros encontram grande dificuldade na aquisição de mantimentos por falta de vias acessíveis, sendo o comércio feito através de picadas a lombo de burro e, muitas vezes, pelo próprio homem, o que vem dificultar a fixação dos mesmos. O noroeste maranhense devido à proximidade com o Pará, tem relações comerciais mais intensas com êsse estado. Assim é que recebe as diversas mercadorias, principalmente armas, bebidas, ferramentas, carne seca e mesmo crédito para os comerciantes, das praças de Belém, Bragança e Viseu. Dadas as dificuldades de transporte tanto terrestre como fluvial, a população que aí se estabeleceu, vive exclusivamente da economia extrativa vegetal e mineral, fazendo com que o índice de mobilidade seja muito acentuado, conforme as notícias de sucessos nos diferentes lugares. É, no entanto, uma zona de grandes possibilidades de desenvolvimento (Egler, 1951, p. 81-82).

“Deserto florestal”, “área-problema”, “vazio demográfico” são algumas das nomeações encontradas nas narrativas geográficas de meados do século XX, especialmente para definir o oeste maranhense, território cuja presença da floresta amazônica e a concentração de grandes populações indígenas eram traços marcantes. É preciso dizer que de 1930 a 1960, território e população tornaram-se categorias-chaves na imagética nacional, precisando serem conhecidas, mensuradas, investigadas, diagnosticadas e sanadas para se atingir os ideais de uma nação urbano-industrial, moderna e civilizada. Para Gomes (2008), a tarefa de “organizar a nação” era um enfrentamento assumido pelo Estado, a quem cabia combater, por meio de políticas públicas, os inúmeros problemas que se alastravam sobre o país, como as péssimas condições de saúde e de educação. Ademais, as políticas territoriais que visavam desbravar e ocupar os ditos espaços vazios engendraram mudanças significativas no perfil sociodemográfico da população brasileira.

Almeida (2008) sinaliza que desde o período colonial, especificamente no governo do Marquês de Pombal, foi se forjando um esquema interpretativo sobre a Amazônia que pautava a intervenção e a ocupação desse território em preceitos que “combinavam a noção de progresso com o de racionalidade econômica” (Almeida, 2008, p. 25). Tal esquema racional teria sobrevivido, entre rupturas e continuidades, até o regime civil-militar. Note-se os diferentes planos, programas e ações governamentais que foram implementados da SPVEA à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e de outras agências e tecnologias de poder que estabeleceram uma série de planos de desenvolvimento para a Amazônia a partir de “critérios objetivos”, “ocupação racional” etc. Em outras palavras, Almeida (2008) defende que esse modelo de racionalidade era sustentado em abordagens bio-organicistas e dualistas, cuja visão da sociedade era de um organismo natural e os processos sociais se assemelhavam aos biológicos. Isso justifica diferentes dualidades: civilização/vida selvagem, modernidade/primitivismo, racional/nativo, harmonia/desequilíbrio,

progresso/atraso amplamente utilizadas nos discursos de geógrafos, de economistas, de planejadores, entre outros.

Daí o peso dado a tentativas de explicar a Amazônia pelo “meio físico”, pelo prisma da geografia, da topografia, da biologia etc., a partir de noções como a dos “tipos antropogeográficos”, “figuras típicas” e “populações” que balizaram programas e projetos governamentais para a natureza amazônica. Almeida (2008) lembra que os discursos do “vazio demográfico”, da “insuficiência demográfica” e da “baixa densidade populacional” foram cruciais para embasar o argumento do “espaço vazio” e da “ocupação racional”. Para esse autor, tais discursividades foram acionadas em vários momentos como na justificativa dos “programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais” (Almeida, 2008, p. 33).

Se tomarmos a produção narrativa dos geógrafos aqui enfeixada sobre o Maranhão, especificamente sua faceta amazônica, observa-se que no momento de criação do dispositivo Amazônia Legal (1953) o Maranhão ainda era um enigma a ser decifrado. O desafio enfrentado pela geração de geógrafos ligados ao Conselho Nacional de Geografia, responsáveis pela institucionalização do campo geográfico a partir dos anos 1940, esbarrava em limites físicos e culturais. Daí a necessidade de empreender incursões, visitas técnicas com o intuito de conhecer, investigar, valorizar e divulgar as fronteiras internas da Nação. No entanto, o caráter fronteiro da região, preconizado pelo saber geográfico, ganhou contornos ainda mais acentuados nos discursos das elites regionais, a partir da década de 1960 e 1970, sob a retórica do nacional-desenvolvimentismo dos governos militares. Intermediado pelo discurso da singularidade regional entre o Nordeste e a Amazônia, o Maranhão atraiu investimentos tanto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) quanto da Sudam, que engendraram as bases para a implantação de grandes projetos de exploração econômica e cultural, subsidiadas através de incentivos fiscais.

## **2.4 Fronteiras ecológicas: a hileia maranhense e o discurso ambiental**

Na contramão dos discursos e dispositivos político-governamentais que colocaram em prática a ocupação do território amazônico, os movimentos socioambientais tiveram papel de relevo, particularmente a partir dos anos 1980, na defesa da biodiversidade, na criação de estratégias para a preservação ambiental, nos processos de territorialização de comunidades tradicionais, na construção de identidades políticas (seringueiro, quebradeira de coco babaçu,

quilombolas, boiadeiros, ribeirinhos, castanheiros etc.), na luta pelos direitos indígenas (Brum, 2021; Almeida, 2008). Nessa senda, torna-se indispensável refletir, ainda que de forma breve, sobre como o discurso ambiental tem atuado no diagrama de forças em disputa pelo poder de nomeação, de apropriação e de atuação sobre o espaço amazônico.

Vale sublinhar que não almejo, nessa pesquisa, aprofundar essa temática complexa, com várias vertentes interpretativas, uma diversidade conceitual e procedimentos teórico-metodológicos, mas o de fazer um esforço analítico inicial de pontuar alguns recortes, direcionamentos e representações produzidos pelas narrativas ambientais sobre a Amazônia maranhense. Além disso, no fluxo do tempo presente, torna-se necessário e urgente, particularmente no âmbito da Amazônia, abordar os discursos pontuados e cingidos em torno das fronteiras ecológicas. Nessa projeção discursiva, a problemática ambiental abre-se como um leque variado de possibilidades de pensar a historicidade da interação humana com a natureza.

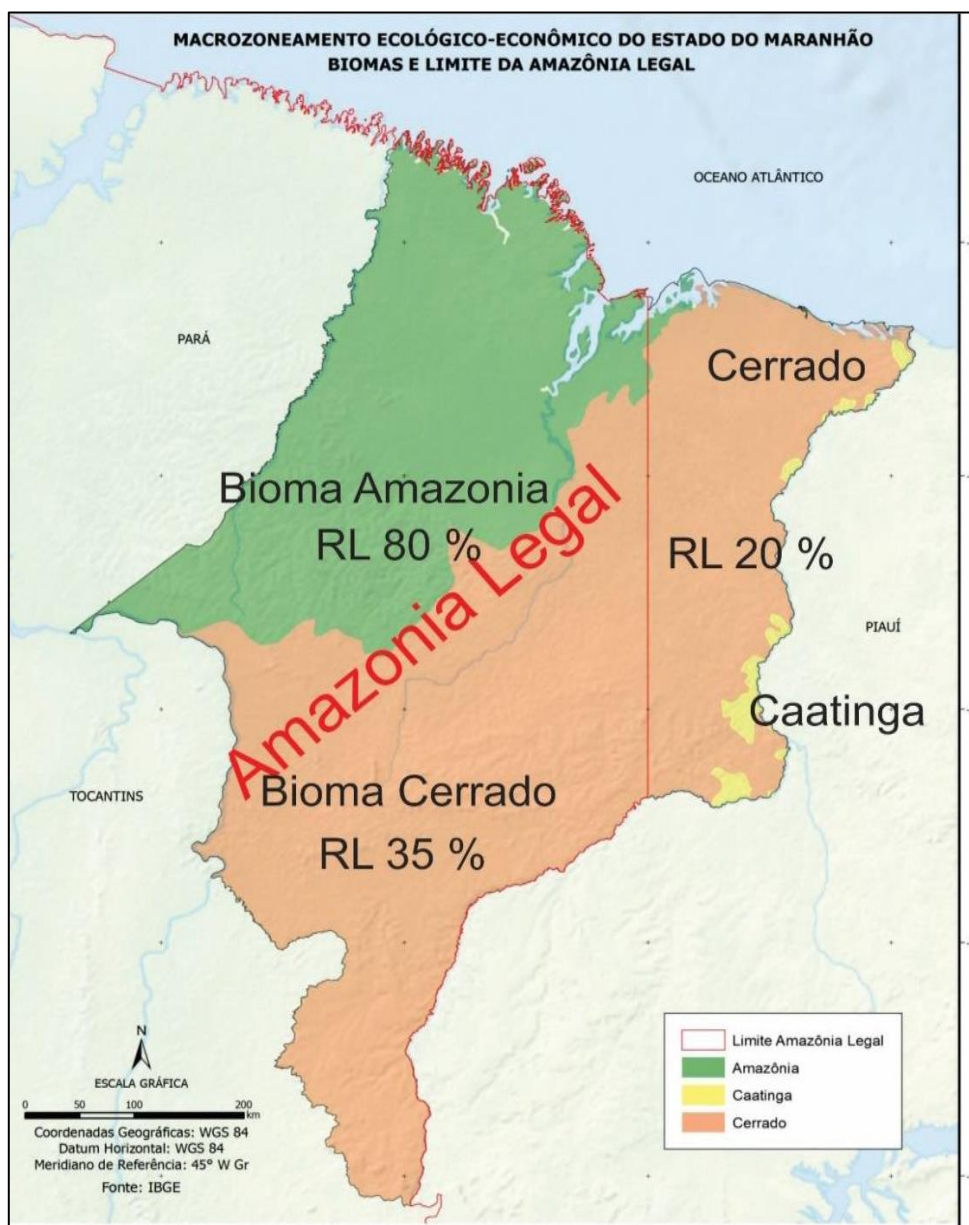
Procuo lançar o olhar para um tipo de narrativa ambiental enunciada por biólogos, geógrafos, ecologistas que, ao focarem na análise dos ecossistemas, subdividem o espaço ecológico nacional nos chamados biomas<sup>20</sup>, destacando a existência de cinco grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa, Pantanal e floresta amazônica. Para Pádua (2009), mesmo havendo divergências quanto ao uso dessa ferramenta conceitual, no que tange às constantes mudanças e transformações do espaço natural, é válido considerar que a ideia de bioma “possui uma territorialidade bem definida, organizadora do espaço nacional em um conjunto pequeno de componentes ecológicos”, permitindo a introdução de “elementos sociais e humanos na compreensão geográfica do que sejam os biomas brasileiros, captando também a sua identidade em termos de ocupação social e vida cultural” (Pádua, 2009, p. 7).

No tocante ao Maranhão, espaço geograficamente instituído pelo signo da transição, identifica-se o bioma amazônico em sua porção oeste – uma área de 81.208,40 km<sup>2</sup>, cerca de 34% do território maranhense –, e no restante do estado, nota-se a predominância do cerrado e de pequenas faixas de caatinga (Figura 3). No campo ambiental, uma das estratégias de conceituação e de enfrentamento é a que delimita o Maranhão amazônico no perímetro de abrangência do bioma (Figura 4).<sup>21</sup>

<sup>20</sup> De acordo com o IBGE, bioma significa “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetais contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria” (IBGE, 2004).

<sup>21</sup> Através da Portaria nº 96, de 27 de março de 2008, do Ministério do Meio Ambiente, foi estabelecido que “todos os municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, bem como os municípios dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, [...] como municípios abrangidos pelo Bioma Amazônia”. No Maranhão, foram incluídos os municípios de: Pindaré, Amapá do Maranhão, Amarante do Maranhão,

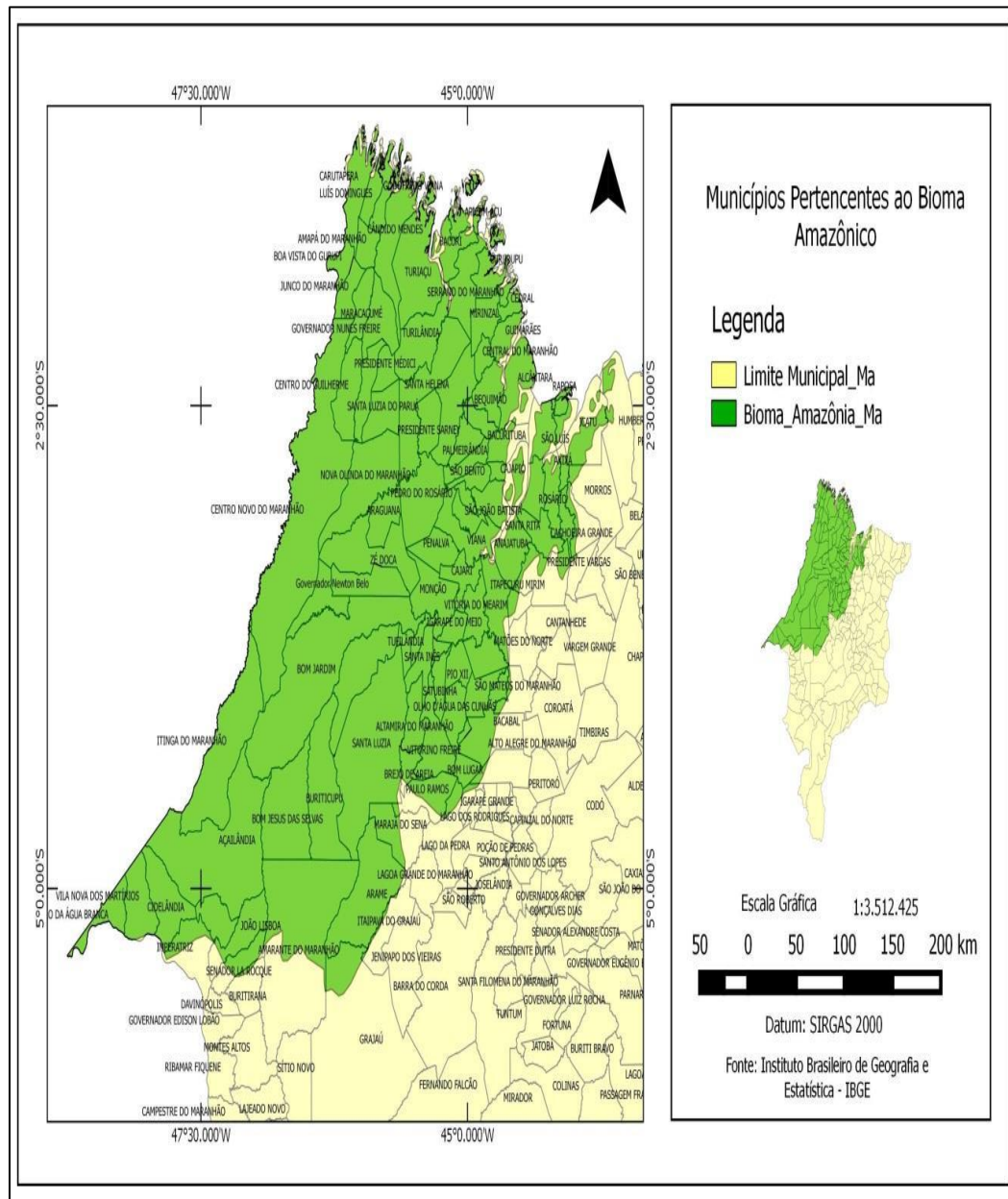
Figura 3 – Biomas e limites da Amazônia Legal



Fonte: Embrapa (2014 *apud* Rodrigues, 2016, p. 48)

Anajatuba, Apicum-Açu, Araguanã, Arame, Arari, Axixá, Bacabal, Bacabeira, Bacuri, Bacurituba, Bela Vista do Maranhão, Bequimão, Boa Vista do Gurupi, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Bom Lugar, Brejo de Areia, Buriticupu, Cachoeira Grande, Cajapió, Cajari, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Central do Maranhão, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Cidelândia, Conceição do Lago-Açu, Cururupu, Godofredo Viana, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Guimarães, Humberto de Campos, Icatu, Igarapé do Meio, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Junco do Maranhão, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Verde, Luís Domingues, Maracaçumé, Marajá do Sena, Maranhãozinho, Matinha, Miranda do Norte, Mirinzal, Monção, Nova Olinda do Maranhão, Olho d'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Paulo Ramos, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pindaré-Mirim, Pinheiro, Pio XII, Porto Rico do Maranhão, Presidente Juscelino, Presidente Médici, Presidente Sarney, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita, São Bento, São Francisco do Brejão, São João Batista, São João do Carú, São José de Ribamar, São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro da Água Branca, São Vicente Ferrer, Satubinha, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Tufilândia, Turiacu, Turilândia, Viana, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim, Vitorino Freire e Zé Doca.

Figura 4 – Abrangência do bioma Amazônia no Maranhão



Fonte: Silva (2015 *apud* Rodrigues, 2016, p. 49)

Nessa discursividade, o escalonamento ou zoneamento do espaço se ancora na descrição da paisagem natural, com destaque para o mapeamento, inventário e catalogação das espécies animais e vegetais, do clima, do relevo, dos índices pluviométricos, da hidrografia etc.

Em *Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação*, uma coletânea de textos publicada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi<sup>22</sup>, um grupo de pesquisadores de diversas áreas

<sup>22</sup> O livro é fruto das pesquisas e incursões na região amazônica, com base no Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), criado em 2004 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) através da Portaria MCT nº 268, de 18/06/2004, e modificada pela Portaria MCT nº 383, de 15/6/2005. De abrangência nacional, o

(biólogos, agrônomos, técnicos ambientais) reuniu esforços para apresentar e problematizar o inventário da biodiversidade e da conservação do bioma amazônico no Maranhão. Os artigos apresentam um panorama da diversidade biológica, das ameaças e dos desafios enfrentados nessa parte do Maranhão. Para esses pesquisadores, mapear e divulgar esse território pouco conhecido é essencial para incitar o debate público sobre o processo de deterioração e violação da floresta amazônica. Martins e Oliveira (2011, p. 10) advertem que o lado maranhense é a parte da Amazônia Legal “com o maior grau de ocupação do espaço com áreas protegidas, alto grau de desmatamento e fragmentação florestal e um dos menores índices de desenvolvimento humano”.

Importante dizer que a *rainforest* se espalha por um perímetro de aproximadamente 5,4 milhões de km<sup>2</sup> distribuídos em oito países na América do Sul. Nela está abrigada a maior biodiversidade do planeta, ou seja, a floresta amazônica é a maior em ecossistemas florestais e recursos hídricos. Com base nas narrativas de estudiosos, ela se manteve praticamente intacta, pelo menos até a década de 1970. O historiador José Augusto Pádua (2000) postula que até fins do século XIX a floresta era uma área marginal aos interesses do capitalismo industrial e do próprio Brasil. Isso muda de figura com a exploração da *hévea*, todavia, a prática do extrativismo da borracha não acarretava a destruição da floresta, pois dependia da existência de árvores “vivas e saudáveis” para a extração do látex. Já nos anos 1970, iniciou-se uma fase que o autor nomeou de “décadas de destruição” da Amazônia, na qual “a região tornou-se um cenário de um drama ecológico e social que passou a ser reconhecido, especialmente a partir da década de 1980, como um problema de dimensões planetárias” (Pádua, 2000, p. 795-796).

Vale chamar atenção para a necessidade de problematizar o conceito de “degradação”, amplamente empregado nas falas de cientistas naturais e ambientalistas. Almeida (2008) nos alerta para o modo como esse conceito é utilizado, colocando em cena uma ideia de natureza vista apenas pelo meio físico, autoevidente, objetivista e que omite o sujeito da ação, conforme se observa na narrativa de biólogos, agrônomos, geólogos etc. Para ele, natureza é um conceito em disputa, que não pode mais ser entendido sem incorporar as mobilizações sociais e os

---

programa iniciou suas atividades com foco na Amazônia e no semiárido brasileiro, e seu objetivo era “promover o desenvolvimento de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos e o fortalecimento institucional na área da pesquisa e do desenvolvimento da diversidade biológica, em conformidade com as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade. Além disso, foram criados dois grupos executores: na Amazônia ocidental, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa); e na parte Oriental, o Museu Paraense Emílio Goeldi. O programa estava estruturado em três componentes: Inventários, Coleções e Projetos Temáticos.

diferentes processos de territorialização, que a partir de 1985 teriam alterado o sujeito da ação ambiental.

A ação ambiental que até então é entendida como sem sujeito, porque depositava tudo na “razão” e no Estado, passa a ter sujeitos específicos e passa a ser entendida por uma diversidade social a ser explicada por uma heterogeneidade de formas e relação com a natureza. Já não se podia mais falar em categorias homogeneizantes como: “produtor”, “agricultor”, “lavrador”, “pescador” ou “extrativista” como meras ocupações econômicas. Tampouco, havia eficácia em se permitir na classificação de “figuras típicas”. Esses termos em si estavam sem força explicativa, tornaram-se inócuas, porquanto manifestavam uma existência atomizada que foi inteiramente transformada com as mobilizações políticas, com a consciência ambiental profunda que se fez coextensiva aos movimentos sociais e com o advento de novas identidades coletivas (Almeida, 2008, p. 73-74).

No Maranhão, as narrativas geográficas, ecológicas e antropológicas apontam que o processo de destruição da cobertura florestal se iniciou na década de 1960, com a abertura dos grandes troncos rodoviários, a exemplo das rodovias Belém-Brasília (BR-010), BR-316 e BR-222, intensificando-se nas décadas seguintes, através dos projetos minero-siderúrgicos e da expansão do agronegócio. Celentelano (2018) defende que a intensa destruição das áreas florestais seguiu o rastro da exploração madeireira, da construção de grandes obras de infraestrutura, da pecuária extensiva e da especulação fundiária, reduzindo a área de bioma amazônico a um quarto de seu território.

Em face da ação predatória sobre as áreas florestais, as narrativas ambientais foram promotoras do discurso da preservação e da conservação da biodiversidade. Na contemporaneidade, preservar o que restou da cobertura florestal é também uma forma de enfrentamento, de luta pela manutenção da vida na região, dado que a floresta teria um papel essencial na conservação dos ciclos biogeoquímicos, na regulação do clima, na qualidade da água, na proteção dos rios e na dinâmica das chuvas (Celentelano, 2018).

A luta pela preservação territorial e pela restauração da floresta, nas últimas décadas, tem envolvido vários segmentos da sociedade: povos originários, comunidades tradicionais, instituições públicas, órgãos ambientais, movimento ambiental. Não se pode perder de vista que as pressões internacionais e os movimentos socioambientais, ao exercerem pressão sobre a sociedade e o poder público, foram responsáveis pela concepção de uma legislação ambiental no Brasil.

Embora a regulamentação ambiental no Brasil tenha ganhado corpo na fase de transição da ditadura militar para a ordem democrática, em 1934 a questão ambiental já começava a se esboçar com foco na criação de uma legislação específica sobre os usos e o

controle dos recursos naturais. Nesse âmbito, o discurso em relação à conservação do espaço natural ainda se mantinha fortemente marcado pelo modelo desenvolvimentista. Data desse período a criação do Código Florestal Brasileiro, através do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, representando o primeiro conjunto de leis sobre o uso das áreas florestais do país.

Ao analisar as contribuições e limites impostos por essa legislação, Carvalho (2016) defende que o Código Florestal e as políticas públicas implantadas nos anos 1930 eram o reflexo de um país que já trazia a preocupação com as dificuldades de enfrentar e de efetivar o ordenamento e o controle do território. Desse modo, “a ação de explorar a floresta, bem como a decisão sobre qual tipo de floresta deveria existir e em que local, não poderiam mais ser deixadas fundamentalmente nas mãos da iniciativa privada, e sim ser ordenadas pelo Estado” (Carvalho, 2016, p. 422).

É de se notar que a preocupação com os usos dos recursos naturais mantinha o sentido produtivista, distanciando-se do discurso da preservação ambiental. Um exemplo disso é que a grande maioria das reservas florestais eram vistas como produtivas e estavam sujeitas a extração comercial. Não obstante, o artigo 9º mencionava a existência de parques (nacionais, estaduais e municipais), revelando uma preocupação preservacionista, sendo definidos como “monumentos naturais dotados de características especiais que fizessem a sua flora nativa merecer preservação” (Drummond, 1998, p. 133).

No caso da Amazônia maranhense, até onde pude mapear na documentação analisada, foi possível identificar, durante o governo de Jânio Quadros, o Decreto nº 51.026, de 25 de julho de 1961, responsável pela criação da Reserva Florestal do Gurupi. O decreto estabelecia a demarcação de um perímetro de “Norte e Oeste - pelo Rio Gurupi desde a localidade do Itamataré”, “a Norte Leste - por uma linha seca ligando Itamataré na margem direita do Gurupi até Pimentel no Rio Pindaré daí pelo Rio Pindaré até o segmento do paralelo 4º. Ao Sul – pelo segmento do paralelo 4º” (Brasil, 1961, [n.p.]). No artigo 2º, ficava definido que na delimitação da Reserva Floresta respeitavam-se “as terras do índio, de forma a preservar as populações aborígenes, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor, bem como os princípios de proteção e assistência aos silvícolas, adotados pelo Serviço de Proteção aos índios” (Brasil, 1961, [n.p.]).

Na leitura de Martins e Oliveira (2011), a necessidade de criar essa reserva no território do Gurupi foi fruto do processo de devastação florestal e das intensas práticas predatórias que ocorreram no Maranhão a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília na década de 1960. Entretanto, defendem que da criação da Reserva Florestal até 1988, o território ficou legalmente desprotegido em decorrência da instituição de um novo Código Florestal (Lei nº 4.771, de

15/9/1965), que não contemplou o polígono demarcado pela reserva como área de preservação e da Guerrilha do Araguaia<sup>23</sup>, que se estendeu pelo sudeste do Pará, norte do Goiás (atual Tocantins) e parte do oeste do Maranhão, na área conhecida como “Bico do Papagaio”, possibilitando a emissão de títulos de propriedade nos territórios legalmente demarcados.

Tal argumento revela algumas das contradições da política ambiental implantada pelos militares. Ao mesmo tempo que o novo Código Florestal foi considerado um avanço na legislação, por considerar as florestas e “todas as outras formas de vegetação como áreas de interesse comum de todos os brasileiros”, por ampliar o conceito de áreas de preservação, de parques e reservas biológicas; por estabelecer punições do Código Civil a quem infringisse a lei; o governo, através de seus planos e programas, incentivava a apropriação em larga escala dos recursos naturais<sup>24</sup>.

Deve-se destacar a criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão que antecedeu o atual Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), que tinha a função de formular “a política florestal e dirimir o uso racional da preservação e conservação dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento florestal do país”, e, ainda, como último de seus objetivos, administrar os parques e reservas e a procura por produtos da floresta (Drummond, 1998, p. 133).

No bojo da ampliação das políticas ambientais na década de 1980<sup>25</sup>, a Reserva Florestal do Gurupi foi desmembrada, com a criação das terras indígenas (TI) Alto Turiaçu e Carú, e, posteriormente, a TI-Awá. Em 1988, é instituído outro marco regulatório, a Reserva Biológica do Gurupi (Decreto nº 95.614, de 12/1/1988), que tinha o objetivo de “preservar amostras representativas da região de florestas tropicais úmidas da chamada ‘Pré-Amazônia Maranhense’ com sua flora, fauna, geologia e demais aspectos bióticos e abióticos associados” (Brasil, 1988, [n.p.]).

As chamadas reservas biológicas, que começaram a ser criadas em 1974, são pertencentes às categorias de unidades de conservação de proteção integral, ficando proibido o uso direto de seus recursos naturais (como mineração, exploração madeireira, a caça etc.),

<sup>23</sup> Sobre a Guerrilha do Araguaia ver: Peixoto (2011) e Pereira (2015).

<sup>24</sup> Para uma melhor compreensão dos planos e programas traçados para os estados da Amazônia Legal, ver Batista (2016), Hébette (1991), Guimarães Neto (2003, 2017) e Soares (2010, 2020).

<sup>25</sup> A partir de meados da década de 1970, conferências como a de Estocolmo encadearam um movimento de agências multilaterais que exerceram forte pressão sobre países como o Brasil, contribuindo para a ampliação da legislação ambiental. Nessa conjuntura, uma série de leis foi instituída sobre os mais variados temas: controle da poluição, a criação de áreas especiais para fins turísticos e de áreas de preservação permanente, regulamentação dos parques nacionais etc. Em 1981, a Lei nº 6.938 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Em 1988, a Constituinte consolida a legislação ambiental brasileira com a inclusão de um capítulo dedicado ao meio ambiente.



Além disso, os órgãos ambientais a situam dentro da chamada Área de Endemismo Belém (AEB)<sup>26</sup>, um território rico em biodiversidade, que se estende do Pará ao Maranhão, sendo atravessada por seis terras indígenas, além de ser considerada a mais ameaçada de todo bioma o amazônico<sup>27</sup>.

Na tentativa de integração do oeste maranhense ao território nacional, as florestas maranhenses sofreram significativa redução, em decorrência da demanda por terras e madeira. Essa época coincidiu com o esgotamento da atividade madeireira no Espírito Santo, que ganhava impulso a partir do declínio das florestas de araucária no Paraná. Desse modo, abria-se “uma nova fronteira agro – silvo – pastoril” (Martins; Oliveira, 2011, p. 24), que escapara das tentativas anteriores de colonização da Amazônia por estar resguardada pela dificuldade de acesso, pela falta de rios navegáveis e pela presença indígena. Posteriormente, com a abertura da BR-222, ligando a BR-010 à capital maranhense, novas frentes madeireiras e pecuaristas foram se estabelecendo nessa porção do Maranhão.

Espécies de grande valor comercial, como mogno, ipê, cedro, freijó, cerejeira, cumaru e maçaranduba, foram amplamente negociadas nas inúmeras madeireiras que se espalharam nas cidades maranhenses de Imperatriz e Açailândia (Veríssimo, 2014). Ademais, o processo de derrubada das matas do Maranhão ao Pará foi responsável pela mobilização de centenas de trabalhadores que se espalharam nos pontos de pique estabelecidos nas áreas florestais. Escrevendo na década de 1970, Edelvira Barros (1972, p. 129) registrou o movimento de

---

<sup>26</sup> Na Amazônia há oito Centros de Endemismos, sendo quatro localizados somente no Estado do Pará (Guiana, Xingu, Tapajós e Belém) cada um desses centros possui uma história biogeográfica distinta. Segundo Almeida e Vieira (2010, p.96) “a formação de áreas de endemismo na Amazônia é uma consequência de vários eventos de especiação, que atingiram ao mesmo tempo um amplo conjunto de espécies ancestrais que possuíam ampla distribuição na região. Todos os estudos recentes indicam uma longa e complexa história evolutiva para as áreas de endemismo da Amazônia”. Além disso, as principais ameaças são “a perda de habitat, a degradação e a fragmentação causada pelo desmatamento e extração seletiva de madeira. O Centro de Endemismo Belém possui uma área de 243.000km<sup>2</sup>, contemplando 27 unidades de conservação, 14 terras indígenas e 147 municípios (62 no Estado do Pará e 85 no Maranhão) (Almeida; Vieira, 2010, p. 97).

<sup>27</sup> Em 2014, diversas entidades, instituições públicas e grupos ambientais se organizaram para a criação de um “Mosaico” de Áreas Protegidas no território do rio Gurupi. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação conceitua um mosaico de áreas protegidas como sendo “um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico. A gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (SNUC, Lei nº 9.985, de 2000, art. 26). O “Mosaico Gurupi” é um polígono que se estende do leste do Pará ao oeste do Maranhão, sendo entrecortado por seis Terras Indígenas – TI: Alto Turiaçu, Awá, Carú, Rio Pindaré e Arariboia (no Maranhão), pela TI Alto Rio Guamá (no Pará) e pela Reserva Biológica do Gurupi. A iniciativa de criação do mosaico visando a proteção e a restauração dos meios naturais (através de ações de manejo e recuperação das florestas e combate aos crimes ambientais) e a garantia dos direitos das comunidades tradicionais e dos povos originários foi fruto das lutas travadas pelos movimentos sociais que, através da junção de diferentes identidades coletivas (povos indígenas, membros da gestão da Rebio Gurupi, instituições públicas e representantes da sociedade civil), buscavam a gestão desse território.

migrantes nordestinos para Imperatriz: “Do Nordeste chegavam caminhões cheinhos, tropas de jumentos também. Vinham todos sujos de poeira, trazendo mil e um cacarecos: baús, meninos, cabaças, papagaios”. De tal modo que esse núcleo urbano foi se expandindo devido à chegada de diversos grupos de deslocados: “Diariamente dezenas de pessoas, de diversos pontos do país, na quase totalidade nordestinos. Muitos chegavam com a família. A cidade não possuía casas nem sequer alojamentos para abrigá-los” (Barros, 1972, p. 129).

Para além da Belém-Brasília, as redes migratórias que chegaram a partir da década de 1960 seguiram em direção ao oeste do Maranhão, pela BR-226 (Teresina à Região Tocantina) e a BR-222, importante elo entre a região do Mearim ao Alto Pindaré. Entre 1960 e 1970 muitos trabalhadores foram atraídos pela oportunidade de emprego na construção civil, na agropecuária e nas diversas serrarias e madeireiras existentes nas cidades, que surgiram ou se expandiram no curso das rodovias federais.

Assim, no esforço de ordenar, nomear, controlar e preservar a dita Amazônia maranhense engendraram-se uma série de enfrentamentos que, de meados do século XX até hoje, vêm sendo travados sob a mira de diferentes grupos que passam a interferir e demarcar novas fronteiras internas, frequentemente desfeitas e refeitas em meio a uma batalha discursiva que confere ao território um desdobramento contínuo: “Vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

Mais recentemente, a luta dos movimentos sociais e ambientalistas concentra-se no combate a novas estratégias de exploração dos recursos naturais, como a extração da madeira em áreas de conservação e de Terras Indígenas, com métodos cada vez mais aperfeiçoados, tais como: a construção de redes de estradas e ramais, a prática do corte raso e da extração seletiva de árvores de grande valor comercial, as queimadas e o avanço da pecuária, e, sobretudo, o aumento da violência e dos conflitos na região. E na luta pela afirmação e manutenção de seus territórios e de uma identidade amazônica na parte maranhense.

Nesse jogo de disputas, insinua-se também um embate entre enunciados como o uso das categorias pré-amazônia e Amazônia para nomear essa parte do Maranhão. Os pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi defendem que a partir dos anos 1980 começa a se forjar um discurso no qual a terminologia “pré-Amazônia” passa a ser utilizada para nomear a área de prevalência do bioma amazônico no Maranhão. Para esses autores, ao se acionar o termo “pré-Amazônia” nega-se a existência dos elementos amazônicos no Estado, o que revela as estratégias de controle político de vários grupos políticos e empresariais que atuam nesse território (Martins; Oliveira, 2011).

Rodrigues (2016, p. 60) também defende que o uso da categoria “pré-amazônia” foi parte da estratégia política de grupos com interesses na exploração mineral da parte maranhense materializada no Projeto Grande Carajás, permitindo que a Estrada de Ferro Carajás<sup>28</sup>, inaugurada em 1985, cortasse a Amazônia maranhense (Almeida, 2012).

O dispositivo “Amazônia Legal” e o caráter fronteiriço da região, que em décadas anteriores foi posto em disputa com o objetivo de atrair recurso público, permitiu que quase a totalidade do estado do Maranhão fosse considerado Amazônia. Nas últimas décadas do século XX tem ganhado novos significados. Para Rodrigues (2016), a tentativa de retirada do Maranhão do espaço amazônico e as mudanças na legislação ambiental garantiam o que os grupos econômicos precisavam para explorar áreas florestadas sem sofrer as sanções e penalidades de ordem jurídica e ambiental.

Entretanto, conforme pude notar na documentação arrolada durante o caminhar da pesquisa, a expressão “pré-amazônia” já era recorrente nos registros da imprensa nas décadas de 1960 e 1970, nos documentos oficiais e também em uma série de produções acadêmicas, principalmente de geógrafos e antropólogos que escreveram nos anos 1980 e adotaram a categoria pré-amazônia para nomear essa porção do Estado: Almeida (2008), Araújo (2010), Arcangeli (1987), Luna (1985), Santos e Andrade (2009) e Trovão (1989), entre outros autores que ampliaram os horizontes de pesquisa sobre a história recente do Maranhão.

Marcado por uma diversidade de tempos e espaços, o fato é que nessas narrativas (oficiais, jornalísticas e acadêmicas) a terminologia “Pré-amazônia” remete à noção produzida pelo saber geográfico, ao engendrar o discurso da transição, da diversidade de paisagens. Vale destacar que em muitas dessas narrativas essa categoria espacial aparece fixa, imersa em um tempo imóvel, como um dado real, evidente, como uma percepção naturalizada.

Ao refletirmos sobre a relação espaço-tempo, torna-se indispensável problematizar as categorias e as identidades espaciais. É preciso discutir não só o modo como nos relacionamos com a natureza, mas também como nos apropriamos dela conceitualmente. Exemplo disso é como a Amazônia foi (e ainda é) pensada através de uma multiplicidade de falas, maneiras de ver e de dizer que a representam pela ideia de um espaço natural selvagem, vazio, rico.

Portanto, ao tomamos o espaço amazônico como campo discursivo, é necessário refletir sobre as muitas texturas, engrenagens, dispositivos de poder que o delineiam, demarcam territórios, produzem divisões. É necessário pensá-lo como um arranjo, “uma disposição de

---

<sup>28</sup> A construção da Estrada de Ferro Carajás intensificou a instalação de vários empreendimentos ao longo do corredor de exportação, numa área que cobre uma superfície de 32.242 quilômetros quadrados, faixa geográfica que se estende do Oeste até o litoral norte do Estado, o equivalente a 890km.

elementos que podem ser alterados sempre que objetivos outros se impuserem: uma geografia circunstancial, marcada pela situação, não pela localização ou extensão”, um espaço “que implica uma preparação para o ataque ou para a defesa, espaço de luta, que é riscado, esquadrinhado, demarcado, sulcado pelas contendidas de todos os tipos que atravessam o social” (Albuquerque Júnior, 2008b, p. 73).

Nessa tapeçaria de territórios diversos sob o qual me desloco, entrecortado por diferentes estratos de tempo e dimensões espaciais, configuram-se diferentes espaços de fronteira (cultural, epistemológica, ecológica, política, étnica, econômica). Delineia-se um recorte espacial que tem sua história narrada a partir de uma memória oficial que produz regimes de enunciados que trazem em suas capilaridades o esforço de ajustar as demarcações, onde a luta não se reduz apenas à luta pela terra, à pauta ambiental e à preservação da hegemonia territorial e político-econômica, mas também pelos fundamentos históricos e culturais.

Recentemente, mudanças significativas vêm se processando e se agravando na Amazônia Brasileira, como a questão das desigualdades, da exclusão social, do desrespeito aos povos tradicionais, da destruição da biodiversidade e da concentração da riqueza. É urgente e necessário conhecer a história e as tensões que forjam essa região marcada por singularidades políticas, econômicas e sociais. O espaço amazônico foi e continua sendo alvo de uma batalha discursiva e de práticas investidas de saberes que reforçam diferentes jogos de poder. Por conseguinte, o conceito Amazônia esconde um combate silencioso, no qual os grupos sociais concorrem pelo poder de demarcação e fixação das identidades espaciais, e, para isso, erigem símbolos, ícones, emblemas e marcos.

Desse modo, é preciso investigar, nesse percurso de escrita, o tecido sobre o qual foi sendo forjada a Amazônia maranhense, através da análise dos regimes de verdade, que nomeiam, fixam limites, demarcam domínios; de práticas investidas de saber, que produzem, orientam e direcionam deslocamentos sociais; de práticas políticas que impulsionaram a ocupação violenta do território e também da configuração de diferentes territorialidades constituídas nas relações entre os diversos grupos e suas estratégias de territorialização ao se deslocaram para e pelas frentes de trabalho abertas nos espaços amazônicos.

### 3 RASGAR A FLORESTA, IRRADIAR A CIVILIZAÇÃO

As histórias dos espaços e tempos que tramam a tapeçaria sob a qual se forja a Amazônia maranhense se emaranham com os muitos fios que tecem uma variedade de territórios e caminhos que, por sua vez, conectam-se e se dissipam formando diferentes cartografias. Ao entender que o exercício cartográfico pressupõe movimento, pois no dizer de Rolnik (2016, p. 23): “É um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”. Nesse capítulo, procuro riscar linhas, construir atalhos, desviar de encruzilhadas, rever mapas e refazer percursos que me ajudem na composição desse(s) território(s) que foram sendo montados durante o caminhar dessa pesquisa.

De início, é preciso frisar que o conceito de território amplamente empregado nessa narrativa é aqui entendido como uma noção que amalgama tanto uma dimensão simbólica e cultural, visto enquanto produto da apropriação dos grupos sociais, quanto uma dimensão política em que está em disputa a apropriação e ordenação como estratégia de dominação e disciplinarização dos sujeitos (Haesbaert, 1997).

Portanto, pensar o território a partir das relações de poder que o constituem implica centrar fôlego nas formações discursivas, nas práticas sociais, culturais e étnicas dos diversos grupos sociais que se deslocam e vivenciam complexos e múltiplos processos de apropriação dos espaços. Desse modo, busco me distanciar de uma leitura exclusivamente materialista e focada na análise das estruturas (políticas, sociais e econômicas) e fazer o esforço de me aproximar de um entendimento mais relacional, no qual as dimensões políticas e simbólicas encontram-se imbricadas. Sigo a trilha aberta por Rogério Haesbaert (1997, 2002, 2016) ao defender que:

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios (Haesbaert, 2002, p. 121).

Com efeito, a noção de “territórios alternativos” formulada por Haesbaert torna-se crucial para perceber a multiplicidade de signos que constituem o espaço amazônico como uma invenção discursiva. Se tomarmos a rede de discursos que os variados grupos e saberes

(trabalhadores, aparelho de estado, povos tradicionais, instituições, imprensa, migrantes, memorialistas, empresários, acadêmicos e ambientalistas) produzem, destacam-se uma diversidade de noções, expressões e significações que passam a definir o rico mosaico que é a Amazônia.

No capítulo que ora apresento, o interesse central é considerar como a Amazônia maranhense, especificamente a microrregião de Imperatriz, adquiriu uma nova configuração política, espacial, cultural e econômica a partir da década de 1960, especialmente após a construção da rodovia Belém-Brasília. Para isso, proponho dois deslocamentos analíticos: analisar o território a partir do modo como novas e velhas cidades e povoados, que antes se voltavam e vivenciavam modos de existência à beira dos rios, foram se reconfigurando ao longo dessa estrada.

E o de atentar para as práticas de espaço, a “arte de dizer” presente nas narrativas de memorialistas e da imprensa, que a partir de seus relatos criam territórios, fundam novas territorialidades, traçam cenas urbanas, desenham percursos que nos ajudam na construção do universo cultural e social da Amazônia maranhense. Nesse sentido, sigo a trilha proposta por Michael de Certeau (1994, p. 153), ao dizer que “(...) no relato não se trata mais de ajustar-se o mais possível a uma ‘realidade’ (uma operação técnica etc.) e dar credibilidade ao texto pelo ‘real’ que exhibe. Ao contrário, a história narrada cria um espaço de ficção”.

Para atingir esses objetivos, lanço mão de um *corpus* documental variado, constituído de textos memorialísticos de sujeitos que testemunharam e/ou narraram a dinâmica de apropriação desses espaços com ênfase nas relações fronteiriças entre o sul do Pará e o norte do Goiás e na configuração dos espaços urbanos. Faço uso de mapas, fotografias, fontes oficiais (leis, decretos), produções acadêmicas e hemerográficas, como algumas matérias e crônicas publicadas nos periódicos *O Progresso*, de Imperatriz (MA), e *O Imparcial*, de São Luís (MA).

Torna-se imperativo apreender a maneira que essas narrativas acima listadas atuam como formas de representação da ação humana no tempo. Nessa perspectiva, o objetivo principal desse capítulo é pontuar algumas ideias-imagens recorrentemente agenciadas para representar essa parte do Maranhão e, ao mesmo tempo, mostrar como elas foram sendo repetidas e ressignificadas pelo discurso oficial, constituindo-se em narrativas-chaves na fabulação desse universo simbólico. Nesse sentido, o fio que conduzirá meu olhar sustenta-se no esforço de mapear e perscrutar particularidades, singularizações e distinções que delineiam e atravessam o entendimento sobre essa espacialidade.

Conforme assinala Ginzburg (2007), podemos fazer emergir vozes incontroladas, escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem o escreveu. Por entender que

os relatos são espaços de enunciação que sofrem a influência dos lugares nos quais são produzidos e que engendram novas referências espaciais, deve-se atentar para o fato de os textos aqui analisados configurarem-se em relatos oficiais e referências históricas, visto que recortam eventos, selecionam personagens e instituem lugares e fatos situados no tempo/espaço.

### 3.1 Lá para as margens do Tocantins

Em uma série de narrativas oficiais, literárias, historiográficas, geográficas, jornalísticas que procuraram inventariar e decifrar os espaços internos do território maranhense, os caminhos fluviais assumiram protagonismo em sua configuração simbólica, política e econômica. Os rios foram as principais vias de acesso aos denominados “sertões” – construção cultural rica e polissêmica –, consagrando-se em figuras-chave nas histórias dos começos e das derrocadas de uma rede de lugares que emergiram ao som do apito dos vapores e do ronco dos motores que singraram Maranhão adentro.

É oportuno lembrar que as práticas de ocupação e domínio dessa espacialidade pelos não índios apresentam múltiplas temporalidades. Todavia, a mais recorrente divide esse processo em duas frentes: a litorânea (Norte) e a pastoril (Sul). Em estudo sobre o avanço da frente pecuarista, de baianos e pernambucanos que no final do século XVII rumaram em direção ao “sertão de Pastos Bons”, Cabral (1992) deixou uma valiosa contribuição sobre o papel das vias fluviais na emergência de novos cenários, desenhando a paisagem urbana da porção mais ao sul desse Estado. Ao pontuar as principais rotas de navegação pelo interior, a autora assinala o significativo papel de uma diversidade de rios que foram responsáveis pelo apogeu e o declínio comercial de cidades como Carolina, Grajaú, Barra do Corda e Balsas<sup>29</sup>.

Nos periódicos que circulavam no Maranhão nas primeiras décadas do século XX, o tema da navegação fluvial dava o tom a diversas matérias que versavam sobre as dificuldades e enfrentamentos dos lugares e grupos sociais que viviam mais afastados dos grandes centros<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Socorro Cabral (1992) destaca a importância de algumas rotas fluviais entre o século XIX e XX: na perigosa e difícil rota pelo Tocantins, Carolina se destacou como empório da zona tocantina pelo até meados do século XX; pelos rios Mearim-Grajaú, iniciada ainda no século XIX interligava o sertão a capital maranhense, Grajaú e Barra do Corda tiveram notório crescimento econômico, político e cultural até as primeiras décadas do XX; iniciada nos anos 1910, a rota pelos rios Balsas-Parnaíba transformou a pequena vila de Santo Antônio de Balsas em empório comercial viveu momentos de apogeu econômico até meados do século XX, através do grande trânsito de mercadorias e sujeitos em direção ao Piauí e ao norte goiano, especialmente durante os períodos de estiagem (Cabral, 1992, p. 165-166). O fato é que tais núcleos urbanos se consagraram em rotas de abastecimento de mercadorias e de sal, em várias cidades espalhadas pelo interior do Brasil (Melo, 2010, p. 101).

<sup>30</sup> A Lei provincial n° 426/1856 tornou possível a contratação dos serviços de navegação costeira e fluvial, sendo constituída a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão. Conforme Ferreira (2009, p. 4): “Visto que a partir de 1857 passou a explorar os rios Itapecuru (até Colinas, aproximadamente 590km) devido à demanda da

Eram recorrentes pedidos de auxílio e redução dos impostos na navegação, pedidos de drenagem e limpeza das margens dos rios, ou seja, uma variedade de apelos de melhorias da navegabilidade, sobretudo, em trechos vistos como de difíceis circulação. Os obstáculos para a navegação regular e as dificuldades em penetrar os pontos mais remotos do Maranhão serviam de argumento para embasar os discursos de grupos políticos locais que utilizavam a imprensa para mobilizar um arsenal de imagens que justificavam falas ressentidas e apoiadas no discurso do isolamento e do abandono do interior do território pelo poder governamental (Melo, 2010)<sup>31</sup>.

Ainda que os signos do isolamento fossem amplamente agenciados nos relatos da imprensa, muitas das cidades ribeirinhas constituíram-se em lugares de entroncamento para vários grupos em deslocamento. No movimento de subir e descer os rios, carregados de mercadorias e de sujeitos, foi se estruturando um pontilhado de cidades, povoados e lugarejos que simbolizavam um tipo de vivência árdua e marcada pelas itinerâncias das populações rurais pelo país. Alguns desses “núcleos civilizacionais” que se forjaram contornando os caminhos fluviais, ao adquirirem proeminência econômica passavam a aglutinar diferentes funções política, administrativa, cultural e religiosa, engendrando uma polissêmica teia de práticas sociais e culturais. O lado intersticial desses espaços permitia um forte intercâmbio de culturas entre os que se deslocavam pelas zonas portuárias em direção ao sertão (para as feiras de gado e em busca do comércio do sal), aos seringais, castanhais e garimpos do Pará, do Mato Grosso e do Goiás (Melo, 2010).

No recorte espacial focado nesse trabalho, os rios Gurupi, Pindaré e Tocantins são personagens centrais no alargamento dos referenciais geográficos e culturais pelo menos até a década de 1960, quando vão cedendo lugar às estradas vicinais e rodovias federais inauguradas na segunda metade do século XX. Nesse cenário de limites frouxos e fluidos, vale fazer um

---

cultura canavieira e o Mearim (até Barra do Corda, com extensão de 645km) em função da rizicultura, assim como a costa, mais precisamente entre Alcântara e o rio Turi. Já em 1890 a companhia referida possuía uma frota de cinco navios costeiros, cinco navios fluviais e vinte e seis barcas de reboque. Essa frota atendia linhas regulares na rota Norte (até Manaus) e na rota Sul (até Recife). Também cobria linhas regulares nos rios Itapecuru, Munim (145km navegáveis que vão da foz até 40km a montante de Nina Rodrigues) e Pindaré (456km da foz até o rio Buriticupu). Isto implicou no deslocamento do povoamento para os vales dos citados rios, resultando na multiplicação de pontos de concentração (povoações, vilas e cidades) e no incremento dos já existentes”. Para uma melhor compreensão da importância da navegação fluvial no Maranhão, com ênfase para o rio Grajaú e sua relação com o sertão maranhense, ver Pacheco (2011).

<sup>31</sup> Nesse sentido, os discursos que articulam a identidade espacial da parte sul do Estado, historicamente e economicamente constituída pela penetração de fazendeiros de gado no século XVIII, acionam falas carregadas de ressentimento ao argumentarem que esse território permaneceu isolado e abandonado pelos poderes constituídos até meados do século XX. Em linhas gerais, residem aí as justificativas da crescente mobilização política, em vigor desde as últimas décadas do século XX, com o propósito de reconfigurar o mapa simbólico e político do Maranhão (Melo, 2010).

descolamento visual pelo universo forjado no entorno das vias fluviais que entrecortavam os sinuosos caminhos amazônicos.

Nesse capítulo, centro meu olhar no médio Tocantins (Figura 6), zona que foi se reconfigurando ao longo de grandes trajetos rodoviários (Belém-Brasília, BR-222 e Transamazônica) inaugurados entre os anos 1960 e 1970 no bojo do projeto de integração nacional e de ocupação da Amazônia Legal.

Figura 6 – Mapa da zona tocantina



Fonte: Velho (1972)

Atenta aos signos, às percepções, às práticas sociais, aos modos de vida, às maneiras de ver e dizer o espaço em exame, início observando a tessitura da região a partir de alguns

relatos de memorialistas. Procuro chamar a atenção para a arquitetura simbólica das cidades à beira rio, ou melhor, tento fazer o exercício de observar o modo como os relatos de memória criam cartografias inextrincáveis de uma paisagem fluida que interligava o oeste maranhense, o sul e o sudeste do Pará e o norte goiano. Logo, os textos, ao tratarem do Tocantins como um espaço-limite, delineiam uma fronteira líquida, porosa, separando e unindo lugares e grupos sociais fixos e moventes. Uma vez que a noção de fronteira remete a um espaço intersticial de incorporação e mediação, em que coisas e sujeitos se mesclam e se interpenetram, ou como diz Hissa (2009, p. 66): “É o espaço de transição e de trânsito [...] em diversas circunstâncias, é o próprio trânsito”.

Os relatos de memória representam os caminhos fluviais através de uma diversidade de tempos e de espaços. Nas narrativas dos “tempos iniciais”, dos “começos” das rotas, das fazendas, dos povoados e das vilas, os rios atuam como metáforas do tempo. O movimento de suas águas simboliza uma multiplicidade de tempos que surgem carregados de sentidos: medo, espera, encantamento, recomeços. Nos textos que trazem o Tocantins como cenário, suas corredeiras, embocaduras, cachoeiras, curvas e cheias são imagens recorrentemente acionadas sob o signo do perigo.

Nos relatos de viajantes, cronistas, engenheiros e cientistas que navegaram pelo Tocantins em diferentes espaços de tempo, a cachoeira de Itaboca, situada nas proximidades de Tucuruí (PA), é representada pelo signo do medo. O engenheiro Eurico Teles de Macedo, que esteve no Maranhão em 1906 para trabalhar na construção da Estrada de Ferro São Luís-Caxias, registrou suas impressões sobre Itaboca em *O Maranhão e suas riquezas*. Diz ele, que o rio era navegável até chegar em Porto Franco (MA), e de lá em diante os viajantes utilizavam pequenas canoas e depois seguiam por via terrestre até superar as corredeiras e chegar aos seus destinos: “A descida do rio Tocantins, na Itaboca constitui um dos costumeiros atos de verdadeiro heroísmo da nossa gente, pois de nada valem os lemes das embarcações nessa cachoeira infernal da correnteza” (Macedo, 2001, p. 167).

Ao que parece, os entraves na navegação, principalmente nos trechos encachoeirados, foram obstáculos ao crescimento econômico de alguns núcleos populacionais que margeavam o Tocantins. A antropóloga Francisca Keller (1973) destacou que o Médio Tocantins foi penetrado nas primeiras décadas do século XIX por grupos de criadores de gado que vinham do Leste do Maranhão (Pastos Bons) e instalaram suas fazendas nas áreas de pastos naturais.

A disponibilidade de terras, a baixa produtividade e o sistema de relações de trabalho criaram um movimento de expansão territorial ligado ao criatório, que cada vez mais se distanciava dos centros de mercado do litoral, tornando-

se as fazendas do sertão praticamente auto-suficientes, mantendo contactos esporádicos com os pequenos núcleos urbanos situados geralmente ao longo dos principais rios, centros de atividade político-administrativa. O gado periodicamente era levado para ser vendido nas feiras, que com o tempo deslocavam-se, donde os comerciantes traziam sal e outros produtos para abastecer o sertão (Keller, 1973, p. 671).

Nessa configuração, segundo Keller, as vilas de Porto Franco, Santa Tereza da Imperatriz e Carolina, que se situavam nas margens do Tocantins e nos limites das áreas de pasto natural com a floresta amazônica, alcançaram maior relevância econômica na região. Sobretudo Carolina, que atuava como centro de abastecimento e cultural da zona tocantina e do sul do Maranhão.

Egler (1951), em seu estudo sobre a distribuição da população maranhense com base na análise dos dados coletados pelo Censo de 1940, observa que as áreas de maior densidade populacional se situavam no vale de Carolina e de Imperatriz, sendo que nas demais localidades a população ia ficando escassa “a ponto de transformar-se num vazio demográfico”, até atingir os limites do Pará (Egler, 1951, p. 79). Segundo ela, Carolina se destaca principalmente pela exportação de gado e de peles de animais para São Luís, e para os estados do Pará, Ceará, Bahia, Piauí e Goiás.

Em uma passagem de *Estórias da história de Carolina* o cronista Ruy Carvalho registra o trânsito de mercadorias e de sujeitos entre Carolina e o Estado do Pará:

Carolina ficou conhecida em Belém, não só comercialmente. Nossas famílias ali iam a passeio e os nossos doentes a tratamento. Tornamo-nos grande empório comercial, vindo aqui todo o médio Tocantins comprar, para uso ou revenda, as utilidades carentes. Durante muito tempo só se falava no Pará. Naquele período, ao invés de S. Luís, onde fiz o meu Ginásio, os meninos daqui iam era para os colégios guajarinós.  
[...] Os botes levavam peles silvestres e couros de boi daqui do alto e tomavam frete de castanha e borracha de Marabá para baixo. De Belém traziam sal, querosene, tecidos e armarinhos. [...] cada barqueiro tinha direito de trazer seu saco de sal e uma lata de querosene, sem pagar frete. Estas viagens de ida e volta ao Porto, levavam de 9 a 10 meses (Carvalho *apud* Franklyn, 2008, p. 102).

Com efeito, tendo a estrada fluvial como via de acesso, as trocas mercantis e culturais se direcionavam para o Norte do Goiás e, sobretudo, para o Pará, através de Belém e Marabá. Belém era a maior centralidade urbana de toda a parte oriental da Amazônia, assumindo protagonismo nas funções comerciais, administrativas (prestação de serviços e abastecimento de mercadorias) e culturais. Marabá, por sua vez, de acampamento e ponto de apoio comercial para o aviamento dos que se embrenhavam nas matas para o extrativismo do caucho no final

do século XIX, ganha destaque nas primeiras décadas do século XX, ao atrair diversos grupos sociais para as atividades extrativistas (caucho e castanha) (Keller, 1973, Velho, 1972)<sup>32</sup>.

Na rota pelo Tocantins, Imperatriz era um ponto de passagem para os que buscavam a Amazônia. Fundada em 1852 e elevada à categoria de cidade em 1924, sua vida cultural, política e econômica gravitava em torno do mundo pastoril e da relação com o rio, através do movimento de caucheiros e castanheiros que subiam e desciam o rio nas estações propícias, até atingirem o Itacaiúnas, e dos que buscavam os garimpos de cristal e de diamantes na região do Araguaia e Tocantins. Na literatura do começo do século XX, ela foi representada como uma das mais inexpressivas, perigosas e isoladas cidades do Maranhão, recebendo títulos nada elogiosos como o de “Sibéria maranhense”. Talvez a crítica mais ácida tenha sido feita na década de 1920, por Carlota Carvalho (2000, p. 166-167): “Fisionomia triste, sorumbática, mau grado a amabilidade dos habitantes, em geral corteses, prestimosos, hospitaleiros, bons amigos embora sempre doentes porque a seza é endêmica e as hipertrofiando fígado e baço sequenciais inevitáveis”. Keller (1973, p. 671) dizia que “Imperatriz permaneceu um simples aglomerado de casas com apenas três ruas e uma população de 1.000 e poucos habitantes até meados do século XX”.

Nesse cenário, domar o rio, vencer a selva, encurtar as distâncias e estabelecer um (re)começo são imagens incorporadas à experiência amazônica de homens, mulheres e crianças que buscaram inscrever uma nova história nestes lugares remotos, criando territórios, novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. É o que sinalizam uma série de relatos de memória que procuraram traçar trajetórias individuais e coletivas dos embates e conquistas em um espaço dito árido e hostil.

Almir Queiroz de Moraes, em “*Pelas trilhas de Marabá*” (1998), narrou suas vivências e a de outros personagens que rumaram para as frentes de trabalho na Amazônia na primeira metade do século XX. Natural de Grajaú (MA), ele migrou com sua família, em 1911, ainda recém-nascido, para a “pequena Imperatriz”. Sobre as motivações para a mudança remonta a dura labuta paterna: um fazendeiro e membro da Guarda Nacional, que adquiriu um pedaço de terra para extração do caucho (*castilloa ulei*) em Marabá (PA). A *castilloa Ulei*

---

<sup>32</sup> Carlota Carvalho (2000) destaca que “a fama dessa riqueza atraiu quantidade inumerável de gente de todas as partes do Brasil e uma onda interminável de emigrantes da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Maranhão transitou pelo porto de Imperatriz em busca do Eldorado do Itacaiúna. Desde o Piauí, todo o sertão exportou viveres, carne de boi e de porco; toucinho, farinha seca e de puba, assucar, rapadura, cachaça, tabaco, doces, queijos, galinhas, ovos, bois vivos, porcos e vacas paridas, até laranjas, aboboras e inhames para a phantastica e maravilhosa Marabá, surgida de repente como obra da magia na foz do escuro rio Tacai-una (Carvalho, 2000, p. 167). Para Otávio Velho (1972, p. 44), esse período foi marcado pela presença de “uma população instável, flutuante e aventureira. Desde o início é marcada pelo signo da turbulência, de que não se dissocia sua fama”.

produzia um tipo de látex de menor qualidade, em comparação ao extraído da *hevea brasiliensis*, mas teve boa aceitação no mercado e acabou sendo incluída na rota da borracha através do Médio Tocantins. Segundo Franklyn (2008), na década de 1910 a exploração do caucho atraiu grandes contingentes populacionais que chegavam em Imperatriz e seguiam para Marabá: “A Vila da Imperatriz tornou-se o ponto de entrada para a leva de imigrantes que sonhavam enriquecer na extração do caucho. Fez-se, também, nos primeiros anos, seu principal abastecedor de gêneros alimentícios” (Franklyn, 2008, p. 45).

No relato de Almir, a “longa e extenuante” viagem no sentido Grajaú-Marabá era um trajeto penoso e cheio de sacrifícios, feita em duas partes: uma em lombo de burro e a outra em canoas movidas a remo pelo Tocantins. Migrar para uma área mais próxima das frentes de trabalho nos seringais era uma forma de encurtar as longas, onerosas e fatigantes travessias entre um lugar e outro. Além disso, acrescentou que foi uma forma que o pai encontrou de minimamente afugentar as “ausências do carinho familiar” e de garantir “o seu nobre ideal de ver aumentado o retorno de seu trabalho honesto e em vê-lo revertido para a prosperidade de sua família imputava-lhe um alto preço, um denodado e desmedido esforço” (Moraes, 1998, p. 36).

Em 1919, com a morte do pai em Altamira (PA), sua família atravessou uma fase de grandes dificuldades financeiras, levando-os a migrarem para Marabá na década de 1920. Marabá tornar-se-ia o cenário principal de onde esse autor encenaria sua história de “lutas e conquistas” pelas zonas de coleta do caucho, pelos castanhais e pelos garimpos de diamante e cristal, até a década de 1960, quando iniciou sua rica e bem-sucedida carreira de pecuarista.

Ao desenrolar os muitos fios da memória, Almir Moraes opta por narrar uma versão da história marcada pela exaltação dos feitos e dos enfrentamentos na ocupação do território amazônico pelos não índios, os chamados “pioneiros”. Suas memórias retratam a grandeza e a abnegação de seringueiros, caucheiros, garimpeiros e comerciantes e sua “expansão civilizatória” sob as populações indígenas, desenhando a paisagem amazônica pela perspectiva de uma natureza hostil e cheia de perigos. Na construção desse cenário de luta e de coragem o narrador deixa entrever a importância das redes fluviais na conquista da floresta e na configuração do mundo rural.

Os dois fatores essenciais que foram preponderantes a penetração linear do homem civilizado, no domínio destas regiões inóspitas: foram a rede fluvial formada pela bacia Araguaia-Tocantins e a floresta maciça rica de valor econômico, cuja incógnita aguçava a ambição dos comerciantes mineradores e extrações em geral, que inicialmente usavam ubá, a igará ou a canoa,

embarcações sem quilha manejada a remo, única forma de navegar naqueles tempos.

[...] precisamos levar em conta que tudo o que se propunha fazer dependia dos rios, dos barcos e da navegação, único caminho possível para se trabalhar progredir e desenvolver (Moraes, 1998, p. 104-105).

Nessa trilha, tece paisagens nas quais as estradas fluviais são referências nucleares em suas lembranças, seja pelo tempo das provações, como as cheias do Tocantins, a exemplo da ocorrida em 1926, cujas “águas não pararam jamais de subir” (Moraes, 1998, p. 87-88), fazendo mortos e desabrigados, trazendo doenças como a malária, o sarampo, a disenteria, provocando a queda do preço da castanha; seja pelos confrontos com os povos indígenas gavião que habitavam a margem direita do rio; seja pelo tempo dos banzeiros ritmado pelo “xá,xá,xa das remadas cadenciadas” dos barqueiros, “navegadores pioneiros destes rios, tiveram que descobrir os segredos contidos em cada volta dos rios e igarapés, desenvolveram o manejo dos barcos, subindo e descendo as águas desafiando as lendárias histórias da Boiúna, da Mãe d’água” (Moraes, 1998, p. 100-101).

Um outro relato exemplar sobre o universo simbólico e as práticas sociais situadas nessa parte da Amazônia Oriental é o de Clara Araújo Milhomem, que através de uma trilogia de livros de cunho memorialístico e biográfico: *Meu tipo inesquecível*, *Castanhais, canoas e batelões: memórias*, *Farmácias e garimpos: Memórias* tentou reconstruir a trajetória do pai, o maranhense Isaac Araújo, seringueiro, arrendatário de castanhais e farmacêutico prático, nos rincões da Amazônia. Sobre o pai, escreveu: “Meu pai, herói de garimpos, castanhais e seringais. Amigo dos índios e da floresta, considerado pelos seus queridos e patriarca” (Milhomem, 2008, p. 7). Seus livros são uma miscelânea de testemunhos, histórias, fragmentos de falas, “fatos que me foram contados por ele e também os que eu vivi ao seu lado o que inclui meus irmãos e mamãe” (Milhomem, 2008, p. 7), que enaltecem as visões de mundo, as batalhas e as conquistas da figura paterna entre o *boom* da borracha e meados do século XX, quando a família migra para São Paulo.

*Meu tipo inesquecível* (1996), ao qual não tive acesso, narra a fase em que Isaac Araújo se embrenhou nas “matas amazônicas” do rio Xingu até se tornar farmacêutico prático em Altamira (PA). *Castanhais, canoas e batelões: memórias* (2004) inicia com a chegada de sua família em Imperatriz (MA), em 1925 (um ano antes de seu nascimento), e descreve as idas e vindas de Imperatriz para Marabá, onde o pai arrendou um castanhal nos anos 1930. Os receios do recomeço em um lugar ermo e pequeno, como fala seu pai: “Que nos anos em que estivera fora, pouca coisa havia mudado” (Milhomem, 2004, p. 41), são imagens que reforçam a coragem paterna de enfrentar as adversidades de viver do comércio em lugar tão remoto. Clara

diz que apesar das viagens de Imperatriz para Belém, de onde aviavam medicamentos, negociavam peles silvestres e a amêndoa do babaçu, terem sido encurtadas com o trânsito de motores movidos a diesel, o desejo de prosperar levou seu pai a investir na safra de castanhas no sul do Pará.

O cotidiano familiar, a dupla jornada de trabalho de Isaac Araújo, ora na lida com o comércio ora na coleta e venda da castanha, são o cerne da narrativa de *Castanhais, canoas e batelões*.

Papai viajava todos os anos, no dia 08 de dezembro, para o trabalho na safra da castanha. Quando eu já era grande me lembro do movimento em casa que começava as 5 horas da manhã. Mamãe era a primeira a levantar da cama para fazer aquele cafezinho gostoso. Daí em diante, seu dia era cheio de afazeres que não a deixavam parar.

Nos dias em que papai ia viajar, havia muitas coisas de última hora a serem feitas e ela estava sempre na linha de frente desempenhando seu papel. As 10 horas estava tudo pronto: as canoas e os batelões estavam carregados e prontos para zarparem.

[...] Ele era o último a sair e se encontrava com os outros a noite, sempre no mesmo lugar onde estavam as outras canoas e batelões e, então, seguiam viagem na manhã seguinte.

[...] Quando chegava a época, papai viajava e mamãe tomava as rédeas da casa. No começo éramos todos pequenos, mas com o passar dos tempos, fomos ficando a par da situação. *Que trabalho era aquele que fazia papai passar tanto tempo ausente de casa e longe da gente?* Aos poucos fomos nos adaptando- tocando nossa vida (Milhomem, 2004, p. 46-47, grifo da autora).

O trecho do relato descrevendo a ausência paterna, a redefinição dos papéis e a rotina familiar estabelece o tempo da saudade e da espera, assinalando um horizonte de expectativas que se abriam metamorfoseadas no desejo de boas chuvas, facilitando o trânsito dos batelões pelos igarapés; na esperança de lucro na venda da castanha; na espera por notícias que chegavam com as “longas cartas” sobre o duro cotidiano nos barracões, e com as iguarias e delícias (leite da castanha, cupuaçu) que vinham dos castanhais e iam aplacando o anseio do reencontro.

Em *Farmácias e garimpos* (2008), o centro da narrativa são as vicissitudes do cotidiano nos garimpos (Ipixuna, Barbosa, Chiqueirão e Apinajé) espalhados pela região do Araguaia-Tocantins (Maranhão, Goiás e Pará), provocando uma corrida em busca de cristal e de diamante entre 1940 e 1950. Nesse enquadramento, a autora também descreve as vivências entre Imperatriz e Marabá até a mudança definitiva de sua família para São Paulo, nos anos 1960.

Seu relato é narrado à luz das tragédias, das decepções e das reviravoltas. É contado a partir da junção de vários instantâneos de tempo, de episódios marcantes nas memórias

familiares: o incêndio que destruiu a farmácia de Isaac e o deixou gravemente ferido; o labutar dos homens da família, entre as epidemias (varíola e impaludismo) e o fogo cruzado nas várias corrutelas; o sofrimento sentido pelo abandono do marido que foi embora e a deixou com os filhos pequenos. De um lado, Clara descreve o pai e o irmão como figuras heroicas que se arriscavam na venda de alimentos e de remédios e exerciam o papel de médico nas áreas de garimpo; e de outro, destaca a dura jornada das figuras femininas na ausência dos homens ao se lançarem na tarefa de manter o lar e as atividades comerciais da família.

Convém frisar que na narrativa de Clara as histórias familiares são cingidas na rota dos deslocamentos sociais entre o Pará e o Maranhão, na primeira metade do século XX. No zigue-zague das embarcações em direção a Belém, a Marabá, a Imperatriz e a outras localidades margeadas nas estradas fluviais, a autora entrelaça o drama familiar com as histórias desses núcleos urbanos, que por terem interesses comuns, destacaram-se em meio ao intenso movimento de fronteira na confluência dos rios Tocantins e o Itacaiúnas.

Nesse mesmo espaço geográfico e sociocultural se desenrola parte das memórias de José Matos Vieira em *Lutas, fracassos e vitórias* (2008), registro memorialístico de sua trajetória descrita a partir da infância pobre na zona rural de Caxias (MA), em 1920, e das inúmeras experiências de tentativa e de erro pelas frentes de trabalho no Maranhão, Pará e Goiás. Na infância pobre e marcada pela morte da mãe, José Matos relembra o período no qual morou em Caxias com seu tio Antônio, um homem “sabido e educado na cidade”, que trabalhava como jornalista e tipógrafo do *Jornal do Comércio*, e que o introduziu na arte da tipografia.

Sua história de vida é descrita a partir de suas inúmeras itinerâncias pelo interior do Maranhão, de suas passagens pelo Pará e Goiás. Em 1935, ele migra para Coroatá (MA), onde permanece até 1937, quando foge da casa do tio, na tentativa de reencontrar o pai que tinha permanecido em um povoado de Caxias. Com o falecimento de seu pai, a vida desse personagem vai ser marcada por uma série de deslocamentos e peregrinações pelas estradas e veredas do Maranhão, atrás de trabalho, de melhores condições de vida e de reconstruir os laços familiares com as irmãs que se espalharam pelas casas de parentes. Nas cenas recortadas para compor sua história, é especialmente significativo seu relato sobre a dissolução familiar, as longas marchas a pé e as travessias pelos rios, criando um reticulado de trajetos e caminhos entre o Maranhão e o Pará, marcado por histórias de penúria, nomadismo e coragem.

Nesse arranjo de fragmentos de memória, sua fala descreve com acuidade a precariedade e as privações das condições de vida dos trabalhadores em deslocamentos internos pelas variadas frentes de trabalho abertas nos espaços amazônicos ao longo do século XX. Nos

centros de coleta da castanha em Marabá, onde exerceu as funções de coletor – “passamos três meses na mata extraindo castanha. Nosso aspecto já era doentio: palidez acentuada. No final das contas deu sorte quem não ficou devendo o patrão”; e de encarregado de castanhal, “na ‘Barreira Branca’, no rio Cardoso, a função seria fornecer mercadoria aos castanheiros e receber a produção, enviando a Marabá nos barcos com motor de popa” (Vieira, 2008, p. 81).

Entre um lugar e outro, fustigado pelos poucos recursos econômicos, José Vieira detalha diversas experiências de trabalho em cidades à beira rio: foi comandante de embarcação no trecho Balsas-Parnaíba, mascate em regatões, negociando com populações ribeirinhas, “era comum utilizar o regatão como ponto de venda no rio Araguaia, resolvi aceitar a mercadoria para vender aos ribeirinhos” (Vieira, 2008, p. 58); garimpeiro nas corrutelas às margens do Tocantins e do Araguaia, com a esperança de “bamburrar” na descoberta de ouro ou diamante; e tipógrafo dos jornais *A Tarde*, de Carolina, e *A Palavra*, de Pedro Afonso (GO), entre outros.

Devo observar que a condição flutuante foi um traço marcante na trajetória migrante de uma multidão de trabalhadores pobres pelos espaços da Amazônia, que circulavam por diversos lugares, alternando-se em atividades sazonais (castanheiros, caucheiros, barqueiros, tropeiros, comerciantes, garimpeiros etc.). Porém, José fez o movimento inverso ao dos personagens mencionados anteriormente. Enquanto as famílias de Almir e Clara migraram (em períodos distintos) de Imperatriz para Marabá, seguindo o movimento de homens e mulheres que buscavam se beneficiar do crescimento dessa cidade, José migra de Marabá para Imperatriz em 1966, logo após a abertura da rodovia Belém-Brasília.

A notícia da minha saída correu na cidade. Minha humilde casinha, lá na ponta de uma rua, passou a ser visitada por pessoas influentes da cidade pedindo-me que não deixasse Marabá.

[...] contratei o barco-motor do Janzon (nosso compadre) e, depois de três dias de viagem, aportamos em Imperatriz. Foram três dias agradáveis com as crianças brincando durante todo o percurso. E eu e Vicência, enquanto olhávamos as crianças em algazarra, só pensávamos no futuro, tanto deles, como nosso. Chegamos.

Agora era montar as máquinas, distribuir os tipos e propagar a Tipografia Violeta, nome escolhido. Nem foi preciso muito esforço, porque a tipografia era uma necessidade da cidade em franco desenvolvimento e logo os interessados chegaram solicitando serviço. Estava iniciada mais uma etapa de minha vida de cigano compulsivo (Vieira, 2008, p. 114).

A narrativa de José Matos Vieira é emblemática das novas formas de apropriação dos espaços urbanos, a exemplo de Imperatriz e de outras cidades situadas na Amazônia, que se reconfiguraram após a abertura da malha rodoviária. Nessa nova configuração espacial, os espaços à beira rios foram sendo substituídos pelas margens das estradas, impulsionando o

deslocamento de grandes contingentes populacionais, mudanças na relação com o meio natural, novas visões de mundo, sociabilidades e estratégias de sobrevivência.

Ao atentarmos para o ato narrativo enquanto prática discursiva, torna-se crucial perceber a maneira que esses relatos de memória tecem as cidades, as vivências cotidianas e os códigos sociais. Certeau (1996, p. 156) diz que “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz”. Portanto, é na forma de ato de enunciação que os relatos criam e desfazem percursos e lugares, delineiam e fragmentam fronteiras.

Circunscrito no espaço das memórias, os relatos até aqui analisados inscrevem lugares que portam múltiplas temporalidades, operam demarcações e trazem em seus meandros os signos do passado e do futuro. Se levarmos em conta o papel do relato na delimitação e na criação de percursos espaciais, vale atentar para a maneira como Imperatriz foi praticada nesses registros de memória. No texto de Almir Moraes, ela é inscrita no tempo denso da memória, nas reminiscências da infância marcada pelo signo da penúria familiar, pelas ausências do pai e pela dura labuta de sua mãe, que costurava para criar seus irmãos: “A luta e o sacrifício me acompanham desde meus primeiros passos” (Moraes, 1998, p. 40). Para Almir, os tempos vividos na “princesinha do norte” foram tempos de labor e do desejo de mudança, convertidos em esperança de uma nova vida ao mudarem para a próspera Marabá, lugar que, segundo ele: “Já esboçava sua vocação de prosperidade e seria futuro palco de momentos marcantes [...] onde iria vivenciar alegrias atribulações, tranquilidade e incertezas, aventuras desventuras e venturas” (Moraes, 1998, p. 51).

No relato de Clara Milhomem, Imperatriz era o local no qual o pai e os irmãos comandavam suas atividades econômicas ao longo do rio. Tanto o aviamento de trabalhadores para a coleta de castanha quanto a venda de medicamentos para os locais de garimpo era cenário dos dramas familiares, misturando-se em diversas camadas de tempo. Para Clara, essa cidade simbolizava um lugar de passagem, das idas e vindas do pai para os seringais e para os garimpos, das viagens de férias das irmãs que estudavam em Belém, das embarcações que transportavam uma população flutuante que circulava entre o Pará e o Goiás, pelas corrutelas de diamante e de cristal que surgiram na primeira metade do século XX nos vales do Tocantins e do Araguaia e se mantiveram atuantes até serem engolidas pela Hidrelétrica de Tucuruí<sup>33</sup>, em 1980. Sobre o fluxo de pessoas atraídas pelos garimpos, a autora menciona que chegavam

---

<sup>33</sup> A Hidrelétrica de Tucuruí foi construída entre os anos de 1975-1985. A eletricidade produzida tinha como objetivo atender o polo industrial de exploração da bauxita na Amazônia, abastecer o Projeto Grande Carajás e produzir energia suficiente para o transporte ferroviário de minério até o Porto de Itaqui em São Luís do Maranhão (Soares, 2021, p. 296-297).

peessoas “do interior do Maranhão, do Ceará e de Goiás; muitas iam a pé, pelas estradas, até encontrarem o rio Tocantins”, e muitas outras seguiam “a pé até Imperatriz onde tomavam o motor até o lugar dos garimpos” (Milhomem, 2004, p. 120).

No olhar de José Vieira, delineia-se um espaço em ebulição, repleto de “gente boa e aventureiros misturavam-se, cada qual buscando as riquezas do lugar e procurando se dar bem na vida”, inscrito a partir da presença de “gente de variados costumes e culturas contrastantes” (Vieira, 2008, p. 117). Nesse espaço em gestação, o autor projetava as esperanças de realizar seus sonhos, de fugir da penúria, de fixar morada com a família, de fundar um jornal.

Ao eleger Imperatriz como um dos ângulos de observação favorável para refletirmos sobre as diferentes formas de representar o Maranhão amazônico e seu conflituoso processo de ocupação e de reterritorialização entre os anos 1960 e 1970, faz-se necessário mirar nas práticas espaciais e nas maneiras de dizer presentes em outras vozes narrativas que tiveram papel de relevo nessa tessitura. *Eu, Imperatriz* (1972) e *Imperatriz: memória e registro* (1996), da historiadora Edelvira Barros<sup>34</sup>, são obras basilares na construção da memória da cidade e na afirmação de uma identidade regional. Consagrada pela intelectualidade local como a primeira obra produzida sobre essa espacialidade, *Eu, Imperatriz* é um livro de crônicas com formato de manual escolar, apresentando sugestões de atividades ao final dos tópicos. A obra se divide em duas partes: na primeira, intitulada *Imperatriz conta seu passado*, a autora reúne elementos da história e da geografia do município. Em *Imperatriz atual* traça um panorama dos anos 1970, com ênfase na administração pública, nos acontecimentos políticos e religiosos do município. No livro, *Imperatriz: memória e registro* (1996), a autora aborda alguns acontecimentos políticos, econômicos e culturais da fundação da cidade até as eleições municipais de 1993-1996, reunindo algumas documentações importantes sobre a história desse espaço urbano.

Nesses dois textos, Edelvira Barros produz uma historiografia celebrativa com ênfase na “história de homens corajosos, de tempos de fartura e também de épocas amargas” (Barros,

---

<sup>34</sup> Edelvira Marques de Moraes Barros nasceu em Imperatriz, em 1930. Seu pai, Raimundo de Moraes Barros, era um importante político da região. Em 1947, fez o curso Normal Pedagogia e em 1989 graduou-se em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Por conta da longa experiência como educadora, ela exerceu diversos cargos públicos na área de educação, eleita vereadora municipal (1956) e membro da Academia Imperatrizense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. *Eu Imperatriz*, seu livro mais importante, definido por ela como “um feixe de crônicas onde, fielmente, propus-me a registrar a história, a vida de minha terra”, nasceu de um pedido do prefeito da cidade, Renato Cortez Moreira (1970-1973), que sentia falta de um livro “que reúna os elementos indispensáveis para o conhecimento desta comunidade, nas escolas e fora delas (Barros, 1972, p. 11-12). A primeira edição desse livro foi impressa na Editora Rio Bonito, em Goiânia – GO, em 1972. Posteriormente, ela publicou: *História da Fundação de Imperatriz* (1993); *Imperatriz-Memória e registro* (1996), e escreveu outras obras que não foram publicadas, como *O sertanista Mundico Barros* e um livro de crônicas, sem título. Edelvira também publicou diversas crônicas nos jornais locais: *O Progresso*, *Capital* e *O Verbo* (Motta; Amorim, 2008).

1972, p. 14), reforçando o discurso do “pioneirismo” e mitificando a ocupação dessa parte do Maranhão. Em que pese o período que antecede a construção da rodovia Belém-Brasília, a autora encena e descreve um universo simbólico entremeado de linhas temporais, cujas práticas cotidianas se estabelecem na relação com os rios. Seu relato é rico na composição de cenas sobre o tráfego de canoas, botes, regatões, barcos, batelões e, posteriormente, motores que transportavam “homens destemidos” dispostos a enfrentar o Tocantins e vencer distâncias, na demarcação de percursos, “uma viagem completa da vila de Imperatriz a Belém, num bote de 24 a trinta remos, podia durar até seis meses (ida, comercialização e volta). Era efetuada sempre na época das cheias, quando as pedras das corredeiras ficavam submersas”, em fabulações de mitos, que para ela nasciam da “ignorância, isolamento, tristeza e saudade” dos moradores, como a lenda do Cobra D’água “triste da donzela pela qual ele se apaixonasse. Sumiria nas águas do rio para sempre e iria morar no seu palácio encantado no fundo d’água” (Barros, 1996, p. 56-59).

Edelvira também faz referência ao trânsito de mercadorias que vinham de outras partes do “sertão do Maranhão” para Imperatriz, abastecendo outras cidades (Marabá, as ilhas e os garimpos de diamante no Tocantins).

Barcos de até 25 toneladas trafegavam constantemente. Ao aproximarem-se da cidade, já eram identificados pelo barulho específico do motor especialmente pelo apito, todos diferenciados[...]

Em tropas de burro, traziam do sertão os seus produtos e daqui, de barco eram eles levados aos pontos de comercialização. Uma grande variedade de produtos era então exportada: arroz, feijão, fava, farinha (de puba e seca), tapioca, carne seca, hoje chamada carne de sol, linguiça, toucinho, banha de porco em litro ou latas, chouriço, doce de leite, requeijão, rapadura, “tijolos” de coco e de jaca, melado e mel de abelha de tiúba [...]

Além de alimentos, eram levados para o garimpo aguardente, fumo de rolo, redes de algodão, peneiras e quibanos de palha e outros pequenos objetos utilitários (Barros, 1996, p. 89-90).

No retrato que faz da área urbana, narra as alterações na fisionomia urbana, na vida cotidiana, no campo político e no universo das práticas sociais, representando-os por meio de espaços atravessados por estratos de tempo, cindindo a história da cidade entre o antes e o depois da “grande estrada” – a rodovia Belém-Brasília. Nesse espaço/tempo, descreve o núcleo citadino através de sua relação com o rio. A cidade era “fruto do rio,” com suas paisagens bucólicas, sonolentas e isoladas. Seu relato produz territorialidades que irrompiam pelo barulho dos barco-motores e despertavam ao som dos tratores e dos maquinários que rasgavam a floresta amazônica.

A importância do rio Tocantins na construção da paisagem e da memória social teve destaque em outras produções. Nas palavras de Edmilson Sanches em *Enciclopédia de Imperatriz* (2002):

Rio Tocantins ... Personagem maior. Foi por ele, foi *com* ele e foi *nele* que tudo começou. “tudo”, aqui é Imperatriz. O registro do nascimento de Imperatriz não foi escrito a tinta - foi escrito com água. O Tocantins é a grande pia batismal onde a cidade, ontem, fez sua iniciação e, hoje, tenta a purificação. Esse rio trouxe, a 150 anos, os fundadores da cidade. Ajudou a fazer a cidade Ajudou a fazer a história. Um rio que só é velho porque se renova.

Desde 1852, o Tocantins foi um rio que passou, e continua, em nossa vida. Líquido e certo (Sanches, 2002, p. 150).

Convém lembrar que até os anos 1960 os rios foram as principais vias de penetração e de organização das populações que viviam da prática do extrativismo e da exploração das riquezas florestais na Amazônia. Nas décadas seguintes, com a interferência do poder estatal, foram se desenhando novas formas de apropriação dos espaços e de reterritorialização dos sujeitos. Para Trindade Júnior (2010), enquanto na chamada Amazônia ocidental houve uma concentração urbana e econômica no entorno da metrópole, na parte oriental as frentes de expansão econômica e os grandes projetos governamentais contribuíram para a pulverização da mão de obra, dos investimentos e de redes técnicas pelas cidades do interior.

Assim, ao incursionarmos pelo universo desses núcleos populacionais, é necessário refletir sobre o movimento de reconfiguração desses espaços que, antes voltados para a beira dos rios, vão se reestruturando nos arredores das novas estradas e rodovias federais construídas nos anos 1960 e 1970.

### **3.2 Da beira do rio à beira da estrada**

A expansão do território nacional já era uma preocupação durante o Estado Novo, de maneira que o amplo programa governamental de Vargas visava intervir no ordenamento espacial, no controle dos fluxos populacionais e na estruturação de uma rede de transportes e de comunicações que assegurassem a ocupação das fronteiras internas do país. Nessa trilha, tornou-se imprescindível facilitar o trânsito interno de pessoas e de mercadorias pelos chamados “sertões” do Brasil, sendo a palavra sertão um termo que carregava um feixe de sentidos, podendo representar o sertão amazônico (noroeste), o da caatinga (nordestino), o central (centro-oeste) e o dos chapadões (do Sul), entre outros. Em outras palavras, as fronteiras difusas do *sertão* se configuraram em uma das principais marcas dessa representação geográfico/social,

por sua multiplicidade de movimentos e significados, tendo em vista sua natureza mutante, múltipla e móvel. O termo sertão foge às tentativas de esquadrinha e de fixação, escapando do horizonte de expectativas das cartografias convencionais e, mais ainda, das tentativas de interpretações exegéticas de suas imagens (Melo, 2010).

Nesse processo de conquista, a chamada “Marcha para o Oeste” sintetizou o programa político do governo Vargas (1937-1945), ao simbolizar a política de ocupação dos espaços de “vazio demográfico” e direcionar os deslocamentos de grandes contingentes populacionais para a Amazônia<sup>35</sup>. A fim de atingir os objetivos de conquista, cabia criar meios de transporte capazes de encurtar as distâncias no vasto território nacional, ampliando as vias ferroviárias, transformando rios em hidrovias e incorporando o transporte rodoviário. É nessa conjuntura que surgiram várias instituições e planos (viários e de comunicações), cujo objetivo principal era conectar Norte e Sul, especialmente por vias terrestres: o Plano Geral de Viação Nacional (1934), o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (1937), o Plano Nacional de Viação (1951), o Plano Rodoviário do DNER (1937), o Plano Rodoviário Nacional (1944) e o Plano Ferroviário Nacional (1956) (Gomes, 2013). Entretanto, somente a partir de 1950 os investimentos financeiros foram direcionados para o sistema rodoviário do país. Investia-se também na propaganda, à medida que os trajetos rodoviários construídos para rasgar áreas antes vistas como isoladas passam a simbolizar uma das principais facetas do discurso da integração nacional<sup>36</sup>.

Ao voltarmos o olhar para o Maranhão, os limites impostos à circulação de sujeitos e de mercadorias era um desafio que se impôs ao aparelho de Estado ao longo do século XX, na medida que até meados desse século os serviços de transporte foram marcados pela decadência da navegação fluvial, pela péssima qualidade dos serviços oferecidos pela Estrada de Ferro São Luís-Teresina<sup>37</sup> e por escassas e precárias estradas de rodagem. Portanto, apostar em

<sup>35</sup> Sobre a “Marcha para o Oeste” há uma extensa e rica bibliografia, da qual destaco os seguintes autores: Lenharo (1986), Lima (1999), Oliveira (2008).

<sup>36</sup> O Plano Nacional de 1937 já indicava a necessidade de construir duas grandes linhas pioneiras dirigidas à Amazônia (rodovias dorsais): uma que cortaria o interior do país, no sentido Sudeste-Norte; e outra costeira, saindo do Sul-Nordeste. Através do primeiro Plano Rodoviário de 1944, lançava-se o projeto da rodovia Transbrasiliana, que tinha por objetivo estabelecer uma faixa meridiana-central no país, que ligaria Belém (PA) a Santana do Livramento (RS); e uma rodovia Amazônica, saindo de Santarém (PA) até Cuiabá (MT). Em 1951, os planos anteriores foram substituídos pelo Plano Geral de Viação Nacional, cujo objetivo era “coordenar os diversos tipos de transportes de forma a utilizar com eficiência suas diferentes características técnico-econômicas, para proporcionar ao país um sistema de transporte completo, rápido, seguro, regido pelo menor custo tarifário”. Nessa conjuntura, as rodovias e a navegação fluvial, como vias principais de penetração, sobrepuseram-se ao sistema ferroviário.

<sup>37</sup> A Estrada de ferro São Luís-Teresina foi inaugurada em 1920 e atendia aos municípios maranhenses de Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Codó, Caxias, Timon, bem como a Teresina, no Piauí. Nos anos 1950, o geógrafo Roberto Galvão (1955) registrou alguns dos diversos fatores que contribuíam para a precariedade dos serviços prestados por essa ferrovia: “Tudo é precário nessa via-férrea. O trajeto, dos mais infelizes, ao invés de preferir

transportes, sobretudo terrestres, era um tema recorrente nos discursos e programas governamentais de 1950 a 1970. Com a inserção do Maranhão na Amazônia Legal, em 1953, reforçava-se a urgência em conhecer e integrar o vasto interior do Estado, uma vez que os recursos disponibilizados pela SPVEA, através da Lei nº 1.806/53, eram direcionados para os segmentos de transportes, comunicações e energia, saúde pública, agricultura, crédito e comércio e desenvolvimento cultural.

Conforme apontam os dados apresentados pelo IBGE no *Atlas do Estado do Maranhão de 1984*, até meados de 1950 o Maranhão possuía um traçado rodoviário precário e ineficaz:

Em 1955, o Estado possuía, apenas, a rodovia central de sentido longitudinal, estabelecida no divisor Itapecuru-Mearim que se estendia de São Luís a Presidente Dutra (parte da atual BR-135) e pequeno trecho da atual BR-316 até Codó. No município de Coroatá, em Peritoró, se encontravam nesse eixo as duas rodovias construídas em direção ao Mearim, para oeste, o ramal de Bacabal e para sudoeste o de Pedreiras, áreas pioneiras. Coroatá teve, na época, o importante papel de centro de apoio à penetração que se fazia com base naquelas duas cidades. Era o lugar de transbordo dos produtos agro extrativos, provenientes dessas áreas novas, e aí embarcados na ferrovia, com destino aos mercados consumidores ou de exportação [...], sendo que [...] o extremo sudoeste [...] ligava-se, na época, a Floriano, no Piauí, por rodovia que ia de Barão de Grajaú a Pastos Bons (parte da atual BR-230), num eixo já de tradicional relação do sertão maranhense com Floriano (Piauí) e Recife (Pernambuco) (Brasil, 1984, p. 30).

Manoel Correa de Andrade (1968), ao traçar um panorama das condições de transporte e da estrutura urbana do Maranhão, afirmava que a precariedade das vias de acesso ao interior constituía-se em um dos principais entraves para a integração do espaço maranhense. Entre os principais obstáculos, evidenciou a péssima qualidade das estradas (de ferro e de rodagem) e a decadência da navegação. Para ele, tais condicionantes justificavam o isolamento de grandes áreas do interior, contribuindo para o distanciamento de alguns “centros secundários” em relação a São Luís, formando-se uma rede mercantil de partes do território maranhense com outros estados (PA, GO, PE, BA e CE). O distanciamento geográfico e comercial de partes do

---

o divisor Itapecuru-Mearim (servindo, assim, de complemento à navegação fluvial praticada nesses dois rios) ou, pelo menos, a região drenada pelos afluentes da margem direita (de maneira a abrir possibilidades a uma área que continua a viver mais ou menos à margem da vida estadual), deu preferência, em virtude de razões de ordem política e pessoal, à região situada à margem do Itapecuru, cujo curso praticamente acompanha e até onde vai ter um número elevado de afluentes, o que obrigou à construção de algumas dezenas de pontes e pontilhões, encarecendo inutilmente o custo da estrada. Por outro lado, seu material rodante é dos mais deficientes (em geral, locomotivas e vagões postos fora do serviço por vias férreas paulistas), seu tráfego é dos mais irregulares (registrando-se normalmente atrasos, que chegam a ser de 10 horas) não encontrando os passageiros conforto algum nos poucos vagões que lhes são destinados e que, por isso mesmo, trafegam superlotados. É realmente constrangedor atestar tantas deficiências, numa estrada que é a única do estado e que poderia, sob outras circunstâncias, representar papel de relêvo na vida regional; mas, quem quer que a tenha utilizado poderá confirmar tudo quanto acabamos de escrever a seu respeito" (Galvão, 1955, p. 50-51).

interior do Maranhão em relação à sua capital também chamou a atenção do geógrafo Rogério Galvão (1955, p. 30), o qual dizia que: “Cada região vive como que à margem da capital do estado, cuja população mantém pouco contacto com o interior, quando não chega a desconhecê-lo por completo”.

No âmbito das rodovias federais, Andrade (1968) demarcou a existência de apenas duas principais vias acesso ao interior do Maranhão: a BR-21 (atualmente BR-134), que ligava São Luís a Fortaleza (CE), e a BR-22 (atualmente BR-316), que seguia “de sudeste para o nordeste”, conectando o Pará e o Maranhão. Segundo ele, a construção da BR-316 demorou mais de dez anos para ser concluída, sendo que o trecho inaugurado no final do governo de Juscelino Kubitschek (JK), que tinha a finalidade de conectar a próspera região do vale do Pindaré à capital paraense, não passava de uma trilha aberta na floresta.

Na estação seca, viaturas com tração em quatro rodas conseguem fazer a viagem Pindaré-Miriam -Alto Turi, atravessando o rio Pindaré por sobre uma ponte particular – pagando pedágio – e nos demais inclusive no Turiaçu em seu alto curso, passam pelo próprio leito nos pontos em que devido a pequena profundidade da vau. Depois da localidade de Alto Turi, que nada mais é que um acampamento da SUDENE, com um barracão e três ou quatro casas de palha, a Br 22 é uma picada que vai sendo aos poucos reconquistada pela alta floresta. Apesar disso é por elas que os nordestinos penetram para o Nordeste a procura de terras para desbravar (Andrade, 1968, p. 13).

Em meio às barreiras impostas por fatores geográficos e pela má administração pública, as porções oeste e o sul são descritos como ainda mais isolados, devido às imensas dificuldades de transporte e de comunicação.

[...] o sertão Sul do Maranhão e as áreas do Oeste e do Leste praticamente sem comunicações fáceis com a Capital, utilizando as carroçáveis estaduais e as verdadeiras ‘trilhas’ que cortam os cerrados. É nessas ‘trilhas’, em parte construídas pela passagem constante de veículos, em trechos onde mal foram abertos caminhos que jipes, caminhões, camionetas e ônibus rústicos circulam, fazendo linhas como Caxias-Imperatriz ou Caxias-Carolina, de vez que a BR-230 que liga Florianópolis a esta cidade maranhense, só se assemelha a uma rodovia em pequenos trechos (Andrade, 1968, p. 14).

Diante dessa conjuntura, a questão dos transportes e das melhorias de acesso ao interior do estado era um tema de recorrente preocupação nos programas de diversos governos estaduais. Em maio de 1959, em discurso na Assembleia Legislativa do Maranhão, o governador José de Mattos Carvalho (1957-1961) anunciou um plano de recuperação econômica, cujo foco eram os setores de energia, transportes e agropecuária.

Referido plano está a cargo de uma comissão competente, dividida em grupos de estudos, cujos trabalhos, já iniciados e em franco andamento, tem, como

tema, o aumento do potencial energético do Estado, o aproveitamento dos excedentes populacionais migratórios, no povoamento dos eixos rodoviários do Estado, ampliação de nosso parque industrial e efetivo amparo a tradicional indústria têxtil maranhense, bem como a ampliação e melhoria de nosso reduzido sistema de transportes, mediante a construção de novas artérias rodoviárias e a constituição de uma companhia de Economia Mista de Navegação Marítima e Costeira, e outra de Navegação Fluvial, destacando-se ainda importantes estudos referentes as vantagens oferecidas por um poderoso grupo de capitalistas estrangeiros interessados em grandes investimentos no Maranhão, bem como sobre o aumento do capital do Banco do Estado (Carvalho, 1959, p. 8-9).

Na tentativa de se alinhar ao programa nacional-desenvolvimentista do pessedista Juscelino Kubitschek, Mattos Carvalho procurou empreender planos e programas que fossem compatíveis com a agenda desenvolvimentista do governo federal (Buzar, 1998). Dessa forma, sua gestão foi marcada por algumas poucas e tímidas iniciativas de melhoria no setor de transportes (Plano Rodoviário e apoio à construção da rodovia Belém-Brasília); no setor energético, instituiu as Centrais Elétricas do Maranhão (Cemar); no setor econômico, para estimular a produção e a valorização do arroz, fundou o Instituto Maranhense do Arroz (AMAR). Além disso, buscou atrair recursos através de crédito bancário e de convênios com os órgãos de desenvolvimento regional, como a recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959), que elegeu o oeste maranhense para iniciar um projeto de colonização das “terras úmidas”, e por meio de políticas de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia, financiadas pelo Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, pelo Banco de Crédito da Amazônia e pela SPVEA.

Vale dizer que nesse cenário a política de valorização da Amazônia começava a ganhar contornos mais definidos com a criação dos chamados planos quinquenais, que deveriam ser executados ao longo de vinte anos. De acordo com o I Plano Quinquenal (1955-1959), valorizar o espaço amazônico ensejava um esforço nacional, pois para “recuperar as populações amazônicas” era preciso assegurar a ocupação do território, construir uma sociedade estável, capaz de se manter com seus próprios recursos naturais, substituindo a economia de base extrativista pela agrícola (SPVEA, 1955). Na execução do Plano de Valorização da Amazônia, o território foi dividido em 28 zonas, com base em critérios econômicos e políticos (densidade populacional, proximidade aos núcleos urbanos, bons solos, área favorável para a pecuária, áreas fronteiriças e limítrofes com o sul e o Nordeste), que seriam áreas consideradas “economicamente recuperáveis” e, ao mesmo tempo, “politicamente estratégicas para a defesa das fronteiras e para a unidade nacional”, para onde seriam encaminhados os recursos em um plano emergencial. No Maranhão, a área selecionada foi a Bacia dos rios Mearim e Pindaré.

Entre as ações prioritárias da SPVEA estava “a ampliação da rede rodoviária conseguindo a ligação terrestre entre a região sul e oeste do país. Além da construção da estrada para unir o Pará e o Maranhão” (SPVEA, 1961, p. 30).

Porém, as alegações de atraso no repasse das verbas eram recorrentes nos discursos de Mattos Carvalho. Conforme tem apontado a historiografia, a SPVEA enfrentou diversos problemas orçamentários que retardaram a distribuição de recursos para os estados da Amazônia legal, sendo a sua atuação na administração pública um alvo de contantes críticas, principalmente pela interferência direta de grupos políticos regionais.

Na análise do general Barros Cavalcanti, superintendente da SPVEA:

Os desvios de verbas, favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista, ascensão de grupos inescrupulosos [...] investimentos desordenados de recursos, inoperância administrativa, desfalques, enfim um campo de negociatas e irresponsabilidades sob as mais variadas formas, todas comprovadas ao longo da existência e mais uma vez constatadas no IPM que foi procedido no âmbito da SPVEA, gerando o descrédito do órgão perante a opinião pública local e nacional (Cavalcanti, 1967, p. 46).

Esses acontecimentos foram cruciais para que agência fosse substituída pela Sudam. De acordo com Petit (2003, p. 78), as críticas dirigidas à SPVEA vieram de diversos segmentos, como de empresários, técnicos e políticos, principalmente de militares que tinham o objetivo de legitimar as novas investidas dos militares na Amazônia, consumados com a criação da Sudam (Lei nº 5.173, de 27/10/66).

Gomes (2013, p. 43) salienta que “modernizar o Brasil era, em síntese, conquistar o seu território e organizar o seu povo”, exigindo um projeto de nação que implicasse na aceleração do tempo, na superação do passado colonial e que a fizesse avançar para um mundo urbano-industrial. Nesse bojo, o Maranhão foi contemplado com a construção de parte do traçado da rodovia Belém-Brasília, na porção oeste de seu território. Embora a abertura dessa rodovia federal não tenha tido grande repercussão nos periódicos da capital, sua implementação assumiu centralidade nas narrativas que tratam do processo de ocupação e reconfiguração da Amazônia maranhense.

Em *Por que construí Brasília*, livro de memórias publicado em 1975, Juscelino Kubitschek descreve com admiração e temor o desafio em que se lançou ao tentar vencer a floresta tropical e integrar a vastidão do interior às áreas ditas civilizadas do Brasil:

Lembrava-me das muitas vezes que havia sobrevoado a Amazônia. O avião parecia estar parado, dada a uniformidade do grandioso cenário que o cercava. Em cima, era o céu – este céu brasileiro, imenso, transparente, luminoso –, que dava a impressão de uma descomunal bola de vidro. Embaixo, o oceano

da floresta tropical - cerrada, densa, ameaçadora. Aquela floresta não constituía um adorno, uma franja da natureza, para emprestar maior definição ao cenário. Era uma presença opressora, que se estendia por três quartos do território do país. Vista do alto, infundia medo e causava apreensão, e o que se ocultava sob a sua galharia era de afugentar o mais intrépido furador de mato. Tratava-se de um verdadeiro tecido conjuntivo — uma malha intrincada e fechada de cipós - intransponível até para os índios. Estes, vencidos pela hostilidade da selva desde muito haviam se refugiado nas zonas da rarefação vegetal, à beira de certos rios e nas áreas calcárias em que escasseava o humo. Como o homem branco, não afeito à agressividade da selva, poderia conquistar aquela terra? (Kubitschek, 2000, p. 83).

Nesse fragmento de texto carregado de simbologias, rasgar a mata cerrada e penetrar em espaços intransponíveis representaria a vitória da “marcha civilizatória” sobre o “atraso” da floresta que cobria a maior parte do território nacional. De dentro da aeronave, o olhar de Juscelino projetava um cenário no qual a Amazônia surgia selvagem e intimidadora, emergindo na forma do inimigo a ser abatido em prol da modernização do país.

O dualismo entre homem/natureza, civilização/selvagem que reveste a cena deu a tônica a uma multiplicidade de discursos e representações sobre a Amazônia. Importante salientar que entre os anos 1950 e 1960, subjacente ao projeto nacional-desenvolvimentista, engendrava-se um olhar sobre a natureza que a representava como barreira e inimiga do progresso, portanto, precisava ser enfrentada e dirimida. A questão colocada por JK era “como”, “por quais meios” o dito homem branco e civilizado conseguiria vencer esse oponente histórico e expandir as fronteiras nacionais. Figura-chave nesse “neobandeirantismo”, JK foi alçado ao lugar de mito e de herói moderno do processo de conquista e ocupação das fronteiras territoriais brasileiras por parte significativa da imprensa e dos discursos oficiais (Silva, 2009, 2014).

As políticas de integração nacional e os programas desenvolvimentistas do governo federal apoiaram-se em dois grandes pilares que simbolizaram a luta contra a natureza e o movimento de interiorização do país: a construção de Brasília e a Belém-Brasília. Com efeito, a ação estatal exigiu a implantação de grandes trajetos rodoviários que interligassem a nova capital às outras regiões brasileiras, conforme previsto no Plano de Metas. Neste sentido, a “Belém-Brasília”<sup>38</sup> era parte da expansão de um grande “cruzeiro rodoviário” (Belém-Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília, Goiânia-Brasília e Belo Horizonte-Brasília) responsável pela integração norte/sul.

---

<sup>38</sup> Apesar de o nome “Belém-Brasília” ser o mais utilizado para nomear essa rodovia federal, outras nomenclaturas também são utilizadas, principalmente de acordo com o trajeto: BR-14, primeiro nome oficial; Rodovia Bernardo Sayão, definido pelo Decreto-Lei nº 47.763, de 2/2/1960; BR-010, no trecho entre Estreito (MA) – Belém (PA); BR-153, entre Anápolis (GO) e Wanderlândia (TO); BR-226, entre Wanderlândia e Estreito (MA) (Vaitsman, 1958).

No relatório apresentado à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília – Rodobrás (em parceria com a SPVEA e o IBGE), pelos geógrafos do Conselho Nacional de Geografia Orlando Valverde e Catharina Vergolino Dias, em 1965, no qual traçavam um diagnóstico das condições e das melhorias a serem feitas na malha viária durante o governo dos militares. Esses autores fizeram um histórico dos enlaces e batalhas impostos aos planejadores e governantes que buscaram interligar os territórios mais afastados dos centros de poder político e econômico do país.

Segundo Valverde e Dias (1967), as tentativas de sanar os problemas da navegação fluvial e superar o dito isolamento da região amazônica era algo que estava no centro das preocupações dos agentes do Estado. Para eles, até os anos 1950 “o problema da ligação interior da Amazônia com as outras regiões do Brasil permaneceu insolúvel por falta de condições técnicas e econômicas” (Valverde; Dias, 1967, p. 328), e muitos projetos não lograram êxito, como o de criação de uma rede ferroviária e ferro-fluvial nas primeiras décadas do século XX; de construção de um eixo que contemplasse o sistema rodoviário, ferroviário e fluvial, a exemplo do que preconizava o Plano Nacional de Transportes (1947) e o projeto piloto da Rodovia Transbrasiliana, do deputado Jales Machado (1948). Desse modo, as novas perspectivas que se abrem em meados de 1950, em se tratando do “desenvolvimento da Petrobrás”, da entrada do capital estrangeiro e da consolidação da indústria automobilística, deram o sustentáculo para o investimento nas estradas de rodagem (Valverde; Dias, 1967, p. 346-349).

Em face disso, a rodovia Belém-Brasília foi projetada para ser o símbolo da integração nacional e da conquista da selva. Entre 1958 e 1960, o desafio de “vencer a selva”, de levar a civilização aos espaços vistos como vazios e a façanha dos chamados pioneiros e desbravadores deu a tônica nas narrativas epopeicas que relataram a construção do trajeto de mais de 2 mil km<sup>2</sup>, que dilacerava a floresta tropical entre o Pará, o Maranhão e Goiás<sup>39</sup>.

A função de “executar, orientar, dirigir e finalizar os trabalhos de construção e pavimentação” coube à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás), criada através do Decreto nº 43.710, de 15 de maio de 1958. Apesar de ser subordinada à agência de planejamento SPVEA, a Rodobrás gozava de certa autonomia administrativa e financeira,

---

<sup>39</sup> Vale lembrar que a tentativa de interligar o núcleo central do país às áreas de maior poder econômico e político já era um projeto que vinha em discussão em outros períodos de nossa história. Entre as décadas de 1930 a 1940, o debate girava em torno dos meios de executar essas conexões entre as regiões, se através de ferrovias, pela via ferro-fluvial e/ou rodo-fluvial. Essa preocupação está presente na elaboração do Plano Geral de Viação (1934), na criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (1937), do primeiro Plano Rodoviário Nacional (1944) e do Plano Nacional de Transportes (1947).

devido ao seu caráter emergencial, conforme expresso no artigo 3º: “Tendo em vista a urgência dos serviços e das obras fica o Superintendente da S.P.V.E.A., autorizado a dispensar, a seu critério a concorrência pública ou administrativa para aquisição de materiais e equipamentos” (Brasil, 1958). A celeridade na obra estava no fato de que a abertura da estrada deveria culminar com a inauguração de Brasília, cuja obra já estava em curso. Bernardo Sayão<sup>40</sup>, engenheiro agrônomo, ficou com a coordenação da agência.

Kubistchek (2000, p. 211) afirmava que para “ligar o Brasil por dentro” era preciso a criação de um sistema interno de comunicações, cujo objetivo era a integração nacional. Assim, a “grande arrancada” se iniciou em 1958, com o traçado simultâneo de três frentes de trabalho que se estenderam do Pará ao Goiás, conforme se observa no mapa abaixo:

Figura 7 – Traçado da rodovia Belém-Brasília



Fonte: Melo, (1960, p.12)

<sup>40</sup> Bernardo Sayão trabalhou em diferentes órgãos do Ministério da Agricultura, na antiga capital federal, na década de 1930, logo após a conclusão do curso de agronomia. No início da década de 1940 foi nomeado por Getúlio Vargas para coordenar os trabalhos de implantação da primeira Colônia Agrícola Nacional em Goiás (CANG), ficando na administração até 1950. Através do Decreto nº 3.059/1941, estabelecia-se a criação de seis colônias agrícolas com o intuito de fixar o trabalhador nacional no campo. Tais colônias se concentraram nos estados do Mato Grosso e Goiás, e uma no Maranhão. Criada em 1941, a CANG atraiu forte migração e teve destaque na produção agrícola. Em 1953, ela se emancipou e deu origem à cidade de Ceres (GO). Em 1954, Sayão foi eleito vice-governador por Goiás, e no ano seguinte foi nomeado presidente da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), coordenando uma série de obras em Brasília. Em 1958, foi nomeado por JK para coordenar a construção da rodovia que ligaria a nova capital à cidade de Belém (PA) (Silva, 2009).

A Secção Norte, coordenada pelo presidente da SPVEA, o médico-sanitarista Waldir Bouhid, partiu de Belém (sede administrativa da Rodobrás) e findava nas proximidades de Açailândia (MA), tendo o objetivo de dar passagem ao fluxo de materiais e de homens nas frentes de trabalho pelo rio Guamá. A Secção Central, com sede em Imperatriz (MA), coordenada por Bouhid, tinha como meta a abertura da estrada nas divisas MA/PA e MA/GO; e a Secção Sul, a cargo de Bernardo Sayão e com sede em Anápolis, conectava Brasília a Goiânia e visava ligar a divisa do Goiás com o Maranhão.

Valverde e Dias (1967) dizem que a área abrangida pela frente Norte tinha características amazônicas, e a parte Central era de sertão. Estes autores chamam atenção para a dificuldade de construção do trajeto do vale do Guamá até Imperatriz, pela sinuosidade da vegetação e pelos trechos de água.

De Imperatriz ao Vale do Guamá no Pará o trabalho foi realizado por uma equipe de topógrafos e mateiros que abriam clareiras que eram seguidas pelas máquinas moto-niveladoras. Foi a parte mais árdua da construção com duas frentes de trabalho, uma iniciada na parte Norte e outra a partir de Imperatriz no Sul.

A floresta virgem tudo mascarava, impedindo de se acompanhar com segurança o divisor de águas. O trabalho pioneiro tinha de ser feito em terra. Uma equipe de topógrafos e mateiros seguia à frente e, num ponto em que achavam deveria passar a estrada, abriam uma clareira. Problema sério constituía o abastecimento da turma de pioneiros: enquanto eles estavam internados na mata, acendiam fogueiras em determinados pontos para que, vendo a fumaça, pilotos de teco-teco lhes atirassem os alimentos. Êstes eram jogados dentro de sacos e constavam geralmente de feijão, arroz, farinha e enlatados. Conta-se que houve casos de fornecedores apressados jogarem galinhas e porcos vivos do avião (Valverde; Dias, 1967, p. 331).

Conforme apontam em seu relatório, a Secção Central situava-se na região do Araguaia-Tocantins, atravessando o sudoeste do Maranhão e o Norte do Goiás, sendo a mais “atrasada” e “vazia” de todo o percurso. O encontro das três frentes estava previsto para ocorrer em 31 de janeiro de 1959, no local nomeado de Ligação (nas proximidades de Açailândia - MA) e marcaria o ato inaugural da rodovia. Contudo, foi marcado pelo evento trágico da morte do engenheiro Bernardo Sayão, que foi atingido por uma árvore quinze dias antes da data estabelecida.

No âmbito das várias estratégias discursivas, a intensa mobilização política em torno dessa estrada de rodagem e da construção de Brasília teve ampla cobertura midiática através da imprensa, da publicação de livros e da divulgação de filmes e documentários. No campo do

áudio visual, a produtora Jean Manzon Films<sup>41</sup>, que prestava serviços ao governo, foi uma das principais responsáveis pela construção imagética do caráter visionário, aventureiro e desbravador de figuras como JK e Bernardo Sayão, como se nota em produções como *Amazônia vai ao encontro de Brasília* (1958) e *Coluna Norte* (1960) (Andrade, 2012).

Bizzelo (2009) observa como os cinejornais e os filmes institucionais financiados pela iniciativa estatal, ao abordarem temas como a construção de Brasília, a implantação da indústria automobilística e a abertura de estradas, entre tantas outras temáticas que exploravam a ideia de conquista do distante e ainda desconhecido interior da nação, foram cruciais para moldar um arsenal de imagens e de discursos que projetavam o espetáculo dos grandes empreendimentos na selva. Segundo a autora, uma série de produções audiovisuais produzidos entre 1958 e 1959 eram parte

da estratégia de convencimento sobre a importância de Brasília, uma estratégia que tem na imagem de Juscelino Kubitschek o seu ponto de partida. Ele aparece como o presidente que inspeciona e inaugura, participa da sua função de administrador maior e líder de um grupo que concebeu a nova capital, do empreendimento que movimenta o país. Quase sempre aparece no começo dos filmes de maneira a legitimar o olhar. O espectador vê aquilo que Juscelino vê de helicóptero, a pé, de jipe. discurso construído por todos os filmes analisados privilegia as construções e as estradas que ligarão Brasília a todas as outras capitais do Brasil (BIZZELO, 2000, p.52).

Rasgar as barreiras naturais e sociais em nome do progresso e da modernização do país era parte da luta política e simbólica que legitimava a figura de JK pelo signo do heroísmo, da coragem e da clarividência. Na imprensa, a teatralização do encontro do homem com a floresta ganhou diferentes contornos, encenava-se o caráter épico da aventura, representava-se o olhar visionário do presidente e da sua equipe técnica e evidenciava-se em tom de dramaticidade a labuta de operários e máquinas que rasgavam a espinha dorsal do país, as imagens aéreas estampadas nos jornais e em uma série de publicações feitas pela SPVEA<sup>42</sup> procuravam dar a dimensão da pressa, da euforia e do empenho em abrir imensas clareiras na mata que conectariam o país do sertão a Amazônia.

---

<sup>41</sup> O fotógrafo e jornalista francês Jean Mazon fundou a produtora de filmes publicitários que levava seu nome em 1952, e mesmo após sua morte as produções ainda se mantiveram até os anos 1990. O forte teor ufanista de suas narrativas filmicas revelavam a crença nas ideias/imagens do nacional-desenvolvimentismo que foram representados em séries de reportagens, cinejornais e documentários. Ver Bizzelo (1995).

<sup>42</sup> No período de construção da rodovia a SPVEA publicou uma série de livros que registraram as experiências nas viagens ao longo da Belém-Brasília como: *Rodovia da unidade nacional* (1958) e *Brasília e Amazônia* (1959), de Maurício Vaitsman; *O planejamento transforma a Amazônia* (1960b) e *Dez Dias na Belém-Brasília* (1960), de Afrânio Melo e *Aventura através do progresso* (1965), de Roberto Barreto.

Figura 8 – Trecho da Rodovia Belém-Brasília



Fonte: Bouhid (1960, p.08)

Periódicos de grande circulação, como a revista *Manchete*, de Adolpho Bloch; e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, publicavam matérias em defesa das iniciativas governamentais, a exemplo do espaço dado à chamada “Caravana da Integração Nacional”, rito simbólico que comemorou o encontro das frentes de trabalho na rodovia “Belém-Brasília”, em 1959, através de uma incursão durante dez dias nos espaços cortados pela estrada, como mostra a imagem abaixo:

Figura 9 – Mapa da Caravana da Integração Nacional



Fonte: Agência Brasília (2019)<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/03/carros-nacionais-perrengues-e-recorde-o-que-foi-a-caravana-da-integracao-nacional/>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

No mapa acima, é possível identificar quatro colunas: no Sul, partindo de Porto Alegre; no Oeste, de Cuiabá até Brasília; no Leste, partindo do Rio de Janeiro; e no Norte, o percurso mais longo e com maiores percalços. As caravanas eram acompanhadas de jornalistas, empresários e políticos que percorreram as diversas partes do Brasil, divulgando e promovendo a nova rodovia e a indústria automobilística. A caravana contou com a presença do governador do Maranhão Mattos Carvalho, grande entusiasta dessa rodovia que, segundo ele, foi responsável por um “admirável surto de progresso que impulsiona o alto sertão maranhense, resultante do trecho da BR-14 que atravessa o Sul do Estado, promovendo o engrandecimento social e econômico da região situadas nos limites com os Estados do Para e Goiás” (Carvalho, 1960, p. 542).

Em meio às várias dificuldades enfrentadas na viagem, como os atoleiros provocados pelas constantes chuvas, os caminhões, os jipes e os ônibus dos expedicionários procuravam desenhar as trilhas de um modelo de racionalização que via na ocupação dos ditos espaços vazios um projeto de futuro para a nação. No dia 2 de fevereiro de 1960, o desfile de automóveis e o cortejo de JK e sua comitiva pelas ruas do imenso canteiro de obras que era Brasília assinalaram o encontro das quatro caravanas, representando a conquista do homem sobre a natureza.

Figura 10 – Caravana da Integração Nacional em sua chegada a Brasília em 1960



*Conduzindo a bandeira brasileira, a coluna norte da CARAVANA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, desfila garbosamente rumo à BRASÍLIA*

Fonte: Bouhid (1960, p. 26)

Na centralidade da narrativa visual os carros enlameados exibem as marcas da “batalha na selva” ao romperem as entranhas da nação. Ao conduzirem a bandeira nacional evidenciavam “o milagre do esforço e a tenacidade do homem brasileiro” (Bouhid, 1960, p.15), bem como, o espírito cívico da conquista e do denominado desenvolvimento nacional.

Como bem apontou o repórter Afrânio Melo, em *Dez Dias na Belém-Brasília* (1960), ao fazer o *relato* de sua experiência com a Coluna Norte:

A estrada não tem fim. São 2.200 quilômetros batidos, ligando o Norte ao Centro do país, de Belém do Pará a Brasília, através de longo trecho de exuberante floresta tropical e de savanas tropicais que marcaram o planalto goiano. Percorrem-se centenas e centenas de quilômetros em anotar presença do homem na beira da estrada, eles que a abriram e que terão de conservá-la. Sente-se, contudo que, mais uma vez, o homem venceu a selva, dominou-a por completo e, rompendo-a, deixou a sua passagem, enfeitada de galhos e de árvores batidas, de queimadas, de campo de pouso e de acampamentos, uma faixa por onde trafegaram ainda agora, 56 veículos de fabricação brasileira – jipes, camionetas, caminhões e até ônibus – numa emocionante aventura, tão grandiosa quanto a manifestação de civismo que encerra (Melo, 1960, p. 14-15).

Nesse jogo de cena, o investimento em propaganda por parte do governo representou uma grande estratégia de convencimento da opinião pública, com o intuito de amenizar as críticas feitas pelos segmentos de oposição, que evidenciavam os gastos excessivos e a inviabilidade do projeto rodoviário. Falas como a de Jânio Quadros (UDN), que nomeava a Belém-Brasília de “estrada das onças”, ligando “o nada a lugar nenhum”, foram amplificadas pela imprensa de oposição. Também tinham ressonância as críticas com os gastos excessivos e os relatos sobre as duras condições de trabalho dos funcionários da rodovia (fome, falta de água, confrontos e ameaças com povos indígenas, doenças como a malária etc.).

Andrade (2019) sublinha que a construção da Belém-Brasília marcou a fase final do governo JK, em um cenário tumultuado e marcado por inúmeras denúncias de corrupção que contribuíram para a eleição de Jânio Quadros em 1961. Além disso, registra que “a estrada da integração nacional” foi entregue sem ser concluída, atravessando períodos de desgaste nas gestões seguintes. Em 1961, a obra foi interrompida e a Rodobrás foi extinta e incorporada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). No governo de João Goulart (1961-1964), a Rodobrás foi recriada, retomando a obra e acrescentando mais 350km; já no período militar teve concluída a pavimentação diante de frequentes denúncias na imprensa sobre suas precárias condições de trânsito.

### 3.3 A rodovia Belém-Brasília: uma estrada para a redenção

“Grande estrada”, “Central”, “Federal” são alguns dos muitos nomes atribuídos ao trecho da rodovia “Belém-Brasília” ou BR-010, nas narrativas que inscrevem a história dos núcleos urbanos e povoados que foram cortados por seu traçado no sudoeste do Maranhão. Pelo lado goiano, a malha viária se interligava à cidade de Estreito (MA) e seguia na direção de Porto Franco, Imperatriz e Açailândia, até atingir o Estado do Pará. O fato é que na memória social dessas cidades a abertura da Belém-Brasília é um marco simbólico na conquista de parte do interior maranhense, transfigurando-se um tempo de mudanças e de progresso para o médio Tocantins e para os sertões do Maranhão.

Barros (1972) descreveu o alvoroço de pessoas e máquinas presentes no início das obras no município de Imperatriz:

Inverno de 1958. Chega um avião da Cruzeiro do Sul. Tinha a finalidade de fotografar a mata virgem rumo norte. Logo depois engenheiros e construtores desembarcam e instalam um escritório. A grande nova espalha-se: Uma estrada de rodagem vai ser construída. Caminhões, Jeeps e máquinas nunca vistas iam chegando. O povo alvoroçado procura ver tudo, saber de tudo. Há um clima geral de euforia. Os trabalhos se iniciam mostrando desde o começo as grandes dificuldades a vencer. Jovens corajosos ajudam os topógrafos na abertura dos “piques”. Atrás, turmas e turmas de trabalhadores vão vencendo a mata. Os aviões da FAB, inclusive helicópteros, dão ampla e contínua cobertura aos trabalhos; graças a eles a sobrevivência dos homens é mantida (Barros, 1972, p. 127).

A cidade sediava o distrito da Rodobrás no Maranhão e tinha a posição estratégica de interligar duas importantes frentes de trabalho: na divisa com o Goiás, particularmente em Estreito, onde foi erguida uma ponte sobre o Tocantins (Ponte JK); e a outra na fronteira com o Pará. E, como tal, tornou-se o principal centro de abastecimento e de organização dos trabalhadores e dos maquinários nesse trecho da obra. Por conta disso, em 1958 o pequeno e remoto espaço urbano, que crescia lentamente com olhos voltados para o rio Tocantins, recebeu grande fluxo populacional, a princípio, de funcionários responsáveis pelo mapeamento e por fotografar o perímetro (topógrafos, engenheiros etc.) e, logo depois, de trabalhadores vindos majoritariamente do sertão nordestino e que ocuparam diversos postos de trabalho (operadores de máquinas, matreiros, tratoristas, cozinheiros, de limpeza e derrubada das matas etc).

O fragmento do relato citado acima esboçava o magnetismo que as novas tecnologias (avião, caminhões, *jeeps*) exercia sobre os habitantes desse núcleo urbano, delineando a experiência coletiva de uma comunidade que vivenciava um novo tempo, marcado pelas construções materializadas na implantação da rodovia. “Vencer a mata” era o prenúncio do

rompimento de um tempo da natureza representado pelas fatigantes viagens fluviais e pelas “grandes dificuldades a vencer”. Para Barros (1972), “o esforço de guerra” que marcou os enfrentamentos da comitiva reforçava o caráter aventureiro e desbravador dos operários e das máquinas na derrubada da floresta, vista como o grande inimigo a ser abatido.

Conforme escreveu Schama (1996, p. 17): “A paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”. No relato de Edelvira Barros, a paisagem técnica ia se configurando em meio ao movimento das máquinas e dos homens que rasgavam a selva ante o olhar atento da cidade:

Na frente iam os topógrafos fazendo o pique (1,50m) e já locando a estrada e assinalando-a com estacas de vinte em vinte metros. Logo atrás um grupo abria a estradinha capaz de transitar tropas que levavam os mantimentos. O desmatamento vinha depois e era sub-empregado, tendo por base o número de estacas, e com ele alargava-se a estrada dando melhores condições para a passagem de veículos pesados (Barros, 1996, p. 113).

Um outro relato importante sobre as memórias da rodovia no Maranhão é de Geraldo Virginio Ribeiro. Em *Eventos de uma existência* (2000) ele relembra sua experiência como assistente de enfermagem, contratado pela Rodobrás em 1959 para trabalhar no acampamento de Açailândia. Sua história pessoal e familiar é mais uma entre a de tantos nordestinos que, tangidos pela seca nas primeiras décadas do século XX, buscaram as “terras úmidas” do Maranhão e foram pulando de lugar em lugar em busca de melhores condições de vida. Ribeiro (2000) conta que sua família chegou ao Maranhão em 1932 e fixou pouso em Santo Antônio de Balsas (atualmente Balsas), onde seu pai adquiriu “uma tropa de jumentos, com a qual saía pelo sertão vendendo e comprando cereais” (Ribeiro, 2000, p. 13). Em 1934, mudaram-se para Riachão, seu pai “já contava com duas tropas de muares, todos bem arreados, uma casa no centro da cidade [...] um terreno onde plantou pastagens e internadas para as tropas e passou a criar gado”. Em 1938, migraram para Porto Franco e permaneceram pouquíssimo tempo até se fixarem na fronteira cidade goiana de Boa Vista (atual Tocantinópolis -TO) devido a conflitos políticos; e em 1939 sua família se mudou para Marabá, quando seus pais partiram para os garimpos que margeavam o Tocantins e deixaram Geraldo, na época com 13 anos, aos cuidados de um farmacêutico alemão que lhe ensinou o ofício de manipular poções, pílulas, pomadas, tinturas e aplicar injeções (Ribeiro, 2000).

A partir dessa experiência no ramo farmacêutico a trajetória de Geraldo Ribeiro é cheia de reviravoltas, até ser contratado como auxiliar de enfermagem da Rodobrás. Seu relato é bastante rico, pois traz indícios importantes sobre a fase final de abertura da estrada,

descrevendo o cotidiano dos trabalhadores, a relação com os povos indígenas, a vulnerabilidade e os perigos aos quais estavam submetidos a cada etapa vencida na derrubada da floresta:

Cada vez penetramos na mata íngreme, infestada de serpentes de todos os tamanhos, umas venenosas, como as corais, e outras não venenosas, como jiboias e espada velha. Tínhamos de trabalhar cautelosamente. Vencidos muitos quilômetros, chegamos a um lugar em que a caça, por ser escassa, era mais difícil de apanhar. Tivemos que atravessar um trecho seco, apenas com grotões cheios de caparrosa, água enferrujada, imprópria para beber, mesmo fervida. Chegamos próximo a um igarapé que os índios denominaram de kukren, em parakategê. Traduzido quer dizer “com fome”, ou “igarapé da fome”. Mais alguns quilômetros de penetração, chegamos ao lugar onde mais tarde houve o encontro das frentes e que recebeu o nome Ligação (Ribeiro, 2000, p. 101).

Há que se observar que o tom aventureiro esteve presente na maioria das narrativas sobre a construção dessa estrada. Os lances de coragem e de desespero perante os perigos que a mata encobria (animais ferozes e peçonhentos, doenças como impaludismo, os ataques de indígenas vistos como hostis), a fome e a falta de água são imagens que circulam nos vários relatos sobre a Belém-Brasília. O jornalista Arnaud Pierre, em *Primeira viagem na Belém-Brasília* (1960), cita casos de trabalhadores que morreram em virtude da malária e da carência alimentar. Embora fossem abertas clareiras na floresta e utilizassem sinais de fumaça para se comunicarem com os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB)<sup>44</sup>, que levavam o auxílio esperado (medicamentos, comida, combustível), o intrincado das árvores obstruía o acesso dos aviões aos acampamentos, de tal modo que o método de colocar animais vivos junto com os alimentos a serem atirados pelos paraquedas, como forma de rastreio, era uma prática descrita em muitos relatos.

Recorrer à caça de animais silvestres como forma de aplacar a fome era uma prática perigosa, já que as chances de se perder na mata eram muito comuns. Geraldo Virginio conta um caso bastante relatado nos registros das memórias da rodovia, o de Luís Gonzaga, um trabalhador que saiu para caçar e se perdeu no caminho de volta para o acampamento:

Gonzaga tinha apanhado outra vertente de açazal, possivelmente no rio Gurupí. Em sua expedição, Gonzaga deparou-se com um sítio dos índios urubu-Kaapô uma velha aldeia abandonada. Muito abatido alimentava-se com fígado de jabuti cru, pois só dispunha de um pedaço de facão, um rifle papão amarelo calibre 44, sem munição. Certo dia, ele estava demasiadamente fraco e pensou em se matar, pois o sofrimento não tinha limites. Dormia no chão, descalço, sem camisa, o short já em trapos, numa mata fria, repleta de

<sup>44</sup> A “aventura pela selva” teve o apoio da Força Área Brasileira, que se encarregou da construção de nove campos na mata, de abastecer os acampamentos (alimentos, medicamentos e combustível) e de instalar um sistema radiotelegráfico (Andrade, 2012).

pequenos animais venenosos, inclusive piolhos de cobra, lagartas de fogo [...] Gonzaga pensava até está à mercê das ferozes onças pintadas, canguçu da mão torta e da temível onça das malhas encobertas [...] (Ribeiro, 2000, p. 100).

Exauridos os limites físicos e mentais, Gonzaga foi resgatado por um grupo de indígenas que o carregaram e o alimentaram até ele conseguir ser levado para São Luís, e depois retornar para Imperatriz. Em sua homenagem, o riacho onde se apartou do grupo foi batizado de *Perdido*. Esse episódio ilustra bem como a experiência desses trabalhadores deu origem ao nome de lugares e de acidentes geográficos por onde passavam no processo de devastação da floresta. No ato nominativo desses espaços, cria-se um mapeamento afetivo dos itinerários construídos na floresta em que estavam presentes as motivações por trás dos topônimos, seja para elucidar a dura labuta em lugar inóspito, seja em referência aos elementos da natureza física.

É o caso do nome Açailândia. Marco da conquista sob a selva, os começos desse espaço urbano remetem a uma expedição que adentrou a floresta em busca de uma área alagadiça para montar acampamento:

O cipoal era tão denso, que fazia camadas superpostas no chão, prejudicando a passagem de homens e animais. Tinham o sol como guia, mas dele pouco era visto. A floresta milenar se elevava quase sempre a trinta metros acima de suas cabeças, mesmo assim, conseguiam seguir obedecendo as recomendações da rota. Para se fazerem notar, acendem fogueira; o fogo certamente não seria percebido, mas a fumaça sim. O piloto recebe e os localiza. E durante dez dias o avião volta a sobrevoá-los. Todas as vezes repetia-se o ritual da fogueira e os exploradores recebiam mensagens orientadoras, mais a direita ou mais à esquerda... como já foi dito, não havia visibilidade entre o grupo a terra e o piloto; por isso, as mensagens eram lançadas em caixas com cascalho ou pedrinhas; o barulho indicava o rumo e a mensagem era encontrada. Chegaram até a usar um frango num dos desses arremessos, e o pobre veio gritando de cabeça baixo. Durante os trabalhos, centenas de mensagens foram enviadas em situações parecidas (Barros, 1996, p. 114).

De acordo com Edelvira Barros (1996), somente no décimo terceiro dia a expedição localizou a embocadura do riacho Pequiá, uma grande área recoberta por pés de açaí:

O verde das palmeiras a pureza da água, a grandiosidade do conjunto, a alegria da vitória conforta a todos. Acampam e imediatamente se regalam com um banho farto depois de treze dias sem ele. Contentes, conversam animadamente e decidem dar um nome ao lugar (coisa já de praxe entre os construtores da rodovia). Vem sugestões, várias, cada um dava a sua. As mais acatadas iam sendo Renascença e Água Nova, até que Moacir, um estalo falou: “o nome desse lugar é Açailândia.” A turma concorda por unanimidade, porque realmente o que eles tem em frente é um compacto açailal (Barros, 1996, p. 114-115).

Com a descoberta desses mananciais foram instalando toda uma estrutura de trabalho na floresta: campo de pouso, estação de rádio, e chegando equipamentos variados, como um monomotor e um helicóptero. Almeida (2012, p. 74) destaca que “nas margens do riacho construíram casebres – que serviram de escritório para os engenheiros e apoio para os trabalhadores das obras – cobertos com as palhas dos açaiçais que batizariam a futura cidade”.

Nas memórias da rodovia, Açailândia ainda é lembrada como o lugar da trágica morte de Bernardo Sayão. Geraldo Ribeiro (2000) relata que esse triste episódio ocorreu durante a construção da pista de aterrisagem para receber o presidente Juscelino Kubitschek, na data previamente definida (31 de janeiro de 1959) para o encontro das frentes do Pará e do Maranhão, no local que ficou conhecido como Ligação. Segundo ele, durante a limpeza do perímetro centenas de homens “na base da foice e do facão” derrubavam as árvores que, em seguida, eram “arrastadas pelas possantes lâminas dos tratores”. Nesse processo, uma árvore que já estava morta e permanecia presa apenas pelos cipós teria se rompido e acertado o barracão onde o engenheiro repousava” (Ribeiro, 2000, p. 102-103). O acidente teria sido seguido por uma grande comoção e aflição por parte dos trabalhadores que esperavam pelo resgate aéreo, porém, a demora no atendimento médico teria contribuído para a morte de Sayão.

Juscelino Kubitschek também descreveu esse episódio em suas memórias:

Morreu de pé, no meio das múltiplas resistências da floresta, quando já estava à vista o término do seu árduo trabalho. Quem o feriu foi justamente uma árvore - uma das numerosas que ele teve de abater, para que o Brasil tomasse posse do seu próprio território. Mais de uma vez, ele me disse: no dia em que a Belém-Brasília estiver concluída, posso partir para sempre. Não viveu para assistir a esse espetáculo. Mas deixou tudo pronto, para que a cerimônia se realizasse na data marcada.

[...] Caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável (Kubitschek, 2000, p. 228-229).

Na imprensa e na memória social circularam versões que divergiam sobre os motivos do falecimento de Sayão, como as que mencionavam os choques com povos indígenas na região (Franklyn, 2008). Entretanto, o que mais chamava atenção nesses relatos era como sua morte legitimava a importância do enfrentamento da natureza. Silva (2009), que oferece uma perspectiva rica sobre esse debate, postula que a força simbólica de sua morte em meio ao canteiro de obras fez reviver o “mito do bandeirante”, do desbravador vitimado pela vingança da hileia, reforçando os discursos políticos sobre a necessidade de ampliar a luta contra a natureza em nome da missão civilizatória que defendia o progresso e a grandeza da nação.

No texto de Edelvira Barros (1972) é possível notar a apropriação dessa construção mítica:

Viajava constantemente, estando presente em todas as frentes. Sua figura alta e corpulenta torna-se conhecida.

Fica com a turma da mata, comendo só feijão sem sal, quando há carência de mantimentos. Também não se afasta e os encoraja quando há pavor de índios. A sua presença é conforto e coragem e os trabalhos continuam.

Em plena lida a morte o acolhe. Estava de cócoras numa barraca examinando um mapa que um topógrafo lhe mostrava quando um galho pesado de árvore cai sobre ele abatendo-o.

Mais de cinco homens estavam na barraca, mas somente ele é atingido. E por mais estranho que pareça foi ele, o chefe a única vítima da construção da Belém-Brasília no trecho Imperatriz-Belém.

Foi vingança da floresta disseram os supersticiosos (Barros, 1972, p. 145).

O mito do bandeirante morto em combate é evidenciado em ideias-imagens que descreviam a força física “alto e corpulento”, o carisma, a coragem, o espírito aventureiro, a energia que Sayão empregava na realização de suas atividades e na representação da providência divina. Ribeiro (2000) menciona que no local da tragédia foi erguida uma cruz: “Aproveitaram a madeira do pau sinistro para sua confecção”, e através de ato presidencial, a estrada foi nomeada de rodovia Bernardo Sayão. “Era o mínimo que o governo poderia fazer, pois deveria consagrá-lo por ter cumprido seu dever”, pois “Sayão foi uma centelha que iluminou as matas e transformou em riqueza o caminho desbravado, às margens do qual surgiram cidades, vilas e povoados” (Ribeiro, 2000, p. 104).

Em face desse enredo de morte, Açailândia, assim como várias outras cidades que surgiram no entorno da Belém-Brasília, simbolizou o renascimento, a vitória do ideal desenvolvimentista, em razão de o acampamento se transfigurou em povoado, recebendo, posteriormente, diversos grupos sociais de várias frentes de deslocamento do Nordeste, do Maranhão e do Centro-sul no decorrer dos anos 1960 a 1980. Em 1981, esse povoado foi desmembrado de Imperatriz, tornando-se município (Lei nº 4.295/81, de 6/7/1981).

Valverde e Dias (1967), que percorreram essa porção do Maranhão em 1965, descreveram Açailândia como um povoado pobre com grandes características de hileia amazônica, cuja população era constituída por “pequenos posseiros” vindos de Imperatriz, pois “os fazendeiros já se tinham apoderado das terras mais próximas”, e que viviam da lavoura do arroz e do extrativismo do babaçu (Valverde; Dias, 1967, p. 194). Franklyn (2008, p. 148) diz que nas duas décadas posteriores à abertura da BR-010 o povoado prosperou devido à extração madeireira, principalmente após a abertura da estrada Açailândia-Santa Luzia (BR-222): “Um

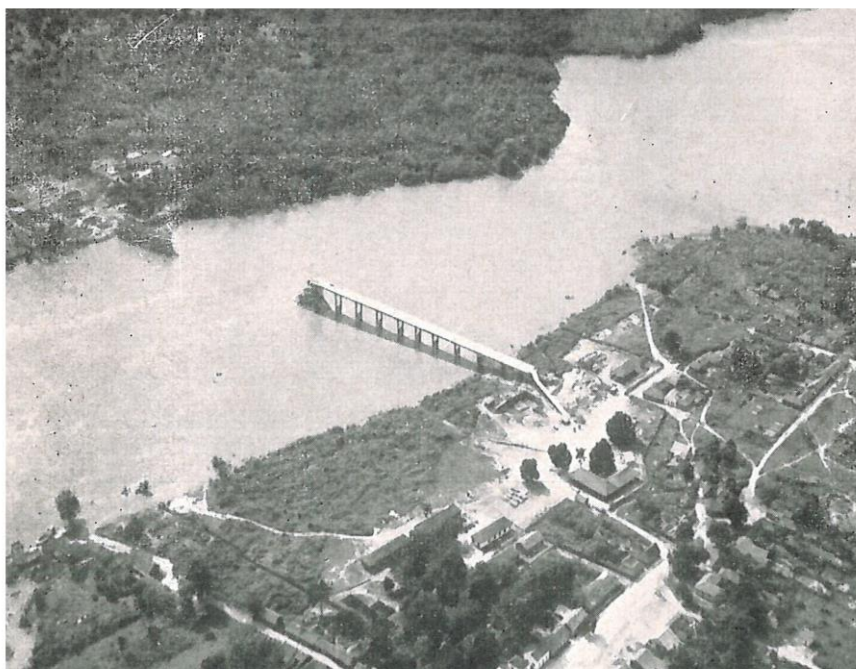
sem-número de caminhões e dezenas de empresas madeireiras tomaram conta de sua paisagem [...] O crescimento é tanto acelerado quanto desordenado”.

Outro evento que tem espaço de destaque nas memórias da rodovia foi a visita de JK em janeiro de 1961, a vila de Paranaidji (Estreito - MA) para inauguração da ponte que interligaria a rodovia Belém-Brasília ao norte do Goiás:

A notícia corria de boca em boca: Juscelino vem conhecer Imperatriz.  
A chefia da Rodobrás põe fim aos boatos. O presidente só ficará no aeroporto.  
Não visitará a cidade por falta de segurança.  
Todos acorreram então para o aeroporto. O avião chegou e dele saltou o presidente. Os cordões de isolamento foram rompidos. Os guardas improvisados esforçaram-se para manter a ordem; num instante, viu-se literalmente abafado pela multidão.  
Aos poucos conseguiu locomover-se até o galpão do aeroporto, onde um ligeiro almoço o aguardava.  
Depois de conversar com as autoridades presentes manifestou o desejo de conhecer a cidade.  
Os recepcionistas entreolharam-se, não havia nada preparado e a cidade era um ferredouro de pessoas desconhecidas.  
Explicaram-lhe o presidente sorriu, não desistiu, e momentos depois num Jeep aberto, o pioneiro da Belém-Brasília, no único veículo disponível, rodou por toda cidade.  
Demorou-se as sombras das mangueiras conversando amistosamente com caravanas de migrantes.  
Na sua visita, foi lançada a ideia da abertura de uma agência local no Banco do Brasil (Barros, 1996, p. 119).

O tom de triunfo preenche a cena. O rito da celebração representado pelo passeio de *jeep* pelas ruas que fervilhavam de “pessoas desconhecidas” e a conversa à sombra das mangueiras com “as caravanas de migrantes” são imagens que reforçavam o discurso do isolamento do território, decorrente da força inibidora da natureza e do abandono por parte dos poderes constituídos, que teriam sido vencidos pela construção da “grande estrada” através de sua força redentora. A ponte erguida em concreto armado sob o rio Tocantis, que aparece no livro *Primeira viagem a Belém-Brasília* de Arnaud Pierre ainda em processo de construção em janeiro de 1960 (Figura 11), batizada com o nome de JK tornou-se um dos grandes símbolos da “epopeia na selva”, tornando-se um cartão postal dos “novos tempos”, um símbolo do heroísmo, da coragem e do trabalho, uma vez que marcou pela dificuldade da construção em lugar ermo, por inaugurar um novo modelo arquitetônico, por aproximar territórios e, como noticiou o jornal *Diário da Manhã*, por representar “o coroamento de uma das mais admiráveis batalhas travadas pelos técnicos e trabalhadores brasileiros com o propósito de assegurar a ligação Norte – Sul através da selva desconhecida e só agora definitivamente vencida” (Jornal Diário da Manhã, 21/01/1961).

Figura 11 – Ponte sobre o rio Tocantins em Estreito (MA)



Fonte: Pierre (1960, p. 55)

A redenção do território em nome do desenvolvimento deu a tônica às narrativas que versaram sobre a implantação da BR-010, enredando as falas que pautaram as ações governamentais de intervenção na Amazônia maranhense. A coragem dos denominados desbravadores frente aos enormes desafios geográficos, as nuances de epopeia, o tom grandioso, o espírito de aventura, a busca pela glorificação dos feitos são enunciados que revestem as narrativas, as quais representam a Belém-Brasília como a primeira grande conquista e a ocupação de extensas áreas da Amazônia.

Diante do exposto, convém frisar que nas estratégias de domínio do território amazônico as estradas de rodagem foram responsáveis pela configuração de uma rede urbana espalhada ao longo de toda a “Belém-Brasília” e de outras rodovias inauguradas na década de 1970. Como nos alerta Guimarães Neto (2017), os vários trajetos rodoviários (Belém-Brasília – BR-14, Cuiabá-Santarém – BR-163, Transamazônica – BR-230) que se conectaram geograficamente a grandes eixos que ligavam a Amazônia às regiões brasileiras foram cruciais para que o aparelho de estado e as empresas privadas estruturassem a venda de terras e o mercado de trabalho. De modo que, sob diversos ângulos, processou-se uma intensa mobilidade social de várias partes do Brasil em direção ao Centro-Oeste e ao Norte. Eram homens, mulheres e crianças que migravam em virtude das políticas governamentais instituídas durante o processo de modernização conservadora dos militares, tais como: os projetos de colonização e a criação de frentes de trabalho nas fazendas agropecuárias e nas empresas de mineração.

Nesse quadro, com a construção desses grandes eixos viários a arquitetura de muitas cidades, que antes se voltavam para as zonas ribeirinhas, foram se reconfigurando no entorno das estradas. O tempo cadenciado pelo ritmo lento da vida à beira rio, marcado pela presença das embarcações, dos batelões e das longas e fatigantes travessias nas veredas do sertão, foi sendo gradualmente substituído pelo tempo acelerado dos “expressos” e dos caminhões que, carregados de pessoas e mercadorias, cortavam as novas e velhas estradas, levantando poeira, enfrentando lamaçais e atoleiros nos trechos sem nenhuma pavimentação. Os caminhões e os paus de arara compuseram a simbólica de um Brasil errante, constituído por massas de deslocados que peregrinavam e negociavam pelos rincões da Amazônia com a provisoriedade dos meios de vida e a crença em um futuro melhor.

Em face desses novos ajustamentos foi se delineando uma paisagem composta por novos personagens, novas sociabilidades e novas experiências de tempo, projetando-se um horizonte de expectativas no qual as ilusões do progresso evolutivo alteravam os modos de vida e o plano urbanístico de novas e de velhas cidades. Neste capítulo, ao reduzir a escala de observação para a Amazônia maranhense, particularmente o médio Tocantins, diretamente impactada pela construção da BR-010, optei por direcionar a objetiva para os espaços microscópicos de algumas cidades que emergiram no compasso da política desenvolvimentista dos governos militares. Porto Franco e, sobretudo, Imperatriz, são aqui apreendidas a partir dos relatos de espaço produzidos pelas narrativas oficiais, jornalísticas e memorialísticas.

Importante salientar que a dimensão temporal das narrativas foi ricamente estudada pelo filósofo Paul Ricoeur (1994, p. 12-15). Para ele, nossa capacidade de compreender uma história está carregada de implicações temporais: “Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite muda [...]”. Além disso, entende que “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (Ricoeur, 1994, p. 12-15).

### **3.4 Tempo, cidade e imprensa**

Como bem afirmou Ítalo Calvino (1990, p. 14-15): “A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

Nessa direção, o poeta e cronista Waldemar Gomes Pereira fez um registro interessante da passagem do tempo em Porto Franco, em *Meu pé de Tarumã florido* (1997), um misto de memórias, crônicas e poemas. Nascido em 1929, em uma importante família de políticos da região, seu pai, Joaquim Gomes Pereira, era fazendeiro e exerceu vários cargos de gestão pública. Waldemar Pereira, que era professor e advogado, recupera episódios marcantes de sua trajetória pessoal e da cidade no período de 1930 a 1990. Segundo ele, o núcleo populacional que deu origem a Porto Franco começou a se formar em 1821, com a presença de agricultores que migraram da fronteira cidade goiana de Boa Vista, e em 1845, com a chegada de alguns comerciantes que, “viajando rio acima, trouxeram sal, tecidos e outras especiarias para comerciarem”, como Joaquim Severino, que abriu uma casa comercial, construiu uma igreja e a casa de administração. Após longas querelas com Imperatriz, em 1919 Porto Franco foi elevada à condição de Vila, e em 1938, através do Decreto-Lei nº 45, de 29/3/1938, à categoria de cidade (Pereira, 1997, p. 127).

Em *Meu pé de Tarumã florido*, Porto Franco é reinventada pelas reminiscências da infância e da juventude de Waldemar Pereira, a partir da imagem do velho pé de Tarumã fincado de frente ao rio. Segundo ele, em suas sombras: “Mais de três gerações se abrigaram para olhar o rio Tocantins, as idas e vindas dos barcos-motores, o encher e o vazar das suas águas, ou simplesmente, o encontro de amigos, bate papos e colóquios amorosos”, simbolizando um paraíso perdido (Pereira, 1997, p. 19).

Seu relato, como diz Certeau (1994, p. 199) “atravessa e organiza os lugares”, revelando instantâneos onde a cidade surge “bonita e simples” através das três ruas principais: “A rua Grande, a rua Nova e a rua do Cisco”, a praça sem nome situada na parte alta; dos banhos de rio; das brincadeiras de rua “o co-ro-co-có, de soldado, de cangaceiro”; do barulho do ronco do caminhão - o único veículo que existia em Porto Franco “e que assustava o povo do sertão por onde passava” - da estratificação social que segmentava os grupos entre os de “sociedade”, as “pipiras” e o “retombo”, da iluminação a querosene nos bailes, das viagens pelo Tocantins em direção a Belém (Pereira, 1997, p. 25-35). Nessas cenas cotidianas em que o passado é evocado a partir dos espaços da cidade, o velho tarumã exprimia a voracidade do tempo:

Era um tronco gigante, um tarumã bem formado, com galhos impressionantes, folhas verdíssimas [...]. Mas quem diria o que lhe reservava o destino? Abelhas, muitas abelhas cavucaram o seu tronco, roeram seu cerne, sugaram sua seiva [...] Até que num dia muito triste, de rio cheio e chuvas torrenciais, os ventos impiedosos e fizeram abater aquela vetusta e nobre representante da nossa flora [...] e as águas levavam parte de seus ramos. O velho tarumã morria lentamente. Adeus meu pé de tarumã florido! Contigo se foram muitas recordações de um passado tão bonito e tão distante! Mas a lei natural é a

renovação... a morte jamais será o fim, pois o renascimento é uma vitória da natureza. Renascemos para uma outra vida, incógnita, mas aceitável. E as árvores renascem aqui mesmo na terra. O velho tarumã deixou filhos, e um desses rebentos brotou mais forte ainda e vai crescendo célere para se tornar outro tarumã, uma outra árvore que no futuro fará alguém contar outras histórias e rememorar outros acontecimentos (Pereira, 1997, p. 49).

Escrito com densidade poética, o trecho acima utiliza a simbologia do tarumã para representar o passado bucólico da cidade “plantada à beira-rio”, de ritmo lento e cadenciado pelas águas do Tocantins, que foi se modificando na década de 1960, “como aquele tarumã tombado, muitas coisas iam ficando esquecidas” (Pereira, 1997, p. 49). Para esse autor, a BR-010 foi o grande vetor de transformação do espaço urbano, um sonho que seu pai tinha de ver Norte e Sul integrados, e o progresso da zona tocantina: “Meu pai adormeceu em 1950 acalentando o velho sonho, chegando ainda a ver a primeira turma de desbravadores – a frente de topografia que passava na retaguarda dos picadeiros para levantar a primeira linha do itinerário da rodovia” (Pereira, 1997, p. 107). O autor menciona que mesmo com a falta de infraestrutura para receber os funcionários da Rodobrás e os empresários que buscavam empreender na região, vivia-se uma espera marcada por um “tempo bom e alegre”, no qual “corria dinheiro grosso”, o comércio despontava e surgiam várias pensões e hospedarias.

Waldemar Pereira esteve presente na cerimônia de inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, em 21 de janeiro de 1961, símbolo máximo da integração ao ligar os estados do Maranhão e Goiás, e relata que apesar de a obra ter sido inaugurada ainda inacabada, “a maior festa já acontecida em toda região”. O discurso de Juscelino Kubitschek, os tiros, os fogos, as lágrimas, os aplausos e os lenços brancos acenados pelos presentes representavam um marco na conquista da “mata virgem” e na integração nacional.

E a Belém-Brasília nasceu. Dali pra frente tudo foi muito rápido – a conclusão do desmatamento, a construção da pista e o encascalhamento. Como um milagre a explosão demográfica aconteceu. Nasceram povoados, cresceram aglomerações humanas já iniciadas, surgiram hotéis de beiras de estrada, bordéis, cabarés, e tudo se transformava em outra realidade.

[...] Todas as cidades servidas pela importante rodovia tiveram sua ascensão. Belém ficou mais próxima de nós. Ir a Goiânia ou mesmo a Brasília já não era difícil, pois empresas de transporte de passageiros e de cargas pesadas já começavam a disputar concessões. A primeira concessionária, com ônibus fazendo linha Belém-Brasília, foi o “Expresso Braga”, vindo depois outras empresas. Daí o apelido de “expresso” – nome dado pelo povo para qualquer ônibus que chegasse “Vou de expresso. Cheguei de expresso!” (Pereira, 1997, p. 109-110).

Os expressos, ao chegarem em lugares antes entendidos como isolados, representavam um ideal de modernidade em gestação, demarcando a aceleração do tempo e a transformação

da paisagem urbana e dos sujeitos. Através do seu olhar, a velha cidade do tarumã, ao vislumbrar os novos horizontes de expectativa que se abriam para um futuro que romperia com o passado de isolamento, parecia atormentada pelas imagens do passado: “Parece que a alma do velho tarumã ainda vagueia perdida, gemendo e lamentando o seu declínio perdido” (Pereira, 1997, p. 52).

No âmbito dessas cidades que despontaram economicamente e culturalmente na esteira dos grandes projetos governamentais da ditadura civil-militar, Imperatriz aglutinou diferentes camadas de um modelo de urbanização característico dos vários espaços citadinos situados nas novas áreas de ocupação da Amazônia Oriental. A geógrafa Bertha Becker (1990) deixou relevante contribuição sobre a importância desse processo de urbanização na configuração dos novos espaços amazônicos na história recente do país. Suas análises sobre a geopolítica da Amazônia enfatizaram o modo como se deu um tipo de “urbanização difusa”, que tinha como estratégias a atração de diferentes segmentos sociais, a formação de um mercado de trabalho e o controle social (Becker, 1982, 1990).

Em face disso, entendo que na porção maranhense, Imperatriz é o território que melhor se enquadra nesse modelo de produção espacial, na medida em que sua história se mescla aos recentes processos de interdição e reterritorialização da Amazônia Legal ocorridos entre os anos 1960 e 1980.

Waldemar Pereira (1997) retratou a nova dinâmica social desse núcleo urbano:

A velha Imperatriz sofreu uma metamorfose admirável. Tinha apenas uma meia dúzia de ruas estreitas e tradicionais e, aceleradamente foi invadindo campo, crescendo à beira-rio, para todos os lados, desordenadamente, com muita pressa, recebendo gente de toda parte, principalmente nordestinos. Com o aglomerado popular chegou o crime, a mediocridade, a jogatina e a contravenção. Mas isso nada mais era que sinal de crescimento de Imperatriz, que muito cedo se tornou a maior cidade da região (Pereira, 1997, p. 109).

A pressa, a desordem, a expansão das dimensões físicas da cidade, os novos valores urbanos, o crescimento populacional e a criminalidade são imagens que passam a fazer parte das narrativas que versam sobre seu processo de modernização e de (re)territorialização. Em diversos textos, Imperatriz projeta-se como um símbolo da redenção econômica, política e cultural de uma parte do Maranhão classificada como vazia, isolada, distante e abandonada. Nesse prisma, os discursos que a constroem identificam a abertura dos trajetos rodoviários, em especial, a construção da “Belém-Brasília”, não apenas como um corte na paisagem, mas como uma fenda no tempo, na qual coabitam múltiplas experiências temporais.

Parto do pressuposto que algumas narrativas foram fundantes de uma discursividade que legitimou a ideia de redenção do espaço através dos eixos rodoviários. *Eu, Imperatriz*, ao trazer a cidade como “eu” narrativo, estabelece a perspectiva de pensá-la pela representação de um tempo bipartido: “Eu tenho duas fases bem distintas: antes e depois da Belém Brasília” (Barros, 1972, p. 127). Tal discursividade é reatualizada em *Memórias e Escritos*, quando se nomeia a estrada como sendo “o mais indelével marco da história de Imperatriz, que era uma antes dela e outra inteiramente diferente depois de sua construção, tráfego e colonização” (Barros, 1996, p. 119).

Os textos de Edelvira Barros são referências centrais na construção da história desse espaço urbano e foram basilares na produção historiográfica produzida posteriormente, da qual citamos Coutinho (1994), Franklyn (2005, 2008) e Sanches (2003).

Em *A Enciclopédia de Imperatriz*, compêndio de textos e documentos sobre a cidade, o jornalista Edmilson Sanches sublinha que o projeto de JK de “construir – como efetivamente fez, em dois anos – a rodovia Belém-Brasília tornou-se o principal marco histórico-econômico da vida do município. Pode-se afirmar que, fundada em 1852, Imperatriz foi ‘refundada’ em 1960”. Para ele, a estrada uniu o país e dividiu a história desse município: “Não só rasgou a cidade em duas partes como estabeleceu um marco e divisório na vida do município. Há, portanto, dois momentos distintos na existência de Imperatriz: antes e depois da rodovia Belém-Brasília” (Sanches, 2003, p. 198).

Em obras como *Breve História de Imperatriz e Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*, de Adalberto Franklyn, a cidade é tecida pela perspectiva dos “ciclos econômicos”. Em sua leitura, entre as décadas de 1950 e 1980, nota-se duas fases de prosperidade econômica através do cultivo do arroz e da extração da madeira. Segundo esse autor, o “ciclo do arroz” teve início em 1950, com a chegada de redes migrantes vindas do Nordeste através das novas estradas abertas na região. No limite da sobrevivência, esses grupos se dedicaram ao plantio de arroz, o que teria contribuído para o título que essa localidade recebeu de empório comercial na produção e distribuição desse produto. Franklyn (2008) assinala que esse “ciclo” se encerrou nos anos 1970, quando os investimentos governamentais passaram a se concentrar na agropecuária. Já o “ciclo da madeira”, a fase áurea se deu entre 1970 e 1980, quando ocorre a destruição de largas extensões da floresta “pré-amazônica” por grupos sociais vindos do Centro-sul. A extração da madeira enriqueceu esse segmento social, que investiu no estabelecimento de inúmeras serrarias, movelarias e laminadoras pela cidade.

Vale dizer que, nas produções historiográficas, a década de 1950 foi desenhada pela perspectiva da mudança na cidade em consequência da abertura rodoviária, delineando-se um

novo cenário marcado pela reestruturação do espaço urbano e pelo crescimento demográfico. Barros (1972, 1996) e Franklyn (2008) ressaltam o papel da rodovia estadual Imperatriz-Grajaú (1952) na ampliação da atividade mercantil na região e na atração de redes migratórias de nordestinos e de maranhenses, que vinham principalmente do território conhecido como “Japão”<sup>45</sup>. Barros (1972, p. 115-117) lembra que nesse espaço de tempo as três ruas que davam forma ao traçado urbano se alongaram para abrigar os migrantes: “Pessoas ativas e trabalhadoras” que iam “chegando e tratando de plantar arroz”. Para Franklyn (2008), as secas e os conflitos agrários foram fatores de expulsão dos deslocados que afluíam para o Maranhão atraídos pelo discurso da abundância de terras devolutas e da perenidade das águas.

Velho (1972) identificou a existência de uma frente de expansão dita “espontânea”, sobretudo, de nordestinos pelas áreas de floresta no oeste maranhense pelos idos de 1950. Para ele: “A decadência da exploração da borracha amazônica estimulou o movimento nessa direção a partir de 1920”, e até meados do século XX as redes migratórias começaram a alcançar os limites da floresta amazônica nas proximidades do Rio Tocantins. Além disso, alguns grupos “atraídos pela abundância de terras e sua qualidade, por garimpos ou pela simples existência em geral das alternativas de trabalho” foram penetrando o estado do Pará, particularmente no eixo Imperatriz-Marabá (Velho, 1972, p. 96-98). Na leitura de Velho, a contínua expansão na direção oeste possibilitou a constituição de um modelo de “campesinato marginal” (predomínio da unidade familiar e da produção da lavoura de cereais), com feições completamente novas, pois separava o espaço de trabalho (os “centros” onde se localizavam as roças e as “terras desocupadas”) dos residenciais (as beiras dos rios), ocupando as terras de dentro da mata (havia a crença de que as terras melhores se situavam distantes dos rios) antes mesmo do aparecimento das estradas.

Nessa perspectiva, sua análise procurava se distanciar de um modelo de racionalidade sobre a Amazônia fincada na defesa da ideia de espaços vazios e desérticos e na legitimação de narrativas que heroizavam o esforço da conquista através das ações governamentais. Velho (1972) ainda rebate o discurso de que a abertura da rodovia Belém-Brasília e a concessão de incentivos fiscais foram os responsáveis pelo “soerguimento econômico da Amazônia,” uma

---

<sup>45</sup> Sobre a denominação “Japão”, a antropóloga Francisca Keller (1973) salienta que o nome era utilizado para designar “a região situada grosso modo entre os rios Mearim e Itapicurú, entre os paralelos de 5° e 6°S, e que, coberta de matas, foi ocupada e desbastada na década de 40-50. De lá saíram na medida em que as matas devolutas foram sendo destruídas e as terras encapoeirando foram se tornando “de dono”. A notícia de que em Imperatriz havia muita “terra de comum”, “terra liberta”, “terra da nação”, matas boas para lavoura, atraiu esses lavradores e outros do Piauí e do Nordeste que, vencendo mais uma etapa no seu deslocamento, deixavam as “terras de dono” ou “de lei”, onde deviam pagar ao proprietário uma “renda” em espécie e algumas vezes deviam também dar trabalho em certos dias em troca do direito de cultivar um trecho” (Keller, 1973, p. 674-675).

vez que “nenhuma dessas medidas, por si, teria efeito considerável, não fosse a existência de certas precondições que vinham lentamente amadurecendo” (Velho, 1972, p. 93). Dito isso, ele postula que a Belém-Brasília, e outras rodovias abertas logo depois, ampliaram as oportunidades dos camponeses já instalados na região de comercializarem a sua produção, sobretudo de arroz. Sendo que em 1960 se consolidaram as bases para que o processo de ocupação “definitiva e em grande escala começasse a se materializar” (Velho, 2009).

Assim, esse campesinato parece estar gradativamente se desmarginalizando. Trata-se sem dúvida nessa escala de um fenômeno novo para o Brasil. Aparentemente pela primeira vez – e diferentemente do caso usual de camponeses marginais posseiros – esse neocampesinato tem justificado economicamente a sua existência; embora isso não lhe garanta automaticamente a sobrevivência. Juntamente com essa desmarginalização ocorre também um desenvolvimento da criação de gado e um aumento considerável no tamanho de certas vilas e cidades no Maranhão e sul do Pará não muito afetadas pela ocupação anterior de produtores marginais, mas que se desenvolveram como centros comerciais com a passagem de estradas por perto delas. A população da sede do velho e pouco importante município de Imperatriz no Maranhão ocidental, por exemplo, que não sofreu nenhum aumento significativo durante os anos 50, subiu de cerca de 3 mil habitantes no final dos anos 50 para quase 40 mil durante os anos 60. Tornou-se a segunda maior cidade do Estado, suplantando antigos e importantes centros como Caxias (Velho, 2009, p. 188).

Na obra de Adalberto Franklyn (2008) também se nota uma tentativa de problematização do discurso que atribuía a abertura do traçado rodoviário (em especial, a Belém-Brasília) como sendo o principal motivo para o crescimento econômico e populacional de Imperatriz. Para ele: “As extensas áreas disponíveis para plantar e criar, dezenas de rios e riachos perenes, abundantes florestas de valiosas madeiras, e a posterior facilidade de transporte foram os fatores que, na verdade, determinaram o futuro de Imperatriz” (Franklyn, 2008, p. 170). Assim, em sua perspectiva a riqueza natural do território foi o elemento decisivo para a fixação dos diferentes segmentos sociais:

A terra, disponível e devoluta, foi, portanto, o fator fundamental para a fixação do agricultor nordestino imigrante, num primeiro momento, e, em seguida, do elemento fazendeiro, que ocupou o mesmo espaço, expulsando os primeiros ou comprando suas posses. No rastro da devastação para a formação de pastos ou na investida contra as matas virgens, vieram em seguida os madeireiros, que promoveram o último ciclo extrativista no município e ajudaram a consolidar a hegemonia regional de Imperatriz (Franklyn, 2008, p. 170).

Keller (1973), em seu estudo sobre o homem na frente de expansão no médio Tocantins maranhense, diz que os “sulistas”, termo empregado pelos habitantes de Imperatriz para nomear os migrantes vindos de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Goiás e da Bahia, começaram a se

instalar nesse município logo após a abertura da Belém-Brasília. Os “sulistas” chegavam em grupos (familiares e de agregados) e, geralmente, dispunham de bens econômicos. Por conta disso, instalaram suas fazendas de gado às margens da BRR-010 e foram derrubando a floresta para o plantio de pastos artificiais. Entre as motivações para o deslocamento desses grupos, destacava-se o interesse na grande extensão de terras disponíveis na proximidade da rodovia federal e de um grande centro comercial como Belém: “O deslocamento para o Maranhão significava, portanto, a possibilidade de situar uma fazenda várias vezes maior e mais produtiva com o capital obtido na venda de terras valorizadas” (Keller, 1973, p. 694); e de garantir a posse da terra através de uma grande rede de parentes e conterrâneos instalados na região. Keller (1973) salienta que tais segmentos sociais começaram a adquirir prestígio social e a disputar privilégios e cargos políticos municipais com as oligarquias locais representadas pelas famílias que enriqueceram com o extrativismo da borracha e da castanha (as famílias Milhomem, Moreira, Moraes Barros, Cortez).

Em meio às acirradas disputas por poder político e econômico, a região vai vivenciar, entre as décadas de 1950 a 1980, um acelerado crescimento demográfico que culminou com o desmembramento de Imperatriz em novos municípios e povoados, como Montes Altos (1955), João Lisboa (1981) e Açailândia (1981). Franklyn (2005, p. 89) acrescenta que a partir “da década de 50 surgiram diretamente de Imperatriz nove municípios, e indiretamente foram criados cinco que foram desmembrados de áreas pertencentes a Imperatriz: Lajeado Novo e Ribamar Fiquene, nascidos do território de Montes Altos; Buritirana e Senador La Rocque, de João Lisboa; e Itinga do Maranhão, de Açailândia”.

Na escala do cotidiano, é possível perceber como as narrativas jornalísticas ajudaram a compor um mapa simbólico desse espaço urbano, em cuja textualidade coexistem e se confrontam usos e estilos diferentes. Nos artigos, nas matérias de opinião, nas crônicas e nos anúncios veiculados em jornais como *O Progresso*, de Imperatriz, e *O Imparcial*, de São Luís, a cidade surge como operação enunciativa, como produção de diversos olhares (arquitetônico, jornalístico, policial, literário, médico etc.) e como lugar de embate entre a ordem instituída e as táticas de seus usuários.

Convém dizer que a imprensa em circulação no interior do estado enfrentava inúmeras adversidades que interferiam na produção e na circulação de um periodismo regular como: as dificuldades de transporte de materiais, as distâncias em relação aos centros de poder, a falta de um quadro técnico, de equipamentos necessários para o ramo de impressão e de público leitor. Tais limitações contribuíram para a existência de um periodismo, geralmente, efêmero, de curtíssima duração, com constantes interrupções e voltado para os interesses das elites

regionais. Entretanto, essas produções, sobretudo as mais duradouras, produziam e eram produto de um jogo de forças políticas e sociais travadas no espaço urbano em que estava em disputa a memória, a tradição e a identidade regional.

Conforme postula Assunção (2018), no âmbito do periodismo em Imperatriz seus primórdios remontam à década de 1930, através da publicação de *O Alicate* (1932) e *A Luz* (1936), que inicialmente eram feitos artesanalmente (escrito à mão, mimeografados, com uso de prensas de madeira) e se mantiveram até os anos 1960 com o auxílio de uma elite local (proprietários rurais e comerciantes) que utilizava os espaços dos jornais para expor suas críticas ao governo estadual, diante do denominado isolamento do território.

Em 1949, *O Astro*, um impresso de publicação quinzenal dirigido por Simplício Alves Moreira (na época prefeito da cidade), começou a circular e defendia a retomada do período democrático (após um longo período marcado por interventores nomeados durante o Estado Novo) e do progresso da região, com foco na construção de estradas. Segundo Assunção (2018), nos anos 1950 não se registrou o aparecimento de nenhum novo jornal. Somente em 1964 surge o *Correio do Tocantins*, com uma linguagem mais moderna e trazendo o uso da fotografia como inovação. Todavia, é preciso dizer que pouquíssimos exemplares desses jornais sobreviveram à passagem do tempo e ao resguardo da memória, o que dificulta uma análise mais pormenorizada desses impressos.

No dia 3 de maio de 1970, o tipógrafo José Matos Vieira fundou o jornal *O Progresso*, após inaugurar, em 1966, a primeira gráfica da cidade: a Tipografia Vitória. Pelo jornal passaram inúmeros colaboradores, destacando-se a figura do advogado Jurivê de Macedo, que assumiu a função de redator-chefe. Inicialmente, o periódico era feito manualmente e circulava semanalmente. Vieira (2008) menciona que somente com a aquisição de linotipo e de impressora começaram a publicá-lo duas vezes por semana e com feição mais moderna: “Separamos o jornal da tipografia, passando-o a se sustentar com seus próprios recursos, inclusive com aluguel de casa e funcionários” (Vieira, 2008, p. 126). Com o crescimento no número de assinantes e a distribuição em outras cidades e estados (PI, PA), ampliou-se a equipe de jornalistas e colaboradores, que atuou até 1975, quando o jornal foi vendido para Agostinho Noleto e Sérgio Godinho<sup>46</sup>. Sob nova direção, *O Progresso* melhorou sua parte gráfica, aumentou o número de páginas e de dias de publicação (Assunção, 2018).

---

<sup>46</sup> Embora a maioria dos textos publicados nesse jornal não fossem assinados, e outros utilizassem pseudônimos, vale destacar alguns membros da equipe de colaboradores e jornalistas citados por José Vieira (2008) em seu livro de memórias: “Pedro Pereira Braga, excelente cronista, Dorian Ricker Tales de Menezes e Luiz Henrique Veras, os maiores incentivadores para a criação desse jornal; Antônio Rodrigues filho (odontólogo), Edmilson Franco (advogado), Adelman Costa (radialista), José Edilson Filho (colunista social), César Jansen Pereira

Durante minhas pesquisas optei pela análise desse jornal primeiro, por ser o mais antigo e ainda em circulação em Imperatriz, e por notar que sua história está intimamente imbricada com o projeto de transformação da cidade e com o discurso do progresso e da modernização que fundou um novo regime de historicidade.

Vieira (2008), ao explicar as motivações que o levaram a fundar *O Progresso*, aponta a preocupação em registrar o ritmo frenético de crescimento que a região de Imperatriz estava vivenciando logo após a abertura da Belém-Brasília. Sobre a existência de um público leitor na cidade, observa que “um jornal se fazia necessário [...] A cidade já possuía homens cultos e capazes, prontos a me ajudarem nesse projeto, seria um veículo de formação de opinião que ainda mais contribuiria para o franco desenvolvimento da região. Assim pensei, para isso lutei e assim iria acontecer” (Vieira, 2008, p. 117).

Entendo que esse periódico serviu de vitrine para a produção e a difusão de ideias/imagens sobre as cidades e povoados que emergiram ao longo do processo de reterritorialização da Amazônia na história recente do país. *O Progresso* surgiu no *boom* do crescimento urbano e demográfico de Imperatriz e serviu de porta-voz para os anseios, os ressentimentos e as aspirações de grupos sociais com poder de mando na região, possuindo uma linha editorial diretamente imbricada com o discurso ideológico do regime civil-militar.

Em sua primeira edição, Jurivê Macedo apresentava aos leitores a missão do periódico no editorial intitulado “Nossa caminhada”:

Este lançamento é o início de uma caminhada que desde há muito tentamos iniciar, mas que sempre foi obstaculizada pelas dificuldades decorrentes da falta de recursos materiais e até pelos oráculos do insucesso que sempre viram em nossa frente o desfilar incessante de obstáculos intransponíveis.

Ao longo do nosso caminho até aqui muitos sonhos já se desfizeram, sepultados pelo desânimo para ressurgirem a seguir, vestidos da mais rósea promessa de sucesso.

Muitos planos já foram abandonados ante a avalanche da descrença de uns, do temor de outros, da indiferença de alguns e até de insinuações desencorajadoras. Felizmente, entretanto, mãos amigas também vieram até nós

com o calor de seu estímulo, com o apôio amigo.

Chegamos até aqui que não é ainda a nossa meta. É nossa aspiração fazer dêste noticioso um instrumento a serviço da coletividade de que somos parte. E que através de "O PROGRESSO" possa a voz de Imperatriz fazer-se sentir em outros rincões, levando até êles a demonstração da pujança desta terra querida

---

(funcionário público), Sidney Valadares Vieira (economista; falecido), Sérgio Macedo (empresário), Humberto Nunes (advogado no estado do Piauí), Dr. Aureliano Neto (advogado, hoje juiz de Direito), Dr. Agostinho Noleto, Dr. Sávio Dino, Dr. Édson Vidigal (que manteve a coluna Vidigal) por muito tempo, Dr. Clemente Viegas (advogado), professor José de Queiroz, de Carolina; e ainda João Correia Rocha e Mário Mazzini, de marabá, hoje falecidos; Otávio Barros, o primeiro a trabalhar contratado como repórter; depois Hélius de Monção e Vitor Hugo, vindos de Goiânia; José Pitta de Brasília e Flávio Góes do Rio de Janeiro” (Vieira, 2008, p. 127).

que dia a dia desperta para novos rumos e novos empreendimentos, estuante de vida, marco de transição entre o marasmo que ficou sufocado pelas máquinas que rasgaram a Belém- Brasília e os horizontes que se descortinam ante os olhos de uma geração que surge.

Dentro de uma linha de decência, de coerência, de respeito, é nosso propósito levar a todos a nossa mensagem de fé no trabalho de um povo que só agora nasce para o Maranhão e para o Brasil.

E que em retribuição possamos receber a aceitação por êsse povo, que êsse é o nosso propósito. Se tivermos a alegria de fazer de "O PROGRESSO" o veículo de que se servirão, unidos, Governo e povo desta terra, para a grandeza da mesma, estaremos então sobejamente compensados não apenas pelas dificuldades que já enfrentamos, mas até pelas que hão de vir, pois só a luta faz grande a conquista (O Progresso, 3/5/1970, n. 1, p. 1).

Natural de Porto Nacional, cidade situada no norte Goiano, Jurivê de Macedo migrou para o Maranhão em 1960, fixando-se inicialmente em Porto Franco. Segundo ele, ao chegar “ainda era ouvido os tratores que rasgavam a mata na abertura da Belém-Brasília” (Macedo, 2012, p. 15-16). Em 1970, mudou-se para Imperatriz, após ser convidado para dirigir e editar *O Progresso*. Sobre esta cidade, declara: “Minha primeira vez em Imperatriz foi no dia da inauguração da agência do BASA: primeira da cidade. Vi o prefeito ser preso e escoltado por policiais que o maltratavam, até que o juiz de direito o tomou da mão dos soldados. Jurei “nunca mais volto a este garimpo” (Macedo, 2012, p. 15-16)<sup>47</sup>.

No texto de abertura desse semanário, a recolha dos fragmentos de um passado em vias de sepultamento e a crença em um futuro que emergia como promessa de redenção reverberam em seu discurso, evidenciando a vontade de que o jornal caminhasse junto com o espaço citadino e com a população, “que só agora nasce”, pois passava a ser visto pelos centros de poder, em direção a um futuro que se anunciava glorioso. Em meio a esse processo de descoberta ou renascimento de uma porção do Maranhão entendida pelo signo do esquecimento e do isolamento, era preciso encurtar as distâncias geográficas e civilizatórias.

A narrativa do jornal, ao evidenciar as disparidades regionais e a necessidade de incorporar os espaços do interior ao restante da nação, lançava luz sobre as muitas fissuras no tempo. Assim, era muito frequente a veiculação de artigos e matérias de opinião nas quais se fazia o comparativo das mudanças no tempo/espaço, ou melhor, entre o antes e o depois do advento das estradas. É o que se observa na série de cinco matérias publicadas em 1970, intitulada “IMPERATRIZ: o que foi e o que é”, na qual se compõe um quadro comparativo dos aspectos geográficos, históricos e estatísticos dessa cidade.

---

<sup>47</sup> Jurivê de Macedo fez carreira como advogado e jornalista. Exerceu cargo de vereador e de presidente da Câmara de Porto Franco. Membro da maçonaria e do Rotary Clube, ele foi um dos sócios fundadores do Jornal *O Progresso* e da *Academia Imperatrizense de Letras*. Teve grande destaque no jornalismo da região, principalmente na crônica. Nos anos 1980, tornou-se colunista político do Jornal *O Estado do Maranhão*.

A fim de se ter uma idéia geral da explosão populacional financeira, econômica e social deste grande município, que ainda ribomba nas quebradas das barrancas do Tocantins, atingindo seu eco todo o território nacional, dividiremos sua história em duas fases distintas: a primeira antes da Belém-Brasília; e a segunda ou atual, após o advento da Belém-Brasília. Referimo-nos à primeira fase apenas como menção meramente explanatória, da criação e existência deste rincão brasileiro [...]

Com o advento da estrada Belém-Brasília (BR-14) em 1960, Imperatriz foi invadida por miríades de emigrantes egressos de todas as regiões do país, mormentes dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, do próprio Estado, tornando sua vida até então pacata, apática e ociosa num burburinho ininterrupto de progresso em todas as dimensões.

Houve, portanto, radical mudança na vida econômica, financeira e social, num índice de crescimento populacional assustador [...] (O Progresso, 3/5/1970, n. 1, p. 3).

Entre as décadas de 1960 e 1980, esse referente espacial vivenciou um dos mais acelerados processos de urbanização e de adensamento. A representação da ideia de um crescimento econômico e populacional desordenado, que trazia benefícios e malefícios aos antigos moradores, talvez seja uma das mais fortes representações encontradas nos diversos textos que construíram o discurso sobre a Belém-Brasília como marco regulatório do progresso da região. Como diz Paolo Rossi (2000, p. 52), quem crê na ideia de progresso “considera em todo caso que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança num futuro desejável, melhor que um presente cujos limites e insuficiências são visíveis”.

Nessa trilha, o artigo intitulado “Retrato amazônico” tecia imagens de um tempo fatiado pelos signos do progresso, anunciando e direcionando o olhar para um futuro que se abria para as novas gerações:

Dêsde pequeninos nos acostumamos a fitar o Tocantins como único horizonte a descortinar a nossa frente; a estrada líquida, curvilínea e penetrante, abria a todos o seio piscoso e murmurava doces cavatinas. Eram brasileiros de vários pontos a se espelhar nas águas, esperançosos de construir, de cultivar, de desbravar a selva bruta, longe da cultura das comunicações, com seus instrumentos rudimentares, no intuito de velar as riquezas escondidas no matagal sombrio entre cipós ou no leito dos rios entre cascalho.

Os anos passaram, e com eles vencemos vários obstáculos atingindo objetivos com a fundação de cidades e pequenos povoados. De repente surgiu a Belém-Brasília, rasgando matas, transpondo igarapés e descendo morros, chegando até nós depois de conquistar sertões, povoados e cidades numa verdadeira integração Nacional, cheia de vibrações e ronco de motores que confundiam com gritos da criança entre abraços e sorrisos de brasileiros reunidos (O Progresso, 24/1/1971, n. 36).

Em um cenário entrecortado pelos rancos dos motores que cortavam a estrada de barro avermelhado, corpos fixos e moventes teceram a nova fisionomia urbana, entre o “burburinho” e o ritmo do progresso. Nesse horizonte que se move aceleradamente e cada vez mais se

distancia das experiências vividas, o espaço citadino foi sendo reconfigurado pelos novos atores sociais, pelo surgimento de ruas e bairros, pela construção de hotéis, conjuntos habitacionais e usinas de beneficiamento de arroz, pela abertura de casas comerciais, instituições de ensino e bancos, clubes, cinemas, associações recreativas, estações de rádio, agências postais e telegráficas, pelo serviço aéreo e de telefonia, pela instalação das Companhias Elétricas do Maranhão (Cemar) e pela circulação de diversos jornais e revistas.

Em crônica assinada por B. Roiz Santos, descreve-se um relato emocionado da experiência de testemunhar as mudanças vividas em um território que começava a romper o dito véu do isolamento:

Imperatriz hoje, para quem a conheceu há 5 anos atrás, apresenta uma tela panorâmica com perspectivas realmente espantosas de progresso e crescimento. Suas ruas largas e quilométricas proporcionam ao viajante uma larga visão. Muito embora não apresenta estilo de cidade moderna, contudo não se pode negar que dentro em pouco se transformará na mais bela, pitoresca, agradável, simpática, encantadora quão moderna cidade do nosso Estado.

Vê-se que a transformação foi radical. Em tudo e em todos reina o espírito de progresso e entusiasmo. O comércio é de um dinamismo a toda prova. Os moços são uns entusiastas da cultura, firmando assim uma situação privilegiada do Maranhão, quando sabemos que o berço gonçalvino permanece na liderança como a "Atenas Brasileira." Dê-se modo, conservem-se as velhas e gloriosas tradições dos nossos ancestrais.

[...]Imperatriz, a mais nova Canaã! (O Progresso, 10/10/71, n. 71).

Na trilha aberta por Koselleck (2006), é necessário pontuar que o advento da modernidade imprimiu múltiplas e simultâneas estratificações no tempo, ao engendrar distâncias cada vez mais aceleradas entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativa. Para ele, a partir do século XVIII o progresso técnico-científico afetou de forma variada os diferentes mundos, o que significa dizer que a ideia e os prognósticos feitos sobre o futuro já não podiam mais ser extraídos das experiências vividas, pois as novas invenções e descobertas científicas estavam sempre a projetar um mundo novo. Nesse sentido, Koselleck defende que a descoberta de um novo horizonte de expectativa, que se converteu no conceito de progresso, primeiro conceito genuinamente histórico, alterou as concepções de espaço/tempo e o próprio entendimento da História: “Toda história pode ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento [...] Desde então os fins continuam a ser estabelecidos de geração em geração, e os efeitos previstos no plano ou no prognóstico se transformam em elementos de legitimação da ação política” (Koselleck, 2006, p. 317).

Na modernidade, com a afirmação da ideia de progresso, há uma desvinculação cada vez mais crescente entre as duas instâncias de temporalidade (passado e futuro): “O espaço de

experiência deixa de estar limitado pelo horizonte de expectativa; os limites de um e de outro se separam” (Koselleck, 2006, p. 318). Nas palavras desse autor (2006, p. 321), a sensação de “aceleração do tempo” é um indicador dessa diferença, “tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças a aceleração.”

Note-se que o aceleração do tempo era uma imagem demasiadamente explorada em várias crônicas e matérias de opinião para exaltar o ritmo das transformações do espaço urbano e para reclamar da ausência de planejamento urbano. Em uma reportagem, dizia-se que a pressa “aleijava a cidade”: “Nesta cidade feita às pressas, onde as chuvas derrubam operações impacto, operações anti-poeira, operações faça-fossas e ruas asseadas, o cidadão que tinha um certo grau de civilidade aprende rapidamente a assimilar poeira, e renunciar etiquetas” (O Progresso, 28/10/1973, n. 157). Subvertia os costumes “a rapidez com que se viola a propriedade alheia ou ignora-se leis comunitárias? E a pressa como suicídio? Basta ter pressa e ir ao cinema, para receber, um par de sapatos enlameados nas costas” (O Progresso, 28/10/1973, n. 157). O autor desse relato concluía dizendo que Imperatriz era “meio Brasil, meio Amazônia”, pois de um lado colhia as glórias da política de intervenção dos militares na região, e de outro era indolente como os demais povos amazônicos que aceitavam a inclemência do clima, o abandono e a falta de estética.

Em matéria de capa de abril de 1972, o jornal *O Imparcial* de São Luís chamava a atenção dos leitores para “um amplo plano de divulgação do Maranhão” através dos vários membros dessa cadeia de jornais, com o intuito de suprir a carência de matérias que abordassem e divulgassem o Estado do Maranhão na imprensa brasileira (O Imparcial, 16/4/1972, [n.p.]). Importante ressaltar que até a década de 1970 esse periódico circulou principalmente na capital, e em poucas cidades do interior (Caxias e Codó), depois procurou se expandir para outras porções do Maranhão, após algumas melhorias técnicas, como o uso da linotipo, da máquina de escrever e da impressão em *off-set* (1974) (Pinto, 2007). Nesse bojo, no mesmo ano foi aberta uma sucursal desse jornal em Imperatriz, com o intuito de acompanhar e divulgar seu ritmo de crescimento, que chegava ao patamar de segundo maior do Estado.

Em seu livro de memórias intitulado *A história de um jornalista despretensioso* (1996), Sebastião Negreiros<sup>48</sup>, jornalista encarregado de divulgar *O Imparcial* em Imperatriz, lembra

---

<sup>48</sup> O jornalista e radialista Sebastião de Almeida Negreiros (1917-1983) era natural de Pau dos Ferros (RN) e fez carreira no jornalismo, atuando em vários jornais de Teresina, Fortaleza e de São Luís. De 1972 a 1985 ele dirigiu a sucursal do jornal *O Imparcial* em Imperatriz; posteriormente, trabalhou no *Jornal de Hoje*, e de 1985 a 1988 colaborou com o jornal *O Progresso*. Em 1994 foi eleito membro da Academia Imperatrizense de Letras.

que o clima de efervescência econômica, a intensa migração e o crescimento desordenado preocupava autoridades políticas da capital que receavam a divisão do território maranhense. Segundo Negreiros, a iniciativa de acompanhar e promover o desenvolvimento do interior partiu do governador Pedro Neiva de Santana (1971-1975), que solicitou aos dirigentes de *O Imparcial* uma maior cobertura jornalística do que se desenrolava na zona tocantina.

Ao visitar Imperatriz, em 1972, Negreiros (1996) escreveu que:

De escolha em escolha, houveram por bem me destacar entre as dezenas de jornalistas que serviam a empresa Associada para a aventura nesta cidade, onde segundo os derrotistas e inimigos gratuitos, se matava gente a cada dia que o calendário registrava.

Aqui desembarquei numa tarde de domingo, empoeirado e maltratado, de uma das unidades transportadoras de uma das empresas de transporte terrestre, que levava nada mais nada menos que quarenta horas para cobrir o percurso. São Luís-Imperatriz, via Peritoró/Grajaú/Porto Franco com cerca de 750 quilômetros de estrada carroçável, cuja agência de passageiros ficava ali no entroncamento da estrada que liga Imperatriz a João Lisboa, hoje avenida Pedro Neiva de Santana (Negreiros, 1996, p. 40).

Pelo que pude averiguar durante a pesquisa, *O Progresso* era o único jornal em circulação no início da década de 1970. Em 1972, *O Imparcial* começou a ser vendido diariamente, ainda que com um dia de atraso em relação a São Luís. Com uma secção exclusiva sobre as transformações e desafios vividos pelos moradores de Imperatriz e das áreas circunvizinhas (Carolina, Porto Franco e povoados como Açailândia etc.), publicava-se de uma a duas páginas nas quais eram veiculados matérias, artigos e anúncios sobre a zona tocantina. No decorrer da década de 1970, a coluna recebeu vários nomes: *Página de Imperatriz*, *Caderno da Integração* e *Páginas da Integração*. Em maio de 1973, publicou-se uma matéria em que se comemorava a aceitação desse periódico e o crescente número de assinantes na região. Além disso, o articulista anunciava a execução de um plano de criação de um Caderno Regional com correspondentes em diversas cidades, com o objetivo de promover o Maranhão “que precisa se comunicar com o resto do Estado e do Brasil para melhor se desenvolver e se integrar” (*O Imparcial*, 25/5/1973, [n.p.]).

Instrumentos de civilidade, tais jornais procuravam criar um cenário onde a cidade emergia através da configuração de espaços de lazer e de cultura representados pelas reuniões e festividades organizadas pela “alta sociedade”, que fazia parte do Rotary Clube, de clubes de mães e de jovens, da maçonaria, da Igreja Católica; pelos grupos de teatro, lançamentos de livros, cinemas, concursos de beleza, festas cívicas e religiosas, concursos de beleza e feiras

agropecuárias; dos espaços de ensino que consolidavam a imagem de uma sociedade letrada, através da instalação de escolas, ginásios e a criação de um *Campus Avançado*<sup>49</sup>.

E, ao mesmo tempo que se procurava representar a paisagem urbana por seus espaços de sociabilidade e práticas cotidianas, remetendo à imagem de um centro cultural em gestação, os relatos jornalísticos também manifestavam preocupação com a falta de um plano urbanístico e com práticas sociais que maculavam a imagem de vida civilizada. Sendo constantes as críticas à ausência de infraestrutura adequada como: o fornecimento d'água e de luz elétrica, a pavimentação das ruas, o tráfego de automóveis e caminhões, a ausência de asfaltamento do traçado rodoviário, a rede de esgotos e o saneamento básico, a falta de um código de posturas que regulamentasse e inibisse a circulação de animais no espaço público, a limpeza e a coleta de lixo, a fiscalização de pesos e medidas etc. Condenava-se hábitos e costumes vistos como selvagens, a exemplo das práticas alimentares e de higiene da população: “Comemos carne de rez abatida sem nenhum cuidado da Saúde Pública; comemos verduras jogadas a esmo nas feiras” (O Progresso, 9/12/73, n. 166).

O *Imparcial* divulgou diversas reportagens que esboçavam a preocupação com a limpeza e a higiene dos lugares públicos, uma vez que era preciso “um trabalho de preparação psicológica da sociedade” para uma população que desconhecia noções básicas de higiene. Para isso, foi criada a campanha “Cidade limpa, povo educado”, que contou com a atuação do Lions Clube e de empresas encarregadas de fazer a divulgação (Negreiros, 1996). A preocupação com a limpeza e o embelezamento do espaço da cidade também foi tema de matéria de abril de 1976 sobre um mutirão realizado pela equipe do *Campus Avançado* de Imperatriz e do Projeto Rondon, que coletou toneladas de lixo em uma das ruas de Imperatriz: “A cidade é de todos e deve ser bonita e agradável” (O Imparcial, 4/4/1976, [n.p.]).

Em geral, os textos jornalísticos apontavam o crescimento desordenado como elemento fundamental para os inúmeros problemas enfrentados. A falta de habitação e a carência de moradias era uma dessas dificuldades: “Devido mesmo o processo de desenvolvimento que teve há pouco anos, não teve ainda condições de aumentar o número de construções destinadas a moradia e o comercio, nem melhora a qualidades dessas construções”; e a intensa especulação imobiliária: “Obras de improvisação momentânea sem oferecer os

---

<sup>49</sup> Criada no bojo do regime civil-militar, o programa que criou os chamados *Campi* avançados representava uma tentativa de interiorização da universidade em áreas ditas carentes e em desenvolvimento, sobretudo no Norte e Nordeste. Em 1972, Imperatriz passou a fazer parte de um convênio firmado entre a Prefeitura de Imperatriz, a Universidade Federal do Paraná e o Projeto Rondon para a instalação de um *Campus Avançado*, responsável pela formação educacional de professores em municípios como Porto Franco, Açailândia, João Lisboa, Sítio Novo (Ferreira, 1984).

padrões de confortos mínimos exigidos por pessoas civilizadas, alcançam, entretanto, preços absurdos, os seus alugueis” (O Imparcial, 15/4/1973, [n.p.]).

Ao folhear as páginas de *O Progresso*, ao longo da década de 1970, nota-se que ideias-imagens evidenciando a violência física e simbólica quanto elementos ordenadores e constituintes desse mundo social também eram apropriadas na tessitura do espaço urbano. Os registros da imprensa deixavam entrever que os espaços surgidos à beira das estradas se transformavam em palco de múltiplas lutas cotidianas. Nessas paisagens-narrativas, o discurso da cidade hospitaleira e civilizada cedia lugar a uma outra cidade que se delineava sob o fogo cruzado nos arredores da Belém-Brasília:

Ainda não estão apurados os verdadeiros motivos do tiroteio ocorrido entre elementos não totalmente identificados e a polícia local domingo último. Sabe-se que chamada por um popular ameaçado de morte num dos cabarés locais, a polícia procurou efetuar a prisão dos mesmos. Reconhecidos pelo queixoso e percebendo a presença da polícia, aqueles elementos reagiram imediatamente à bala, frente ao «Posto Esso», tomando em seguir a rodovia BR-10 rumo a Belém, sempre perseguidos pelos policiais. No lugar Barra Grande, os desconhecidos desviaram seu carro para fora da rodovia e novamente enfrentaram a polícia em cerrado tiroteio que forçou a volta do destacamento à procurar reforços, de volta ao local, a polícia já somente encontrou o carro, uma camioneta C-TO abandonada pelos pistoleiros. O carro apresentava um sinal de um projétil que o atravessou na cabina. O sangue encontrado demonstra que um dos ocupantes da camionete a foi atingido. O rastro seguido pelos policiais os levou até as proximidades de quintas onde os sinais desapareceram por completo. Há indícios de que o ferido esteve deitado dentro do mato, o que autoriza o julgamento da gravidade do ferimento recebido. Também saíram feridos nos dois tiroteios e motorista Eduardo, que conduzia a polícia, e um menor atingido no braço. Eduardo foi ferido, no peito. Sabe-se que os pistoleiros hospedes de um dos hotéis da cidade e abasteciam seu carro com freqüência nos postos do Entroncamento. A camioneta não tem placa, nem licença provisória. Há a suspeita da falsidade de documentos de propriedade abandonados na mesma, alguns deles grosseiramente adulterados. Por esses documentos, um dos pistoleiros procede de Minas Gerais. A polícia empreende diligências para a captura dos pistoleiros, bem assim para a completa identificação dos mesmos e levantamento de sua vida pregressa. Desconhece-se até aqui o que faziam os mesmos em Imperatriz (O Progresso, 12/3/72, [n.p.]).

À revelia da ordem instituída, são conflagrados conflitos, enfrentamentos e tensões, nos quais pontos específicos do espaço citadino são tecidos à luz da desordem e da belicosidade. Nessas representações, a “cidade-desordeira” era delimitada a partir dos novos bairros que iam se espalhando nos arredores da BR-010. É o caso do Entroncamento, lugar recorrentemente demarcado no relato da imprensa enquanto verdadeira trincheira de guerra, cujas pequenas e sangrentas histórias de homicídios, de jogatinas, de prostituição, de bebedeiras, de assaltos e de acidentes de trânsito eram noticiadas com as cores dos cenários de faroeste.

Cabarés proliferam Moradores do bairro Entroncamento pedem-nos divulgar, para conhecimento da autoridade competente, a proliferação das casas de prostituição naquêle setor da cidade, especialmente na parte que acompanha a rodovia BR-10. Alegam os reclamantes que muitos desses cabarés estão instalados no meio a ambiente familiar ou de trabalho e que chegam até a causar confusão ao viajante pela ostentação da placa RESTAURANTE... “ambiente familiar”. Essa placa, muitas vezes faz com que o cabaré seja realmente procurado por famílias, com o inevitável vexame (O Progresso, 29/8/1971, n. 65).

Em uma crônica escrita por Amélio Marinho, nesse mesmo periódico, o autor traçava um panorama dessa parte da cidade, cuja poeira se misturava com as pessoas em meio ao vai e vem de carros que transitavam pela rodovia. Para Marinho, o bairro de ritmo lento, onde antes os moradores iam cortar “belas árvores” para fazer mastros nos festejos religiosos de Bom Jesus da Lapa, foi se transformando em uma área com “uma rede enorme de postos de gasolina, comércios, feiras, borracheiras, bares quiosques etc”, e um intenso trânsito de veículos, “que saem e chegam, afora os que estão parados em conserto ou motoristas se refazendo da fadiga” (O Progresso, 30/5/71, n. 53). Neste cenário de crescimento acelerado capturado pelo cronista iam se desenrolando histórias marcadas pelos signos da violência.

“Festival de balas no Entroncamento” era o título de outra reportagem sobre um tiroteio nos arredores da Belém-Brasília. O motivo alegado pelo articulista seria o assassinato de um vendedor ambulante de comida, apelidado de Panelada, por um sujeito identificado como Pernambucano:

Dia 12, por volta das 23 horas, Panelada estava no bairro do Entroncamento, empurrando seu carrinho e vendendo os suculentos pratos de sua especialidade aos notívagos. Entre os muitos fregueses chegou um pernambucano que pediu um prato, foi atendido pediu o “bis” e foi atendido; pediu o terceiro, mas aí o Panelada ficou negaceado, achando talvez que o freguês não tivesse o dinheiro. Conversa vai e vem o pernambucano saca do bolso um maço de dinheiro que leva ao rosto do vendedor. Resposta: um tapa na cara. O pernambucano fica brabo e saca agora um revólver: tiros e mais tiros, Panelada sai gravemente ferido, com o intestino perfurado por balas. O pernambucano corre, já perseguido por um irmão de Panelada, também com revólver na mão, já disparando. Resultado: Panelada está no hospital, passando mal; seu irmão está no xadrez e o pernambucano, segundo notícias, está gravemente ferido, mas foragido.

E o Entroncamento continua sem o pôsto policial, sem a subdelegacia prometidos, sem o policiamento que é pequeno na cidade e não pode estar presente em todos os lugares.

Continua o velho Entroncamento de guerra. Viet-Nam, para os íntimos (O Progresso, 14/5/1970, n. 98).

Na paisagem moldada pelos pés do êxodo de nordestinos e de grupos do sul/sudeste do país, a presença dos forasteiros também era vista como fonte de insegurança e de temor pelos

grupos sedentarizados. Na tentativa simbólica de demarcar e de frear o perigo e a violência responsáveis pelas “cenas de selvageria” que se espalhavam sobre Imperatriz, os relatos jornalísticos defendiam novas formas de intervenção urbana e de apropriação do espaço citadino, e, principalmente, cobravam a elaboração de códigos normativos que assegurassem os padrões de civilidade/urbanidade e o reforço do aparato policial.

Note-se o que diz outra matéria sobre a preocupação com os forasteiros:

Apontemos o óbvio; insistamos. Entre a gente ordeira e trabalhadora que procura Imperatriz, vem também o marginal; o próprio surgimento desordenado e incontrolável de uma cidade nova sôbre uma estrutura sócio-econômica desatualizada gerou a frustração, o desacerto, os desajustados sociais; a localização da cidade é um convite não apenas ao idealista mas também ao aventureiro e ao malfeitor; a repressão que nos grandes centros amedronta o fora-da-lei é a mesma que o faz procurar os aglomerados humanos despolicidados onde ele possa, livremente, agir e aliciar comparsas, acrescentado elos fortes a uma corrente cada vez mais poderosa e atuante. A nossa crônica policial é farta no assinalamento da presença ativa de ladrões, homicidas, peculatórios, contrabandistas e subversivos oriundos de centro onde já são cartas marcadas; querem campo novo (O Progresso, 12/3/72, n. 91).

Na feitura narrativa dos relatos da imprensa é recorrente apontar os “sujeitos de fora” como instauradores de desordem e de conflitos. As práticas de poder que transparecem nesses registros estabelecem limites e regras que exigem um controle social dos elementos indesejáveis, ideia constantemente associada ao “outro”, “ao estranho”, ao “forasteiro”. O teor desse relato sobre o clima de faroeste imposto por figuras “desajustadas”, “malfeitores” e “aventureiros” mostra como esses personagens maculavam a imagem da cidade e apontavam a carência de políticas voltadas para a segurança pública. Retomava-se o discurso do abandono por parte do governo estadual, que não investia no aparelhamento do corpo policial: “Uma companhia da Polícia Militar não vem para Imperatriz porque o Estado alega falta de recursos; a delegacia não dispõe de veículos, nem de rádio porque o Estado alega falta de meios; duas subdelegacias criadas há meses não foram ainda instaladas “por falta de recursos” (O Progresso, 12/3/72, n. 91).

Devo dizer que a associação dos espaços de “fronteira” com lugares de perigo, de tumulto, de asilo para “malfeitores” esteve presente em muitas narrativas que versam sobre os começos de grande parte das cidades que constituíam o chamado sertão do Maranhão. Em muitos textos, a cidade emergia pelo prisma da violência, seja pela relação que se fazia do dito isolamento da região com a de um chamariz para o esconderijo de grupos e indivíduos foragidos que tinham cometido crimes nos seus locais de origem; seja pelas imagens que passaram a

simbolizar o processo de reterritorialização vivido pelos lugares que surgiram ou se reconfiguraram nos espaços de ocupação recente, sobretudo em áreas de extração da madeira, de mineração e agropecuária, que trazem inscritas as marcas de uma violência física e simbólica difusa e iminente.

Entretanto, ao mesmo tempo que eram noticiadas matérias sobre o clima de faroeste imposto à cidade pelos “aventureiros e forasteiros”, observa-se que havia a preocupação em desconstruir esse tipo de discursividade. Na tentativa de reinvenção das representações que circulavam nos jornais sobre as cenas de violência que eclodiam nos espaços periféricos e insurgentes tornava-se significativo deslocar o olhar sobre a violência. É possível perceber isso no artigo “O julgamento da paixão”:

A imprensa falada e escrita de São Luís, especialmente os noticiários e editoriais radiofônicos, tem nestes últimos dias desfechado sobre Imperatriz tôda uma torrente de comentários desprimorosos, injustos, improcedentes, nascidos todos êles de um conhecimento superficial dos antecedentes e do próprio desfêcho da tragédia que abalou a cidade no início da semana, quando a explosão de ódios de há muito contida acabou por ceifar brutalmente duas vidas humanas.

Noticiários e comentaristas passaram dêse então a atirar sôbre a cidade alusões as mais ferinas, epítetos maldosos, acusações injustas.

O que não sabe a imprensa da Ilha é que Imperatriz, lamentavelmente, foi apenas o palco do ato final. O que os comentaristas apressados desconhecem é que aquêlo gesto brutal teve a sua gênese lá nas plagas do Pindaré, condimentado por elementos que vão dêse os interesses comerciais e profissionais contrariados até os problemas de ordem íntima, o recesso de um lar. O infeliz final, em Imperatriz, já veio para aqui preparado e aqui foi açoitado pelos ventos de ódios até então refreados. A falta de tâto de um e a irreflexão de outro, aqui foram apenas o estopim que levou a chama dêse ódio à explosão já notadamente aguardada (O Progresso, 20/6/71, n. 56).

O autor da matéria, ao tratar da repercussão do assassinato de um advogado no bairro Entroncamento, procurava justificar, em tom de normalidade, que os crimes estavam na média de outras localidades maranhenses. Ademais, acrescenta que a criminalidade decorria do crescimento desordenado e da ausência do poder estatal no policiamento urbano: “E nem êsse crime — que se deplora — não foi nem mais brutal nem menos chocante dos que aquêles que, diariamente, dão côres de sangue aberrantes a manchetes de jornais de São Luís, a super-policada São Luís” (O Progresso, 20/6/71, n. 56). Ao apresentar o caso como banal, ele direcionava o olhar para a imprensa da capital, atribuindo-lhe a responsabilidade pela veiculação de visões distorcidas e estereotipadas de Imperatriz. Além disso, invocava o ressentimento e a inveja que o progresso dessa cidade de “gente ordeira e trabalhadora” ocasionava aos moradores da capital: “Não se culpe por isso Imperatriz. Não se espezinhe por

isso uma cidade. Não se humilhe por isso uma que, mesmo contra os desígnios da Ilha, saltou de repente dos últimos escalões para um dos primeiros postos no concêrto estadual” (O Progresso, 20/6/71, n. 56).

Ao deslocarmos o olhar para fora do perímetro urbano, também é possível notar que a violência era uma representação recorrente no mundo rural. O município de Imperatriz aparecia envolto em uma teia de violência urdida nos relatos das frequentes disputas por terra. Tais conflitos agrários teriam se intensificado a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, tendo em vista que no rastro dos trajetos das rodovias federais se estabeleceu uma intrincada rede de poder que tinha a terra como centro de uma disputa, e a prática da grilagem como estratégia de apropriação do território amazônico.

Em 1960, o jornalista Arnaud Pierre, destacava que um dos principais problemas derivados dessa construção era o desordenado processo de ocupação e de especulação das terras: “Hoje a terra vale ouro. Quem não tem dinheiro se apossa de um bocado: entra nela, planta, faz casa e diz que a terra é sua. Quem tem dinheiro não vai lá, nem pensa nunca ir. Mas compra terra, e muita, e espera valorizar” (Pierre, 1960, p. 71).

Como bem analisa Gomes (2013):

Desafiando a floresta amazônica, a abertura dessa estrada desencadeou graves conflitos, confrontando brancos e índios e, particularmente, fazendeiros e arrendatários. Isto é, a Belém-Brasília atualizou os choques que ocorriam com frequência entre grandes proprietários e trabalhadores rurais, dessa feita, os que eram contratados temporariamente e depois dispensados e impedidos de ficar nas terras onde haviam se estabelecido, em função das obras da estrada. Tais conflitos tinham um longo passado e não cessaram de crescer durante as décadas seguintes. Eles acabaram por fazer parte da história da ocupação das áreas de nossas fronteiras agrícolas — no Pará, em Goiás, Mato Grosso e Rondônia —, tornando-as das mais violentas de todo o país, nas décadas que se seguiram à inauguração de Brasília, no fim do governo JK (Gomes, 2013, p. 85-86).

A grilagem de terras seguiu o curso da Belém-Brasília em 1960, intensificando-se na década seguinte, principalmente após sua pavimentação durante o governo dos militares. O padre Vitor Asselin<sup>50</sup>, que fez uma análise minuciosa sobre o problema da grilagem no

---

<sup>50</sup> O canadense Victor Asselin chegou ao Maranhão em 1966 para atuar na formação de clérigos. Tornando-se voz atuante na militância católica das décadas de 1970/80, ajudou a fundar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição que teve papel importante no debate e na prática sobre as questões relacionadas aos conflitos agrários, aos direitos humanos, à formação de lideranças etc. Foi o primeiro presidente da CPT Maranhão (1976-1980). Em 1982, publicou pela editora Vozes o livro *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*, reeditado em 2008. O livro faz uma análise minuciosa da indústria da grilagem no Maranhão, defendendo a tese de que a prática da grilagem foi planejada pelo aparelho de Estado. Conforme apontam Esterici e Ramalho (2017), pelo teor de denúncia da obra, Asselin teve que pedir proteção da segurança pública. Para um maior aprofundamento da atuação da Igreja Católica nos conflitos agrários no Maranhão e do papel da CPT no Maranhão, ver Costa (1994) e Neris (2014).

Maranhão, em seu livro-denúncia *Grilagem: corrupção e violência em terras de carajás* (1982), diz que “o asfalto facilitou as comunicações e o surto de valorização das terras foi muito grande, provocando ainda mais a cobiça dos grileiros, que formavam verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros da região” (Asselin, 1982, p. 21). Desse modo, a desvalorização das terras teria estimulado a vinda de migrantes do Centro-Sul, que chegavam com o apoio governamental através dos incentivos fiscais e se chocavam com os chamados “posseiros”, que já ocupavam as ditas “terras livres” do Maranhão, dado que passavam a disputar as melhores terras, em geral, as que margeavam as rodovias, gerando um processo de expulsão dos trabalhadores pobres. Aos grupos menos favorecidos restavam dois direcionamentos: o enfrentamento ou a retirada para outras regiões em busca de áreas devolutas, principalmente no Pará.

Dito isso, significa pensar as representações da Amazônia maranhense também pelo prisma da violência no campo. Asselin (1982), no esforço de desatar os múltiplos fios que tramaram o universo da grilagem no Maranhão, debruçou-se sobre o chamado “grilo Pindaré,” que partiu de Imperatriz e se expandiu em direção ao município de Santa Luzia (atualmente Santa Luzia do Tide), e nos oferece um rico mapeamento temporal de Imperatriz, demarcando três momentos cruciais na história dessa localidade: o primeiro, antes da abertura da Belém-Brasília, quando o mundo social se dava entre o vai e vem de sujeitos e de produtos pelo Tocantins.

O segundo, entre 1956 e 1978, que ele subdivide em três etapas: da construção da rodovia federal (1956-1964), das tentativas de ocupação do Oeste na direção da rodovia estadual Açailândia-Santa Luzia, que foi marcado por intensos conflitos entre grileiros; e de 1969 a 1977, a partir do governo José Sarney (1966-1970), cujo traço marcante foi a reestruturação da política fundiária através da Lei Estadual de Terras (nº 2.979/1969) e da criação das Delegacias de Terras, que visavam respectivamente reordenar e disciplinar a ocupação do espaço maranhense; e a partir de 1978, quando o percurso da grilagem se estendeu para novas fronteiras a Oeste, e penetrou em outras espacialidades.

Chamo atenção para como o autor representou o território no período posterior a construção da Belém-Brasília, situando os grupos sociais que foram se estabelecendo na região e travando batalhas com a elite local, interferindo nos jogos de poder, a exemplo dos baianos, capixabas e mineiros que se instalaram às margens da BR-14, dos “homens de negócio de Anápolis” que fizeram de Imperatriz um “grande Eldorado”, onde foram atingindo prestígio com atividades comerciais em vários segmentos (supermercados, hotéis, usinas de beneficiamento de arroz etc.). Os choques desses grupos de deslocados com os grupos locais

conflagraram conflitos e enfrentamentos que projetaram um cenário de batalha. Ao recolher depoimentos de moradores de Imperatriz nos anos 1980, Asselin descreveu o clima de belicosidade: “A dona da pensão falava pra mim: vai sair na rua? Aqui ninguém sai à noite porque é perigoso morrer. No Entroncamento todo mundo andava armado com revolver na cintura [...] tinha muito clandestino por aqui. Todo mundo que matava fugia para Imperatriz” (Asselin, 1982, p. 27).

Asselin (1982) retratou o movimento de expansão da fronteira agrícola rumo ao oeste, no qual os trabalhadores pobres, em geral, maranhenses, piauienses e cearenses, iam amansando a terra e preparando “o caminho do apossamento das terras pelos grileiros que não demoravam a chegar”; e dos “ciclos econômicos”, especialmente o madeireiro, que se estabelece a partir do asfaltamento da rodovia, atraindo migrantes do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais, que enriqueceram com o processo de devastação da floresta. Seu texto aponta que a integração dessa porção do Maranhão ao território nacional estimulou a demanda por terras e por madeira, gerando danos ambientais gravíssimos, bem como o deslocamento de homens, mulheres e crianças para outras áreas de ocupação recente da Amazônia (Asselin, 1982).

Engendrada na ideia de progresso e de modernização, a cidade, que vai alcançar na década de 1970 o patamar de segunda maior do estado, enaltecida por seu crescimento urbano, econômico e populacional, é representativa da retórica desenvolvimentista e no discurso da integração nacional agenciado nos discursos e nas práticas políticas dos militares na Amazônia Oriental nas últimas décadas do século XX. A Belém-Brasília representou o desejo de integração de uma nação que lançou olhar para a vastidão de seus espaços internos em uma conjuntura política, econômica e estratégica. E, nesse quadro, os impactos da penetração na Amazônia foram violentos. Como diz Becker (1982, p. 28): “Não só porque ele abre a região a novas ideias, pessoas, mercadorias cidades, mas pela rapidez com que se manifestam as inovações”.

Uma imagem capturada no final dos anos 1960, por um fotógrafo anônimo, e extraída da página de uma rede social dedicada a registrar a história de Imperatriz, prende minha atenção pela simbólica do triunfo. Em tom sépia, ela exhibe no centro da cena dois homens que pousam orgulhosamente, mas com ar retraído, no meio da rodovia Belém-Brasília, recém-inaugurada e ainda não pavimentada.

Figura 12 – A rodovia Belém-Brasília na década de 1960



Fonte: Facebook (2024)<sup>51</sup>

Conforme dados colhidos na própria página, os dois jovens eram João Silva (camisa vermelha) e Vieira (camisa preta), que foram retratados no local onde atualmente se encontra um viaduto sobre o bairro Entroncamento. Ao fundo, é possível identificar um caminhão aparentemente abastecido de toras de madeiras, restos de maquinários, uma casa de alvenaria, transeuntes e a longa estrada de terra vermelha que serpenteia ao longe, rasgando a mata, apontando que há um mundo inteiro ali na frente.

A retórica do triunfo retida na imagem orientou uma série de discursos construídos sobre a BR-010 no Maranhão. Nos fragmentos de relatos de memorialistas, na historiografia local e nos registros da imprensa aqui analisados, é possível identificar como essa estrada é entendida como o marco de uma conquista sobre um espaço vazio, isolado e abandonado. Sua abertura parecia romper as barreiras florestais e alargar os horizontes de expectativas para homens e mulheres que afluíram para a Amazônia de diferentes partes do Brasil, em busca de trabalho, de riqueza e de sorte.

O espanto diante desse movimento acelerado do progresso técnico e material foi difundido pela imprensa, é o que mostrava a fala de um cronista do jornal *O Progresso*:

E é verdadeiramente assombroso que, nesses quatro lustros de atividade, esta cidade se haja transformado como transformada está, nesta explosão vitoriosa de progresso, onde, basta que aqui cheguemos, para de logo ouvirmos como

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/imperatriz.historica/photos/554836864682437>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

um impacto do futuro, esmagando o passado que aceleradamente desaparece, tragado pelo presente.

Imperatriz, por isso mesmo, já não é uma esperança que nos acena. É uma realidade que nos espanta. Espanta pela operosidade incessante de seu povo. Pelas conquistas de indústria.

Pelo vulto de sua lavoura (O Progresso, 25/11/73, n. 164).

A “esperança que se acena” traz em seu bojo a crença em um futuro que se projetava com a imensa tarefa de superar o atraso imposto pelo peso da paisagem amazônica e do descaso político por parte dos governos estaduais. Na busca pela consolidação de um espaço moderno e civilizado, a pequena cidade de Imperatriz, fincada nas bordas do Maranhão, presa no tempo lento das embarcações sobre o Tocantins, carregou as ambiguidades da enunciada modernização com o advento da rodovia Belém-Brasília. Ao atrair grupos diversos e o interesse de empresários e de políticos que passam a investir no território, converteu-se em um lugar social marcado por práticas violentas.

Construída sobre as ruínas da floresta, através da exploração madeireira e das atividades mineradoras, Imperatriz e um punhado de outras pequenas e médias cidades que foram surgindo ou se reinventando no encalço dos grandes eixos rodoviários e ferroviários serviram de suporte (fornecimento de mão de obra e matéria-prima, prestação de serviços) para um tipo de ocupação visto como racional dos espaços amazônicos, que culminou com os projetos de colonização dirigida financiados pelo poder estatal e pela iniciativa privada, espalhados por vários estados da Amazônia Legal. Esses núcleos urbanos são a representação de um tipo de ordenamento social que tangia para as margens grupos específicos, trazendo as marcas de um modelo de desenvolvimento capitalista de exploração predatória dos recursos naturais, de um processo de desterritorialização sem paralelo. São lugares que trazem inscrito em seus corpos as marcas da violência física e simbólica, da luta pela terra, da grilagem, de práticas de trabalhos degradantes ou análogas à escravidão, do ataque e da invasão às terras indígenas e às comunidades tradicionais.

#### 4 O MARANHÃO EM RITMO DE “BRASIL GRANDE”

Ao delimitar o Maranhão amazônico como objeto de estudo, levo em consideração que ele foi (e ainda é) palco e fruto de um diagrama de forças políticas, econômicas, ambientais e culturais que marca(ra)m a história recente do estado. Em um recorte temporal envolto pela ascensão da nefasta ditadura civil e militar no Brasil, retenho o olhar na discursividade governamental, nas táticas e estratégias que alicerçaram a formulação de políticas públicas que, ao constituírem uma miríade de acontecimentos e ressonâncias, tinham como alvo a territorialidade amazônica e o corpo da população.

Neste capítulo, faço o esforço de situar o Maranhão na discursividade e nas estratégias de intervenção dos militares na Amazônia Legal. O objetivo central não é problematizar a ingerência e/ou maneira como os governos militares interpretaram a Amazônia, mas de inquirir os efeitos dessa discursividade no jogo político regional e na feitura de uma identidade amazônica no Maranhão. A intenção é destacar a centralidade da questão amazônica na constituição de um campo de disputa política, econômica e cultural, principalmente a partir da gestão de José Sarney (1966-1970), que visava catapultar e ajustar o Maranhão ao tempo da nação.

Por entender o espaço como uma rede de práticas discursivas heterogêneas é preciso lançar luz sobre os dispositivos de poder que engendram classificações espaciais e estabelecem direções, sentidos, mapeamentos e estereótipos. Na trilha de Michel Foucault (1999), para circunscrever a conformação de um Maranhão “mais a Amazônia” torna-se crucial problematizar os enunciados (nomeações, classificações) e suas regularidades que fazem emergir essa formação discursiva. Na tessitura dessa espacialidade é preciso estar atento às operações que implicam em divisões, no delineamento de práticas espaciais e na instituição de fronteiras demarcatórias (geográficas, jurídicas, econômicas e culturais).

Nesse sentido, o objetivo principal desse capítulo é problematizar o modo como a maquinaria governamental de José Sarney (1966-1970) operou uma nova leitura para a questão amazônica no estado, apropriando-se e atualizando enunciados e práticas discursivas que constituíram a racionalidade governamental dos militares sobre a Amazônia. No afã de disputar espaço no projeto político dos militares, Sarney apropriou-se do discurso da integração nacional para reinserir o Maranhão no mapa simbólico e político do país, reinventando as fronteiras internas desse território a partir da Amazônia.

#### 4.1 Uma morte anunciada

Os convulsivos anos que antecederam o golpe civil-militar em 1964 foram marcados por tensos e acirrados conflitos na esfera política. Nesse enquadramento, o Maranhão viveu o que se nomeou de período de decadência do chamado *vitorinismo*, título dado ao grupo político que orbitou em torno da figura de Vitorino Freire, importante e experiente político pernambucano que comandou o Partido Social Democrático (PSD) e a cena política maranhense de 1946 a 1965<sup>52</sup>. Devo lembrar que o PSD foi criado em 1945, nos últimos suspiros do Estado Novo. Segundo aponta a rica e minuciosa análise de Hippolito (2012), era um dos partidos mais importantes do país, elegendo todos os presidentes da República no período que antecedeu o regime civil-militar (com exceção de Jânio Quadros - UDN), até sua extinção, em 1965, por meio do Ato Institucional nº 2. Partido de centro (conservador/moderado), o PSD era o maior partido do parlamento, possuía grandes lideranças, diretórios espalhados por todos os Estados, e sabia negociar/conciliar tendências políticas por vezes antagônicas. Segundo Hippolito (2012), sua força política teria sido fundamental para a manutenção do jogo político e a estabilidade institucional que assegurou o período democrático de 1946 a 1964.

Vitorino Freire era umas das chamadas “raposas” do PSD, mantendo sua liderança regional através de estreitas relações e da capacidade de mediação com o governo federal e suas diversas instâncias. Seu cacife político foi peça-chave na engrenagem responsável pela eleição dos principais representantes do Executivo e Legislativo maranhense, estando no epicentro das principais contendas políticas que marcaram o panorama regional. Os grupos de oposição recorrentemente o representavam através da imagem do articulador de conchavos, pelo emprego da violência, pela manipulação das eleições e por práticas de mandonismo local, patrimonialismo e clientelismo.

No recorte temporal demarcado nessa tese – 1960/1970 – o exercício de funções no Executivo, de José Mattos de Carvalho (1957-1961) e Newton Bello (1961-1966), ambos os políticos ligados a Vitorino, deu-se sob o fio da navalha, no esforço de manter o equilíbrio na arena política com a força eleitoral do “vitorinismo”, em meio às inúmeras crises e dissidências

---

<sup>52</sup> Vitorino de Brito Freire (1908-1977) era natural de Pedra (PE). Sua trajetória política é marcada por inúmeras reviravoltas. Inseriu-se na cena política maranhense ao ser indicado para organizar as eleições estaduais de 1934, sendo, posteriormente, nomeado, em 18 de julho de 1934, secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida. Em 1945, retorna ao Maranhão com a função de organizar o diretório do PSD no estado. Exerceu o mandato de senador em diversos pleitos: 1947, 1954 e 1962, quando se reelegeu senador pelo Maranhão. Apoiou o golpe civil-militar, mantendo fortes laços com os generais Castelo Branco e Ernesto Geisel. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Vitorino.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

internas no PSD maranhense e, ao mesmo tempo, combater o avanço dos partidos de oposição que disputavam espaço político e vinham ganhando força desde a “Greve de 1951”<sup>53</sup>, com a criação das chamadas Oposições Coligadas.

As Oposições Coligadas era um grupo político que participou e elegeu vários candidatos ao longo das eleições de 1950 a 1965, reunindo diferentes legendas – União Democrática Nacional, Partido Democrata Cristão, Partido Republicano, PTN, PRP e o Partido Social Progressista (PSP), segundo maior partido no Maranhão, com lideranças representativas como Neiva Moreira<sup>54</sup> e Clodomir Milet<sup>55</sup>, e tinha o apoio de diversos segmentos sociais (sindicatos, classe média e setores populares), sobretudo na capital maranhense (Costa, 2006, p. 38).

Nas palavras de Benedito Buzar (1998), a indicação do nome do médico e ex-Secretário de Saúde Mattos Carvalho, e de Alexandre Costa para o pleito de 1955 representou “uma necessidade de exhibir nova face ao eleitorado; daí a busca de um candidato produto do meio urbano e da classe média” (Buzar, 1998, p. 244). No entanto, sua candidatura e posterior eleição intensificou as desavenças no PSD e acirrou as contendas com a oposição, que geralmente cooptava e lançava como representante nas chapas das Oposições os dissidentes desse partido. Nesse campo de disputas, Mattos Carvalho elegeu-se governador do Maranhão em outubro de 1955, na legenda do PSD, derrotando Hugo da Cunha Machado, candidato pelas Oposições Coligadas, mas teve seu pleito contestado por denúncias de fraude. Após prolongada e complexa batalha judicial, tomou posse em julho de 1957. Em seu pronunciamento na Assembleia Legislativa, em maio de 1958, disse: “O meu primeiro cuidado, ao assumir as rédeas do Governo, foi procurar estabelecer um clima de paz e compreensão, propugnando o desarmamento dos espíritos, como condição indispensável ao trabalho construtivo de nosso

---

<sup>53</sup> A greve de 51 decorreu da eleição para governador do Maranhão de Eugenio Barros (PSD), ligado ao grupo “vitorinista”. A insurreição conduzida pelo grupo oposicionista, os protestos e a grande mobilização de diversos segmentos sociais tiveram grande destaque na imprensa, com o título de “Rebelião do Maranhão”. Todavia, após fogo cerrado e dias de conflito, Eugenio de Barros foi conduzido ao Palácio dos Leões. Sobre a greve de 51, ver Costa (2016).

<sup>54</sup> José Guimarães Neiva Moreira (1917-2012) era natural de Nova Iorque (MA). Teve grande destaque na carreira de jornalista, atuando em diversos veículos nacionais e estaduais, como nos periódicos *Pacotilha*, *Diário da Noite*, *Jornal do Povo*, na revista *O Cruzeiro*. Em 1954, foi eleito Deputado Federal pelo PSP, consagrando-se como um porta-voz das oposições ao chamado “vitorinismo”, conquistando grande base eleitoral em São Luís. Integrou a Parlamentar Nacionalista, reelegeu-se para deputado em 1958. Com o golpe civil-militar de 1964, foi preso, e com base no AI-1 teve seu mandato e seus direitos políticos cassados por dez anos. Em 1965, exilou-se no Uruguai, iniciando uma carreira internacional (Costa, 2016).

<sup>55</sup> Clodomir Teixeira Millet (1913-1988) era natural de Codó (MA). Formou-se em medicina em 1936. Ingressou na política em 1945, filiando-se ao Partido Republicano (PR). Ao longo de sua carreira política exerceu vários mandatos como deputado federal pelas legendas das Oposições Coligadas, e em 1962 concorreu ao governo do Estado. Exerceu diversas funções: diretor da Associação Comercial do Maranhão e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão. No jornalismo, colaborou nos periódicos *O Combate* e *Jornal do Povo* e dirigiu o *Jornal do Dia*.

desenvolvimento econômico” (Carvalho, 1958, p. 8). Durante seu curto mandato, Mattos Carvalho procurou contornar o clima de animosidade com seu vice Alexandre Costa (dissidente do PSD), e o cenário turbulento que se delineava nas esferas federal e estadual.

Na sucessão governamental de 1960, mais uma vez o “vitorinismo” elegeu seu candidato, derrotando Clodomir Milet das Oposições Coligadas, político cuja trajetória foi marcada pelos enfrentamentos com o grupo de Vitorino, através de denúncias de métodos fraudulentos. Nesse pleito, elegeu-se Newton Bello<sup>56</sup>, importante e controverso membro do movimento pessedista, em meio a denúncias de fraudes, conchavos políticos e sérias divergências com políticos da base governista. Seu mandato foi marcado por um contexto de intensa polaridade política, que culminou com o movimento golpista de setores da direita civil-militar, que entre 1961 e 1964 arquitetaram a deposição do presidente da República João Goulart (PSD) e permitiram a ascensão dos militares ao poder.

É oportuno fazer uma pequena digressão para minimamente situar a conjuntura política nacional em que Newton Bello chega ao Palácio dos Leões, a fim de se poder analisar as novas configurações políticas que se desenharam no Maranhão a partir de 1965. Com a renúncia de Jânio Quadros, primeiro presidente eleito pela UDN, em agosto de 1961, um movimento difuso e de caráter golpista, que vinha numa crescente desde o começo de 1950, foi se acentuando com a junção de vários segmentos civis: parcelas do empresariado associadas a instituições, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPEs) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>57</sup> que, financiadas por empresários brasileiros e norte-americanos articularam diversas parcelas da sociedade (empresariado, classe média e lideranças militares) através da ação publicitária e da propaganda (programas radiofônicos e da grande mídia). De setores da imprensa e de políticos de direita, a exemplo dos governadores dos estados mais fortes da federação: Magalhães Pinto (UDN) de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP) do

---

<sup>56</sup> Newton de Barros Bello (1907-1976) era natural de São Bento (MA). Formou-se em Direito e exerceu várias funções no judiciário e na administração pública. No final da década de 1940, filiou-se ao PSD, aproximando-se de Vitorino Freire e mantendo uma parceria política que contribuiu para sua eleição para diferentes cargos públicos: Vereador por São Luís em 1947, suplente do Senador Antônio Bayma e Deputado Estadual em 1950, Secretário de Interior e Justiça (1958), Deputado Federal em 1958 e governador do Maranhão de 1961 a 1965. Nas eleições de 1965 rompeu com Vitorino, apoiando para o cargo de governados Costa Rodrigues, a fim de enfraquecer a candidatura de Renato Archer. Durante a gestão de José Sarney teve seus direitos políticos cassados por dez anos. <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-de-barros-belo>.

<sup>57</sup> O Ipes foi criado em 1962 pelo general Golbery Couto e Silva e sua principal função era a produção de discursos antigovernamentais e antirreformistas. Sua atuação foi importante na articulação entre civis e militares. O Ibad foi fundado em um período anterior ao governo Goulart e teve papel de peso nas eleições de 1962 para deter o que nomeavam de avanço da esquerda. Grupo alinhado aos EUA, o IBAD mantinha relações com a Escola Superior de Guerra (ESG), o Conselho Nacional das Classes Produtoras (Conclap), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das principais organizadoras da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade. Para uma análise mais aprofundada sobre a atuação desses institutos ver DREIFUS (1981).

Rio de Janeiro, e Carlos Lacerda (UDN), do Estado da Guanabara, entre outras figuras que disputavam o protagonismo na liderança civil do movimento. De grupos de militares, especialmente de setores da elite das três forças armadas, que com a bandeira da ameaça de comunização do Brasil assumiram a “missão” de defender a ordem constitucional e assegurar os princípios de hierarquia e disciplina da instituição. Além de numerosas parcelas da população das grandes capitais do país: grupos paramilitares e anticomunistas, associações que reuniam a sociedade civil e grupos religiosos.

Na reconstituição e minuciosa análise feita por Ferreira e Gomes (2014) na obra *1964: o golpe que derrubou um presidente*, os autores abordam os principais eventos e o envolvimento de diversos personagens que conduziram ao fim do regime democrático e o alvorecer do período ditatorial no Brasil. O livro, que foi publicado diante da efeméride do cinquentenário do golpe de 1964, baliza a crítica e um tipo de olhar que captura esse evento por uma perspectiva teleológica, sinalizando uma multiplicidade de caminhos possíveis para o denso desfecho dessa história.

Afinal, segundo os autores:

Certamente nos eventos que decorrem entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 não estava contido o que viria depois: uma ditadura civil e militar, comandada por generais presidentes, cuja fase mais tenebrosa foi a violência e a tortura, como políticas de Estado. Quer dizer, aqueles que aplaudiam e festejavam a vitória da “revolução pela ordem” não tinham como saber o que se sucederia nos anos seguintes. Isso vale para muita gente que fez festa nas ruas. Vale também para diversos políticos, que julgavam não só participar, mas até comanda a “revolução” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 17).

No limiar da construção de Jango como um político fraco ou extremamente ameaçador (em virtude de sua aproximação com partidos de esquerda) residem muitas camadas. De acordo com Ferreira e Gomes (2014), a que mais se sobressai é a que projeta Jango como um grande negociador e estrategista. Nessa visão, sua capacidade de moderação e de negociar acordos o teriam permitido enfrentar questões complexas e articular o apoio de forças antagônicas: os dois maiores partidos do parlamento: PSD e PTB, e com setores militares e de industriais. Apesar disso, com o agravamento da crise econômica (inflação, desabastecimento e contenção salarial), da relação com os norte-americanos nos marcos da guerra fria, com o crescimento e as cisões da esquerda que pressionavam por uma agenda reformista. Ao que parece, sua maior habilidade foi se tornando sua maior fragilidade.

Em se tratando do programa das Reformas de Base, a que causava mais alvoroço na sociedade era, sem sombra de dúvidas, a da reforma agrária. No entanto, Ferreira e Gomes (2014) alertam que havia espaço de diálogo com vários segmentos do empresariado e com

ruralistas sobre a forma de condução da reforma agrária. Ainda que os entendimentos sobre o *modus operandi* da reforma divergissem, não havia uma recusa, havia espaço para o diálogo com parcela significativa da opinião pública. Duas versões da reforma eram mais recorrentes: a “moderada” e a do “programa máximo” – exigida pelas lideranças do PTB –, o que ocasionou, por sua vez, uma ruptura das duas frentes de “apoio” a Jango no congresso e a inviabilização da reforma.

Para Ferreira e Gomes (2014):

Foi a incapacidade das elites políticas parlamentares de realizar acordos, com concessões mútuas, que inviabilizou a aprovação de um projeto de reforma agrária. Tal projeto, mesmo não gradando inteiramente a todos, permitiria a realização de uma proposta de reforma com enorme potencial como política de reparação das desigualdades econômicas e sociais. Os radicalismos partidários, em especial do PTB, impediram a alteração da estrutura fundiária do país, desperdiçando o grande apoio social então existente. Um resultado terrível para o futuro do governo Goulart. Sem conseguir controlar a inflação e sem aprovar a reforma agrária, Jango começou a sofrer ataques das direitas e das esquerdas. A partir de setembro de 1963 seu governo perdeu o rumo (Ferreira; Gomes, 2014, p. 175).

Nessa perda de direção, Goulart teria dado uma guinada mais à esquerda, intensificando os ataques e os eventos que culminaram com o golpe de março de 1964, conduzindo ao poder o general Castelo Branco<sup>58</sup> e os demais generais que se revezaram na presidência da República até 1985. Castelo Branco, um dos principais líderes do movimento de conspiração que levou ao golpe, ao assumir o governo, via eleição indireta organizada por um Colégio Eleitoral composto por 361 deputados e 62 senadores, cercou-se de tecnocratas saídos dos quadros do IPEs para atuar no campo econômico, de militares nas áreas estratégicas (transporte, energia e comunicação) e de magistrados nas pastas de educação e justiça. Concentrando poderes de exceção, tinha o desafio de contornar a grave crise econômica que varria o país. Para isso, reorganizou o sistema fiscal, conteve gastos públicos, criou uma política de reajustes salariais, o fim da estabilidade etc.; empreendeu uma política de equilíbrio entre as forças de coalizão civis e militares, que asseguraram a deposição de Jango; reorganizou a política do Estado para uma nova etapa da acumulação do capital – mantendo-se alinhado, na política externa, com o governo norte-americano. E, principalmente, tentou assegurar a “revolução” através de uma ordem autoritária e centralista.

---

<sup>58</sup> Humberto Castelo Branco era Chef do Estado Maior do Exército (nomeado no governo Jango), veterano das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) na Itália, e, segundo Reis (2014), sua eleição pelo parlamento simbolizava uma posição intermediária, um “meio termo”, nas formas de condução da “revolução”, tendo em vista o somatório de forças heterogêneas e contraditórias que conduziram o golpe de 1964.

Durante o primeiro governo do regime autoritário foram criadas uma série de normatizações que permitiram a institucionalização do regime: os Atos Institucionais, uma nova Constituição Federal (que estabelecia eleições indiretas para presidente), a Lei de Imprensa (que disciplinava a divulgação de notícias), o Conselho de Segurança Nacional e uma nova Lei de Segurança Nacional. Ademais, instituiu-se um conjunto de medidas denominadas de “operação limpeza”, cujo principal objetivo era identificar e expurgar indivíduos e grupos de oposição com a alegação da prática de atividades ditas subversivas. Foram criados os chamados Inquéritos Policial-Militares (IPMs) com o propósito de investigar instituições municipais, estaduais e federais (ministérios, empresas estatais, universidades), exonerar e/ou aposentar compulsoriamente funcionários públicos e militares, cassar direitos políticos e mandatos de parlamentares, perseguir e prender lideranças sindicais e estudantis, intelectuais, professores, agentes pastorais etc. (Alves, 1984).

Ao entrar em cena, em 1961, Newton Bello contou com o apoio da UDN e com a habilidade de Vitorino Freire para mediar virulentos enfrentamentos no interior do PSD. Para além da instabilidade política e econômica que vivia o país na primeira metade da década de 1960, sua gestão foi ainda mais conturbada por conta de uma série de problemas administrativos e da forte oposição que ganhava visibilidade na maioria dos periódicos da capital, com exceção do *Diário da Manhã*, que era de sua propriedade.

Nas palavras de Buzar (1998, p. 407): “A rigor Newton Bello apenas teve tranquilidade para governar no exercício de 1961, quando as Oposições lhe deram relativa trégua política, embora também essas eleições tenham sido produto de fraude, mas não tão avassaladora quanto as passadas”. É importante frisar que durante o curto mandato de Jânio Quadros, Newton Bello teve no exercício da mediação política com a esfera federal o deputado José Sarney<sup>59</sup> (UDN),

---

<sup>59</sup> José Sarney de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA), em 24 de abril de 1930. Era filho de magistrado e formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Maranhão. Na juventude, era figura ativa no meio cultural da capital, publicando em jornais e revistas. Fez parte de um grupo de intelectuais modernistas denominados “Geração de 1945”, juntamente com nomes como Ferreira Gullar, Lago Burnet, Reginaldo Telles e Bandeira Tribuzzi. Através de sua vocação literária assumiu uma cadeira na Academia Maranhense de Letras (1952), tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1958) e da Comissão Maranhense de Folclore. Sua inserção na vida política se inicia no PSD, com o apoio de Vitorino Freire, quando se candidatou nas eleições de 1954 ao cargo de deputado federal, mas não foi eleito. Posteriormente, junta-se a um grupo de dissidentes do PSD que ingressaram na UDN. Em 1958, elege-se deputado federal pelas Oposições Coligadas, e participa do movimento “bossa-nova”, nome dado à ala moderada e progressista da UDN. Nesse contexto, a UDN se aproxima do PSD no Maranhão, apoiando Jânio Quadros para presidente. José Sarney torna-se figura-chave nas mediações entre o governo local (Newton Bello) e o governo central, ocupando cargos importantes, como o de vice-presidente do Diretório Nacional da UDN e de vice-líder da oposição a JK. Com a renúncia de Jânio e a conturbada ascensão de João Goulart à presidência da República, o PSD volta ao poder, levando ao rompimento de Newton Bello com Sarney. No dizer de Wagner da Costa (2004, p. 285): “Destarte a vinculação inicial com o vitorinismo, sua carreira política foi marcada por idas e vindas entre governo e oposição até a década de 1960”. Em 1962, reelegeu-se deputado federal, com expressiva votação, conseguindo se projetar no cenário político local, angariando o apoio dos mais diversos setores até ser eleito governador do estado, em 1965.

um jovem intelectual que entrou na arena política pelas mãos de Vitorino Freire e, posteriormente, tornou-se oposição, ao se juntar com as Oposições Coligadas. Após a renúncia de Jânio e a conturbada ascensão de João Goulart à presidência da República, o PSD volta ao poder, levando ao rompimento do chefe do Executivo estadual com Sarney.

Sua gestão foi marcada pelo amplo debate sobre a questão agrária no país, sendo este um dos pontos que desgastaram seu mandato. Nesse contexto, devido à mobilização das esquerdas em torno dessa temática, foi possível lançar luz sobre as tensas relações no campo maranhense, principalmente em áreas de ocupação recente, como os vales do Mearim e do Pindaré. O avanço da pecuária e da grilagem de terras sob a proteção de autoridades judiciais e políticas acirrava os enfrentamentos com os pequenos trabalhadores rurais. Entre os anos 1950 e 1960 constituíram-se e ampliaram-se as associações de trabalhadores rurais – como a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M), que coordenou diferentes lutas contra o mandonismo de Vitorino. Posteriormente, surgiram as organizações sindicais, que foram se propagando pelo interior do estado através da ação de importantes lideranças políticas e do apoio de instituições ligadas a segmentos da Igreja Católica: Ação Católica e Movimento de Educação de Base – MEB.

A truculência do aparelho repressivo na contenção dos conflitos e na perseguição ao movimento sindical teve vários episódios marcantes. Um exemplo disso foi a forte repressão policial aos trabalhadores rurais de Pirapemas, em 1962. Almeida (2015, p. 89) afirma que “numa das ‘expedições punitivas’ contra os que mobilizavam para consolidar seu Sindicato perderam a vida oito trabalhadores rurais, saíram feridos três soldados e foi liquidado o comandante do destacamento policial”. O “massacre de Pirapemas”, termo como ficou conhecido o episódio na imprensa de oposição, tornou-se um prato cheio para os opositores retomarem a ferrenha campanha contra o governo de Newton Bello. Para minimizar os ataques da imprensa e o desgaste político, visto ser confrontado com muitas denúncias de abuso de poder, que maculavam sua imagem junto ao governo federal, Bello procurou conceder uma grande extensão de terras públicas para a reforma agrária. Porém, com o golpe de 1964 os rumos da política e da questão fundiária no Brasil seguiram outro percurso.

No esforço de agradar a opinião pública após a chamada “operação limpeza”, Castelo Branco resolveu manter o calendário eleitoral de 1965, estabelecido pela Constituição de 1946, que projetava as eleições para governadores em onze Estados da Federação (Alves, 1984, p. 80). Entre esses estados estava incluído o Maranhão, que elegeu, com a ampla maioria de votos e com o apoio de diversos segmentos populares, políticos, civis e da imprensa, o jovem político José Sarney (PSP-UDN-PR).

As eleições de 1965 e a trajetória de Sarney, com foco na ascensão e plasticidade no jogo político, foi tema bastante abordado na historiografia maranhense: Correa (1993), Costa (2006), Gonçalves (2000), Pacheco Filho (2015). Para além de sua feição camaleônica e articulações políticas, um aspecto que chama a atenção nessas produções é sua aliança com os militares. Para Costa (1997, 2006), três pontos foram centrais para sua eleição: primeiro, a forte repressão às lideranças de esquerda no Maranhão, com o fechamento de jornais e a prisão de vários políticos e intelectuais de esquerda, entre eles Neiva Moreira, que disputava com Sarney a representatividade nos partidos de oposição.

Os dissensos e as disputas internas no PSD do Maranhão, sendo a mais marcante o embate entre Vitorino Freire e Newton Bello que, além de se enfrentarem pela liderança e controle da legenda no diretório maranhense, romperam os laços, ao proporem candidaturas divergentes ao Executivo estadual: Vitorino apoia o deputado federal Renato Archer (que teve o nome vetado pelo presidente Castelo Branco) e Newton Bello lança a candidatura de Costa Rodrigues (prefeito de São Luís). Em a *Lage da Raposa*, Vitorino Feire afirma que a má administração pública e a política personalista de Newton Bello dilaceraram o Maranhão e dividiram o PSD. Segundo ele: “A insatisfação popular e o descrédito no partido haviam minado as tradicionais bases pessedistas no interior. Os velhos chefes municipais haviam sido, durante os últimos cinco anos de governo, desprestigiados e desmoralizados pelo homem que haviam ajudado a eleger” (Freire, 1978, p. 265-266).

Um outro aspecto foi o irrestrito apoio de Castelo Branco (1964 a 1967) à candidatura de Sarney, através de ações estratégicas como o envio de tropas do exército para manter as eleições nos municípios e de fiscais para assegurar a lisura das eleições, o uso da máquina pública e a revisão eleitoral. O processo de revisão eleitoral voltou-se contra a chamada “universidade da fraude” e visava combater o histórico processo de corrupção nas eleições locais, possibilitando a exclusão de “mais de 200 mil eleitores fantasmas”. Costa (2004, p. 290) diz que em um cenário com tantas reviravoltas, Sarney, “de nacionalista a reformista”, se converteu-se “subordinado civil do regime autoritário”.

Cabe notar que a conexão de Sarney com os militares lhe deu sustentação para se fortalecer politicamente na região, tendo em vista primeiramente a reforma eleitoral, fato lembrado em seu discurso na solenidade de diplomação no Tribunal Regional Eleitoral, no dia 4 de dezembro de 1965: “Às forças armadas, que, colaborando com a justiça eleitoral, na determinação de seus comandantes e comandados, asseguraram a liberdade do voto, o direito da escolha e aniquilaram as manifestações do policialismo a serviço da deturpação da vontade popular” (Sarney, 1970, p. 39), assim como outras ações importantes, como a extinção do

pluripartidarismo pelo AI-2, exigindo que seus principais opositores se reposicionassem na arena política. Convém lembrar que com o surgimento da Aliança Renovadora Nacional (Arena), diversos membros do PSD, a exemplo de Vitorino Freire, se filiaram-se à legenda, e José Sarney foi ganhando mais espaço dentro do partido, ao ser nomeado líder do diretório maranhense.

Além disso, outros pontos que contribuíram para a ascensão de Sarney no cenário local foram a cassação dos direitos políticos de Newton Bello, sob a acusação de corrupção, e a instituição do AI-3, em dezembro de 1966, que decretou eleições indiretas para presidente e governadores de Estado, de forma que de 1970 a 1983 todos os governadores do Maranhão foram nomeados de forma indireta. Nesse cenário de ventos favoráveis, como diz Caldeira (1976, p. 42), ele “não mediu esforços para a montagem de um esquema político de cunho personalista para a garantia e consolidação do seu perfil político”, intercalando as figuras da “liderança política” e da “liderança popular”.

A aliança com os militares e o grande apoio midiático foram pontos-chaves para alçar esse político a posição de personagem principal nas cercanias do poder no Maranhão. Em um campo político tensionado pelo debate entre o arcaico e o moderno, sua campanha eleitoral em defesa dos signos da modernização e do desenvolvimento, em contraposição ao discurso do “atraso” e da “violência” simbolicamente representado pelo “vitorinismo” foi amplificada através da imprensa escrita, do rádio e da televisão (principalmente a TV Difusora, inaugurada em meados de 1963). Por meio desses canais ele prometia energia, transporte, reforma administrativa e a moralização da política.

#### **4.2 A imprensa e a construção do Maranhão Novo**

Os anos 1950 são apontados pela historiografia da imprensa como lugar oficial para o que se denominou de moderno jornalismo. O marco baseia-se em uma série de transformações em curso nos principais periódicos do Rio de Janeiro, é o caso da reforma do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, vistos como fundamentais para a profissionalização e modernização do campo jornalístico. Note-se a forte aproximação com um modelo de imprensa norte-americano, com grande influência das agências de publicidade, a adoção de um manual de redação, a reformulação gráfica e editorial com introdução das noções de objetividade e neutralidade, a padronização da linguagem, o uso do *lead* na abertura das reportagens, adoção do método normativo e disciplinar do *copy desk* (separar gráfico/editorial), a formação de jovens e inexperientes jornalistas etc. Como sinônimo de modernidade, rompia-se com um tipo

de jornalismo visto como amador e literário, para um modelo de narrativa que colocava no centro a objetividade e a informação.

Marinalva Barbosa (2010) argumenta que além do longo investimento das empresas jornalísticas (investimento em maquinário, das mudanças gráficas e editoriais), o lugar simbólico do marco na consolidação da moderna imprensa no país também foi fruto das lutas de classificação, através das quais os jornalistas construíram e legitimaram seus espaços de poder. Em suas palavras, aqueles que possuíam poder de fala ampliado “passam cada vez mais a construir um discurso em que as suas representações conformam práticas, condutas e tomadas de posição, o que permite reconhecer uma identidade do grupo” (Barbosa, 2010, p. 157-158). Ao assumirem o papel de intérpretes da realidade, jornalistas e editores com linhas editoriais distintas tinham extremo poder na cena política, direcionando a opinião pública, estimulando e amplificando as grandes contradições e tensões de meados do século XX.

No dizer de Tânia de Luca (2008, p. 158), os jornais assumiam uma feição mais empresarial, com diversos anunciantes e campanhas publicitárias, porém, não abdicaram do “espaço privilegiado de luta simbólica”, através do qual diversos grupos se enfrentavam, movidos por interesses políticos e/ou divergentes leituras de mundo: “Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguem-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir” (Luca, 2008, p. 158).

É nesse sentido que a instabilidade política do começo dos anos 1960 ressoava nas páginas dos jornais, aflorando discursos calorosos e alarmistas. De um lado, por grupos jornalísticos financiados por empresários e alinhados com partidos políticos de setores conservadores, que anunciavam pautas anticomunistas, antinacionalistas e antirreformistas; e, de outro, fomentadas por partidos de esquerda, que reivindicavam o projeto reformista. Há que se considerar a postura dominante da imprensa do país em apoio ao golpe civil militar, que embora tenha tido um princípio de esmaecimento nos anos iniciais do governo Castelo Branco, retrocederam mediante a forte repressão aos meios de comunicação, que culminou na imposição da censura prévia instituída com AI-5.

Como afirma Luca (2005, p. 139): “A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Logo, é indiscutível a relação entre a imprensa e as práticas de poder político. Os efeitos de verdade produzidos pelo discurso da imprensa agem como espaços de autoridade que concorrem para a demarcação de espaços de poder e leituras de mundo. Os periódicos são fontes históricas que revelam uma multiplicidade de signos sobre os intrincados jogos de poder. Nesse

sentido, é preciso considerar o papel da imprensa, enquanto fala autorizada, na construção da liderança política de Sarney no cenário regional e nacional, e na difusão de seu projeto político nomeado de “Maranhão Novo”.

No Maranhão, um estado predominantemente agrário, pobre e majoritariamente analfabeto, a imprensa escrita ocupava, até os anos 1960, o lugar de mais importante meio de comunicação entre o público letrado. As narrativas jornalísticas tinham o papel de informar e alimentar as disputas políticas. Nesse espaço-tempo, os principais órgãos da imprensa em circulação e com poder de alcance no território maranhense, especialmente em São Luís, mantinham-se fortemente vinculados a grupos ou partidos políticos, destacando-se: *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, *Diário da Manhã*, *Jornal do Dia* e o *Jornal Pequeno*. No decorrer dessa pesquisa, optei por eleger os jornais *O Imparcial*, o *Jornal do Dia* e o *Estado do Maranhão* como objeto de análise, por acreditar que esses periódicos são os que melhor representam e projetam a racionalidade discursiva que se forjou sobre o espaço amazônico entre os anos 1960 e 1970.

Com base no exame dessas folhas, tento compreender os efeitos de poder que as narrativas jornalísticas produziram, pois entendo que os relatos se configuram em lugares sociais, nos quais se faz necessário apreender as disputas e entrelaçamentos entre um diagrama de forças presentes nos modos de apropriação e de produção desses espaços (Certeau, 1994). Os textos jornalísticos são engendrados em um campo de poder que hierarquiza e seleciona determinadas matérias, filtra acontecimentos de acordo com interesses variados, estabelece limites e regras, coloca em cena uma série de interesses sociais de grupos em combate pelo poder de apropriação dos espaços e dos sujeitos (Chartier, 2002).

*O Imparcial*, fundado em 1926 pelo jornalista José Pires Ferreira, é considerado o mais antigo em circulação no Maranhão. Sua criação está associada ao discurso de um jornalismo independente das políticas partidárias. Em 1944 foi vendido aos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand. Sua adesão ao maior conglomerado de mídia do país possibilitou mudanças no parque gráfico e editorial, tendo que se adequar ao padrão dos órgãos de imprensa produzidos pela cadeia nacional de impressos (estilo de escrita, disposição e hierarquização das matérias, priorizando as matérias internacionais e, posteriormente, veiculando as notícias de cunho mais regional). Em geral, a linha editorial do jornal seguia ou reproduzia a linha editorial e as matérias publicadas nos outros periódicos com mais poder da rede. Nesses periódicos, destacavam-se as colunas semanais de Assis Chateaubriand, do jornalista pernambucano Austregésilo de Athayde e de Octávio de Bulhões, esse último tinha

uma coluna sobre economia e chegou a ser nomeado ministro da fazenda no primeiro governo da ditadura.

Vale ressaltar que as intervenções técnicas (gráficos, redatores e editores) também influenciavam no modo como o texto era recepcionado pelos leitores, sinalizando uma combinação de infinitas práticas de leitura, tendo em vista as condições técnicas de produção, os métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelo periódico (Chartier, 1990).

Na conjuntura nacional, *O Imparcial* publicou matérias e editoriais contrários ao governo de João Goulart, especialmente a partir de 1963, com pautas anticomunistas e antirreformistas. O editorial de 5 de abril de 1964 expressava o posicionamento do jornal frente à forte repressão dos militares contra seus opositores: “As forças civis e militares, que oferecem ao país o maior exemplo de civismo de sua história estão empenhados, agora na tarefa ingente de proceder a total limpeza do Brasil, levantando a verdadeira extensão da ameaça que pesava sobre nossas cabeças” (O Imparcial, 5/1/1964). No campo político maranhense, o jornal mantinha estreitos laços com a oligarquia “vitorinista”, muito em decorrência de Chateaubriand, que se elegeu senador pelo Maranhão, em 1954, através das articulações de Vitorino Freire. Entretanto, para garantir o apoio do poder editorial do maior conglomerado de comunicações do país, Freire enfrentou grupos dissidentes dentro do PSD.

Na campanha de 1965, conforme pontua Agostinho Noleto (2007), esse periódico aproveitou-se das disputas internas e do esfacelamento do PSD maranhense para se distanciar do grupo que dominou a vida política maranhense de 1946 a 1965, declarando apoio ao candidato das Oposições Coligadas. Para isso, fez ecoar em várias matérias as disputas entre as principais lideranças pessedistas no Maranhão: o senador Vitorino Freire e o governador Newton Bello. Ao mesmo tempo que as matérias ajudavam a construir o clima de instabilidade política, elas, em contraposição, catalisavam a imagem de Sarney como um candidato progressista e capaz de mudar o cenário turbulento que o Maranhão atravessava.

Diversas manchetes traziam a opinião de figuras políticas sobre a “marcha triunfal e a quase consumada vitória de José Sarney”. Tratavam do apoio popular, das viagens de campanha e da recepção festiva pelo interior do território: “Sarney e Dino recebidos triunfalmente no Sertão” (O Imparcial, 29/8/1965, [n.p.]), “Obra da SUDENE no Maranhão será facilitada com Sarney governador” (O Imparcial, 24/9/1965, [n.p.]).

Em matéria de 3 de outubro de 1965, esse jornal anunciou o que denominava de “Dia da libertação”:

Líder da UDN diz que Sarney é vitória da nova geração”. estava chegando como é apresenta no jornal: O pleito de hoje marcará, com efeito; o fim de um ciclo político que se exauriu na sua inoperância. Mas terá mais do que isso o sentido de uma libertação definitiva. E que o Maranhão a partir de hoje mudou de rumos. Não aceitará a tutela da inépcia não aplaudirá a prepotência; não transigirá com a corrupção. Instalara-se hoje na nossa terra para a alegria dos que não tiveram futuro uma etapa histórica que dará futuro aos nossos filhos e sentido as nossas grandezas. O pleito de hoje não será apenas a consagração de um maranhense jovem. A eleição do Sr. José Sarney será mais do que uma vitória pessoal ou partidária (O Imparcial, 3/10/1965, [n.p.]).

Fundado em 1953, por Arimatheya Athayde, o *Jornal do Dia* surge como órgão de temática variada, circulando seis vezes na semana. Tinha como proposta “informar o povo, sem a tutela de grupos ou facções”, e, ao mesmo tempo, “preencher uma lacuna na imprensa local, qual seja lançar um jornal independente” (Jornal do Dia, 8/1/1953, [n.p.]). Ao longo das décadas de 1950 e 1960, enfrentou inúmeras mudanças no quadro de pessoal do jornal. Em 1955, passa a ser nomeado de *Jornal do Dia: alma e pensamento da cidade*. Em 1959, foi comprado pelo empresário e político Alberto Aboud (PTB)<sup>60</sup> e fica um período sem circular, retornando em 17 de janeiro de 1960 com mudanças na direção, no corpo editorial e na administração, sendo gerido pela Empresa Jaguar<sup>61</sup>.

No campo político, a partir de 1960 o *Jornal do Dia* assumiu forte teor partidário. Na esfera nacional apoiava a pauta reformista e o governo Jango, tanto que através de suas sucursais do Rio de Janeiro e de Brasília (Meridional, Telepress e France Press) divulgou os impasses e reviravoltas que marcaram a luta pela aprovação das Reformas de Base. Em abril de 1964 chegou a tecer críticas ao golpe civil militar, como intitula a matéria de capa de 1 de abril: “Revolução: Golpistas querem derrubar Jango” (Jornal do Dia, 1/4/1964, [n.p.]). Sob o peso da repressão a jornalistas e aos jornais e enfrentando denúncias de vinculação com o comunismo, modificou sua linha editorial, alinhando-se aos “ideais da revolução” (Noletto, 2007).

<sup>60</sup> O empresário do ramo industrial Alberto Wadih Chames Aboud (1922-1980) é natural de São Luís e descendente de uma rica família de empresários libaneses. Seu ingresso na política se deu com a filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito Deputado Estadual na eleição de 1958. Em 1962, migrou para o PSD, elegendo-se como Deputado Federal. Com a extinção dos partidos políticos, determinada pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud-n>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

<sup>61</sup> No acervo de periódicos e obras raras da Biblioteca Municipal Benedito Leite, em São Luís, localizei os anos de 1953 a 1958, e de 1960 a abril de 1973. Conforme pude averiguar na literatura sobre a imprensa maranhense, ele deixou de circular em 1959, retomando suas atividades em janeiro de 1960. Segundo Costa e Conceição (2008, p. 2), a Empresa Jaguar LTDA, criada em 1 de outubro de 1959, assume a direção do jornal e seu objetivo era “explorar o ramo do comércio de serviços gráficos e correlatos, assim como a manutenção de um órgão de imprensa sob a denominação de *Jornal do Dia* [...] O contrato da empresa foi assinado por: Alberto Wady Chanes Aboud; Benedito Rabelo dos Reis; Raimundo Vieira da Silva; José Ribamar Teixeira de Araújo; Alexandre Francis e Celeste Haickel. Destes, Alberto Aboud tinha a maior parte das ações e passa a controlar, diretamente, o funcionamento do jornal” (Costa; Conceição, 2008, p. 2).

Na esfera estadual, foi ferrenho opositor de Newton Bello, principalmente com críticas a sua política agrária, vista como “retrógrada e antipopular”, denunciando as fraudes e os abusos de poder. No pleito sucessório de 1965, fez intensa campanha para José Sarney, noticiando sua aceitação popular, propalando o discurso da superação do atraso: “Maranhão inteiro está pronto para a libertação”. É possível afirmar que *O Jornal do Dia* foi o principal veículo de divulgação do “Maranhão Novo” e de construção midiática de Sarney na vida maranhense. De tal modo, que em 1973 Sarney comprou esse periódico. Sua última edição é de 29 de abril de 1973, logo depois passa a ser nomeado de *O Estado do Maranhão*. No novo ciclo, passou por uma reformulação gráfica e editorial (formato maior, uso de cores, circulação diária, uso das rotativas *off-set* e do sistema de composição eletrônica), e o poeta Bandeira Tribuzi assumiu a função de editor e principal redator.

Nesse âmbito, *O Estado do Maranhão* se constituiu no principal “porta-voz” dos interesses e jogos políticos da chamada “oligarquia Sarney”<sup>62</sup>. Em seu editorial de estreia, “Um jornal, uma universidade”, Sarney postulava que adquiriu o jornal em um momento difícil e afirmava seu compromisso com a “modernização da imprensa maranhense”. Dizia querer fazer do matutino “um simpósio permanente sobre o destino de nossa vida, da vida de nosso Estado, da vida de nossa cidade, reflexo e alma do nosso grande povo”, queria um jornal novo, com interesse pela concorrência, e que projetasse “a imprensa do Maranhão mais uma vez, no centro de nossas vidas” (*O Estado do Maranhão*, 1/5/1973, [n.p.]).

Tais periódicos são representativos de um modelo de imprensa que nas últimas décadas do século XX se modernizou e atingiu um patamar mais empresarial. E na tendência dos grandes veículos de comunicação, em grande medida sob forte censura, apoiaram e ajudaram a difundir o ideário do regime civil-militar. Abreu (2008, p. 472) diz que “a implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país fazia parte de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos”. Para isso, os militares investiram na criação de grandes redes de comunicação, levando-se em conta que foi durante o regime autoritário que os veículos midiáticos passaram a depender da publicidade estatal, de tal modo, que os principais anunciantes (jornais, rádios e televisão) eram as instituições públicas (Abreu, 2008).

José Sarney (1966-1970) foi eleito governador com um projeto pautado no discurso da reconstrução e da modernização do estado, tendo como mote o discurso da superação do que

---

<sup>62</sup> Terminologia utilizada para nomear o grupo político que se formou em torno de Jose Sarney e que direta e indiretamente ocupou o governo do Maranhão durante cinco décadas.

denominara de “atraso” e da decantada imagem da decadência do Maranhão<sup>63</sup>. Em discurso proferido em sua festiva solenidade de posse, publicado no *Jornal do Dia* com o título “Discurso ao Maranhão Libertado”, Sarney, em tom missionário, autoproclamava-se na figura do “salvador” capaz de redimir o povo maranhense dos signos do obscurantismo, do atraso, da violência e do subdesenvolvimento que imperaram nas gestões passadas.

Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão, direito que me foi dado pela vontade soberana do povo. O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar. Não quis morrer estático de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso, olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa terra mergulhava na podridão, não podia marchar sem caminhar. [...] A cadeira vazia do Maranhão será ocupada e aqui não voltarão jamais, nós não deixaremos voltar os derrotados que representaram tudo que era negação do maranhão. Não tripudiaremos sobre os vencidos, mas não lamentaremos em nenhum instante a sua derrota. Eles foram responsáveis por este vazio em que não existe uma obra pública que se possa assinalar, em que apenas se disputava se o Piauí ou o Maranhão era o mais atrasado estado do Brasil. [...] Ninguém ignora as minhas responsabilidades, elas nasceram e foram construídas na campanha. Estão presentes em meus olhos, os olhos de centenas de milhares de brasileiros do Maranhão, que estiveram comigo e comigo partiram para a vitória (Jornal do Dia, 31/1/1966, [n.p.]).

Diz Benjamin (1994, p. 223) que “o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção [...] foi-nos concedida uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo”. A “força messiânica” da salvação está na capacidade de sepultar o passado, recolher os destroços e reconstruir algo novo. É com base na premissa da ruína e da reconstrução que foi erguido o discurso do “Maranhão novo”.

Na discursividade do governo, era preciso investir no planejamento para que, sob as ruínas, pudesse se erguer um novo horizonte de expectativas, através de instituições e de práticas que impulsionariam o Maranhão rumo aos trilhos do progresso. Nessa marcha, o programa de governo de Sarney propunha uma reforma administrativa que moralizaria a máquina pública, investiria em energia, transporte, educação, saúde, no setor agropecuário e na industrialização.

---

<sup>63</sup> O discurso da decadência a que me refiro centra-se na leitura de Almeida (1983), ao defender que essa discursividade “envolve todos aqueles recursos próprios de padrões de explicação já cristalizados na vida intelectual, que determinam que ao se falar de um dado tema tenha que se tomar como ponto de partida um evento rigorosamente datado, que se constitua numa espécie de espaço sagrado, que a tradição erudita reserva para que o presente possa ter o princípio de sua compreensão. A chamada decadência é sempre contemporânea de quem está falando. A exaltação do passado é ajustada em algum período recuado e distante. A despeito de existir consenso, quanto ao ponto de vista oficioso, presencia-se deslocamento de corte correspondente ao passado idealizado. Sendo considerada sempre do presente a decadência não varia” (Almeida, 1983. p. 178-202).

A tônica de seu pronunciamento ensejava a inauguração de um “novo” momento para o Maranhão, pautado em um aparato burocrático capaz de modernizar o território através do planejamento e do desenvolvimento regional. Para a concretização de um conjunto de ações que reergueriam o território dos escombros, defendia um investimento intelectual e a reorganização do quadro técnico da administração pública. Com esse propósito, uma das primeiras medidas de Sarney foi instituir a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (Sudema), Lei nº 2.669, de 29 de julho de 1966. Valia-se da crença no planejamento e da capacidade técnica de um corpo de agentes da estrutura do aparelho do Estado, formada por jovens técnicos recrutados dos quadros da Sudene e *técnicos maranhense de elevado gabarito* e com *extraordinária capacidade moral e competência*, de campos de saber variados: engenheiros, médicos, economistas e, notadamente, bacharéis em Direito, oriundos da Faculdade de Direito de São Luís<sup>64</sup>.

Em seu discurso governamental, o planejamento é desenhado como um instrumento político cuja prerrogativa era fortalecer o potencial do estado através da dinamização da economia, do desenvolvimento industrial, da implantação de redes de transportes e da ocupação do território na sua totalidade. Nesse sentido, a Sudema surge como uma autarquia subordinada diretamente ao governador do Estado, criada nos moldes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (órgão criado através da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com o intuito de substituir e suprir a ineficiência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Seus objetivos eram:

[...] planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (Sarney, 1967, p. 22).

---

<sup>64</sup> Conforme analisa Gonçalves (2000, p. 149-150), a ênfase em jovens bacharéis da Faculdade de Direito se dá “por uma instância de consagração nesse campo, e, sobretudo a *representação* de uma chamada *geração maranhense* que conjugaria a um só tempo a formação jurídica e as atividades da vida intelectual”. De acordo com Eliezer Moreira Filho, Secretário de Estado do governo Sarney e Superintendente da Sudema, durante a Faculdade de Direito de São Luís foi criado um grupo chamado Parlamento Escola, no qual orbitaram nomes como Joaquim Itapary Filho, José Maria Cabral Marques, Sávio Dino, entre outros, onde se formou “o ideário que desembocaria mais tarde no conjunto de concepções de um pensamento agregador articulado no fenômeno político social conhecido por Maranhão Novo” (Moreira Filho, 2019, p. 36-37).

Pode-se dizer que essa instituição foi um dispositivo estratégico para o projeto de poder de Sarney. Detentora de amplos poderes, a agência centralizava vários papéis na administração pública e no controle orçamental, intervindo em setores essenciais: (saúde, educação, administração, capacitação de pessoal, na execução de políticas públicas e na mediação com as agências regionais de planejamento na captação de recursos.

De acordo com Eliezer Moreira Silva, primeiro superintendente dessa agência, enquanto as outras secretarias ainda estavam se organizando, a Sudema contava com amplos poderes para contratar “os recursos humanos em suas variadas especialidades e alocar no setor que dela necessitasse” (Moreira Silva, 2019, p. 130). Segundo ele, havia uma necessidade de investir em uma “super secretaria”, devido à urgência em encontrar soluções para uma diversidade de problemas (infraestrutura, educacionais, econômicos e sociais) que “seriam desanimadores em outras circunstâncias, mas não para o time do Maranhão Novo [...] antes de nos desanimar, nos estimulava a criar, a superar, a gerar estratégias, a vencer as adversidades” (Moreira Silva, 2019, p. 132).

Investidos desse pendor missionário, o grupo de jovens intelectuais e de planejadores que arquitetaram o chamado “Maranhão Novo” ajudou a forjar a imagem do líder populista capaz de redimir o estado do atraso econômico, social e político. Somava-se a isso o alinhamento do governo com o projeto político em vigor e as estreitas relações que o administrador procurou traçar com os militares. Para isso, basta remontar as diversas homenagens feitas ao general Castelo Branco.

Em discurso pronunciado durante a passagem desse militar pelo Maranhão, em 1966, disse Sarney:

Aqui está, Senhor Presidente, o Maranhão para render a Vossa Excelência a homenagem de sua solidariedade e de sua exaltação. Intérprete de um sentimento que é do Govêrno, mas bem maior do que ele, a unidade da palavra do Governador com a emoção e o sentimento de nosso Povo. (...) Senhor Presidente Castelo Branco: devo prestar, embora sumariamente, contas do que me foi entregue pela confiança (Sarney, 1970, p. 51-57).

É importante ressaltar que ao longo de toda sua gestão estadual a discursividade que instituiu a emergência do novo Maranhão conjugava-se com o anseio do “Brasil Grande Potência”, projeto político e ideológico gestado na Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>65</sup>,

---

<sup>65</sup> Fundada em 1949, por força do general Eurico Gaspar Dutra, a Escola Superior de Guerra teve um papel central na formação da racionalidade governamental da ditadura militar. Com base na chamada Doutrina da Segurança Nacional, de inspiração norte-americana, o corpo de técnicos e intelectuais dessa instituição orientou o pensamento ideológico e as políticas conduzidas pelo regime, pautando-se no binômio segurança/desenvolvimento. Conforme aponta Miyamoto (1995, p. 83), “a fundação da ESG veio proporcionar

procurando romper com imagens/discursos que o inferiorizavam e o insulavam. Em um contexto autoritário e repleto de alusões nacionalistas, as bases governistas se apoiavam nos meios de comunicação para proclamar a ruptura da imagem dessa espacialidade como espaço subalterno nas redes de poder.

Na luta por espaços de poder, o governo Sarney e seu corpo técnico desenharam o chamado Maranhão Novo em conexão com o imperativo da Integração Nacional. Nessa nova configuração de poder estava em disputa o “discurso da redenção”, que traçava caminhos para “romper o insulamento” do território através do investimento em infraestrutura e da promoção de grandes obras capazes de alavancar o progresso e a modernização do estado. Também se colocava em disputa a redefinição das fronteiras geográficas, acionando-se o discurso do “Meio Norte” para, de um lado, delimitar a fluidez espacial do Maranhão – lido como espaço de transição entre o Nordeste e a Amazônia – e, por outro lado, estabelecer a centralidade da Amazônia nas preocupações governamentais.

Em se tratando do “discurso da redenção”, as falas, os programas e as instituições públicas, de forma disruptiva, criavam uma clivagem com ideias/imagens que consagraram o território maranhense pela perspectiva de um espaço de experiência desolador, pobre, agrário, atrasado, doente e iletrado. A preocupante conjuntura econômica e política do alvorecer da década de 1960 era alicerçada em narrativas cujo tom de inconformismo relatava a ruína material, a falta de infraestrutura urbana, de transportes e de energia, a baixa produtividade agrícola, o precário quadro de saúde pública e educacional do estado. Desse modo, para projetar o ideário civilizatório, calcado nos signos do progresso e da modernização, a retórica oficial reatualizava imagens de um passado arcaico, sombrio e arruinado para poder contrapor e amplificar a emergência do novo.

O discurso pronunciado por Sarney em julho de 1965, na convenção do PSP, foi bastante emblemático:

Não queremos mais ser pisados, nem esquecidos, não queremos mais ser destacados da vida nacional pela pobreza e pela miséria. Não mais queremos as baixas taxas de mortalidade infantil do país [...] Não queremos mais os jovens e as jovens sem horizontes de trabalho[...] Não mais queremos nossas estradas fechadas e intransitáveis, não mais queremos ver os altos índices de criminalidade impune, nem os postos de saúde fechados, nem as nossas reservas minerais escondidas. Nem a nossa lavoura abandona, nem os nossos comerciantes enfraquecidos, não queremos

---

as condições necessárias para que se fosse gestada não apenas essa doutrina própria dos militares, como também para que ela fosse colocada em prática visando um fim: fazer do país uma grande potência”.

mais o eleitorado fantasma e fantasmagórico que tem votado e que pega fogo quando o caminhão que conduz os votos transita pelas estradas.  
[...] O que o povo do Maranhão quer, o que nós queremos é o progresso (Sarney, 1970, p. 44-45).

A tarefa de capitanear a elevação moral e econômica do estado, auto infligida a Sarney, revestiu-se em um feixe de ações e obras que foram sendo ampliadas pelas narrativas da imprensa ao longo de seu governo. Em tom bastante otimista, as narrativas jornalísticas representavam o processo de modernização do Maranhão pelo discurso do “Milagre maranhense”, exaltando a prosperidade do estado que seguia os moldes do projeto de modernização conservadora dos militares que, ao mesmo tempo que viabilizava a expansão do capitalismo monopolista em direção aos espaços amazônicos, acentuava os conflitos pela posse da terra no interior do estado (Costa, 2002, p. 15-16).

É oportuno reiterar que a tácita aliança entre os militares e o governo estadual permitiu o financiamento de grandes obras que impulsionaram o projeto do Maranhão Novo. Logo nos primeiros meses de José Sarney no executivo estadual, *O Imparcial*, que chegou a nomeá-lo de “o líder civil da Revolução no Estado”, noticiava suas reivindicações junto ao general Castelo Branco pela “liberação de amplos recursos para execução de seu programa administrativo”, informando o periódico que o presidente tinha se “prontificado a atender as reivindicações do governador tendo em sua presença telefonado para os Ministros de Minas e Energia, Saúde, Educação e Justiça recomendando toda assistência a nova administração maranhense” (*O Imparcial*, 25/2/1966, [n.p.]). Convém frisar que no contexto pós-golpe havia, por parte da caserna, a preocupação em desconstruir o poder das antigas oligarquias nas regiões, costurando o apoio com novas lideranças políticas.

Desse modo, a aliança com os militares estava na base de seu programa de governo, cuja ênfase recaía na reforma administrativa e no desenvolvimento regional, focalizada nos pares energia/transporte. As matérias de capa e os editoriais de *O Imparcial* e do *Jornal do Dia* marcavam o compasso do ritmo acelerado das obras e inaugurações que ocorriam por todo o espaço maranhense, como foi o caso da reestruturação e remodelação urbana da capital, tendo como símbolo de destaque o Porto de Itaqui, e o surgimento de novos bairros que impulsionaram uma migração acentuada para a zona portuária de São Luís: “Presidente manifestou a Sarney entusiasmo: cidade remodelada” (*Jornal do Dia*, 18/2/1967, [n.p.]).

Relatavam o ritmo das máquinas tracejando novos caminhos e conectando o novo Maranhão – através de um plano rodoviário estadual que tinha a meta de integrar interior/capital, evidenciando as novas rodovias e a desejada pavimentação da BR-135 (São Luís-Teresina): “Maranhão em segundo lugar no país em implantação de rodovias” (*Jornal do*

Dia, 28/1/1969, [n.p.]), “Quatro rodovias farão região sul do estado realmente pertencer ao Maranhão” (O Imparcial, 4/11/1969, [n.p.]).

No setor energético, calcanhar de Aquiles de outras gestões estaduais, principalmente por conta da má qualidade do fornecimento de energia e dos péssimos serviços prestados pela Cemar (principalmente no interior), os relatos dos jornais lançavam luz para a instalação das linhas de transmissão e para as chaves das turbinas da barragem de Boa Esperança (obra do governo federal), que, em meio a inúmeras reviravoltas, foi finalmente inaugurada em 1970: “Boa esperança é chave no corrimão da miséria” (Jornal do Dia, 19/2/1966, [n.p.]), “Boa esperança uma grande obra para o grande desenvolvimento”(O Imparcial, 9/6/1968, [n.p.]).

Através desses símbolos da redenção do Maranhão, as narrativas da imprensa elevavam a administração e a figura de Sarney a um patamar de desbravador, de redentor e modernizador. Ora, a função política exige visibilidade, sobretudo visibilidade positiva. Assim, na construção simbólica do político visionário e incansável, era fundamental sua consagração através da opinião pública. Cabia à imprensa investir e dar publicidade a várias matérias elogiosas publicadas em jornais de grande circulação no país.

De grande alcance no território nacional, em junho de 1967 a revista *O Cruzeiro*, da cadeia *Diários associados*, produziu um caderno especial sobre o surgimento de um “novo Nordeste”, destacando a emergência do Maranhão logo na primeira edição. A reportagem se intitulava “Maranhão: em busca do tempo perdido” e apresentava um rico e cuidadoso material fotográfico que ocupava páginas inteiras (traço característico da revista), além de tecer um panorama dos empreendimentos e obras vistos como responsáveis pelo avanço do Maranhão rumo à modernização. Focalizava-se nas riquezas naturais e nos incentivos fiscais concedidos a iniciativa empresarial interessada em investir na região. Nesse enquadramento, não faltavam elogios à figura de Sarney: “O jovem governador do Maranhão não desanima e entrega-se totalmente ao seu agressivo programa de recuperar o tempo perdido”. E concluía dizendo que na história do Maranhão ele se destacava, pois tinha “a dura missão de mudar a fisionomia de sua terra e a mentalidade de um povo” (O Cruzeiro, 3/6/1967, p. 58).

Nos relatos da imprensa local conectavam-se simbologias que visavam valorizar os feitos governamentais, reavivar a crença no futuro e levantar a autoestima da população, instituindo-se um tempo fissurado (arcaico/moderno, velho/novo) e a produção incessante do novo.

Em maio de 1968, enquanto o mundo era agitado pelo “Maio de 1968” na França, e o Brasil vivia entre o cerco cruzado da repressão e da insurgência de movimentos sociais e políticos que ganhavam as ruas em protesto contra o regime de exceção, *O Imparcial* publicou

uma edição especial sobre o “Maranhão Novo”, em comemoração ao segundo ano do governo Sarney. O suplemento, ricamente ilustrado e com artigos que tratavam das ações do governo e das atividades realizadas pelos diversos departamentos da administração pública, trazia estampado na capa a fotografia de Sarney e do general Costa e Silva (1967-1969). A fotografia se encarregava de representar ou tentar forjar o “entrosamento perfeito” do chefe do Executivo estadual com o segundo governo militar.

Figura 13 – Suplemento especial de *O Imparcial* em comemoração ao 2º ano do governo Sarney



Fonte: O Imparcial (5/1968)

É importante dizer que mesmo sendo carimbado pelo peso do autoritarismo e da repressão, o governo do general Costa e Silva vivenciou um período de crescimento econômico, em parte beneficiado pela conjuntura internacional e pelo sucesso da política econômica implementada pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto (1968-1974), que culminou com a euforia desenvolvimentista do chamado “milagre econômico”. Segundo Napolitano (2021, p. 160): “O estratégico era o desenvolvimento contínuo no longo prazo, entendido como dinamização da iniciativa privada e expansão industrial à base da expansão do consumo de bens duráveis”. A elevação dos índices de crescimento e o aumento do consumo, o controle da opinião pública através do AI-5 e o uso da violência contra as vozes de oposição, principalmente com a derrota da luta armada e com o silenciamento das oposições moderas, foram alguns dos muitos fios que ajudaram a tecer a urdidura do projeto “Brasil Grande Potência”, no final dos anos 1960.

Nesse panorama, José Sarney mostrava habilidade para angariar apoio entre os correligionários da Arena na mediação com o novo governo. Favorecendo-se das mudanças na

economia, conseguiu manter a continuidade dos investimentos em infraestrutura. Na matéria mencionada anteriormente, entre a ênfase na montagem e na execução de políticas que introduziriam o Maranhão na dinâmica do mundo moderno, *O Imparcial* também falava do desejo de mudança, da emergência de uma nova ordem social e de uma nova mentalidade, reivindicando o engajamento da população na luta pelo desenvolvimento.

Ao traduzir o compromisso de tornar o Maranhão visível, colocava-se o necessário despertar do povo para uma nova mentalidade. Dizia o matutino: “A maior obra de meu governo – tem afirmado o governador Sarney – é uma obra sem placa que não se vê, mas se sente em todos os recantos e em todas as atitudes do novo Maranhão: a mudança de mentalidade” (*O Imparcial*, 5/1968, [n.p.]). Em uma frente de batalha travada entre “governo e povo”, o povo precisava “ser despertado para o desenvolvimento”, para os novos espaços da vida moderna, para a prática de novos hábitos e condutas que os impulsos do progresso exigiam, “o povo não é um instrumento passivo do progresso” (*O Imparcial*, 5/1968, [n.p.]). Nessa disputa simbólica, a narrativa jornalística reivindicava o engajamento na luta por uma outra história do Maranhão, que começava a ser rescrita a partir de novos atores e de novos signos cingidos por conteúdos míticos e alimentados pelos discursos e técnicas de propagandas do Estado.

Na arquitetura desse projeto modernizante que procurava incorporar o “Maranhão Novo” à nação, era urgente a diminuição das barreiras civilizatórias e o encurtamento das distâncias geográficas. Na medida que a preocupação com o preenchimento dos ecúmenos vazios, a interligação territorial, o controle da circulação de sujeito/produtos e o reordenamento das fronteiras espaciais eram pontos-chaves nas técnicas de governamentalidade que configuravam a ação estatal. Nesse bojo, ressignifica-se a identidade espacial ao ponto de a Amazônia ganhar protagonismo no discurso e nas práticas governistas.

### **4.3 Amazônia, um caminho possível**

Na esteira do que diz Albuquerque Júnior (2008a, p. 104) ao lançar luz sobre o modo “como as formas espaciais estão conectadas com dadas dominações, dadas redes de poder, como atualizam e cristalizam dados regimes de verdade”, procuro chamar atenção nas páginas que seguem para como, a partir da gestão de Sarney, buscou-se fixar uma identidade do Maranhão como espaço amazônico.

Em um cenário no qual a Amazônia e o Nordeste são dados a ler a partir de uma multiplicidade de campos de saber, tais representações espaciais foram evocadas nos discursos regionais por meio de diagnósticos que apontavam as causas/soluções para os desequilíbrios e

as distâncias que configuraram o país entre os anos 1960 e 1970. No tocante ao Maranhão, a problemática das fronteiras, em que pese a dualidade que o instituiu geograficamente como zona fronteira, torna-se um objeto das lutas de representação, que visam classificar e ordenar a realidade, que são travadas entre diferentes grupos e espaços institucionalizados.

Ora, segundo Chartier (1990):

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1990, p. 17).

Na tessitura da racionalidade governamental engendrada na gestão de Sarney é possível identificar práticas políticas, afinal, como salienta Foucault (2003a, p. 342), não há “práticas” sem um certo regime de racionalidade, que embaralham, entrelaçam e distanciam as fronteiras geográficas e culturais. Sarney, ao promover um novo ordenamento da hierarquia social, aponta para uma regularidade discursiva que faz emergir diferentes saberes, novos sentidos e enunciados, que se impõe a partir das práticas e representações que ajudam a tecer uma feição mais amazônica do estado. Nessa relação de forças ele investiu na reconfiguração das fronteiras como apropriação econômica, cujo objetivo era justificar investimentos e canalizar recursos nas agências de desenvolvimento, como saber político, na medida que disputava espaços de poder nos círculos dominantes do país, como domínio jurídico-político e simbólico, através da afirmação de uma identidade regional pautada na ideia de singularidade e na consolidação do território dentro de um modelo de desenvolvimento que apregoava o esgotamento dos recursos naturais e a concentração agrária.

Nessa trilha, procuro isolar e perscrutar as marcas discursivas do poder governamental que atuaram na composição de uma nova cartografia da região, capaz de legitimar o lugar do Maranhão na Amazônia Legal. Levando-se em conta que esse recorte espacial ganhou protagonismo na governamentalidade do regime autoritário, interessa aqui analisar as maneiras como o discurso governamental concebeu o problema amazônico e de que modo o Maranhão se inseriu nessa discursividade. Para atingir os objetivos propostos, examino algumas reportagens, artigos, matérias de opinião e discursos publicados no *Jornal do Dia* e *O Imparcial*, em uma coletânea de 13 discursos pronunciados por Sarney durante sua gestão no governo estadual intitulado “Governo e Povo” (1970), nos programas e na legislação governamental do período.

Início com um pronunciamento de José Sarney na “Semana da Amazônia,” realizado no auditório da Folha de São Paulo, em abril de 1967, no qual ele procurava referendar a posição privilegiada do Maranhão e sua capacidade de se constituir na “frente lógica para integrar a Amazônia”. Esse discurso teve grande repercussão nos veículos midiáticos e foi direcionado a um público de empresários do centro-sul, especialmente paulistas, como estratégia de atrair investidores para o Maranhão. O jornal *O Imparcial* noticiou que entre 13 e 14 de abril de 1967, José Sarney participou de diversos eventos na capital paulista (ciclo de palestras, programas de televisão e visita a indústrias), abordando a questão amazônica e alcançando notoriedade na imprensa paulista pelo “grande brilhantismo” com que conduziu uma plateia de professores e estudantes (*O Imparcial*, 15/4/1967, [n.p.]).

Seu relato no auditório da Folha de São Paulo se iniciou com o esforço de reconstruir as raízes históricas da ocupação amazônica, recuperando a trajetória de colonizadores do porte de Francisco Caldeira Castelo Branco – que “partindo do Maranhão atingiu a foz do Grande rio e ali plantou a cidade de Belém” – e de Bento Maciel Parente, que chegou ao rio Negro e fundou Manaus, para afirmar e projetar luz sobre o imbricamento dos caminhos e rotas que conectaram Maranhão e Amazônia: “De São Luís saíram as bandeiras de desbravamento e a conquista da desconhecida selva amazônica. E assim a história nos ensina que a porta da Amazônia se abriu pelo Maranhão, Estado também amazônico pela característica de grande parte de sua área” (Sarney, 1970, p. 84).

Na construção de uma imagética específica para a fatia amazônica do Maranhão, sua fala produziu enunciados que ajudavam na construção mítica de uma “terra da promessa”, ao representar o território maranhense pelo signo da abundância e como um lugar de insondáveis riquezas naturais. Entre o trânsito e a fixação, destacou as correntes migratórias de nordestinos que afluíram para os “vales úmidos” do Mearim e do Pindaré no transcurso da primeira metade do século XX. Dizia que os migrantes, fustigados pela seca, iam em busca dos “cursos de águas perenes”, da “boa fertilidade do solo” e da “disponibilidade de terras devolutas”. E mais tarde seguiram a rota das novas rodovias – São Luís-Teresina (1958) e da Belém-Brasília (1960) – e foram ocupando as “terras livres” em direção ao oeste, na proximidade da floresta amazônica, proporcionando um “surto de povoamento e produção agrícola” na região (Sarney, 1970, p. 83-85). Diante de tantas imagens que evocavam a importância do Maranhão na conquista da Amazônia, ele questionava o público se seriam “necessárias maiores evidências de que o caminho histórico e natural da ocupação da Amazônia é o Maranhão?” (Sarney, 1970, p. 85).

Seu texto é perpassado pela necessidade de situar o lugar da Amazônia no pensamento nacional, apropriando-se de temas centrais na produção da racionalidade do regime:

nacionalismo, integração, fronteira, espaço vazio e segurança nacional. Além disso, empenhava-se em recolocar o Maranhão no que nomeia de seu destino histórico, o de “portal da Amazônia”. Ao vincular os recursos econômicos disponibilizados pelo orçamento da união e de agências nacionais, com o capital gerado no centro-sul, diz que a ocupação da Amazônia tem que ser feita de “forma mais marcante pelos fluxos nordestinos”, aproveitando os recursos humanos que a região é “incapaz de absorver e que está em êxodo contínuo”. Defendia que a porção amazônica do Maranhão tinha que ser entendida enquanto “área prioritária” a ser integrada pela lógica do desenvolvimento nacional.

Na estratégia de construção de si como grande liderança regional, enumera as realizações do seu governo na criação de infraestrutura, alegando que o Maranhão é o “único estado amazônico que poderia oferecer, a curto prazo, energia elétrica a baixo custo, estradas em perene ligação com o país”, e que dispunha de uma natureza majestosa, cujos recursos naturais estariam sendo estudados e “parcialmente levantados” (Sarney, 1970, p. 85). Ao mencionar a preocupação com os estudos “parcialmente levantados”, procurava suprir a carência de pesquisas que dessem conta da diversidade territorial, em especial de sua porção amazônica. Afinal, era preciso conhecer para utilizar todo seu potencial de “terra da abundância”.

Daí a necessidade de lançar o olhar para o território a partir de instituições que investiam na pesquisa, a exemplo da Sudema e do seu corpo de tecnocratas e planejadores que se empenhavam em mapear e produzir dados estatísticos. São exemplos disso a posposta de um novo zoneamento do Maranhão, realizado pelo economista e técnico da Sudema Mário de Aguiar Pires Leal. Em sua perspectiva, a divisão territorial pela perspectiva do conceito de zonas fisiográficas cunhado pelo IBGE não levava em conta “aspectos naturais e sociais básicos para a caracterização das áreas” (Sudema, 1970).

E os estudos de Gabriel Passajou, como *Micro região do Lago do Junco* (1967) e *Esboço do comportamento da economia maranhense (1940-1968)*, de Bandeira Tribuzi, que divergiam sobre o melhor caminho para frear os “males do subdesenvolvimento”. Pelo olhar de Passajou (1967, p. 2), era preciso investir em gado (*bovinocratas*), “promover fatores vocacionais da área dinamizar e racionalizar os recursos já mobilizados pelos produtores e servir-se da bovinocultura [...] para elaboração de projetos paralelos, de integração social e econômica” e “estancar as migrações para a cidades”. Já para Bandeira Tribuzi, crítico ao que denominava de “agrarização da sociedade”, a saída era investir na industrialização do estado (*industrialistas*) (Gonçalves, 2000, p. 154-155).

José Sarney optou pelos investimentos no setor primário, guiando-se pela cartilha do que preconizava a chamada “operação Amazônia”, marco referencial na estratégia de intervenção dos militares na Amazônia, que defendia o desenvolvimento capitalista com incentivo ao empresariado nacional e a vocação agrícola e pastoril do estado. Nesse sentido, afirmava: “As frentes agropecuárias serão as frentes pioneiras para a integração econômica da Amazônia e o Maranhão, além das terras propícias, possui volumosa mão-de-obra afeita ao pastoreio, secularmente ligada ao criatório” (Sarney, 1970, p. 87).

Sarney encerrou seu discurso concluindo que:

A tentativa de atingir a Amazônia feita pelos pioneiros que no século XVII partiram do Maranhão para fundar Belém e Manaus era pouco mais do que uma ousada aventura. A efetiva ocupação da Amazônia que é hoje um objetivo nacional, é muito mais que uma ousada aventura, e por isso deve-se fazer tomando por ponto inicial não uma área de passagem transitória, mas de fixação populacional e deflagrar econômico. Ocupação, fixação deflagrar que só no Maranhão podem ter início.

A Amazônia é hoje a grande Nova Fronteira do espírito bandeirante dos brasileiros. É esse pioneirismo para ser fértil em termos de um grande futuro, há de começar no Maranhão (Sarney, 1970, p. 89-90, grifo nosso).

Nesse fragmento de texto, ele alicerçava as bases discursivas com as quais iria conduzir as suas ações e planos para o recorte amazônico. Em que pese os investimentos em infraestrutura (estradas, energia), na ocupação de novos espaços e na criação de uma legislação norteadora das políticas estatais, por meio da concessão de incentivos fiscais e de terras públicas ao empresariado do Nordeste e do Centro-Sul. Subjacente a esse discurso está o jogo político e de enunciados que inserem a Amazônia na discursividade dos militares, tendo a “Operação Amazônia” e os binômios segurança/desenvolvimento como os principais marcos legais.

Devo lembrar que a chamada “Operação Amazônia” foi fruto de uma tentativa de Castelo Branco de reformular a política de desenvolvimento, através de um feixe de dispositivos legais que orientaram a atuação do Estado a partir de 1966. Tratava-se de um conjunto de atos legislativos, decretos presidenciais, medidas administrativas e programas que tinham como alicerce a integração nacional, a ocupação econômica da Amazônia através de projetos de infraestrutura e programas de incentivos fiscais. Seu objetivo principal era atrair o empresariado nacional a ocupar os ditos “espaços vazios” e criar e/ou reformular instituições responsáveis pela execução dos planos estatais<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> A pedra fundamental da Operação Amazônia foi a I Reunião de Coordenação Regional realizada em fevereiro de 1966 em Belém, sob a coordenação do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor). O Mecor produziu um documento no qual estabelecia a reformulação das políticas de desenvolvimento regional, cujo objetivo era “conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico” (Mecor, 1966, [n.p]).

Art. 1. Fica instituída, nos termos do presente Decreto, a “Operação Amazônia,” com a finalidade precípua de mobilizar e coordenar os esforços governamentais que se orientarem em favor do desenvolvimento e da reformulação da política federal na região amazônica, no sentido de atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico.

Art.2. Terão prioridade as providências de ordem legislativa e de regulamentação de tarefas executivas que tenham em mira a propositiva de alterações na legislação vigentes, bem como a constituição de organismos públicos e privados, segundo o critério de articulação de ação federal respectiva, na área amazônica (Mecor, 1966, p. 2).

São exemplos disso a aprovação, em dezembro de 1965, da Emenda Constitucional nº 18, que estendeu à Amazônia os incentivos fiscais e créditos; a Lei nº 5.173, de 27/10/1966, que extinguiu a SPVEA e instituiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); a Lei nº 5.174, de 27/10/1966, que originou o Fundo de Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia (Fidam); a Lei nº 5.122, de 28/9/1966, que transformou o antigo Banco de Crédito da Borracha no Banco da Amazônia Sociedade Anônima (Basa); e o Decreto-Lei nº 61.244, de 28/9/1967, que instituiu a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Nas palavras do superintendente da Sudam, o general Mário de Barros Cavalcanti, era necessária “a mais ampla união entre o Poder Público e a iniciativa privada”, em um “grande esforço do desenvolvimento, como decorrência mesma de nossa própria formação democrática”. A proposta central era concentrar as ações governamentais “no planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação de infraestrutura econômica e social, reservando a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis” (Sudam, 1968b, p. 74). Instituída como um “instrumento de redenção da Amazônia”, a Sudam surge com a proposta de “promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem estar social da região amazônica de forma harmônica e integrada na economia nacional”, bem como, “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia” (Sudam, 1968a, p. 1-3), sendo sua principal função elaborar e executar um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> De acordo com o Art. 10, são atribuições da Sudam: “a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas; [...] c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho; d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais; g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais; h) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao

No “esforço patriótico do governo”, elaborou-se o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (PQDAM) – Decreto-Lei nº 60.296, de 10/3/1967 – proposto para o período de 1967 a 1969. O plano chamava atenção para temas que impactavam a política de desenvolvimento regional: dispersão populacional, escassez de recursos humanos, desconhecimento das riquezas naturais, a falta de infraestrutura, receio de que suas vastas áreas fossem objeto de “cobiça internacional” e a ausência de estímulo à iniciativa privada. Daí traçarem-se diretrizes que preconizavam a delimitação de áreas para o envio de recursos, a revisão do conceito de Amazônia Legal, o estímulo à pesquisa sobre as potencialidades territoriais, a determinação da presença institucional “nas regiões mais isoladas e distantes”, a garantia da segurança nacional, a facilitação e a condução dos fluxos migratórios, o investimento em transportes e comunicação, o fomento à produção agropecuária, à promoção, da modernização e da industrialização, ao agenciamento e financiamento de projetos e programas que mobilizassem o empresariado nacional (Sudam, 1967, p. 41-50).

Considerado à margem do desenvolvimento, os governos militares criaram estratégias para ocupar o espaço amazônico e atrair empresários “capazes de dar continuidade e base econômica aos novos projetos”. Com esse objetivo, foi proposta a política de incentivos fiscais, regulamentada pela Lei nº 5.174, de 27/10/1966, que reconhecia de “maior prioridade” os projetos industriais, agrícolas e pecuários que promovessem aproveitamento da mão de obra e dos recursos naturais. Pela perspectiva dos planejadores da Sudam, a maior fatia dos incentivos fiscais destinava-se ao empresariado do centro-sul, notadamente de São Paulo. Desse modo, sob as ruínas da floresta, diversos grupos empresariais (automobilístico, bancário, construção civil, seguradoras) tiveram a concessão de vastas extensões de terra para conduzir projetos agropecuários.

Entre as décadas de 1960 e 1970, as políticas oficiais e os vultosos incentivos financeiros concedidos à iniciativa privada ganharam especial destaque na cobertura da imprensa brasileira. Jornais e revistas de grande circulação exaltavam a saga dos sulistas que, em nome do progresso nacional, investiram ou se deslocaram para os recônditos da Amazônia.

---

Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados, com os documentos comprobatórios das respectivas despesas; i) - julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira e a sua adequação às respectivas finalidades; j) -sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades[...] m) -praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação dos desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitando a legislação em vigor” (Brasil, 1968, p. 3-4).

A edição especial de 1971 da revista *Realidade*<sup>68</sup> é um exemplo disso. Ao longo de mais de trezentas páginas o periódico apresentava ao grande público “a última grande fronteira terrestre a ser civilizada”. Em um dos vários informativos publicitários presentes na revista, lia-se o título “Os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na Selva”, em referência aos “novos bandeirantes” que foram empreender em “território tão inóspito” e distante (Realidade, 1971, p. 277).

Outra reportagem chamava atenção para as “grandes empresas do sul”, principalmente paulistas, que se constituíram nos “grandes fazendeiros da nova Amazônia” e, além disso, orientava os leitores a investirem na região:

A Sudam considera a terra como investimento. E atribui a ela um valor médio de 20 cruzeiros por hectare. Mas há lugares onde a terra na Amazônia ainda pode ser adquirida a 7 cruzeiros o hectare (embora haja regiões também que o preço já chegou a 100 cruzeiros). Com terras compradas a 7 cruzeiros e consideradas como valendo 20, o investidor já tem uma multiplicação de capital por três. Com os incentivos fiscais, que para a pecuária situam-se em torno de três vezes o capital próprio, há nova multiplicação por três. Assim, 1 cruzeiro vira 9. Com 300.000 cruzeiros, um capital equivalente ao necessário para a compra de uma boa casa em São Paulo, uma pessoa pode tentar um projeto na Sudam de 3 milhões de cruzeiros, 2,7 milhões de incentivos (300 vezes 9) mais os 300 mil de capital próprio (Realidade, 1971, p. 288).

Nessa conjuntura, na qual a construção imagético-discursiva da Amazônia, enquanto lugar privilegiado de grandes riquezas inesgotáveis a serem exploradas, contrapunha-se às imagens do subdesenvolvimento, do vazio demográfico, Sarney conduziu uma política de ocupação da Amazônia, que tinha o Maranhão como ponto de partida. Situando-se em um diagrama de forças e saberes, ele disputou e ampliou seu espaço político na liderança regional dos estados da Amazônia Legal, estreitando vínculos e arregimentando o apoio de importantes figuras políticas e de agentes estatais.

É o que sinalizava a mensagem do governador de São Paulo Roberto de Abreu Sodré em entrevista ao jornal *O Imparcial* durante sua visita ao Maranhão, em agosto de 1969:

Ao sobrevoar o vosso estado, vi a terra maranhense pelas estradas construídas pelo trabalho do governador; vi a redenção deste estado na construção do porto, vi os açudes, vi as usinas elétricas, vi o novo Maranhão. Quero manifestar nesta mensagem minha esperança de ver reproduzido por este

---

<sup>68</sup> A *Realidade* era uma revista mensal da Editora Abril, que circulou de 1966 a 1976. De grande aceitação no mercado editorial brasileiro, a revista apresentava uma proposta inovadora, ao abordar de forma mais aprofundada temáticas internacionais e, principalmente, temas gerais da realidade do país. Ao longo de seu período de circulação publicou grandes reportagens e imagens do fotojornalismo que marcaram época, como as importantes edições sobre a Amazônia, o Nordeste, as cidades brasileiras etc. Em tempos de censura, a revista sofreu grandes ataques, passou por várias reformulações, vários membros da equipe técnica deixaram a redação e foi sendo destituída até perder espaço para periódicos com traços mais empresariais. Ver Mira (1997).

Brasil José Sarney, pois de homens como ele que o Brasil precisa. Ele está se transformando em um líder não só do Maranhão, mas do Brasil (O Imparcial, 3/8/1969, [n.p.]).

Sua estratégia de captação de recursos e de investidores para o Maranhão era se manter atuante e ganhar visibilidade nas agências de desenvolvimento, ao ponto de São Luís sediar pela primeira vez, em abril de 1966, a reunião do conselho deliberativo da Sudene, de presidir a reunião do conselho da Sudam, em março de 1968, com o discurso de que sua participação era “sempre no sentido de colocar acima dos interesses particulares do Maranhão o interesse maior da região como um todo” (O Imparcial, 5/3/1968, [n.p.]). Sarney costurou a participação do Maranhão na direção de agências de crédito como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Sendo o Basa o órgão responsável pela execução da política de crédito na Amazônia, ele se expandiu pelo interior do estado através da abertura de novas casas bancárias. Ademais, foi voz combativa nas disputas políticas regionais, especialmente na defesa dos interesses do Nordeste e da Amazônia. Um exemplo disso foi sua militância contra a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco)<sup>69</sup> durante o governo da Costa e Silva. Conforme veiculou o *Jornal do Dia*: “Sarney condenou em incisivas declarações à imprensa, a extensão dos incentivos fiscais conferidos a SUDENE e a SUDAM a outras áreas do país” (Jornal do Dia, 14/11/67, [n.p.]).

Há que se considerar que para superar o discurso da subalternidade que eclipsava o Maranhão das decisões de poder do país, reduzindo-o a signos que enunciavam a miséria, o isolamento e o atraso, ensejava-se investimentos de poder que convergissem para seu crescimento e reconhecimento pelos centros de poder econômico e político. Nesse sentido, a imprensa da capital maranhense teve papel de relevo ao divulgar imagens e discursos que tanto ampliavam a voz e projetavam Sarney politicamente através de sua aliança com políticos e militares, quanto exaltavam as conquistas e o potencial do Maranhão.

Em 1967, o *Jornal do Dia*, em matéria de página inteira veiculou um artigo do *Diário de Pernambuco*, cujo título era “37 anos, 18 meses e um destino” e evidenciava a vida pública e os feitos de sua administração em um curto espaço de tempo: “[ele] voltou-se as vistas para o futuro e vem fazendo de forma racional, construtiva e planejada”, “não deixa dúvida quanto a montante do êxito da educada, porém firme agressividade do governador maranhense no diálogo com os órgãos federais na canalização de recursos da SUDAM e da SUDENE, BNDE, Banco do Nordeste” (Jornal do Dia, 13/8/1967, [n.p.]).

---

<sup>69</sup> A Lei nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967, extinguiu a Fundação Brasil Central e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior (Minter).

Convém frisar que os jornais, enquanto lugares de fala legítimos, que constituem e são constituídos pelas relações de força presentes na sociedade (Bourdieu, 1989), operavam e atualizavam um feixe de enunciados que ajudam a forjar o esquema interpretativo dos militares sobre a região. As narrativas jornalísticas de *O Imparcial* e o *Jornal do Dia* ajudaram a construir o Maranhão como espaço amazônico através de reportagens, entrevistas, matérias de opinião, editoriais, fotografias, campanhas e peças publicitárias que ressaltavam as riquezas naturais do espaço (florestas, reservas minerais, vias fluviais) e o empenho do aparelho de estado na criação de infraestrutura básica capaz de modernizá-lo e desenvolvê-lo.

Uma das principais dimensões narrativas dos jornais era de divulgar o interesse do empresariado nacional pelas terras maranhenses. É o caso da reportagem do *Jornal do Dia* sobre “as possibilidades do Maranhão”. A matéria fazia referência a uma fala do governador Sarney, dirigida a um público de potenciais investidores do Rio de Janeiro:

O governador José Sarney nos repetidos encontros que tem tido com os investidores nacionais, no entanto tem explicado as imensas possibilidades que o Maranhão oferece para a inversão de capitais enumerando as grandes riquezas nacionais, ainda inexplorados. O objetivo do chefe de estado maranhense, nesses encontros, é atrair a atenção das elites produtivas nacionais para o Maranhão, de modo a apressar o processo de industrialização do nosso Estado. Nesses encontros, o governador tem alinhado todas as facilidades que o governo do Estado concede aos interessados na inversão de capitais, no Maranhão, bem como os benefícios de caráter fiscal, que trarão para a instalação as indústrias, de qualquer espécie, no Maranhão.

[...]São inúmeras as vantagens oferecidas pelo Maranhão para a aplicação de capitais. É beneficiado pela rodovia Belém-Brasília (via de comunicação entre o Planalto Central e a Amazônia) que tem 600kms dentro do estado. Será em breve beneficiada pela hidrelétrica de Boa Esperança que, até 1970, dará 220 mil kws ao Nordeste Ocidental.

[...] está beneficiado pelo Projeto de Colonização da SUDENE no vale do Pindaré, permitindo o estudo da agricultura nas selvas úmidas da Amazônia e conta também com a ligação fluvial do Nordeste com a Amazônia, através do rio Tocantins, [...] com 12 mil quilômetros de estradas construídas, destacando-se a ligação Barra do Corda-Carolina na parte mais amazônica do Maranhão e com o projeto de construção da estrada Bacabal-Belém que ligará o Pará ao Nordeste, através do Maranhão (Jornal do Dia, 28/2/1967, [n.p.], grifo nosso).

Na urdidura desse discurso que tencionava apontar as singularidades da região, a narrativa do jornal visava legitimar a retórica desenvolvimentista de Sarney. Para isso, desenhava um recorte espacial privilegiado para os “homens de empresa” investirem, atualizando imagens e enunciados que inseriam o Maranhão na rota amazônica.

Na configuração de novos arranjos de poder na região adotaram-se inúmeros estratégias de propaganda. Durante as palestras e reuniões com empresários, a equipe de

assessoria da Sudema organizava *stands* com a exibição de gráficos, fotografias e informativos sobre o Estado do Maranhão. Conforme relata o articulista do *Jornal do Dia*, ao final das reuniões com empresários, “além de publicações para distribuição dos visitantes do stand, há uma equipe de técnicos a disposição dos investidores afim de prestar-lhes esclarecimento acerca das possibilidades dos investimentos no Maranhão” (Jornal do Dia, 11/11/67, [n.p.]).

No esforço de modernização conservadora, cabia ao empresariado nacional a missão civilizatória que conduziria o progresso da região amazônica. Ao falar na Câmara Americana de São Paulo, Sarney foi categórico na defesa do papel dos investidores para o progresso do Maranhão: “O empresário brasileiro precisa aceitar o repto daquele Brasil estacionário”, “regiões impõe ao empresariado aliar a inspiração nos negócios uma visão de estadista, um comportamento de homem público” (Sarney, 1970, p. 73). Sua fala procurava dar visibilidade ao “sulista” como um arauto do progresso, que imbuído de dever patriótico e de desejo pelos bons negócios, tinha a missão de incorporar as regiões mais pobres à economia de mercado. A dualidade norte/sul presente em seu relato deixa entrever discursos e práticas que remontam narrativas pautadas em distinções socioculturais e econômicas que idealizam o Sul e estigmatizam o Norte, a partir de imagens pejorativas sustentadas por visões deterministas e biológico-raciais.

Nesse jogo invertido, Albuquerque Júnior (1999, p. 61) adverte que “o *norte* é o exemplo do que o *sul* não quer ser, o modelo contra o qual se elabora “a imagem civilizada do Sul”. Não devemos ignorar que o Centro-Sul, ao se configurar no núcleo desenvolvido do país, dotado de recursos financeiros e de uma mão de obra especializada, era visto como capaz de gerir o crescimento nacional.

Com base em argumentos modernizadores, o tom de chamamento de Sarney para o empresariado sulista afluir para a Amazônia maranhense refletia um modelo de política plasmado por tecnologias de poder e por eficazes mecanismos de controle que elegeram a iniciativa privada para conduzir os destinos da Amazônia em sua inserção no mundo capitalista. Seu discurso era um convite para que o empresariado “sulista” investisse nas novas fronteiras agrícolas, especialmente no oeste maranhense, através de uma política de invasão e ocupação de terras indígenas e da concessão de uma série de benefícios para as médias e grandes empresas criarem seus projetos agropecuários e implantarem grandes empreendimentos capitalistas.

Sarney, em sua tentativa de reterritorializar o Maranhão a partir da Amazônia, assentava sua narrativa no esforço nacional de integração, simbolizado por projetos de exploração econômica das riquezas naturais e do avanço da frente capitalista do centro-sul do país sobre a região:

Não se pode pensar integração nacional enquanto a riqueza de uma região custar o sacrifício da potencialidade criadora de outras regiões enquanto se mantiver, em torno de um núcleo beneficiado, um arquipélago econômico e culturalmente empobrecido de grandes espaços vazios e de multidões de mãos desocupadas.

[...]

Realizemos a Integração Nacional, abramos as nossas fronteiras, que não são apenas geográficas, mas fronteiras de uma profunda realidade: a realidade do Nordeste crescendo, da Amazônia clamando, da criança sem futuro e do homem perdido na paisagem ondulada, até aqui, em verde e desencanto. Para isso, estamos trabalhando, estamos criando condições que assegurem rendimentos certos, estamos abrindo perspectivas, que oferecemos à coragem e ao valor do empresário (Sarney, 1970, p. 77).

A almejada integração nacional foi um enunciado importante na racionalidade discursiva de outros governos e orientou a razão governamental do regime autoritário. Como bem observa Soares (2021, p. 76-77), os militares, ao fundarem uma nova discursividade sobre a Amazônia, ressignificaram o discurso da integração ao associá-lo ao binômio desenvolvimento e segurança. No cerne de uma concepção política urgente de integração nacional, agenciou-se o discurso da segurança nacional, que tinha no *slogan* “Integrar para não entregar” uma representação importante. Nas palavras do general Albuquerque Lima, havia “poderosos interesses e pressões potenciais externas e internas que incidem sobre a Amazônia, e na minha compreensão naquela área, ainda não integrada na Nação Brasileira, precisamos desde já tomar medidas capazes de aumentar o poder de resistência (Albuquerque, 1971 *apud* Petit, 2003, p. 80).

Nesse sentido, a preocupação com a ocupação desse território configurava-se em um problema de geopolítica, à medida que era preciso garantir e fiscalizar as fronteiras amazônicas para evitar a “cobiça internacional”. A preocupação com a integração nacional, especialmente no que diz respeito à incorporação da Amazônia, passa a ser considerada uma medida crucial não só para garantir a integridade territorial do país, mas por possibilitar o desenvolvimento econômico da nação.

Na perspectiva autoritária dos militares, a abertura das fronteiras amazônicas e a integralização de seus territórios era revestida de um caráter emergencial, assumindo uma dimensão econômica (explorar e acumular riquezas) e social (deslocar populações). Vale dizer que a preocupação com o social se acentuou no governo Médici (1969-1974), quando a ideia de integração passa a ser mobilizada para justificar não apenas a ocupação dos espaços propagandeados como vazios, mas também a execução de políticas direcionadas ao corpo da

população. Um exemplo disso foi o direcionamento de grandes contingentes de trabalhadores das áreas superpovoadas do Nordeste para espaços estratégicos da Amazônia.

Na centralidade do discurso governamental de Sarney, a questão da integração é uma regularidade discursiva. Dizia ele: “Integrar efetivamente o país pela inclusão da Amazônia a realidade econômica do Brasil” era “um dos grandes objetivos nacionais”. E na conjuntura nacional, o lugar a ser ocupado pelo Maranhão não era “apenas a fronteira da Amazônia a povoar e integrar ao processo de desenvolvimento brasileiro”, mas já era a “Amazônia que se integra e se povoa” (Sarney, 1968, p. 22). Há em suas falas o compromisso de aproximar as distâncias, de atrair investidores para as denominadas “áreas de risco”, de integrar o território através de uma rede de estradas, de linhas de transmissão, de portos, de trilhos, da industrialização, da valorização do homem; e de desconstruir a imagem do Maranhão como território periférico.

Nesse esforço de integração, o chefe do executivo estadual propunha um modelo de desenvolvimento integrado que articulasse tanto as distintas zonas do território maranhense à capital quanto ao Nordeste e à Amazônia. Em seu I Plano Quadrienal (1967-1971) foi elencado um feixe de dificuldades que deveriam ser enfrentadas pelo governo, com destaque para o problema amazônico. De maneira que para melhor conduzir o desenvolvimento regional, tornava-se imprescindível solucionar a barreira do “vazio rodoviário”, na medida que adentrar a vastidão do espaço maranhense era uma empreitada difícil, demorada e bastante precária.

Conforme foi mencionado no capítulo anterior, até meados de 1960 esse referente espacial não possuía estradas pavimentadas, e as grandes áreas situadas na fronteira amazônica eram vistas como distantes e isoladas dos centros de poder: “A nova fronteira da ocupação da Amazônia – hoje um imperativo nacional – terá no sistema rodoviário federal e estadual do Maranhão suas grandes vias de suporte” (Sarney, 1968, p. 22). Para isso, a melhoria da ineficiente estrutura viária insinuava-se como um ponto emergencial na agenda governamental. A grande meta de Sarney era interligar as grandes milhas de distância que separavam capital/interior, Maranhão/outros entes da Federação e Nordeste/Amazônia.

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Maranhão, em 1969, Sarney postulava que o montante de investimentos do governo federal dava condições para que se iniciasse um sistema viário capaz de conectar o interior do estado com a capital, por meio de grandes eixos rodoviários a serem inaugurados: “São Luís-Teresina pavimentada, da São Luís-Boa Esperança, da Miranda-Arari-Pindaré, da Santa Luzia-Açailândia que aproxima a capital da promissora região do Tocantins e abre ao povoamento e colonização imensas áreas de florestas da pré-amazônia” (O Imparcial, 2/3/1969, [n.p.]).

Um exemplo basilar foi a abertura de uma estrada que ligaria o município de Santa Luzia (microrregião do Pindaré) ao povoado de Açailândia. A construção da rodovia estadual MA-74 se tornou uma das principais frentes de conquista das ditas áreas de “vazio demográfico” da Amazônia maranhense, conforme analisarei mais demoradamente no capítulo 5. Levando-se em conta o protagonismo da Belém-Brasília na redefinição de novas linhas cartográficas, na penetração da parte oriental da Amazônia Legal e na conexão da zona tocantina com grandes centros econômicos, fazia-se necessário interligá-la às demais porções do território maranhense. Em face desses desafios, na gestão de José Sarney foram realizados diversos estudos, inicialmente para definir o traçado dessa rodovia, como o trabalho realizado pela empresa CONSULTE S.A, com base na utilização de fotos aéreas do projeto Radam (Projeto Radares da Amazônia)<sup>70</sup>, e, posteriormente, com a abertura do trecho que partiria de Santa Luzia até alcançar as margens da rodovia Belém-Brasília.

A despeito dessa integração territorial que permitiria conectar espacial e economicamente as áreas internas do Maranhão e o espaço regional interligando o “Meio Norte ao Nordeste e a Amazônia”, foi traçado um Plano Rodoviário (1968-1971) a ser conduzido pelo engenheiro Vicente Fialho, diretor-geral do DER:

Dentre as estradas de alto sentido de integração econômica que compõem o Programa Rodoviário cumpre, sem dúvida, destacar a MA-74 Santa Luzia-Açailândia que, além de interligar a região do Tocantins (Porto Franco, Carolina, Montes Altos, Joao Lisboa, Imperatriz) das de maior significação na economia maranhense a São Luís e ao Nordeste (partindo do entroncamento rodoviário de Peritoró) abre uma autêntica nova fronteira ao povoamento e a produção agropecuária, atravessando área de floresta pré-amazônica de terras devolutas aptas sobretudo a implantação de projetos de pecuária de grande porte com vistas a abastecer mercados consumidores do Maranhão e Pará (a que se liga pela Belém-Brasília) e também o mercado externo (Sarney, 1968, p. 77).

Ao riscar um vasto recorte espacial dado como isolado e “vazio”, com base em argumentos que eclipsavam a presença indígena e as comunidades quilombolas, a MA-74 tinha a meta de encurtar as distâncias de São Luís com as áreas de nova fronteira econômica em

---

<sup>70</sup> O Projeto Radares da Amazônia (Radam) foi instituído através da Portaria nº 2.048, de 29 de outubro de 1970. Essa Portaria criou a Comissão de Levantamento Radarmétrico da Amazônia (Cradam), com a função de elaborar e implantar um projeto de levantamento das potencialidades naturais de uma área aproximada de 1.500.000km<sup>2</sup>, localizada na área de influência da rodovia transamazônica. Segundo Batista (2016, p. 154-155): “A utilização de imagens de radar e fotografias aéreas, o Programa propiciou, com maior precisão, o arrolamento dos recursos minerais e das possibilidades agrícolas dos solos, incrementando o conhecimento acerca dos recursos amazônicos e, conseqüentemente, facilitando a sua utilização pelas políticas desenvolvimentistas. O Radam atendeu ao imperativo governamental de definir com exatidão as localizações dos componentes do ambiente amazônico, assim como mensurar quantitativamente seu potencial econômico. Ocupou, pois, um papel estratégico no planejamento estatal ao realizar o mapeamento e sistematização das informações concernentes aos recursos naturais amazônicos”.

Imperatriz, interligando pontos em expansão que margeavam a Belém-Brasília com os centros de poder do estado e, principalmente, abrindo o nomeado “portal da Amazônia” para a colonização e venda das terras ditas devolutas. Vale dizer que antes mesmo do início dessa obra já tinha se estabelecido, pelo ponto de vista legal, que suas margens seriam destinadas a implantação de projetos de colonização dirigida. Tais projetos seriam conduzidos pelo governo estadual e tinham o propósito de “realizar importantes projetos agropecuários, obedecendo a um planejamento que destina áreas a pecuária e a agricultura visando o abastecimento da região e o fornecimento de mão de obra, reservas florestais, sem esquecer o aproveitamento racional da madeira abundante na região” (Sarney, 1968, p. 77).

Segundo Moreira Filho (2019, p. 169), a abertura e a pavimentação de vários trechos da BR-135 e da BR-316 criaram as condições para se atingir a hileia amazônica pela “Belém-Brasília”, mas a integração espacial do Maranhão só se daria com a abertura da “rodovia ligando Santa Luzia, no Pindaré, a Açailândia na Amazônia, próximo do local onde falecera o pioneiro Bernardo Sayão [...] o nordeste brasileiro enfim daria as mãos a região amazônica”<sup>71</sup>.

O ousado projeto que se iniciou na gestão Sarney ganhou proeminência no governo de Pedro Neiva de Santana (1971-1975). Conforme anunciava Sarney, o principal objetivo para a construção da MA-74 era abrir:

Uma autêntica fronteira ao povoamento e a produção agropecuária, atravessando área de floresta pré-amazônica de terras devolutas aptas sobretudo a implantação de projetos de pecuária com vistas a abastecer os mercados consumidores do Maranhão e Para (a que se liga pela Belém-Brasília) e também o mercado externo (Sarney, 1968, p. 77).

Numa linguagem econômica, problematizava-se “a fraca integração espacial da economia maranhense, a rarefação do mercado interno, o baixo poder aquisitivo do povo e a perda de poder polarizador de São Luís sobre o sistema econômico maranhense” (Maranhão, 1968, p. 5). Destarte, ensejava-se intervir na configuração espacial para evitar as “fugas de divisas” para outras capitais que mantinham proximidade com as cidades que se projetavam economicamente, especialmente no médio Tocantins, após a construção da rede viária.

Na análise apurada de Fátima Gonçalves (2000), uma das marcas do programa de governo de Sarney foi inscrever o espaço maranhense entre a dualidade de ser, ao mesmo tempo, *região problema* e *região solução*, em que pese de um lado “o subdesenvolvimento do Estado” caracterizado pela “desqualificação da mão de obra”; e, de outro, sua “predisposição

<sup>71</sup> Moreira Filho (2019, p. 171) afirma que durante a abertura da Transamazônica “as fotos e os filmes de propaganda institucional da obra mostravam, como se fora a Transamazônica, tomadas cinematográficas que na verdade foram realizadas na Santa Luzia-Açailândia, com seu agressivo relevo”.

natural ao desenvolvimento”. Para ela, o programa de governo de Sarney tinha a tendência de naturalizar o caminho do desenvolvimento e de representar o Maranhão como solução para os problemas do Nordeste. Nesse âmbito, o caminho “natural” do desenvolvimento maranhense passava pela valorização da Amazônia e pela incorporação “da população a vida econômica e social do Estado” (Gonçalves, 2000, p. 161-164).

A reterritorialização do Maranhão a partir da fronteira amazônica engendrou um novo aparato jurídico capaz de reestruturar a política fundiária. Em meados de 1969, meses antes de Sarney renunciar ao cargo de chefe do Executivo estadual para concorrer à vaga pelo Senado Federal, promulgou-se, na Assembleia Estadual do Maranhão, a “Lei de Terras” de nº 2.979, de 17 de julho de 1969, em substituição à Lei 1.807, de 21/8/1959<sup>72</sup>, que dispunha “sobre as terras do domínio do estado”. Em um cenário no qual os militares interditavam e centralizavam o debate sobre a política agrária nacional através da reformulação de instituições e da legislação fundiária, a Lei Estadual de Terras foi regulamentada através do Decreto nº 4.028, de 28 de dezembro de 1969, em mais uma tentativa do governo Sarney de se alinhar ao regime autoritário.

#### **4.4 A “Lei Sarney de Terras”**

Conforme aponta a literatura sobre o tema, a lei que ficou conhecida como “Lei Sarney de Terras” tornou-se o eixo central da política fundiária que oportunizou a privatização das terras públicas a diversos grupos empresariais do Nordeste e do Centro-sul. Essa lei se somou a outros dispositivos legais instituídos anteriormente, como o Decreto nº 3.831, de 6 de dezembro de 1968, que criava a Reserva Estadual de Terras e as Delegacias de Terras, cujo objetivo era disciplinar a posse da terra. Na gestão de Sarney também foi criado o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), ligado à Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão, que tinha, entre outras funções, o papel de promover a discriminação das terras, organizar tabela de preços, executar convênios e acordos firmados, controlar e avaliar as terras de destinação especial, analisar os requerimentos para a emissão de títulos provisórios para as

---

<sup>72</sup> Shiraishi Neto (1998, p. 38) observa que a Lei nº 1.807, de 21/8/1959, criada no governo de José Mattos Carvalho, marcava o fim da legislação de terras do estado, com fins de regularizar as apropriações. Seu objetivo principal era a criação de procedimentos legais para autorizar e regulamentar a venda de terras devolutas a pessoas físicas e jurídicas. Estabelecia, pelo artigo 20º, que “para a venda de terras devolutas, por deliberação do governo, tendo em vista a planificação da Secretaria de Agricultura, a exigida prévia concorrência pública, com ampla publicidade” (Shiraishi Neto, 1998, p. 338).

terras pleiteadas. Suas funções eram realizadas através das Delegacias de Terras espalhadas pelo território maranhense.

Por meio desse instrumento legal foi definido que as terras de domínio público estadual deveriam passar por um processo de “revisão de posses de terras no domínio particular sem a comprovação da respectiva cadeia sucessória ou de sua aquisição regular” (art. 5), “revisão de todos os aforamentos, vendas, revalidações e legitimações de terras do domínio público estadual deferidos na vigência da legislação anterior”, a contar do Decreto nº 85-A, de 30 de julho de 1946 (art. 6) (Maranhão, 1969). Isso provocou a desapropriação de pequenos agricultores e agregados que não estivessem munidos da comprovação jurídica de seus territórios e/ou não conseguissem arcar com os gastos e diversos trâmites burocráticos necessários para a regulamentação da posse.

Ao que parece, por sua natureza contraditória, a implementação da “Lei Sarney de Terras” não teve grande repercussão nos jornais analisados ao longo dessa pesquisa, exceto por escassas publicações, como a do *Jornal do Dia*, de janeiro de 1970.

As terras devolutas do Estado poderão ser alienadas ou concebidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados. Essas terras serão oferecidas à concorrência ou à hasta pública, ou ainda aplicada a destinações especiais. Isto é o que consta da Lei de Terras, decretada pelo Governador José Sarney. As devolutas do Estado serão cedidas sempre em caráter oneroso, salvo ficar comprovada a necessidade com empreendimento de relevante interesse social ou iniciativa pioneira na economia da região, implicando, no último caso, na participação do Estado nos resultados financeiros (*Jornal do Dia*, 3/1/1970, [n.p.]).

A matéria chamava atenção para os artigos 12 e 13, que definiam que as terras públicas tinham um caráter oneroso, exceto se ficasse demonstrada “a necessidade de sua cooperação com empreendimento de relevante interesse social ou iniciativa pioneira na economia da região”. O requerimento para concessão ou aquisição de terras restringia-se aos brasileiros maiores de 18 anos e com comprovada idoneidade financeira (art. 17). Embora estivesse contido no artigo 10º a preocupação com a utilização das terras do domínio estadual e sua “melhor distribuição de riquezas entre seus habitantes”, vedando “a formação de latifúndios”, e fosse determinado no corpo da lei que a aquisição de até 100 hectares para fins produtivos seria estabelecida pela lei federal (art. 164 da Constituição Federal), e que “salvo para execução de planos de reforma agrária, não se faria sem prévia autorização do Senado Federal alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares” (art. 44), o dispositivo contraditoriamente criava condições para uma série de brechas que permitiam a ampliação dos hectares de terras requeridas (Maranhão, 1969).

Era o que apontava o inciso 7º do artigo 17:

§7º No caso de apresentação de diversos requerimentos de pessoas físicas para áreas contíguas e cujo objetivo seja incorporação em sociedade anônimas para exploração agropecuária, florestal, industrial ou extrativa, o conjunto desses requerimentos deverá ser encaminhado ao Departamento de Desenvolvimento Agrário juntamente com o anti projeto de aproveitamento envolvendo a área total o qual deverá indicar as fontes dos recursos mediante os quais serão implantadas as atividades programadas (Maranhão, 1969, [n.p]).

Conforme exposto acima, com a criação das sociedades anônimas era possível driblar a própria legislação. Nesse bojo, grandes empresas juntavam-se e, muitas vezes, criavam empresas de fachada para adquirir maior extensão do território. Isso permitiu que as ditas terras devolutas ou “terras livres”, representativas de dois terços do espaço maranhense, passassem a ter valor de mercado e a ser disputadas por grupos empresariais diversos.

Detentoras de elevado capital simbólico, agências como a Sudam tiveram importante papel na comercialização de terras e na concessão de incentivos fiscais para os grandes empreendimentos agropecuários que se apossaram de extensas porções da Amazônia. Segundo Asselin (1982), possuir um perímetro de 20 mil a 60 mil hectares era fundamental para ter visibilidade nessa instituição, logo, “os interessados, então, faziam uma carta consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam a resposta” (Asselin, 1982, p. 165).

Em uma conjuntura que pressupunha o engajamento do empresariado sulista e estrangeiro ao projeto nacional de desenvolvimento capitaneado pelos militares, a legislação fundiária no Maranhão, através da instituição da Lei Sarney de Terras, viabilizou a atração da iniciativa privada dos centros econômicos do Brasil. Pode-se dizer que o dispositivo assegurou o marco do processo de ocupação da Amazônia maranhense pelo capital monopolista. Dito de outro modo, a lei permitiu que parcela do empresariado nacional pudesse adquirir vastos hectares de terra a preços irrisórios, sendo muito frequente a falta de preocupação em ter que produzir, mas apenas o desejo de especular.

Como diz Gonçalves (2000, p. 176), a reestruturação fundiária criou as condições para a “redefinição da fronteira agrícola no Maranhão,” pois se abriam as fronteiras da Amazônia maranhense para os chamados “homens de empresa”, e fechava-se para os pequenos produtores agrícolas que já ocupavam a região. Vale frisar que no corpo da lei não havia nenhum artigo que tratasse ou reconhecesse o direito de posse da terra aos segmentos de trabalhadores rurais pobres que vinham ocupando essa porção do território maranhense desde os anos 1950. Nas palavras de Shiraishi Neto (1998, p. 40): “Aos camponeses restava, como defesa de seus

direitos, o reconhecimento e a legitimação da sua posse de terras. A posse é um instrumento jurídico de menor importância”.

Com essa legislação que normatizava o discurso da interdição e do delineamento do arranjo espacial, acirraram-se os conflitos e a violência no campo, engendrando a expulsão dos pequenos trabalhadores rurais contradizendo o próprio dispositivo legal, a concentração fundiária na mão de grupos empresariais. A destinação de uma vastidão de terras à grande empresa agrícola e à pecuária em grande escala converteram as terras de uso comum em valor de mercado, impondo novos usos e novas relações com a terra.

Almeida (1998, p. 16-17) salienta que a Amazônia maranhense, especialmente o oeste do estado, “que historicamente fora pensada e definida como região de fronteira para onde foram estimuladas oficialmente deslocamentos de camponeses”, com a “Lei Sarney de Terras” passou a ser controlada por conglomerados econômicos que usufruíam de incentivos fiscais da Sudam e da Sudene, tornando-se objeto de disputa de grileiros, fazendeiros e empresários.

É importante pontuar que embora esse instrumento legal tenha sido implantado na gestão de Sarney, seus efeitos se fizeram sentir a longo prazo. Nos governos seguintes, a questão agrária se agravou, desembocando em violentos conflitos nas áreas de ocupação recente das microrregiões de Imperatriz e Pindaré. Em nome da segurança nacional, o aparelho repressivo do estado perseguiu, prendeu e assassinou lideranças camponesas, sindicais e religiosas. Ademais, novas técnicas de poder e instrumentos jurídicos cada vez mais refinados foram criados para assegurar o monopólio do capital sobre o território.

Em 1970, durante o governo de Antônio Jorge Dino, vice-governador de José Sarney que completou seu mandato até a nomeação de Pedro Neiva de Santana, em março de 1971, foi sancionada a Lei nº 3.082, de 13 de outubro de 1970, que constituía, através do art. 1º, que as terras públicas destinadas para exploração agropecuária, florestal, agroindustrial ou extrativa, por meio das chamadas Sociedades Anônimas, deveriam “ser procedida de certa consulta” e indicar “área prevista, a natureza das atividades programadas, a origem dos recursos para execução do projeto e o organismo de desenvolvimento financiador ao qual é pleiteada a sua aprovação” (Shiraishi Neto, 1998, p. 407). Em 1971, na gestão de Pedro Neiva de Santana (1971-1975)<sup>73</sup>, que fora Secretário da Fazenda de José Sarney, foi criada a Companhia

---

<sup>73</sup> Pedro Neiva de Santana (1907-1984) era natural de Nova Iorque (MA). Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, especializando-se em Medicina Legal. Na área de saúde, atuou em diversos postos de higiene dos municípios maranhenses. Durante o Estado Novo foi nomeado prefeito de São Luís, de 1937 a 1945. Dirigiu o Instituto Médico-Legal do Maranhão, foi membro da Academia Maranhense de Letras. Na área de educação, foi professor e diretor das Faculdades de Direito e de Ciências Médicas e reitor da Fundação Universidade do Maranhão. Durante o governo de José Sarney (1966-1970), assumiu a Secretaria da Fazenda do Maranhão, e em 1971, por indicação dos militares e com apoio de José Sarney, com quem posteriormente rompeu os laços, foi

Maranhense de Colonização (Comarco), pela Lei nº 3.230, de 6/12/1971, que deu início a um programa de colonização no território do Pindaré, cujo objetivo era atrair compradores no Nordeste e do Centro-sul e “racionalizar” o movimento migratório de caráter espontâneo na região.

Em suas memórias, o jornalista Sebastião Negreiros relembra uma entrevista que realizou com o governador Pedro Neiva de Santana durante sua viagem de inauguração do Projeto Pioneiro de Colonização, implantado no município de Santa Luzia, na década de 1970. Diz Negreiros (1996, p. 93) que ao lhe perguntar como tinha sido o evento, ele teria lhe dito, em tom jocoso: “Jornalista eu não vi grandes coisas, a não ser um mundo de faixas estendidas ao longo da estrada”. Intrigado com a resposta e suspeitando que as ditas faixas fossem homenagens feitas ao político, o jornalista diz que somente durante uma viagem pela BR-222 conseguiu entender o verdadeiro teor da anedota: as faixas que se alargavam ao longo da rodovia recém-inaugurada delimitavam as terras adquiridas por grandes empresas como: “Vale do Rio Doce, Fundação Rubens Berta (Varig), Vale do Rio Sereno, Pessoa de Queiroz, a multinacional SANBRA, além de outros investidores que adquiriram, a preço simbólico, imensas áreas de terras, a maioria, segundo se comenta, com vista especulação imobiliária” (Negreiros, 1996, p. 63-64). Em tom de admiração, Negreiros (1996, p. 64) ressaltava as dimensões dos loteamentos: “A gente rodava oito, dez quilômetros numa faixa reservada por uma empresa daquelas, quando terminava a marcação entrava-se em outra extensão igual ou maior e assim por diante”.

Com o intuito de conduzir a marcha civilizatória rumo à Amazônia, o empresariado brasileiro foi convocado para “assumir a tarefa de desenvolvê-la” adquirindo grandes extensões de terra para investir em projetos agrícolas, no extrativismo da madeira e na atividade pecuária. Como visto anteriormente, o apelo da propaganda foi uma tática empregada no governo Sarney para atrair investidores interessados na aquisição de terras na Amazônia maranhense, e se manteve na gestão de Neiva de Santana, que durante várias viagens pelo centro-sul e pelo Nordeste anunciava as singularidades regionais, a política de incentivos fiscais concedidos por agências federais e pela legislação estadual, a abundância de terras devolutas e a vocação agrícola da região.

A divulgação de peças publicitárias e de matérias pagas em diversos jornais do país era uma forma de promover e de dar visibilidade ao potencial do Maranhão em outras regiões, especialmente no Centro-Sul. Na edição especial de abril de 1971, a revista *Realidade* abordou a questão amazônica. Nas diversas matérias e propagandas, o Maranhão é apresentado ao grande público por meio de diversos informes publicitários de empresas que obtiveram financiamento da Sudene e da Sudam e do governo estadual, evidenciando um acelerado processo de modernização, os grandes investimentos em infraestrutura e um abundante mercado de terras. É o que sugere a propaganda abaixo sobre o programa fundiário de Pedro Neiva de Santana:

Figura 14 – Informe publicitário do governo do Maranhão na revista *Realidade* de 1971



Fonte: Realidade (10/1971, p. 286)

O informe, que trazia no centro a imagem do brasão do estado, seguido do título “Maranhão dá exemplo fundiário e acelera o progresso do Nordeste”, foi divulgado em uma das revistas de maior circulação no país, na tentativa de criar um ambiente otimista e harmonioso que tranquilizasse os futuros investidores na região sobre a situação no campo maranhense, envolto em grandes tensões sociais, principalmente no vale do Pindaré.

Por meio de uma estética salvadora, o Maranhão é apresentado como um “estado que se antecipa ao futuro” em relação ao tema da reforma agrária. O informe, que utilizava um longo texto como estratégia de convencimento, apresentava as metas do governo de Neiva de Santana para o período de 1971-1974, dando destaque à política fundiária, cujas metas seriam: “a discriminação das terras públicas do domínio do estado, objetivando a posterior distribuição

de títulos aos agricultores, dentro do módulo indicado para cada região que melhor se coadunam com as perspectivas de desenvolvimento já criadas”; e os altos recursos orçamentários no setor primário. Conforme sinalizava a peça publicitária, o “Maranhão era um exemplo a ser seguido pelos demais estados, principalmente do Nordeste” (Realidade, 10/1971, p. 286).

Em *O Imparcial* de dezembro de 1973 localizei um suplemento especial em comemoração aos 15 anos da Sudene, tendo circulado em vários jornais da cadeia Diários Associados do Ceará e do Piauí. O material exibia uma série de realizações dessa agência nos estados do Nordeste, bem como apresentava peças propagandísticas e homenagens a sua atuação na política de desenvolvimento regional. Nessa produção, dedicou-se grande espaço para o Maranhão, através de artigos, informes, anúncios e propagandas que buscavam imprimir um novo olhar sobre esse território que era dado a ler como sendo um “Maranhão do futuro”. Em campanha publicitária da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (Caema), estampava-se, ao lado da fotografia de uma central de abastecimento de água, remetendo a um aspecto industrial, a frase: “Lugar de Empresário é mesmo no Maranhão”. Através da propaganda visava-se amplificar a representação de um estado novo “onde se deposita muita esperança de um crescimento mais integrado e harmonioso com o resto do país”. “O Maranhão existe. E vai continuar existindo por muito tempo principalmente com você... Venha: “lugar de empresário é mesmo no Maranhão” afirmava a propaganda em tom de chamamento ao empresariado nacional (O Imparcial 12/1973, [n.p.]).

Figura 15 – Propaganda da Caema em homenagem aos 15 anos da Sudene



Fonte: O Imparcial (12/1973)

Em outro anúncio feito pela Secretaria de Planejamento do Maranhão, que substituiu a Sudema no governo de Neiva de Santana, lia-se em letras garrafais: “Gostaríamos que você relese esse anuncio conosco”. A ideia compartilhada era que a fronteira maranhense se abria e se constituía em grande oportunidade de negócio para os que se lançassem na aventura da integração, a ser realizada por meio da conquista e da ocupação das novas fronteiras. Em formato de panfleto, exibia-se no primeiro enquadramento o mapa do Maranhão, com o título “Balcão de Projetos: oportunidades maranhenses”. O mapa temático ressaltava, em forma de figuras, as grandes riquezas regionais: o arroz, o babaçu, a mandioca, os pescados, o algodão, a madeira, as frutas tropicais e o gado. E as setas colocadas na cidade de São Luís indicavam o potencial de circulação de mercadorias pelo Porto de Itaqui.

Figura 16 – Panfleto da Secretaria de Planejamento divulgando o Maranhão

**Gostaríamos que você relese este anuncio conosco**

**BALCÃO DE PROJETOS**  
Oportunidades maranhenses

**MADERA SERRADA LAMINADOS**

**PRODUÇÃO DE AMIDO**

**CARVÃO DE BABAÇU**

**FRUTAS TROPICAIS**

**FARINHA DE PEIXE**

**APROVEITAMENTO DE MADERA**

Fonte: O Imparcial (12/1973)

No segundo quadro, convocava-se o empresariado a conhecer o Maranhão e suas oportunidades de enriquecimento, empreendendo a integração definitiva do território maranhense ao restante do Brasil:

Senhor empresário,

Se o senhor empresário está a procura de uma oportunidade economicamente viável de participar do grande objetivo nacional de integrar a regiões menos desenvolvidas do país ao processo nacional de desenvolvimento, o Maranhão é sem dúvida uma excelente oportunidade: um grande potencial de recursos naturais inclusive 100 mil km<sup>2</sup> de terras públicas) por aproveitar, uma ecologia favorável livre de calamidades naturais (secas ou enchentes), mão de obra abundante, infra-estrutura disponível, que inclui o melhor ponto da Região, incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM e do governo estadual crédito do BNB, do BASA e do Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Vale a pena conhecer o Maranhão e suas oportunidades. Anexamos algumas sugestões de projetos que utilizam matéria-prima regional e que ainda foram implantados. E estamos a sua inteira disposição para todas as informações adicionais.

Venha conversar conosco! (O Imparcial, 12/1973, [n.p.]).

Nesse convite aos empreendedores, conclama-se os espíritos pioneiros e desbravadores a fazerem parte do ambicioso “objetivo nacional”. Numa manifestação de amor cívico, convocavam as pessoas a participarem do projeto de desenvolvimento dos militares na Amazônia, elegendo o Maranhão para implantarem uma grande estrutura agropecuária. O texto evidenciava as melhores formas de investimento no “melhor ponto da região,” onde havia terras e mão de obra em abundância, e as calamidades climáticas não eram recorrentes.

No afã de promover as grandezas do Maranhão, o governo estadual oferecia o hectare de terra a preço irrisório, sem concorrência pública, sem leilão e com a promessa de melhorar a infraestrutura do território (estradas, abastecimento de água, eletricidade). Além disso, garantia-se a regularização da posse. Sobre esse processo de privatização, Asselin (1982) pontua que:

Com tanta facilidade, bem depressa, centenas de empresas entraram com requerimento de compra das terras e começaram a adquirir, de fato, grandes extensões de 20, 25 mil hectares. Grupos mais poderosos organizavam-se três ou quatro empresas conseguindo então 40, 50, 80 mil hectares. Terra muita a preços e prazos vantajosos, sem juros e sem correção monetária: um negócio excepcional. Conta-se que muitos funcionários da comarca enriqueceram, nessa ocasião, pois a concorrência era tão grande, que quando, a mesma área era disputada por várias empresas, tinha preferência aquela que oferecesse maior propina (Asselin, 1982, p. 151).

Conforme analisaremos nos capítulos seguintes, de 1960 a 1970 os programas de colonização implantados na Amazônia maranhense se configuraram em um feixe de disputas e enfrentamentos entre “colonos”, empresários, grileiros e o aparato repressivo do estado. Nesse cenário, o monopólio da violência exercido pelo estado através dos órgãos de justiça e segurança, e por grandes proprietários rurais, por meio da pistolagem, foi um mecanismo bastante utilizado para a legitimação do poder sobre o território/população. Agenciados pela

Sudam e Sudene, o governo estadual incentivou e assegurou, ao longo da década de 1970, a entrada de diversos segmentos empresariais de São Paulo, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, e de alguns estados do Nordeste, na Amazônia maranhense.

Na esteira do que diz Albuquerque Júnior (2001, p. 26): “Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é um botim de uma guerra”. No esmaecer das fronteiras que gestam o Maranhão no interstício “do Nordeste da falta e o Norte da abundância”, Sarney gesta essa nova espacialidade pelo signo dos contrastes, contornando com pinceladas mais fortes as linhas que delineiam “o Norte das águas”, de vales úmidos e terras férteis, para onde afluem os “tangidos pelas secas” e “lá encontram moradas para dias menos angustiosos e para a miséria menos miserável” (Sarney, 1970, p. 126-127).

Estreitando seus laços com a ditadura militar e civil e autopromovendo seu projeto político pessoal, o discurso de Sarney preconizava que a redenção do Maranhão passava pela Amazônia. Guiado pelo imperativo do racional e por meio de uma imprensa que deu grande publicização ao seu governo, ele convocou os “homens de empresa” a se lançarem na conquista dessa “fronteira magnífica e desafiadora”. Atraídos pelos discursos e técnicas de propaganda do governo, os grupos empresariais chegaram ao oeste do Maranhão, entre as décadas de 1960 e 1970, e colocaram em prática um plano de ocupação focado nas atividades agropecuárias e extrativas, acirrando o processo de desterritorialização de uma diversidade de sujeitos.

No Maranhão, a parceria entre a iniciativa privada e o governo estadual firma-se em dois momentos-chaves: na reestruturação da legislação fundiária engendrada pela Lei Estadual de Terras de 1969 e na implantação dos programas de colonização. As produções acadêmicas defendem que em nome da colonização e da modernização no campo foram dadas as condições favoráveis para que o empresariado nacional e internacional ampliasse um novo mercado de terras e de exploração econômica da região. Sob a égide do grande capital e com apoio e incentivos do governo federal e estadual, segmentos sociais variados do Centro-sul do país e de outras partes do Nordeste foram atraídos para o Maranhão a fim de investirem em empreendimentos agrícolas de cunho empresarial.

Braço forte dos militares, o empresariado nacional, especialmente no ramo da agropecuária, era visto como o grupo ideal para conduzir a modernização conservadora e a dita racionalização da ocupação do território amazônico. Nesse sentido, conceder facilidades fiscais, deduzir impostos e promover o crédito foram estratégias cruciais para atrair investidores. No Maranhão, as companhias de colonização (Colone e Comarco) tiveram o papel de fomentar e negociar grandes parcelas dos territórios reservados à colonização oficial.

## 5 NA ROTA DA COLONIZAÇÃO: a “conquista do vazio”

Migrar para a Amazônia nutriu os sonhos de uma multidão em deslocamento entre o final do século XIX e o século XX. Na rota desses deslocamentos, o Maranhão se consagrou como corredor de passagem e de fixação para vários segmentos sociais, especialmente do Nordeste. No decorrer desse espaço/tempo, uma série de representações e enunciados foram agenciados a fim de explicar o movimento de homens, mulheres e crianças nas fronteiras internas do Nordeste e da Amazônia.

A migração nordestina para o Maranhão é uma temática pouco estudada pela historiografia maranhense. Algumas produções de geógrafos, antropólogos e economistas fixaram marcos temporais e motivações para demarcar essas redes de deslocamento. No último quartel do oitocentos, a seca de 1877 a 1879 surge como justificativa para a mobilidade de diversos segmentos populacionais rumo à Amazônia e ao Maranhão. Os denominados “flagelados” e “retirantes”, subsidiados pelo governo, recebiam passagem nos vapores que os conduziriam aos seringais amazônicos e passagens na Estrada de Ferro Teresina-São Luís para o Maranhão. De acordo com Almeida (2015, p. 133), muitos desembarcavam “nas estações ao longo do Vale do Itapecuru e, posteriormente, transferiam-se para as regiões de terras disponíveis e florestas a Oeste, nos chamados “vales férteis” dos rios Mearim e Pindaré”.

Nesse período, a problemática da seca no semiárido nordestino deu a tônica para as políticas governamentais que direcionariam diversos contingentes populacionais com destino ao território maranhense. de maneira que foram adotadas diferentes medidas de incentivo à migração e à concessão de auxílios, notadamente da província do Ceará, culminando com a criação das Comissões de Socorro e dos núcleos coloniais, especialmente nas zonas pouco exploradas pelo Estado.

Faria (2012) menciona que através da prestação de assistência fornecia-se aos “flagelados alojamento, alimentação, vestuário e medicamento”. Além disso, “a presidência da província instruía que os retirantes fossem empregados preferencialmente em serviços de lavoura – em terras particulares ou em terras devolutas. Caso isso não fosse possível, deveriam ser encaminhados para o trabalho em obras públicas” (Faria, 2012, p. 242). Nesse âmbito, foram criados vários núcleos coloniais que se espalharam pelo espaço maranhense. De curta duração, esses núcleos foram sendo paulatinamente ocupados por populações quilombolas e indígenas, destacando-se a Colônia de Santa Tereza (Alcântara), as Colônias Prado e São Sebastião

(Turiaçu), a Colônia Pimentel (Pindaré) e as Colônia Flores e Mata dos Bois (Alto Mearim e Grajaú).

O lugar simbólico da seca de 1877 a 1879, como justificativa para o êxodo de nordestinos, foi ricamente analisado por Albuquerque Júnior (1988), ao colocar em xeque discursos e práticas que teceram o problema da seca no Norte/Nordeste pela perspectiva climática, econômica, política e social. Sua análise pontua que essa construção simbólica se tornou um “problema de repercussão nacional” a partir da “maldita dos três sete”. Para ele, o discurso da “grande seca” foi reelaborado e atualizado no decurso do tempo através de enunciados que sustentavam um feixe de privilégios de uma elite regional que viu seus espaços de poder ruírem. Assim, noções deterministas pautadas na influência do meio sobre os sujeitos sustentaram o discurso regionalista desde que a seca de 1877 passou a ser um tema mobilizador da opinião pública (Albuquerque Júnior, 1988).

O discurso da seca permitia o pedido de auxílio aos flagelados, a construção de obras, a criação de órgãos e cargos públicos para “o envio de socorros públicos e particulares”, e gestou práticas regionalistas responsáveis pela institucionalização da própria ideia de Nordeste<sup>74</sup>. Para o autor: “A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte inclusive 'natural', climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea” (Albuquerque Júnior, 1999, p. 12).

Na literatura sobre a migração nordestina para o Maranhão durante o século XX, nas falas oficiais e da imprensa, a premissa da seca emerge como elemento-chave para o êxodo rural. Juntamente com essa vertente explicativa, associavam-se outras discursividades como a da abundância e disponibilidade de “terras virgens”, dos “bons invernos” e da fertilidade do solo.

Nesse enquadramento, o primeiro recorte temporal para as redes migratórias nordestinas a adentrarem o Maranhão no século XX datam da década de 1920. Para Velho (1972, p. 95-96), o início da penetração se deu nesse período “em busca de terras e fugindo da seca e das dificuldades de colocação da mão de obra no próprio Nordeste”. Tratava-se de camponeses praticantes da agricultura de subsistência, que se fixaram no oeste maranhense,

---

<sup>74</sup> Cabe assinalar que as pressões regionais contribuíram para a criação de várias medidas para enfrentar os episódios de estiagem, como dispositivos constitucionais, a criação de órgãos como a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), posteriormente convertida no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, voltados para medidas emergenciais, assistencialistas e para a construção de açudes, barragens, rodovias, ferrovias que geravam emprego aos grupos em deslocamento e procuravam sanar o problema da estiagem pelo aumento da disponibilidade de água.

possivelmente pela interrupção das frentes de trabalho no extrativismo da borracha na Amazônia.

Este contingente populacional que rumou para a Amazônia no começo do século XX experimentou um movimento migratório estilhaçado, descontínuo e heterogêneo. Andrade (1969) delinea a existência de duas frentes que adentraram o espaço maranhense pelo Piauí, a partir das cidades de Teresina e Floriano. O movimento por Teresina atingiu a cidade maranhense de Caxias e seguiu “o curso do Itapicuru ou para o Oeste à procura das áreas drenadas pelo Grajaú, pelo Mearim e pelo Pindaré” (Andrade, 1969, p. 82), e em 1920 alcançou os núcleos de Codó e, posteriormente, Pedreiras (1940). A outra frente que se estabeleceu via Floriano (PI) teria rumado para Oeste em direção a Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão e Carolina.

Outras produções acadêmicas pontuam que a presença dessa população migrante nas áreas de ocupação antiga pelos não índios, a exemplo do vale do Itapicuru, provocou tensões e enfrentamentos que configuraram uma “frente maranhense” que também seguiu Amazônia adentro. Para Almeida e Mourão (2017, p. 101), houve um “desequilíbrio parcial do modelo vigente de exploração da grande propriedade, na medida em que aumenta a demanda camponesa por terras (arrendamento), elevando o preço dos aforamentos e gerando maior poder de barganha para o latifundiário”.

A profusão de caminhos e trilhas percorridos pelos passos cansados dos deslocados plasmou uma cartografia de desvios que enveredou pelos vales do Mearim nas décadas de 1930 a 1950, e do Pindaré entre 1960 e 1970. Ramificando-se pelas áreas de floresta, essas redes buscavam as “terras livres”, as “terras sem dono”. Segundo Velho (1972), por meio desses itinerários descontínuos constituiu-se um “campesinato marginal” (predomínio da unidade familiar e da produção de cereais) com feições completamente novas, pois separava o espaço de trabalho (os “centros”, onde se localizavam as roças, e as “terras desocupadas”)<sup>75</sup> da moradia (as beiras dos rios), ocupando o interior das matas antes mesmo das rodovias federais serem construídas. Tal argumento é reiterado pela análise de Almeida e Mourão (2017, p. 87) ao defenderem que “ao se absolutizar o “vazio”, ignorou-se o fato de que, antes do traçado das

---

<sup>75</sup> “Centros” é o nome dado a um tipo de agrupamento de pequenos trabalhadores rurais no interior da floresta, caracterizado pelo constante movimento provocado por vários enfrentamentos. Andrade (1973, p. 97) observa que “como a distância dos centros de população é grande e havia até recentemente perigo de ataques dos indígenas, procuravam os migrantes estabelecer-se em pequenos grupos, construindo as choupanas juntas ou próximas umas das outras, nos “aceros” da mata. Aos aglomerados assim formados chamavam de “centros”. Formou-se assim uma autêntica frente pioneira que atravessa vales e interflúvios, encontrando, às vezes, velhas cidades maranhenses, e destruindo as grandes florestas. As novas cidades construídas e os velhos aglomerados que atravessam dezenas de anos parados adquirem um grande desenvolvimento e um extraordinário movimento comercial por um curto período.

estradas, os camponeses já estavam localizados nas florestas, próximos aos “caminhos de gado” e às linhas de telégrafo, junto às picadas da Petrobrás na região noroeste do Maranhão”.

Personagens centrais na configuração das fronteiras internas do Maranhão, os migrantes nordestinos fundaram novos territórios e forjaram novas territorialidades, de modo que se configuraram em peças fundamentais no maquinário discursivo que moldou a ideia de um Maranhão grandioso, privilegiado de contrastes e que procurava se desvencilhar de um passado projetado pelo signo da falta, do atraso e da decadência.

No entanto, devo frisar que nos estudos historiográficos ainda seja reinante um tipo de olhar sobre o espaço maranhense fixado na representação do processo de (re)ocupação do Maranhão pelos não índios, por meio das frentes de penetração litorânea (século XVI) e pastoril (século XVIII). Nas versões que opõem os pares litoral/sertão residem lacunas a serem problematizadas e preenchidas, a despeito da heterogeneidade desse movimento de reterritorialização de vastas e variadas porções dessa espacialidade, principalmente no sentido leste/oeste. Desse modo, procuro projetar luz sobre algumas produções que, guardadas suas distintas temporalidades e metodologias, traçaram um quadro do fluxo migratório de nordestinos rumo à Amazônia maranhense a partir dos anos 1950 e 1970.

Nesse enquadramento, produções de cunho econômico como *Formação Econômica do Maranhão* (1988), de Bandeira Tribuzi, apontam a década de 1950 como um marco do processo de reestruturação fundiária do estado. Tal argumento se sustenta na expansão da lavoura de cereais, principalmente do arroz, motivada pelo “movimento de forma espontânea” de correntes migratórias “interestaduais e infraestaduais” que se deslocaram para as áreas de mata “partindo da margem esquerda do rio Itapecuru para os vales dos rios Mearim e Pindaré, Tocantins e Turi” (Tribuzi, 2011, p. 62). Na leitura de Tribuzi, foi de significativa importância para o aumento da migração nordestina e do incremento da produção agrícola a interligação rodoviária do país no final dos anos 1950, pois cortou o espaço maranhense, “rumo a Belém e a Amazônia interior, com rodovias que, do mesmo passo, ampliam a interação econômica do Maranhão-Nordeste/resto do Brasil; facilitam a imigração nordestina e tornam acessível a mão de obra rural a ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas” (Tribuzi, 2011, p. 61).

Luna (1987) assegura que nesse recorte temporal o território maranhense foi sendo conformado pela abertura de várias “frentes de expansão agrícola”, que partiam das áreas de colonização mais antiga, o vale do Itapecuru (Caxias, Codó, Coroatá, Pirapemas, entre outros), por conta do aumento do preço do aforamento das terras para as regiões do Mearim

(1940/1950)<sup>76</sup> e, logo depois, do Pindaré (1950/1960) (Luna, 1987, p. 4-5). As estratégias de luta pela terra dos chamados “posseiros” na região do Pindaré, focalizando o município de Santa Luzia, é o tema principal da pesquisa de Luna. De acordo com essa autora, o processo de ocupação das áreas recentes do Maranhão, a exemplo do Pindaré, deu-se em decorrência da disponibilidade de “terras livres” até o momento do desenrolar de intensos conflitos na região, provocados pela apropriação privada de terras por empresas privadas e pecuaristas (sulistas) nos anos 1960 e 1970: “A questão da terra passa a assumir, no final da década de 60, um caráter cada vez mais radical, na medida em que o confronto com o campesinato põe em jogo algumas das forças institucionais manipuladas para a efetivação da política agrária do estado” (Luna, 1987, p. 5).

De forma difusa e (re)inventando novos limites internos, as redes migratórias que afluíram para o oeste do Maranhão assumiram várias feições. Insere-se nesse contexto o movimento de caráter messiânico nomeado “bandeiras verdes”, que foi ricamente analisado por uma vasta literatura<sup>77</sup>. Representativo de parte importante da imagética de diversos segmentos sociais no Maranhão, Tocantins, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Pará, suas múltiplas vertentes se orientavam por uma profecia atribuída a padre Cícero, que anunciava a existência de um lugar de abundância de água e matas, situado no oeste, em uma zona de fronteira inexplorada e para onde deveriam se dirigir seus devotos durante a seca. Almeida (1995) diz que os deslocados seguiam “sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm” (Andrade, 1995, p. 93).

Em um dos raros estudos sobre as itinerâncias dos devotos de Padre Cícero na Amazônia maranhense, Andrade e Santos (2019) reconstituíram o processo de formação e as lutas internas de um “centro” localizado no território do rio Carú (microrregião Pindaré). A pesquisa realizada de 1979 a 1981 tratou das vivências e pontos de tensão da família de um “assituante” (o fundador de um “centro”), enfatizando os mecanismos de expulsão dos trabalhadores de suas terras, a organização e as regras de admissão na comunidade e suas

---

<sup>76</sup> No território do Mearim, Regina Luna (1987) identificou uma diversidade de categorias de trabalhadores rurais: arrendatários, sitiantes e pequenos produtores. Diversos contingentes populacionais que foram atraídos para o Mearim na primeira metade do século XX, nos anos 1960 migram para o Pindaré, principalmente por conta dos conflitos agrários que se acentuavam na região. Para Ferreira (2015, p. 263), a migração para o Mearim vai gradualmente se encerrando “no tempo em que a terra deixa de ser livre, no tempo em que o gado toma o espaço dos arrozais e babaçuais” e que a violência do grileiro e do próprio aparelho repressivo do estado expulsavam o trabalhador do campo.

<sup>77</sup> A relação entre o misticismo e a “migração espontânea” de nordestinos para a Amazônia Oriental foi explorada por diversos autores: Martins (1980, 1983, 1997, 1998), Sader (1986), Santos (1981), Velho (1987) e Vieira (1981, 1988, 1989).

itinerâncias. Os autores identificam que segmentos do Nordeste, ao adentrarem o Maranhão nos anos 1920, ocasionaram “profundas alterações nos preços do aforamento da terra, já que aumenta bruscamente a demanda por áreas de cultivo. Os pequenos agricultores maranhenses, não resistindo ao pagamento de elevados foros, começaram a migrar para áreas denominadas de *terras livres*” (Andrade; Santos, 2019, p. 35). Segundo eles, essa “frente maranhense” era uma ramificação da “frente nordestina”, que se uniu e se acentuou com novos fluxos migratórios em direção ao oeste nos anos 1960<sup>78</sup>.

Convém frisar que paralelamente aos deslocamentos ditos “espontâneos”, ao longo do século XX, também se destacaram experiências de colonização dirigida<sup>79</sup>. Em ritmo de “marcha para o Oeste”, foram projetadas durante o Estado Novo (Lei nº 3.059, de 14/2/1941) as chamadas colônias agrícolas nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Paraná, Piauí e Maranhão (Lenharo, 1986). Tais colônias visavam a fixação do cidadão brasileiro pobre em espaços racionalizados (Maia, 2012). No espaço maranhense foi instalada a Colônia Agrícola Nacional de Barra do Corda (Decreto nº 10.325/1942). Em parceria com o governo estadual e municipal, demarcou-se um perímetro de 340 mil hectares entre o Mearim e o Grajaú, um território de forte presença pastoril e intensos conflitos indígenas. A iniciativa pautou-se em um modelo de ocupação dos “espaços vazios” através da racionalização da agricultura, da regularização fundiária e da fixação do homem no campo. Direcionou-se para “moradores da própria região” e para “flagelados e retirantes das secas”, que juntamente com o lote e a moradia também teriam acesso a “*oficinas* para trabalhos diversos (...) postos de monta com reprodutores selecionados, instalação para beneficiamento de produtos e escolas primárias para alfabetização de todas as crianças” (Diário Oficial, 10 de junho de 1942, p. 4). Todavia, Ferreira (2008) e Araújo (2015) argumentam que a experiência não logrou êxito, sendo limitada pela carência de infraestrutura, pela demora na regularização das terras, pela falta de recursos da Divisão de Terras e Colonização, entre outros fatores.

Entre 1960 e 1970 outras ações colonizadoras palmilharam a Amazônia maranhense, reconfigurando o espaço geográfico, o mapa simbólico da região e o universo social de uma multiplicidade de sujeitos. Na senda do desbravamento imposto pelo aparelho de Estado arquitetou-se um modelo de colonização que foi se esquadrinhando ao longo das áreas abertas

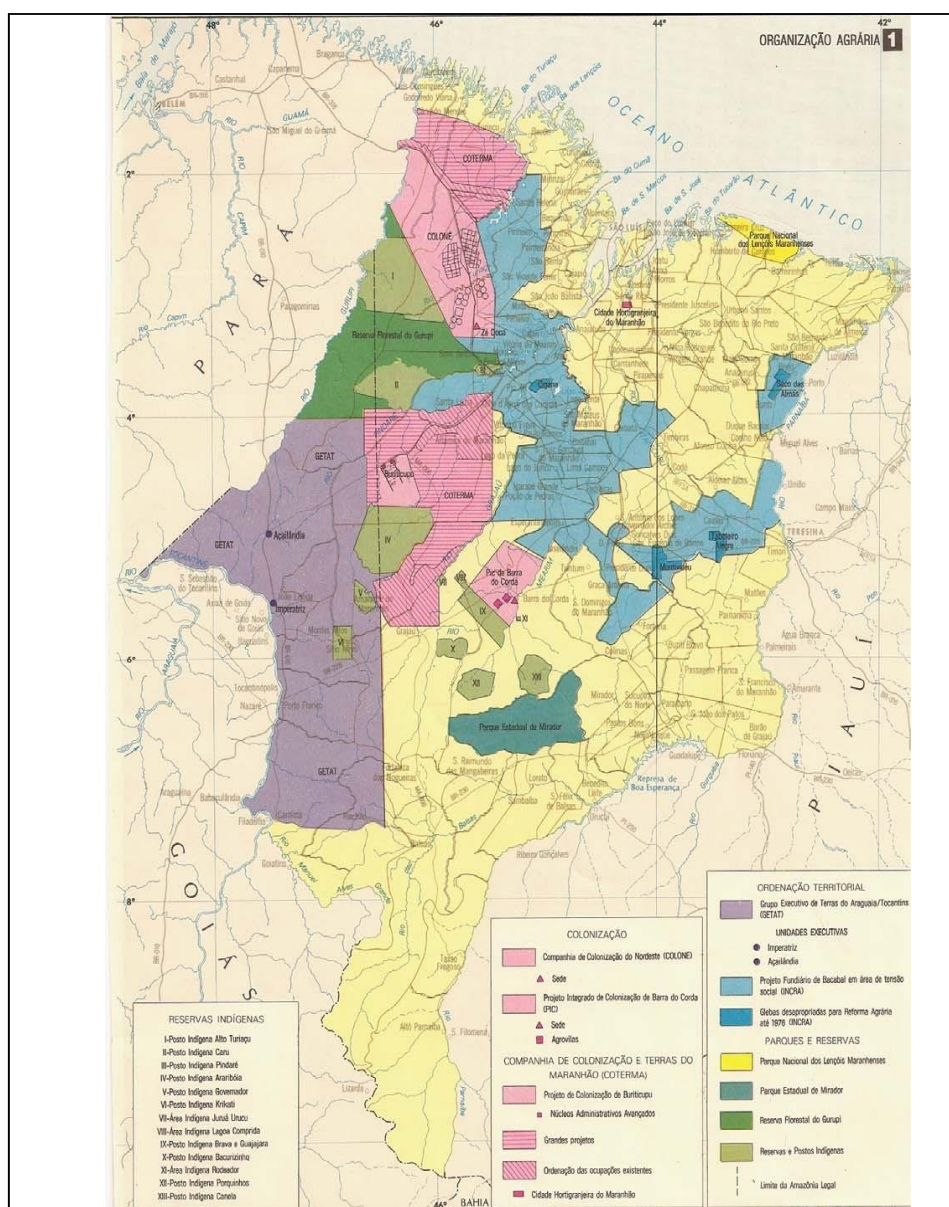
---

<sup>78</sup> O conceito de frente empregado pelos autores segue a linha definida por Martins (2009).

<sup>79</sup> No Maranhão, foi instalada a Colônia de Lima Campos, no município de Pedreiras (região do médio Mearim), em 1932. Seu objetivo era recepcionar a população migrante em decorrência da seca de 1932. Ferreira (2015, p. 79) assinala que nessa conjuntura “o estímulo a caridade pública e o apoio as ações assistencialistas do Estado firmam-se no argumento do migrante como bom trabalhador e da necessidade de braços para a agricultura nos ditos “espaços vazios” do território brasileiro”.

pelas novas rodovias federais (BR-316 e da BR-222). Nesse espaço/tempo, delineou-se uma busca recorrente por saberes e técnicas mais eficazes de controle do espaço, das populações migrantes e dos povos tradicionais. Nas narrativas oficiais, da imprensa e em várias produções acadêmicas, o movimento crescente de segmentos sociais tangidos pelas secas do Nordeste para o Maranhão e a grande disponibilidade de “terras virgens” são imagens que ajudam a configurar a representação do Maranhão amazônico como uma terra de possibilidades, de oportunidades e de grandezas incalculáveis. Conforme mostra o mapa abaixo, ao longo do século XX o Maranhão experimentou diversos programas de colonização que visavam ocupar os “espaços vazios” e regular as populações.

Figura 17 – Mapa das políticas territoriais implantadas no Maranhão entre 1942 a 1980



Fonte: Brasil (1984)

Nos capítulos que seguem direciono a objetiva para duas experiências de colonização dirigidas na microrregião do Pindaré entre os anos 1960 e 1970. A primeira, iniciada em 1961, que se estabeleceu no território do Alto Turi, sob a coordenação do governo federal através da Sudene e, posteriormente, com a parceria de agências internacionais e da Companhia de Colonização do Nordeste (Colone). O segundo projeto de colonização, de iniciativa estadual com apoio do governo federal, ocupou, ao longo da década de 1970, uma vasta porção do município de Santa Luzia e foi administrado pela Companhia Maranhense de Colonização (Comarco). Ambas as experiências são representativas de um amplo debate sobre a questão da reforma agrária no Brasil e se inseriram em um feixe de ações, programas e projetos que simbolizaram a racionalidade discursiva dos militares na Amazônia.

Convém dizer que a região do Pindaré tem a história contada pelos não índios a partir da instalação da Colônia de São Pedro de Alcântara, em 1849 (fundada com o objetivo de facilitar as navegações pelo rio e controlar os povos indígenas da região) e do estabelecimento do Engenho Central (1884) no auge da produção açucareira. Nesse ínterim, o território foi sendo ocupado por pessoas escravizadas e seus descendentes, populações indígenas e migrantes de diferentes segmentos do Nordeste e do Maranhão. É importante situar que até os anos 1950 aí existiam reduzidas concentrações populacionais, a exemplo dos municípios de Monção e de Pindaré-Mirim, que dependiam economicamente da navegação fluvial.

Com a ampliação da malha rodoviária, nos anos 1960, as redes de deslocados que afluíram para o vale do Pindaré, sobretudo cearenses, piauienses e maranhenses, reconfiguraram cenários e vivenciaram novos enfrentamentos. Trovão (1989) argumenta que com a implantação da rodovia Pará-Maranhão (BR-316), diversas correntes migratórias se estabeleceram nesse território, recriando a história dos começos de novas localidades como: Santa Luzia (1959), Santa Inês (1961) e Bom Jardim (1966).

Tais espaços urbanos se expandiram no bojo da política de exploração e (re)ocupação da Amazônia, dos governos militares, que tinha como discurso os ideais de desenvolvimento e integração nacional. Nessa perspectiva, o Maranhão, enquanto parte integrante da Amazônia Legal, foi palmilhado por um movimento migratório sem paralelo na história recente do país. As redes migratórias foram atraídas pela abertura das rodovias federais, os projetos de colonização e a implantação de grandes projetos de infraestrutura.

Devido à forte propaganda, a concessão de incentivos fiscais e a venda de terras a baixo custo, novos segmentos sociais do Centro-sul passaram a se fixar e investir na região. Nesse âmbito, o vale do Pindaré se tornou, entre 1960 e 1970, o epicentro dos conflitos fundiários no Maranhão, inserindo-se na rota da grilagem de terras com o apoio do aparelho

repressor do governo federal e estadual. Conforme sinaliza uma vasta produção intelectual: Luna (1987), Sader (1987), Trovão (1989) Almeida (2015) e Borges (2021), nessa parte do Maranhão se engendraram acirradas e violentas lutas e forte repressão aos trabalhadores rurais.

### 5.1 Pelos caminhos da colonização

Envolto em várias temporalidades, o termo colonização foi amplamente agenciado nos discursos governamentais. Na vigência da ditadura civil-militar, a política de colonização assumiu uma nova racionalidade, configurando-se em um dos principais vetores da intervenção dos militares na região amazônica. Conforme vem sinalizando antigas e mais recentes produções acadêmicas, diferentes projetos de colonização tiveram abrangência política, econômica e cultural no Mato Grosso, Pará, Rondônia e Maranhão<sup>80</sup>.

Ao tratar da temática da “colonização”, procuro lê-la como dispositivo de poder, no sentido dado por Agamben (2012), que, na esteira de Michael Foucault, designava dispositivo como um “conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato” (Agamben, 2012, p. 34-35). Nessa perspectiva teórica, entendo que a colonização se inscreveu em um jogo de poder que foi produzido e produziu uma rede de saberes, instituições, medidas administrativas, regulamentos, estruturas arquitetônicas e enunciados científicos.

No dizer de Guimaraes Neto (2018, p. 131), esse dispositivo de poder, através dos mais variados discursos, afirmava “a capacidade empresarial para desenvolver a Amazônia e dela fazer um mundo produtivo, humano e civilizado, em contraposição ao ambiente natural, concebido como selvagem”. Era uma discursividade que embora carregasse a positividade do discurso do progresso e da integração nacional, também traduzia “políticas de dominação nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro” (Guimarães Neto, 2005, p. 520).

Ao propagar a crença no progresso através da denominada “ocupação racional dos espaços vazios”, por meio dos excedentes populacionais de nordestinos, as falas governamentais produziram um tipo de narrativa que, por um lado, eclipsavam e ignoravam a presença e os modos de vida de diversas populações (indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de

---

<sup>80</sup> Sobre o tema da colonização no Mato Grosso ver Barrozo (2010, 2017), Ianni (1979), Joannoni Neto (2007), Guimarães Neto (2002, 2003, 2011), e no Pará, ver Pereira (2015) e Soares (2015, 2021).

coco babaçu, quilombolas) que habitavam os espaços amazônicos. E, por outro, procuravam redirecionar parcelas da população, majoritariamente nordestinos, que migravam em busca das áreas mais industrializadas e das oportunidades de emprego no Sul/Sudeste do país.

No tocante ao Maranhão, essa discursividade foi apropriada nos programas de vários governantes. Newton Bello (1961-1965), em mensagem à Assembleia Legislativa, em 1961, defendia a criação de um plano de colonização voltado para o desenvolvimento e o incremento populacional do estado. Seus objetivos eram suplantiar a baixa densidade demográfica e estimular o crescimento econômico através da transformação dessa espacialidade em fronteira agrícola capaz de atrair “excedentes demográficos do polígono da seca” e de “suprir o mercado consumidor do Nordeste com matérias primas e gêneros de subsistência” (Bello, 1961, p. 33-34). Juntamente com o projeto de incentivo à migração nordestina e com o intuito de promover “o cultivo racional da terra”, Bello conduziu uma política de colonização estrangeira com a implantação de Colônias Japonesas no vale do Itapecuru e nas regiões do Mearim e Pindaré durante a década de 1960.

Com a alternância do poder em 1965, José Sarney, que assumiu com o beneplácito dos militares e com grande apoio dos veículos de comunicação, iniciou um programa de governo ancorado na retórica do desenvolvimento e modernização do estado. Na composição do chamado “Maranhão Novo”, adotou como estratégia simbólica o discurso da moralização pública e das reformas, empreendendo um processo de modernização capitalista que reordenou as fronteiras do estado. Ao eleger o Maranhão Amazônico como eixo de captação de recursos e de investidores, representava essa porção do território por suas imensas riquezas naturais e “espaços vazios”. Ancorado no discurso da Integração Nacional, adotou como políticas de desenvolvimento a criação de infraestrutura, a exemplo da abertura de trajetos rodoviários que interligassem a capital com o interior, o Maranhão com o Nordeste/Amazônia, a reformulação da estrutura fundiária, a modernização da produção no campo e a defesa da ação colonizadora como melhor forma de ocupação das terras públicas.

Através da imprensa e da retórica governamental agenciava-se um discurso da abundância/escassez para, de um lado, justificar a grandeza do território, a fertilidade de suas terras e sua vocação agrícola, e, de outro, representá-lo pela falta de investimentos e de mão de obra etc. Nesse afã, mobilizavam-se representações que ao mesmo tempo forjavam o espaço maranhense como uma “fonte inesgotável de riqueza” e como um território que estava muito aquém de suas reais capacidades de crescimento econômico. Essa construção imagética da “terra da abundância” se encontrava irmanada com o discurso da falta (de mão de obra, de oportunidades, de investimentos e de infraestrutura). Nessas imagens se encontrava o eco do

“discurso da decadência”, bastante evocado por toda uma produção intelectual que desde os primórdios do século XX produziu interpretações acerca da realidade maranhense<sup>81</sup>.

Em seus mais variados matizes, nesse capítulo procuro mostrar como o dispositivo colonização foi apropriado pela racionalidade governamental para projetar o Maranhão amazônico como forma de alavancar o desenvolvimento e o progresso da região e inseri-lo no rol dos grandes estados da federação. Para isso, acionou-se uma série de enunciados: a mobilidade da fronteira, o alargamento espacial, a incorporação de vastas “áreas vazias”, o aproveitamento e a condução dos contingentes populacionais de nordestinos e a venda de grandes extensões de terra para a iniciativa privada.

Convém frisar que nesse âmbito a questão agrária tomou caminhos variados, dividiu opiniões e, em meio a um jogo de forças, os militares reformularam a legislação fundiária do país através do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964). Esse dispositivo legal visava regulamentar a reforma agrária e estabelecer as instituições que conduziriam o projeto de desenvolvimento rural a ser implementado no território nacional. Na leitura de Castelo Branco, o estatuto efetivaria um modelo de reforma agrária “livre dos radicalismos demagógicos” e capaz de promover a justiça social no campo e contribuir para o desenvolvimento econômico do país (Castelo Branco, 1964, p. 53). No entanto, subjacente a esse discurso, o primeiro governo da ditadura pressionou os movimentos no campo, intervindo em sindicatos rurais, fechando ligas camponesas, perseguindo e prendendo lideranças sindicais (Ianni, 1979).

Além disso, o dispositivo legal objetivava disciplinar o uso da terra e indicar as mudanças que gerariam a modernização do campo, “transformando uma demanda genérica, fortemente distributivista, em outra demanda, alinhada com a visão desenvolvimentista dos militares e das forças e entidades civis que lhes deram apoio” (Medeiros, 2019, p. 220). De tal modo, que foram criadas duas instituições para gerir o processo: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), subordinado ao Ministério da Agricultura, e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), subordinado à Presidência da República, sendo ambas as instituições presididas por membros escolhidos dos quadros dos IPES.

Mesmo não sendo consenso entre os militares e havendo disputas quanto às possibilidades de redistribuição de terras, a política de colonização norteou a política fundiária dos governos militares. O artigo 4º, IX, do Estatuto da Terra, nomeava colonização como “toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (Brasil, 1964). A

---

<sup>81</sup> Sobre o discurso da decadência do Maranhão ver Almeida (2008) e Martins (2006).

despeito da colonização oficial, o artigo 55 assegurava que era do poder público a responsabilidade pelo recrutamento e seleção de “pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos”. E o artigo 56 determinava que as áreas para colonização deveriam ser “terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo” (Brasil, 1964).

O Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, regulamentou a parte do Estatuto relativa à colonização e ampliou o conceito:

Art. 5º. Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas (Brasil, 1966, [n.p.]).

Além de regulamentar a colonização oficial dirigida pelo aparelho do Estado, e a particular pela iniciativa privada, numa dimensão maior o princípio norteador do amplo programa de colonização gerenciado pelo duplo estado/empresariado era o da reforma agrária. Entretanto, o conjunto de planos e programas criados durante a permanência do regime civil-militar serviu para plasmar e intervir nos conflitos sociais, controlando a distribuição de terras e as populações rurais sem, contudo, alterar a estrutura fundiária do país.

Ianni (1979) é categórico ao dizer que o que se desenhou no Brasil a partir de 1964 foi uma “contra-reforma agrária”, dado que ao se eleger a colonização dirigida como estratégia de intervenção, marginalizou-se e buscou-se controlar as práticas de ocupação ditas espontâneas, que ocorriam à revelia das políticas governamentais. Para ele, havia um duplo movimento que tanto limitou e ordenou a distribuição de terras em áreas específicas e reduzidas da Amazônia quanto induziu, estimulou, favoreceu e legitimou a exploração fundiária pela iniciativa privada.

Nesse capítulo, debruço-me sobre a experiência colonizadora executada pela Sudene no início da década de 1960 nos chamados “vales úmidos” do Pindaré, especificamente no território do Alto Turi. Para tal, utilizo um conjunto diverso de fontes oficiais (planos, programas, pronunciamentos, leis, decretos, relatórios produzidos pelo governo e pela Sudene/Colone) e fontes jornalísticas.

Os planejadores, ao procurarem desbravar e incorporar um espaço visto como inóspito, pouco conhecido, difícil de penetrar, carente de estudos cartográficos e insalubre lançavam-se na aventura de “ocupar e povoar” a vastidão de “terras virgens” do oeste maranhense, espaço representado por suas riquezas insondáveis e terras em abundância. No decorrer das décadas de

1960 e 1970 tal empreendimento se tornou uma aventura ousada, onerosa, insalubre e malsucedida.

## 5.2 O Projeto de Colonização do Alto Turi (PCAT)

Em 1958, o Nordeste vivenciava um período de grande instabilidade política. De um lado, a maioria dos estados da região foram atingidos por uma grande seca, que exigia novos investimentos em políticas públicas; e, de outro, as Ligas Camponesas avançavam na luta pela reforma agrária, elegendo dois governadores de oposição: na Bahia e em Pernambuco. Nesse ínterim, uma grande estiagem assumiu protagonismo nas matérias jornalísticas e acirrou o debate político.

O drama dos flagelados, a fome, a pobreza e o êxodo rural eram estampados nas páginas dos jornais, evidenciando temas latentes no país, como a questão fundiária e as políticas públicas empregadas para solucionar o problema da seca, a exemplo dos vultosos programas e ações de órgãos públicos responsáveis pelo combate à seca<sup>82</sup>. Vale ressaltar que nos anos 1950 o discurso sobre a modernização desenvolvimentista, que tinha como foco o combate ao subdesenvolvimento estrutural do Brasil, somava-se ao debate sobre política migratória, especialmente a mobilidade espacial dos nordestinos que se deslocavam para as frentes de trabalho na construção de Brasília e em direção ao chamado “sul maravilha”. A partir de então, nota-se uma mudança de enfoque no problema migratório, substituindo-se a ótica do assistencialismo pelo desenvolvimento regional (Delgado, 2007).

Tornava-se imprescindível reorganizar os saberes e reformular os mecanismos e práticas de intervenção no território. Nesse cenário convulsivo, Juscelino Kubistchek instituiu, em 1959, a chamada “Operação Nordeste”, em referência a um conjunto de ações que visavam sanar o dito atraso do Nordeste através do planejamento e do desenvolvimento regional. Sob a coordenação do economista Celso Furtado<sup>83</sup> foi criado o Grupo de Trabalho para o

---

<sup>82</sup> Nesse contexto, Carvalho (1987) chama atenção para a crise política que se formou em torno da atuação de órgãos como o DNOCS, em que pese as críticas de corrupção, de ineficiência de obras públicas e de uma série de irregularidades na administração. Além disso, nota-se o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais que pressionavam por reformas na estrutura fundiária, a exemplo das Ligas Camponesas, que ganhavam espaço no estado de Pernambuco, ao defenderem a luta pela terra, a organização e assistência jurídica aos trabalhadores rurais.

<sup>83</sup> Celso Furtado foi membro da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e integrava a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). A criação da Operação Nordeste e sua atuação na Sudene de 1959 a 1964 foi tensionada por críticas à sua pretensa filiação ideológica comunista e à sua visão da reforma agrária. Como observa Pinto (2020, p. 77): “Todas as etapas para aprovação legislativa junto ao Congresso Nacional de matérias da Sudene, como a sua lei de criação (Lei nº 3.692/1959), a Lei de Irrigação (Projeto de Lei 882/1959) e o Primeiro Plano Diretor (Lei nº 3.995/1961), foram seguidas por fortes ataques de adversários

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>84</sup>, cujas metas eram redefinir as políticas públicas para o Nordeste e deslocar o olhar sobre a seca, que, dada a ler a partir de explicações naturais, passava a ser lida por uma abordagem econômica. Desse modo, o espaço nordestino surge, pelo olhar técnico dos planejadores, como fruto do subdesenvolvimento regional. O relatório nomeado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” apresentou um diagnóstico do quadro econômico da região, elencando um conjunto de medidas que objetivavam a superação do que denominavam de atraso.

Nesse esforço de ação e em meio a muitas controvérsias e críticas, constituiu-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, uma agência responsável pela centralização dos recursos federais no Nordeste e pelas diretrizes norteadoras da política de desenvolvimento regional<sup>85</sup>. Havia grande suspeição e muita resistência à criação da Sudene, sobretudo por parte das elites nordestinas, temerosas em perder seus espaços de poder (manejo de verbas e obras públicas, concessão de favores etc.). No congresso Nacional, vozes dissonantes como a do senador paraibano Argemiro Figueiredo (PTB), grande defensor da “solução hidráulica” para o Nordeste, evidenciavam uma suposta vinculação ideológica do projeto de Furtado com o comunismo. Em um de seus discursos, Figueiredo afirmara: “Assim prossegue a dança fatal sobre o abismo! Se a missão do sr. Celso Furtado é promover a rebelião das massas camponesas, levar os nordestinos ao desespero, semear a fome na região, comunizar o Nordeste e o Brasil, rendamos homenagens ao grande artista que soube hipnotizar dois governos” (Freire D’Aguiar, 2009, p. 15).

Ainda que o debate sobre a questão agrária tenha sido escamoteado durante o período que antecedeu o golpe civil-militar, a ação da Sudene esteve diretamente vinculada às diretrizes propostas pela GTDN, note-se as prerrogativas que orientaram seus quatro Planos Diretores. O I Plano Diretor (1961-1963) foi apresentado à sociedade brasileira em nome de um grande

---

da Sudene, de Furtado, e do próprio governo Kubitschek, principalmente na figura de governadores e deputados nordestinos”. Com o golpe civil-militar, Celso Furtado foi afastado da administração do órgão e teve seus direitos políticos cassados.

<sup>84</sup> O GTDN foi substituído pelo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), órgão pertencente à Presidência da República, com sede no Recife, do qual faziam parte os nove governadores, com o mesmo poder de voto. A ideia do conselho era dar andamento nas ações do governo federal até o projeto de criação da Sudene ser aprovado pelo Congresso Nacional.

<sup>85</sup> De natureza autárquica, a Sudene equiparava-se institucionalmente a um Ministério e respondia diretamente à Presidência da República. Era composta por uma Secretaria Executiva, um Conselho Deliberativo que tinha caráter político, pois reunia alguns Ministros, os nove governadores da região Nordeste e o de Minas Gerais (Sudene, 1966a). O artigo 2º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, definia que a finalidade da Sudene era: “a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira no Nordeste” (Brasil, 1959).

esforço federal para desenvolver o Nordeste, direcionando o planejamento regional para algumas frentes: investimento em infraestrutura (transportes, produção de energia elétrica, abastecimento de água e irrigação do semiárido), reestruturação econômica do meio rural (da zona úmida e na caatinga), ampliação da oferta de empregos, pesquisa e conhecimento técnico, assistência médico-sanitária, deslocamento da fronteira agrícola para áreas vistas como “subutilizadas” e colonização (Sudene, 1966a).

Em síntese, ao se deslocar o discurso regional do enfoque assistencialista para a promoção do desenvolvimento econômico, visava-se reduzir as disparidades de um Nordeste empobrecido em relação ao “sul maravilha”. Outrossim, as migrações, ao serem vistas com preocupação pelo poder público, passavam a ter centralidade nos planos de desenvolvimento da Sudene, o que significa dizer que para solucionar seus problemas estruturais era crucial resolver a questão dos deslocamentos de nordestinos (Póvoa Neto, 1995).

Para Almeida (2015), o discurso da intervenção espacial, política, econômica e social proposto por essa instituição apoiava-se na relação entre a elevação da taxa de densidade demográfica e a impossibilidade de absorção de amplas camadas de trabalhadores rurais pela estrutura agrária do Nordeste. É neste enquadramento que se destaca o lugar que o Estado do Maranhão procurou galgar nesta nova configuração política, econômica e cultural. Sua posição fronteiriça, entre o Nordeste e a Amazônia, largamente reforçada nos discursos oficiais e da imprensa, permitiu-lhe disputar uma posição-chave na luta por espaços de poder e no diagrama de forças que orbitava em torno da nova agência.

Em pronunciamento a Assembleia Legislativa do Maranhão, em 1959, o governador Mattos Carvalho relatava que a inclusão do Maranhão na “Operação Nordeste” foi uma reivindicação de seu governo, tendo em vista sua capacidade “para suprir as deficiências de toda a região compreendida no Polígono das secas” (Carvalho, 1959, p. 16). Em seu discurso, os binômios abundância/falta são acionados para elencar os obstáculos que impossibilitavam a arrancada do Maranhão rumo ao progresso, em que pese a crise provocada pelos enfrentamentos entre “vitorinistas” e as Oposições Coligadas, que tumultuaram o cenário político estadual, a carência de recursos financeiros e a falta de excedente populacional.

Nessa arena de luta, Mattos Carvalho propunha um “Plano de recuperação econômica do estado” focado na produção agropecuária, na racionalização da lavoura, na industrialização do babaçu e na criação de um plano de colonização às margens das rodovias em construção no território e o aproveitamento dos excedentes populacionais do Nordeste.

Durante a Conferência dos Governadores do Nordeste, convocada por JK em 16 de fevereiro de 1959, Mattos Carvalho proferiu um discurso intitulado “O Maranhão em face dos

problemas das secas do Nordeste”, no qual procurava sedimentar a imagem desse território como a “Canãa dos nordestinos”:

O Maranhão possui condições naturais para suprir as deficiências do Nordeste ocasionadas pela seca. Situado como esta, entre a região amazônica e as terras semiáridas dos estados Nordestinos, não é, contudo, atingido pelas frequentes inundações nem pelas prolongadas estiagens que, a curtos intervalos, tamanhos sofrimentos causam aos seus vizinhos. É, como se vê, o ponto de equilíbrio de duas regiões.

Seu território, compreendendo uma área de 356 mil quilômetros quadrados, constitui-se de excelentes terras lavradas e de extensos campos próprios para a criação de gado - aqueles e estes, na sua maior parte, perenemente regados por abundantes cursos d’água.

Uma rede hidrográfica, traçada como que a capricho, liga sua capital, em todas as direções, as mais distantes regiões geoeconômicas do Estado.

Considerável é sua riqueza florestal e opulento o seu subsolo. Há ouro na zona do Nordeste, cobre no Grajaú, xisto betuminoso no Codó e bauxita em abundantes jazidas, na ilha de Trauhira e no vale do Gurupi.

Tem sido por tudo isso a Canãa dos nordestinos, sempre que estes se sentem fustigados pela seca.

Com efeito, todas as vezes que a calamidade se anuncia, é para aqui que os retirantes, por si mesmos, antes de qualquer providência do governo, se encaminham.

Agora mesmo, sem qualquer intervenção do poder público, mais de cento e vinte mil famílias, precedentes do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba acabam de situar-se nas férteis terras do vale do Mearim e do Pindaré, para onde se dirigiram tangidos pela seca do ano passado (Carvalho, 1959, [n.p.], grifo nosso).

Ao inventariar as riquezas do Maranhão (fertilidade do solo, hidrografia, florestas, minérios) esse governante reforçava sua natureza privilegiada, sua posição geográfica singular, sua aptidão agrícola e sua competência para “prover de viveres” os estados atingidos pela seca. Seu discurso ajuda a imprimir um cenário mítico, a “Canãa do Nordeste”, para onde acorriam as populações desoladas pela estiagem, pois “sempre mereceu a preferência dos retirantes das secas passadas, e que possui terras devolutas em abundância, à espera de braços para cultivá-las” (Carvalho, 1959, [n.p.]). Um lugar rico e de imensos vazios, onde existiam “regiões quase desabitadas, além de outras que permaneciam desconhecidas, como as que se situam nas nascentes dos rios Turiaçu e Gurupi, ao noroeste do Estado, ensombradas em extensas florestas que se conservam virgens” (Carvalho, 1959, [n.p.]).

Bandeira Tribuzi estimava que com a seca de 1958 teriam entrado no Maranhão aproximadamente 700 mil migrantes, ocasionando, entre as décadas de 1950 e 60 o crescimento demográfico de vários municípios (Pindaré, Bacabal e Imperatriz) (Itapary, 2017). Nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Dia*, várias reportagens relatavam as experiências-limites dos chamados retirantes, que se amontoavam pelas estradas, que participavam de saques e de

invasões de cidades pelo interior do Nordeste. Também se dava conta das “multidões de flagelados” que afluíam para São Luís, tornando-se alvos dos dispositivos de poder que produziam falas veiculadas pela imprensa que corroboravam o medo da desordem social, da criminalidade e o incômodo com as imagens da fome, da miséria, das doenças e a preocupação com a estética urbana (Ferreira, 2015).

Outras matérias repercutiam a rota dos migrantes para o interior do estado, em busca das “terras úmidas” do Mearim e do Pindaré. Uma reportagem veiculada pelo *Correio da Manhã*, intitulada “Paus de arara no Eldorado da chuva,” era repostada pelo *O Imparcial* e abordava a saga dos “flagelados” pelas estradas do interior, na direção das plantações de arroz do Mearim: “Todos os dias caminhões despejam no Maranhão centenas de nordestinos empoeirados que trocam a terra natal por outra onde se possa viver sem a eterna espera da estiagem que desmonta anos de esforço e trabalho” (*O Imparcial*, 9/7/1958, [n.p.]).

Apesar das imagens chocantes e das representações que infligiam medo aos moradores das cidades, ao longo da década de 1950 e 1960 os discursos oficiais eram majoritariamente favoráveis à migração de nordestinos para o Maranhão. Na retórica oficial produziam-se representações do nordestino pelos ideais de bravura, de coragem e do trabalho, evidenciando a defesa da mão de obra migrante para suprir a “falta de braços” que o Maranhão tanto carecia, a fim de atender sua vocação agrícola.

Entretanto, deslocar esses contingentes populacionais em direção aos “vazios” do território maranhense exigia ajustar e regular seus movimentos:

Fustigados pela calamidade climática das secas, milhares de flagelados nordestinos penetram, atualmente, no Maranhão, instalando-se nos vales do Mearim e Pindaré e em outras férteis regiões do Estado, onde se entregam ao cultivo da terra e a extração do babaçu. Seu trabalho, entretanto, seria de muito maior rentabilidade se o governo organizasse um vasto serviço de colonização do Estado mediante o aproveitamento dos excedentes populacionais do Nordeste, distribuindo racionalmente, os imigrantes, em núcleos coloniais onde lhes fossem ministrados assistência técnica e sanitária (Carvalho, 1959, p. 13-14).

Enredado nessa trama discursiva, o plano de colonização proposto pela Sudene trazia a possibilidade de captar recursos federais para ocupar uma imensidão de terras vistas como desaproveitadas, mas com potencial de produção capaz de suprir de víveres os demais estados do Nordeste; e de estimular uma migração subvencionada e controlada pelo aparelho de Estado.

Nos termos do governador Mattos Carvalho:

O Maranhão, por sua posição geográfica e por sua riqueza em terras cultiváveis, é o que maiores vantagens oferece para atendê-lo.

Esse atendimento consistirá em pôr-se à disposição do plano que se elaborar para o desenvolvimento do Nordeste, as terras que forem necessárias à localização dos excedentes populacionais que se tiverem que se deslocar para o território maranhense, e em aumentar a produção do Estado, na parte referente a gêneros alimentícios, a fim de poder satisfazer as necessidades máximas dos nordestinos. No que tange à primeira dessas duas providências oferece, desde já, o Governo do Estado as terras do patrimônio estadual que se tornaram indispensáveis ao serviço de colonização (Carvalho, 1959, [n.p.]).

Dito isso, ao se eleger “as terras úmidas” do Maranhão para a implantação da ação colonizadora, coube ao governo estadual demarcar o perímetro do projeto experimental e planejado de assentamento rural. Por meio de levantamentos preliminares delimitou-se um perímetro de aproximadamente 30.065km<sup>2</sup>, entre o vale do Pindaré e o Alto Turi<sup>86</sup>, situado nas imediações da antiga BR-22 (atual BR-316). Importante lembrar que até 1960 o acesso a essa porção do Maranhão ainda dependia da navegação fluvial e das veredas e trilhas abertas na mata, a exemplo das picadas criadas em meados de 1950 pela Petrobras e pela rede de fios telegráficos que ligavam São Luís ao estado de Goiás (Trovão, 1989).

Em novembro de 1961 Celso Furtado, superintendente da Sudene, acompanhado do embaixador norte-americano Mervin Mohans, representante do programa “Aliança para o Progresso”, do governo de John F. Kennedy, e uma comitiva de técnicos foram recepcionados com honras e homenagens pelo governador Newton Bello e, logo depois, dirigiram-se “para a selva do Pindaré”. Em entrevista concedida a *O Imparcial* durante a visita de reconhecimento da região do Alto Turi, Furtado exaltou a qualidade das terras maranhenses e anunciou a criação de um projeto piloto que daria início à transferência de milhares de nordestinos para a amazônia maranhense.

O Dr Celso Furtado disse inicialmente que o nordestino, cujo número se elevará até um milhão de pessoas, será localizado de preferência em todo o curso da BR-22 onde já existem cerca de 30.000. A localização desse pessoal, segundo adiantou, terá início nos primeiros dias de dezembro, quando a SUDENE estará montando e aparelhando um posto de controle, com técnicos, máquinas e tudo mais que se fizer necessário (*O Imparcial*, 24/11/1961, [n.p.]).

O I Plano Diretor da Sudene norteou o texto que originou o Projeto de Povoamento do Maranhão (PPM), cujo objetivo era:

---

<sup>86</sup> A região do Alto Turi maranhense está situada na Amazônia maranhense na área de influência do rio Turiaçu, com predomínio do bioma amazônico e pouca presença do cerrado. Os municípios que a compõem atualmente são: Araguaia, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, além de outros municípios vizinhos que compõem a microrregião do Pindaré. A extensão territorial total do Alto Turi maranhense é de 8.185km<sup>2</sup>. Seu processo de ocupação pelos não índios ocorreu por volta da década de 1940, com a abertura da linha telegráfica em direção a Maracaçumé, e se acentuou entre 1959-1960 no entorno das veredas abertas na construção da BR-316.

Colocar em terras do Maranhão, no período de 1961-1963, vinte e cinco mil nordestinos. Considerando-se uma família média de 4 pessoas, significa a transferência de 6.250 famílias para as quais importa criar, senão de imediato, pelo menos potencialmente melhores condições de vida do que as vigentes em seus lugares de origem. Esses migrantes serão frequentemente de zona semi-árida do Nordeste oriental (Sudene, 1966a, p. 242).

Tal projeto tinha como parâmetro um modelo de produção familiar e de ocupação ordenada e racional das ditas “terras devolutas”. Interessava, portanto, investir na produção agrícola, no deslocamento e fixação dos denominados “colonos”, na assistência social, educacional e médico-sanitária. Para coordenar as ações de transferência dos trabalhadores rurais do semiárido nordestino para o oeste maranhense constituiu-se o Grupo Interestadual de Povoamento do Maranhão (GIPM).

O aparato de cunho intervencionista da Sudene ramificava-se em ações que visavam planejar, supervisionar e executar o deslocamento dos segmentos sociais para o território em pauta. Os agentes estatais estabeleciam critérios de seletividade para as áreas de recrutamento e para as famílias selecionadas (números de membros e faixa etária), garantiam o transporte de seus locais de origem até os núcleos de colonização, providenciavam instalações e acomodações para os recém-chegados. Ademais, assumiam a responsabilidade na abertura de estradas vicinais e poços artesianos, na distribuição de sementes e fornecimento de equipamentos agrícolas, na capacitação profissional, na assistência técnica e na criação de uma estrutura médico-sanitária (Sudene, 1972).

Na literatura que se notabilizou pelos estudos sobre a temática agrária no Maranhão, o plano de viabilização da fixação do migrante e de efetivação do programa de colonização dirigida é comumente dividido em duas etapas: de 1962 a 1972, quando o GIPM coordenou sua implantação; e a partir de 1972 até meados de 1990, na fase de reestruturação do projeto com intervenção de agências internacionais e a criação da Companhia de Colonização do Nordeste até o encerramento da iniciativa.

Nos primórdios dos anos 1960, enquanto o vale do Pindaré já se configurava em palco de lutas e tensões entre trabalhadores rurais, pecuaristas e o aparelho repressivo, a ação da Sudene era alvo de uma série de disputas políticas, de polêmicas e críticas que impactaram na execução do projeto de colonização na Amazônia maranhense. Durante a assinatura de convênio no setor de saúde, com a “Aliança para o Progresso”, Newton Bello fez uma fala incisiva criticando a morosidade do projeto: “A SUDENE planeja muito e não faz nada” (Jornal do Dia, 19/12/1962, [n.p.]). Nos periódicos da capital, dava-se projeção aos entraves que retardavam o cumprimento do planejamento inicial, como as contendas políticas, o

desconhecimento da área, a falta de recursos financeiros e a ausência de meios de comunicação e transporte.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos técnicos do órgão, o *Jornal do Dia* também destacou as crendices no meio rural e a questão sanitária:

Mas tudo começou do nada porque até mesmo superstições locais a turma da Sudene teve que transpor inclusive cruzeiros eram colocadas as portas para seus moradores ficassem livres daquela gente da (Campanha de erradicação da malária) supostamente imaginados como o anticristo sendo necessária a vinda de treinadora especial para preparar um grupo destinado a convencer os moradores dos centros do Pindaré e Turi da necessidade de tal saneamento (Jornal do Dia, 30/1/1963, [n.p.]).

Em um dos relatórios apresentados pela comissão técnica, as dificuldades impostas pela própria natureza, a falta de infraestrutura na região, entre outros fatores, foram apontados como obstáculos ao cumprimento das metas estabelecidas no projeto inicial:

Devido as dificuldades inerentes da própria região da mata, carente de meios de transporte e comunicações e inverno rigorosíssimo - falhas no planejamento operacional, deficiência de pessoal capaz e experiente, falta de um melhor apoio e interesse por parte da SUDENE e inversão de objetivos por parte da direção do projeto, muito pouco se fez do que foi programado para o ano zero e muito menos ainda para a segunda fase (Sudene, 1968a, [n.p.]).

De 1962 a 1965, segundo Arcangeli (1987), devido ao desconhecimento da região, as ações se centraram em estudos preliminares acerca do espaço natural (levantamentos cartográficos, produção de material aero fotográfico, mapeamento dos recursos naturais) e da população (censos, cadastramento). Superada a etapa de reconhecimento do Alto Turi, somente em 1967 foram iniciadas as obras dos primeiros nucleamentos. Nessa fase experimental, sobressaiu-se o esforço na construção de uma infraestrutura básica para recepcionar a população migrante (perfuração de poços, construção de galpões, postos agrícolas, escolas, abertura de estradas vicinais, aquisição de maquinário) e muito pouco teria sido feito no campo da assistência social (Sudene, 1966).

Nesse ínterim, os relatórios da Sudene mencionam que durante a demarcação dos loteamentos ocorreram disputas pela posse da terra na região. Conforme sinalizava o relatório das atividades de 1963, “inescrupulosos comerciantes de arroz mandavam que os lavradores invadissem os lotes que estavam sendo distribuídos”, cabendo ao órgão indenizar os trabalhadores pelos serviços já realizados nas terras, de maneira que “perdeu-se tempo e mesmo vários lote já não puderam ser mais aproveitados (Sudene, 1963, p. 47). Os relatórios também assinalavam que “o custo alto do projeto”, a “extensa máquina burocrática”, os altos gastos com

o funcionalismo e as distâncias que separavam os técnicos da administração central foram condicionantes para o não cumprimento das metas e diretrizes traçadas pelo PPM.

Os entraves elencados pelo corpo técnico da agência e a morosidade na condução do programa foram argumentos fundamentais para a intervenção nos trabalhos desenvolvidos pela Sudene. Por conta disso, a partir de 1968 buscou-se parcerias e acordos com organizações internacionais como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a *US Agency for International Development* (USAID) e a *Overseas Development Administration* (ODA).

Importante ressaltar o papel dessas e de outras agências internacionais, como a *United Nations Children's Fund* (Unicef) na Amazônia. A realização de estudos sobre a alimentação e reservas florestais, e o estímulo à criação de uma indústria madeireira foram traços marcantes na atuação dessas instituições. A perspectiva de agências como a FAO era a possibilidade de modificar, via pesquisa, um dos maiores problemas amazônicos: a agricultura exclusivamente extrativista e limitadora da formação de um mercado consumidor e os hábitos alimentares da população. Em relatório ao governo brasileiro, o corpo técnico ressaltava a necessidade de criar e desenvolver pastagens, pois defendia-se que o incentivo à pecuária também contribuiria para diversificar a alimentação do homem amazônico que era pobre em carne, leite e queijos (Andrade, 2011).

Com essa perspectiva, o Maranhão recebeu, em agosto de 1970, a visita de uma equipe de consultoria inglesa. O *Jornal do Dia* noticiou a chegada desses técnicos na região do Alto Turi:

O Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE, com a colaboração da Overseas Development Ministry, da Inglaterra, iniciou os estudos visando a instalação do Projeto Pioneiro de Colonização do rio Turiaçu, no Maranhão, beneficiando-se 5 mil famílias daquela área. Já se encontra na Região o técnico J C Collins, que chefiava a missão inglesa formada por técnicos do Ministério Inglês e da Hastings Technical Services) e demais membros da missão que chegarão por etapa, a medida que forem necessários seus serviços profissionais (*Jornal do Dia*, 19/8/1970, [n.p.]).

“Missão inglesa” foi o termo adotado para nomear a equipe de profissionais que chegou à área do programa para realizar um estudo de viabilidade econômica e potencial agrícola, cujo objetivo era justificar o investimento do BIRD no projeto. Conforme sinalizava o matutino, o trabalho dos técnicos ocorreu em várias etapas, com a participação de diversos consultores (florestal, pecuária e solo) e através de convênio com a Sudene e Sudam. Após a conclusão do relatório, em 1971 foi autorizada a concessão de empréstimo estrangeiro ao governo brasileiro.

Em contrapartida, exigia-se a reestruturação do programa de colonização e a criação de uma empresa de capital misto, a Colone, que foi instituída conforme escritura pública lavrada em 19 de maio de 1975. Sua principal finalidade era coordenar, com o auxílio da Sudene, as políticas de colonização no Alto Turi. Sobre essa companhia, *O Imparcial* registrou que ela atuaria em uma “região completamente inexplorada” e abandonada, um “vasio econômico a margem da quadra de integração e desenvolvimento por que ora atravessa o país” (*O Imparcial*, 25/5/1972, [n.p.]).

A intervenção da Colone consagrou uma nova fase do programa de colonização do Alto Turi. De acordo com o que mostra a Proposição de nº 13/72, do Conselho Deliberativo da Sudene, a companhia incorporou o patrimônio dessa superintendência, o acervo físico (máquinas, benfeitorias, veículos, equipamentos etc.) e técnico (Codeno, PRO\_013\_72). Participavam do capital da empresa a Sudene, acionista majoritária, o Banco do Nordeste (BNB), o Incra e o Estado do Maranhão (Codeno, RES\_06709\_1972).

Com a meta de assentar 5.200 famílias até 1976, cabia à empresa acompanhar os loteamentos, garantir o transporte dos colonos, controlar a circulação de sujeitos, fornecer assistência técnica, executar programas educacionais, medidas higienistas e de saúde, apoiar o cooperativismo e a organização do trabalho, incentivar a qualidade de vida do colono e regularizar a produção (Lima Júnior, 1987).

A experiência colonizadora da Sudene no Maranhão foi encarada como um “laboratório” para a política de colonização engendrada na Amazônia a partir de 1970. Desse modo, para se impor e se consolidar, a empresa colonizadora seguiu à risca o discurso oficial dos militares, apropriando-se das diversas políticas e mecanismos regulatórios como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND)<sup>87</sup>, os Planos Diretores da Sudene, o Estatuto da Terra de 1964, o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA)<sup>88</sup> e o Plano de Irrigação do

---

<sup>87</sup> O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), instituído através da Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, foi o principal condutor do discurso da modernização, do desenvolvimento econômico e da integração nacional. Levando a efeito o discurso do “integrar para desenvolver”, o plano confluía uma variedade de táticas de ingerência no Nordeste e na Amazônia. De acordo com o IPND, a integração se realizaria, principalmente: “- com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de articulação com as demais regiões; com uma rede de aeroportos de função estratégica, notadamente o aeroporto internacional de Manaus; com medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul; com a instalação, já quase ultimada, de dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; com a cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão; e, ainda, com nova infra-estrutura das Forças Armadas na região” (Brasil, 1971, I PND, p. 29).

<sup>88</sup> O Programa de Distribuição de Terras e de Estímulos à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) foi instituído através do Decreto-lei nº 1.179, de 6 de junho de 1971, tendo o objetivo de facilitar o acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene.

Nordeste (Brasil, 1971). Com efeito, as ações governamentais que estimularam a ocupação dirigida para os espaços amazônicos se consolidaram através de uma série de planos nacionais que reterritorializaram o espaço e intervíram no corpo da população por meio de novas tecnologias de poder e práticas de domínio político.

A Colone também se guiava pela cartilha imposta pela “missão inglesa”, principalmente através do “Estudo de Viabilidade do Projeto de Colonização do Alto Turi”, elaborado pelos consultores ingleses do *Hunting Teehnical Serviece Ltd e Rendel Parlmer and Tritton*, em 1971, e do Relatório da Missão do BIRD de 972 (Colone, 1973). Apesar de procurar dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Sudene em 1973, quando de fato é iniciada sua intervenção nas áreas nucleadas, há uma significativa redução da extensão do projeto (939 mil hectares) e se introduziu o denominado “modelo econômico” ou “modelo gado/pimenta”, cujos principais investimentos eram focalizados na atividade agropecuária (arroz e gado) e na exploração dos recursos florestais (Sudene; United Kingdon, 1971).

Segundo Arcangeli (1987), ao longo dos anos de implantação do PCAT o atraso no assentamento rural de pequenas unidades de produção familiar, que era a base do programa original, engendrou graves problemas fundiários, como a acentuada concentração de terras na mão de segmentos empresariais, políticos e grileiros que buscavam a região para explorarem o extrativismo da madeireira, para a especulação de terras e a instalação de médias e grandes fazendas de gado. Em 1974, com a conclusão da pavimentação da BR-316, o processo se intensificou, gerando uma “situação na qual os processos de grilagem, expulsão e reconstrução fundiária, em relação ao início da ocupação efetiva pelos pequenos posseiros já estava em pleno avanço no Alto Turi” (Arcangeli, 1987, p. 177).

Jatobá (1978) postula que o agravamento da prática da grilagem e a cobrança de renda da terra por parte da administração gerou a expulsão dos pequenos produtores e acirrou as tensões no Alto Turi. Além disso, a concentração de terras, via meios fraudulentos, foi acompanhada diretamente pelo avanço da pecuária na região. A Colone, segundo esse autor, tinha o poder legítimo de conter os conflitos através da “regularização fundiária” na região. No entanto, “manteve seu controle apenas frente aos colonos migrantes pobres, enquanto os grandes fazendeiros e pecuaristas que se inseriram na região por meio de fraudes e grilagem de terra ficaram imunes ao alcance de seus instrumentos institucionais (Jatobá, 1978, p. 18).

Andrade e Mourão (2017, p. 83) defendem que a experiência de colonização não logrou êxito. Em outubro de 1989, a Sudene transferiu para a União sua participação acionária na Colone, e a colonizadora, através do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, passou a vincular-se de maneira definitiva ao Ministério da Agricultura. Em 1990, a Colone foi incluída

no Programa Nacional de Desestatização (PND), Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e suas atividades foram transferidas para a iniciativa privada. Em 18 de setembro de 1997, o Conselho Nacional de Desestatização aprovou a dissolução da empresa, e o Decreto nº 2.646, de 30 de junho de 1998, regulamentou sua extinção e suas atribuições de colonização foram repassadas ao Incra.

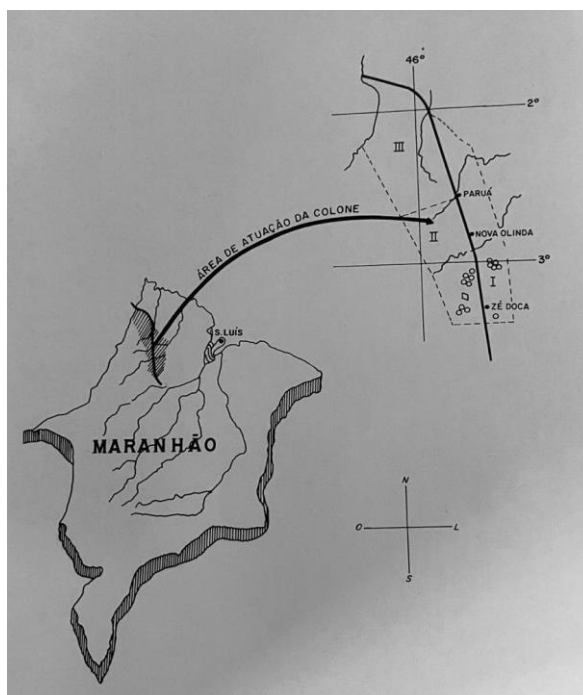
Para Arcangeli (1987), entender essa experiência colonizadora enquanto fracasso é algo a ser repensado, pois os reais objetivos do programa de colonização na Amazônia maranhense foram atendidos. Eliminaram-se as possibilidades de fazer a reforma agrária, atingiu-se a produção de alimentos a baixo custo e se concretizou a penetração do capital monopolista no campo. Logo, conclui ele: “A referência a fracassos ou sucessos na colonização dirigida depende do jogo de interesses a ela ligados”, ou seja, enquanto esse jogo manteve a reprodução do capital no campo, “a colonização foi um sucesso, independentemente de toda e qualquer consideração relativa à evolução da renda dos colonos” (Arcangeli, 1987, p. 13).

### **5.3 Ordenar o espaço, regular a população**

No que concerne à arquitetura do projeto de colonização da Sudene/Colone é possível observar o desenho de um território multifacetado, cujas linhas demarcatórias foram continuamente desfeitas e refeitas pelos planejadores, à medida que os deslocamentos populacionais o reconfiguraram. Conforme mostram as imagens abaixo, os contornos do perímetro se subdividiram em três grandes faixas (Figuras 18 e 19).

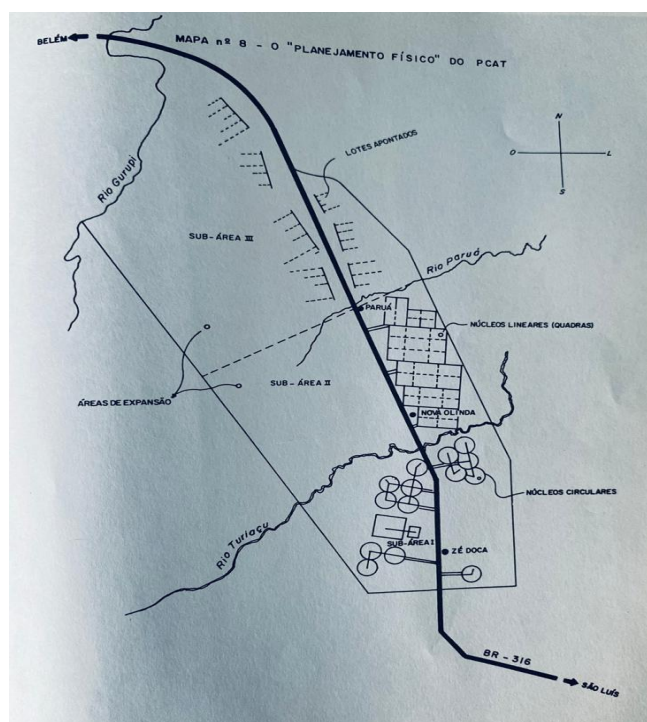
Os croquis sinalizam que os núcleos populacionais se espalhavam entre as áreas florestais, fluviais e rodoviárias (BR-316). Nesse imenso cartograma, e em meio a um combinatório de figuras geométricas diversas, que representavam as apropriações do espaço pelo aparelho de Estado, repousa um universo social atravessado em suas capilaridades por mecanismos de poder e regimes de verdade.

Figura 18 – Croqui da área de atuação do Programa de Colonização do Alto Turi



Fonte: Arcangeli (1987)

Figura 19 – Croqui do Projeto de Colonização do Alto Turi



Fonte: Sudene (1973)

Na Subárea I, de Zé Doca<sup>89</sup> até os limites do rio Turiaçu, projetava-se a parte inicial do projeto, onde se concentrou a parte urbana, administrativa, comercial e a moradia de funcionários das agências. Pelo que mostra a Figura 20, o espaço segmentava-se em quatorze núcleos circulares e um núcleo quadrado.

A Subárea II, “área de Nova Olinda” e/ou “Área Nova”, entrecortada pelos rios Turiaçu e Parauá, fragmentava-se do lado direito da rodovia federal em uma sequência de loteamentos retangulares (47 quadras), e do lado esquerdo em um punhado de povoados que foram se formando em meio ao movimento “espontâneo” de migrantes e a tensas relações com as populações indígenas ali existentes<sup>90</sup>. Nesse recorte espacial que englobava os municípios de Monção, Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Turiaçu se deu a primeira etapa de intervenção do Projeto de Colonização do Alto Turi.

A segunda fase do programa se dirigiu para o que batizaram de Sub-área III ou “área de expansão”, local no qual se concentrou múltiplas redes migratórias, majoritariamente “espontâneas”, que se fixaram nessa porção do Maranhão à revelia da colonização dirigida. Conforme discutirei oportunamente, a fluidez desse movimento dito desordenado e predatório foi um dos principais problemas a ser enfrentado pela razão governamental. No rastro dos deslocamentos que se situaram no entorno do eixo viário surgiram povoados que marcaram os começos dos municípios de Cândido Mendes, Godofredo Viana, Luís Domingues e Carutapera.

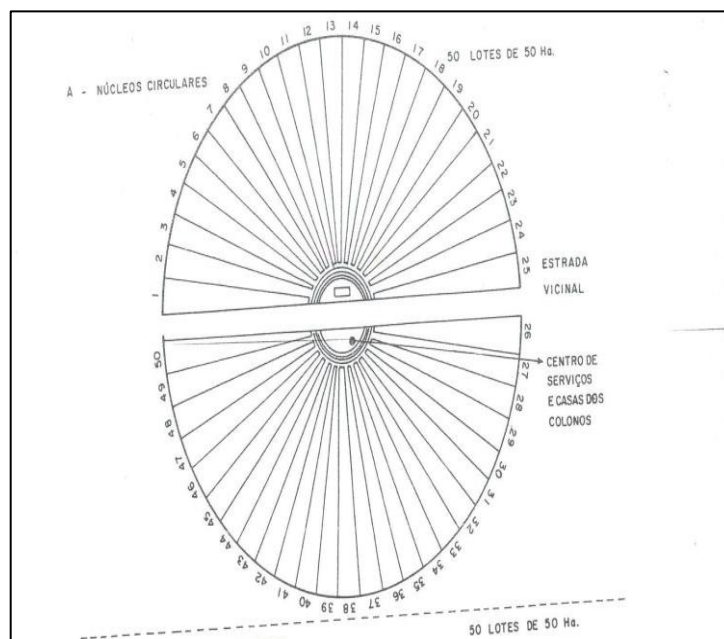
De acordo com a documentação consultada, a partir de 1967 as clareiras abertas na floresta cederam lugar aos nucleamentos circulares, cuja inspiração, acredita-se, tenha partido do modelo de comunidades agrícolas israelenses (*kibutzs*). De acordo com o projeto inicial de colonização, os núcleos construídos deveriam ser divididos em cinquenta lotes (50 hectares) e cindidos por uma vicinal que facilitaria o escoamento da produção, a prestação de serviços e as relações comunitárias (Figuras 20 e 21).

Lima Júnior (1987) observa que apesar de o modelo circular ter sido utilizado somente na primeira fase, previa-se que circundando o centro comunitário seriam construídas vicinais capazes de conectar os loteamentos e, além disso, que o *colono* pudesse ter “sua residência no próprio lote, de frente para o centro prestador de serviços, quanto para as áreas de trabalho dentro do próprio lote” (Lima Júnior, 1987, p. 78-80).

<sup>89</sup> Pertencente ao município de Monção, Zé Doca é considerada a “ponta da lança” do projeto de colonização, tendo servido de sede executiva do programa. Em decorrência da grande concentração populacional, exerceu o papel de principal núcleo administrativo, comercial, religioso de toda a área. Em 1987 alcança sua emancipação.

<sup>90</sup> De acordo com o relatório de Gilberto Osório de Andrade, a oeste das áreas do projeto situavam-se numerosas “aldeias indígenas das de Urubu e Guajajaras (Andrade, 1972, p. 29).

Figura 20 – Modelo de núcleo circular



Fonte: Lima Júnior (1987)

Figura 21 – Nucleamentos circulares no Alto Turi

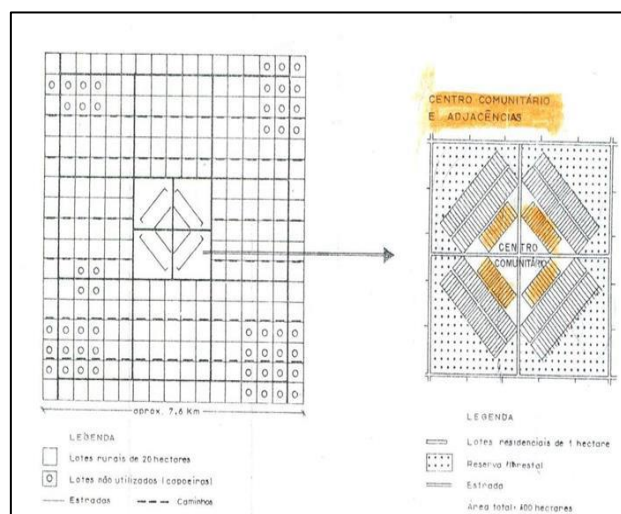


Fonte: O Imparcial, 7/9/1974

O desconhecimento da geografia do Alto Turi foi um dos fatores que justificaram o insucesso do modelo circular, pois havia muitas irregularidades no solo e, ademais, o desenho restringia o acesso de alguns loteamentos às estradas. Logo, como saída adotou-se o modelo quadrangular. A geometria dos núcleos quadrados remetia a um imenso jogo de tabuleiro, entrecortado por estradas vicinais e caminhos nos quais deveriam ser instaladas as sedes dos serviços comunitários. Nas laterais do quadrângulo central, o desenho ramificava-se em múltiplos loteamentos residenciais (50 de cada lado), e nos espaços periféricos projetavam-se

faixas florestais (20ha) reservadas para a produção agrícola e a extração madeireira (Figura 23). Lima Júnior (1987, p. 89) defende que esse modelo se sobrepôs ao circular por facilitar “a subdivisão interna do lote em parcelas operacionais” e por permitir uma “avaliação mais rápida de sua área pelo colono”.

Figura 22 – Modelo de núcleo quadrado



Fonte: Lima Júnior (1987)

Após inúmeras experiências de tentativa de divisão racional, procurando adequar o traçado arquitetônico com as características geográficas e a melhor forma de controle da circularidade dos moradores dos núcleos, adotou-se o modelo retangular (linear). Tal traçado arquitetônico predominou ao longo da rodovia Maranhão-Pará (BR-316) e, sincronicamente, distribuiu as moradias e o centro comunitário em uma única vicinal que cindia ao meio a área retangular (2400ha).

Demarcado pela racionalidade técnica, o espaço geográfico era constituído por uma série de instrumentos minúsculos que agiam na capilaridade do tecido social, regulando os indivíduos e administrando as populações. Os inúmeros programas de colonização estatal e privado, ao se apropriarem de espaços como o amazônico foram instrumentos políticos que visavam não apenas o controle de grandes extensões de terra, mas também dos fluxos populacionais e a circulação de mercadorias. Neste ordenamento político, a iniciativa colonizadora do estado procurava fixar o migrante, esvaziar/conter os pontos de tensão social no Nordeste, aumentar a utilidade do chamado *colono* e controlar a produção.

É oportuno dizer que a ação colonizadora era erguida com base em um aparelho de captura, cujos mecanismos estabeleciam múltiplas estratégias de disciplinamento do

trabalhador e do corpo social. Guardadas as diferenças entre as categoria de trabalhadores rurais (meeiros, foreiros, arrendatários, parceiros e pequenos trabalhadores rurais) atraídos pela propaganda da Sudene e de motivações para migrarem para o Maranhão entre os anos 1960 e 1970, no campo discursivo, os que se juntaram ao projeto de colonização do governo federal foram apreendidos pelas redes de poder com a promessa de acesso à terra, ao crédito, à infraestrutura de moradia e de trabalho, à assistência técnica, aos serviços básicos de saúde e educação e à um sistema de comercialização seguro e rentável. De origens diversas, esses segmentos sociais, ao se encontrarem nesses espaços planejados, não escapavam à demarcação dos dispositivos de vigilância que os segmentavam, distribuíam e controlavam seus passos a fim de garantirem sua permanência nos núcleos e de vigiarem as “ameaças subversivas” que eclodiam no campo.

Aproprio-me da noção de poder disciplinar largamente analisada nos escritos de Foucault para refletir sobre “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia” (Foucault, 1987, p. 177). Trata-se de um dispositivo e/ou uma série de relações que reúnem uma heterogeneidade de instituições, discursos, saberes, medidas administrativas, cuja função é atuar estrategicamente na formação de corpos dóceis e rentáveis. Nesse sentido, analisar a organização espacial do projeto de colonização pela perspectiva do chamado poder disciplinar me parece crucial para entender a “economia de poder” e as estratégias de domínio que a razão governamental empregou para controlar e direcionar os fluxos populacionais e, ao mesmo tempo, reconfigurar o território amazônico.

Da etapa inicial de seleção, recrutamento, cadastramento e deslocamento, passando pela chegada até a fixação nos núcleos de povoamento eram engendrados rígidos critérios de controle sobre os sujeitos. Recensear, criar perfis populacionais, definir faixa etária e número de membros das famílias, ajustar as tarefas consideradas de exclusividade do “colono” (construção de moradias, abertura de estradas, plantio etc.), regular a produção, gerir as condições de vida, sanear, educar, oferecer assistência técnica e cercear seus movimentos são ações que visavam assegurar e administrar a permanência dos “colonos” e se apoiavam em toda uma rede de vigilância montada em cima de uma estrutura burocrática (registros, cadastros, fichas, censos, notas de crédito, contratos, carteiras etc.) e um corpo permanente de agentes estatais.

Em nome do grande capital, o olhar dos planejadores parecia voltar-se, sobretudo, para o controle da produção e da circulação. No que tange à produção, enfatizava-se a defesa de um

sistema cooperativista que, em tese, buscava tanto racionalizar e dinamizar a produção quanto melhorar as condições de vida do cooperado. Porém, na prática, era pautado em uma estrutura centralizadora, de rígida fiscalização, e em métodos que contradiziam a autonomia do trabalhador.

No PCAT surgiram algumas experiências pautadas no cooperativismo. A de maior destaque foi a Cooperativa Mista do Alto Turi (Comalta), criada em 1962 pelo PPM. O sistema manteve-se na administração da Colone por ser uma exigência dos credores estrangeiros que financiavam o programa. Cabia à Comalta receber, armazenar, transportar e comercializar os produtos agrícolas dos associados. Outrossim, tinha o papel de abastecer os núcleos com gêneros de primeira necessidade, fornecer equipamentos agrícolas e repassar o financiamento concedido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) ao cooperado (Comalta, 1976). Ao “colono” era imposto o tipo de cultivo nos loteamentos (por exemplo, o plantio de pimenta do reino, amendoim e arroz), o manejo e as técnicas de plantio.

Arcangeli (1987) postula que os constantes atrasos no repasse financeiro e o rígido controle exercido pela Colone dificultou a adesão dos trabalhadores ao sistema, o que, por sua vez, engendrou a manutenção de “relações financeiras com os comerciantes locais aos quais recorrem por ocasião dos atrasos e/ou insuficiência de financiamento do Banco do Nordeste, submetendo-se, por necessidade a exploração mais violenta” (Arcangeli, 1987, p. 178). Nesse diagrama de forças reinou um clima de grande insatisfação contra a cooperativa e a interferência do estado, inicialmente entre os técnicos da Sudene e, posteriormente, da Colone, que exerciam práticas vistas como autoritárias em vários setores: comercialização, abastecimento, crédito agrícola e educação cooperativista (Arcangeli, 1987, Manhães, 1987).

Na tentativa de fixar e ordenar a produção era necessário criar uma infraestrutura básica e rígidos meios de vigilância. Em contrapartida, à revelia dos mecanismos de controle e de todo aparato intervencionista do estado, as redes migratórias moviam-se por entre espaços de poder e reconfiguravam o espaço tecnicamente esquadrihado pela empresa colonizadora. Juntamente com o problema da concentração fundiária, o fluxo desordenado de migrantes foi uma das maiores ameaças ao “modelo racional” de ocupação proposto pelos militares nos espaços amazônicos.

Se o conceito de migrante já engendra uma ideia de totalidade e coletividade, desconsiderando “as sinuosidades das escolhas dos agentes sociais” e os apreende em categorias de identidade (Guimarães Neto, 2018). O termo “migração espontânea” é ainda mais complexo, uma vez que tende a homogeneizar o processo de subjetivação e experiência dos deslocados, eclipsando as muitas camadas que constituem e interferem na mobilidade humana. No entanto,

para não fugir da proposta desse trabalho e para efeito de análise optei por adotar a definição utilizada por Arcangeli, que nomeia o caráter espontâneo das redes migratórias a partir das práticas de deslocamento que eram conduzidas com os próprios recursos e a livre iniciativa do sujeito migrante (Arcangeli, 1987, p. 14).

Na análise da documentação oficial e da imprensa noto que esse movimento “espontâneo” e flutuante de homens, mulheres e crianças que se dispersaram ao longo das áreas de floresta e dos eixos rodoviários tracejados na Amazônia maranhense parece ter desafiado as agências reguladoras da colonização dirigida e o poder governamental. Por passar ao largo do que pregava o modelo oficial, havia um impulso de rastrear e cercar a plasticidade desse movimento. Devo dizer que a fluidez das redes “espontâneas” que se intensificaram após a abertura dos grandes trajetos rodoviários emerge nas narrativas oficiais de intelectuais e da imprensa como um problema a ser combatido e sanado.

Na fala de intelectuais como Bandeira Tribuzi, a migração nordestina ocorrida entre 1950 e 1960 constituiu “uma nova fronteira agrícola no avanço para a Pré-Amazônia maranhense, principalmente ao longo dos novos eixos rodoviários federais” e reconfigurou a estrutura fundiária das áreas de ocupação antiga através de intensa migração interna de maranhenses para o Mearim, o Pindaré e o Tocantins. O autor defende que mesmo esse fluxo populacional não tendo ampliado o mercado interno, uma vez que era feito por homens e mulheres possuidores de poucos recursos e baixa qualificação profissional, os deslocamentos ocasionaram várias transformações na estrutura fundiária, econômica e social do Maranhão: diversificação da produção agrícola através do fortalecimento de várias cidades no interior, que despontaram como “pontos de apoio” mercantil, rompendo o “oligopólio” do principal centro comercial de São Luís, a Praia Grande. Além do mais, fundaram uma nova fronteira agrícola que acarretou mudanças no processo de ocupação espacial e nas relações de trabalho (Itapary, 2017, p. 133-134).

Ao defender o deslocamento de segmentos sociais do Nordeste repelidos pela seca, Bandeira Tribuzi era categórico ao afirmar que a falta de investimentos e de ações planejadas na incorporação da farta quantidade de terras devolutas ocasionaram dois movimentos: o nomadismo, característico do espontaneísmo migratório, marcado pela baixa renda, pela falta de acesso ao crédito e por técnicas de cultivo de baixo nível tecnológico que implicavam em relações predatórias no uso dos recursos naturais; e a grilagem, que permitiu a apropriação de terras por meio de títulos falsos e fraudes cartoriais. Para o autor, o nomadismo e a grilagem representavam dois graves entraves ao desenvolvimento do Maranhão, pois “as novas áreas incorporadas, onde poderia ter sido racionalizada a posse e o uso da terra são hoje as mais turvas

estruturas agrárias, a exigir medidas pertinentes e decisivas de regularização” (Tribuzi, 2011, p. 75).

Desse modo, o discurso oficial, que procurava legitimar a existência de um “espaço vazio” na área reservada para a colonização, entrava em contradição quando se constatava a existência de um fluxo contínuo de migrantes para essa porção do Maranhão desde os anos 1950. De acordo com o II Plano Diretor da Sudene (1963-1965), “uma população de 50 mil pessoas que já se encontram na área do projeto, compreendido entre Pindaré Mirim e o Alto Turi” (Sudene, 1966, p. 34). Assim sendo, fazia-se necessário redefinir as políticas de intervenção na região e atrair esses contingentes populacionais para o interior da experiência colonizadora.

O tema da migração espontânea também atravessa o relato de Gilberto Osório de Andrade, Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Sudene, na conferência realizada em 1972 no Instituto Joaquim Nabuco. Ao pontuar os principais passos e objetivos que seriam tomados na reestruturação do PCAT, via como imprescindível para o sucesso do projeto a incorporação da “colonização espontânea ali preexistente”, em referência às práticas migratórias de livre iniciativa e sem recursos que anualmente afluíam “principalmente dos cerrados e caatingas do leste do Maranhão e das zonas semi-árida do Piauí e Ceará” (Andrade, 1972, p. 4).

Para ele, esse movimento difuso constituía-se no principal agente da “exploração predatória dos recursos da hileia maranhense”:

O colono espontâneo fixa-se primeiro na margem da estrada, na franja de florestas; faz o desmatamento de uns poucos hectares e planta arroz de sequeiro para comercialização e algumas lavouras de subsistência. Com o desmatamento, porém, descobre-se a camada superficial arenosa do solo e começa imediatamente a invasão do “capim furão” [...] No ano seguinte, quando essa frente de florestamento já se acha distanciada uns 10km da rodovia ou da picada o colono espontâneo muda-se para outra franja florestal mais próxima da estrada e o ciclo recomeça. Áreas extensas assim abandonadas, cobertas de capoeiras e capoeirões vão se multiplicando onde outrora a hileia dominava (Andrade, 1972, p. 32).

No entender de Osório de Andrade, a devastação florestal e a “instabilidade do povoamento” eram características de uma prática de ocupação feita por etapas: iniciava-se com a instalação das habitações, nas quais o migrante se fixava sozinho ou acompanhado de seu grupo familiar, “tendo consigo apenas uma muda de roupa, um facão, às vezes uma máquina de costura”. Seguia-se da fase de “derrubada ou queimada” da área florestal para preparação do plantio (arroz e feijão), que era vendido para uma rede de intermediários e seu objetivo era

suprir o consumo de produtos básicos. Destaca ainda que nesta etapa da fixação dos migrantes os povoados que foram surgindo a partir dessas táticas migrantes começavam a crescer e, no seu entorno, forjava-se uma rede de abastecimento e comercialização. Porém, adverte ele, a prática comercial se mantinha rudimentar e não permitia o “aumento do poder aquisitivo” e as “oportunidades de acumular poupanças”. Por fim, assim que o solo apresentava baixa produtividade e os recursos escasseavam, principiavam-se novos deslocamentos: “O lavrador não dispõe nem de recursos para assalariar mão de obra auxiliar, nem de adubos ou instrumentos mecânicos de espécie alguma” buscava outra área para o plantio (Andrade, 1972, p. 33-34).

Na Área Alto Turi, até bem pouco ainda não alcançada pela frente pioneira ao longo da BR-316, sucedem-se do norte para o sul: a floresta primária íntegra; palhoças improvisadas onde o caminhão está descarregando parentes do recém-chegado e rústicas utilidades domésticas, para voltar carregando a madeira obtida do desmatamento; lavouras de arroz à beira da rodovia, entre grandes troncos calcinados de árvores não abatidas por não terem valor comercial; tratos marginais da estrada já invadidos pelo “capim furão”, e outra vegetação secundária, com arrozais ao fundo; e, finalmente, já perto do rio Turiaçu, uma reserva florestal do 8.000ha, preservada pelo PCAT contra a devastação (Andrade, 1972, p. 32-33).

O relato de Gilberto Osório de Andrade, ao associar a migração espontânea com o “nomadismo predatório”, buscava justificar a intervenção estatal sobre o espaço e a circulação de sujeitos. Segundo ele, os migrantes que buscaram o Maranhão, a partir de meados do século XX, ao se fixarem nas áreas de “terra virgem” praticavam um tipo de agricultura primitiva responsável pela devastação de parte significativa da *hileia* amazônica, pois “roçavam parte da mata e ateavam fogo preparando a terra para a cultura” e, posteriormente, buscavam novas áreas para o plantio, “caminhando sempre para frente, cada ano fazendo novas queimadas” (Andrade, 1972, p. 238).

Esse discurso foi reiterado por intelectuais como o geógrafo Manoel Correa de Andrade (1969), ao dizer que os “centros” forjados pela ação dos migrantes no interior das florestas configuravam práticas agrícolas predatórias e uma cultura itinerante responsável pela destruição de grandes áreas florestais.

Os nordestinos quando são agricultores atravessam os cerrados e os cocais à procura da mata virgem; ao encontrá-la, destroem-na com o incêndio e passam a cultivar a terra com os produtos de subsistência e com arroz [...] Na ânsia de ganhar dinheiro, o nordestino está sempre à procura de terras produtivas, de mata virgem. Com o fogo ele destrói a mata fazendo incêndios, visíveis a grandes distâncias[...] O fogo vai destruindo a floresta sem que o homem aproveite coisa alguma, sem que retire qualquer das riquezas que a mesma contém. Após a queimada os grandes caules sem copa, permanecem de pé,

enquanto outros caídos atravancam o solo, dificultando a faina agrícola (Andrade, 1969, p. 82-85).

Essa fala era amplamente divulgada nas narrativas jornalísticas. No discurso da imprensa, as representações do “homem do meio rural” pelos signos do nomadismo, do primitivismo e da indolência era algo que se contrapunha à imagem de progresso e modernidade que se queria forjar.

Há cerca de dez anos quando abriram o pique da estrada que ligará São Luís a Belém, milhares de nordestinos avançaram sobre aqueles vales como pragas de gafanhoto famintos e devoradores. Milhares de árvores de lei de 30-40 metros de comprimento transformaram-se em cinza da noite para o dia. [...] e quando a SUDENE pensou em remediar o estrago era tarde demais. As levas humanas numerosas e necessitadas, ignorantes e irrequietas superaram a tentativa governamental e se alastraram indiscriminadamente pela região com duas armas: um machado e uma caixa de fosforo” (O Imparcial, 4/3/1969, [n.p.]).

Em crônica escrita pelo jornalista Luís Lílio, intitulada “Acabou-se o tempo do Jeca”, é possível ver que o projeto de modernização do estado, que teve como representação a crença em um “Maranhão Novo”, prometia, além da modernização agrícola, a moralização dos costumes, vistos como incivilizados:

Coitado do velho João Bacamarte...  
Morreu sem ver as coisas boas que estão acontecendo no Maranhão de hoje.  
Com aquela renca de filhos para criar, não podia mesmo ter sossego... Morava lá para as bandas de Pedreiras, nas proximidades do Centro do Julião...  
[...]Um facão, um machado, uma foice e um sacho era toda ferramenta que dispunha para aquele trabalho miseravelmente árduo.  
[...] Porém é da terra que temos que retirar quase tudo que necessitamos para viver.  
Apesar disso, apesar dos povos do mundo inteiro terem percebido isso há muito tempo, uma verdadeira agropecuária de Jeca-Tatu continuava sendo praticada entre nós, até há bem pouco tempo, porque a assistência que se dava ao campo era zero e aos milhares “os velhos Bacamartes” se espalhavam por todo Maranhão (O Imparcial, 8/6/1973, [n.p.]).

O cronista, ao procurar desconstruir a imagem do “Jeca-Tatu”, dos “velhos Bacamartes” que viviam apartados do mundo civilizado, traz a preocupação de mostrar as transformações no campo e de destituir a representação dos lugares e dos sujeitos imersos em práticas vistas como arcaicas, rudimentares e selvagens, que tanto maculavam a imagem do novo Maranhão. Sua fala, detentora do desejo de civilização, produzia classificações e práticas na forma de exercício de poder sobre os corpos do “homem do meio rural”, procurando mostrar que em seus lugarejos mais recônditos o território se renovava, assegurando a estabilidade política e econômica para o empresariado sulista que chegava às novas áreas de fronteira agrícola.

A gestão de Pedro Neiva de Santana, ao dar continuidade, em muitos aspectos, ao programa de governo de José Sarney, defendia a modernização do campo com a criação de uma estrutura operacional que conduzisse as populações migrantes que continuavam a chegar ao Maranhão de forma desordenada, principalmente durante as secas no Nordeste, e ameaçavam a integridade dos recursos naturais e o potencial produtivo do estado. Na mesma linha, reforçava-se a preocupação com o nomadismo, com a destruição dos recursos naturais e com a emergência de “minifúndios e latifúndios”<sup>91</sup>. Lembrava ainda, que a “a grande massa de agricultores que chega ao Maranhão permanece alheia a evolução tecnológica dos centros mais adiantados e mantém uma atitude individualista própria das populações de baixos padrões culturais” (Santana, 1971, p. 188). Nesse emaranhado de diferentes problemas que classificavam e inferiorizavam o movimento difuso dos migrantes, o documento também chamava atenção para uma outra questão, o processo de “nordestinização da pré-amazônia maranhense” (Santana, 1971, p. 25).

Em contextos de migração e constituição de novas áreas de ocupação o tema parece lançar luz sobre as identidades regionais dos migrantes como objeto das lutas de representação travadas nas zonas de fronteira. A denominada “nordestinização” pode ser pensada à luz dos modos de apropriação dos “novos espaços” geográficos pelos sujeitos migrantes em seus movimentos de reterritorialização e de hibridização cultural. Levando-se em conta que na perspectiva de Chartier (1988) as representações são constituídas por interesse de grupos e por agenciamentos sociais que incorporam autoridade, as divisões do mundo social organizam percepções a partir de classificações e ordenações nas lutas de representação. O que está em disputa é a hierarquização do social e tentativas de imposição de uma visão de mundo.

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada reconhecida (ou negada). Consequentemente ela compreende a dominação simbólica como processo pelo qual os dominados acreditam ou rejeitam as identidades impostas que visam assegurar e perpetuar o assujeitamento (Chartier, 2002, p. 11).

---

<sup>91</sup> O artigo 4º do Estatuto da Terra de 1964 define: “IV - “Minifúndio”, o imóvel rural de área e possibilidade inferiores às da propriedade familiar; V - “Latifúndio”, o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural” (Brasil, 1964).

Na leitura de Trovão (1989, p. 25), o Maranhão apresentava uma feição amazônica em seus aspectos naturais, e uma nordestinização dos costumes, hábitos, alimentação e arquitetura. Para ele, as *frentes nordestinas* preencheram uma espacialidade que “era um enorme vazio” e se misturaram com “os hábitos tipicamente maranhenses”.

O linguajar torna-se menos claro e mais arrastado. A farinha d’água é substituída pela farinha branca fina; o peixe pela carne seca com rapadura, os instrumentos musicais de sopro pela sanfona. O mercado de vendas de alimentos, normalmente nostálgico no centro das praças, é desprezado e substituído pelas feiras ambulantes que se formam, barulhentas, mal organizadas e sem higiene. Na zona rural surgem casebre e janelas e acanhadas, com muitas portas e um avarandado na frente, contrastando com um número menor de casas que já existia ali, com muitas janelas e uma porta só, espaçosas, sem avarandado, deixando o sol penetrar ao total. O patriarcado exigente se acentua, a segregação racial adquire atitudes diferentes, menos tolerantes. O cavalo é substituído pelo burro, é uma transformação tão marcante e tão envolvente que sobram explicações. Esse aglomerado de traços socioeconômicos que formam um povo avança através dos vales já citados destruindo matas, abre picadas que pouco a pouco vão se transformando em ruas ou estradas, formam povoados, dá origem aos centros (Trovão, 1989, p. 26-27).

A leitura desse geógrafo não se distancia de outros estudos sobre a migração nordestina para o Maranhão, posto que seu olhar sobre os fluxos migratórios se apoia em esquemas narrativos reiteradamente repetidos nas falas oficiais, como a ideia de “espaço vazio”, a importância da migração nordestina na ocupação das brechas entre os espaços penetrados pelas frentes litorânea e pastoril, a relação seca/migração, a representação do Maranhão como terra de abundância e de chuvas perenes.

A narrativa da colonização, ao estabelecer um “modelo pioneiro” de colonização na Amazônia maranhense anunciava um programa que seria responsável pela expansão da fronteira agrícola através da condução dos contingentes populacionais e que ansiava pela concretização de sua “vocação agrícola”, quando o Maranhão seria convertido no “celeiro do Nordeste”. Logo, era crucial conter e incorporar o fluxo “espontâneo” dos que percorriam as trilhas abertas na mata e se lançavam em longas e penosas caminhadas Maranhão adentro em busca de “terras livres”, de trabalho e de (re)começos.

Ensejavam-se práticas de planejamento estratégico capazes de regular os deslocamentos, dirigir as atividades laborais (controle do modo de ocupação dos lotes, da preparação do solo, dos cultivos, da pecuária, do aproveitamento florestal, da rentabilidade e titulação do *colono*) e disciplinar as práticas sociais dos sujeitos migrantes.

Em consonância com esse regime discursivo, a colonização dirigida interveio não apenas na reconfiguração espacial, mas também nos modos de vida das populações rurais,

através da intervenção nos corpos e na condução das práticas culturais. A retórica oficial, ao defender o combate ao que denominavam de nomadismo, de uso predatório da terra e de primitivismo técnico, atualizaram um esquema narrativo que entrelaçou diferentes períodos de nossa história, legitimando lugares institucionais e embasando um conjunto de políticas de intervenção na Amazônia.

Associar as populações rurais a características inatas e a adjetivos que as aprisionavam no discurso da imobilidade social e/ou em estereótipos/estigmas<sup>92</sup> que remetem a uma ampla e ramificada matriz do pensamento nacional, que ao longo do século XX se ancorou em perspectivas duais como rural/urbano, arcaico/moderno, litoral/sertão, doente/sadio, sedentário/nômade para pensar a identidade do povo brasileiro e o projeto de modernização da nação<sup>93</sup>.

No cerne desse debate, a categoria “caboclo” talvez seja a que melhor englobe a mirada difusa e contraditória dos “dois Brasis”. Classificação social de vasta abrangência no território nacional, seu uso, geralmente, assume representações negativas, sendo ressignificado a partir de dimensões geográficas, raciais e de classe (Lima, 2009). De complexa definição, esse termo é comumente empregado para representar o homem do meio rural amazônico e/ou de sociedades rurais dos vários “sertões”, principalmente, comunidades dadas a ler pelo signo da pobreza, do isolamento/abandono, da insalubridade, do primitivismo e da lassidão. A literatura que tratou da temática nomeia a chamada “cultura cabocla” a partir de enunciados como o nomadismo rural/sedentarismo urbano, a prática predatória de plantio, em oposição à agricultura moderna, à economia de subsistência *versus* a economia de mercado, e das doenças causadoras de grandes mazelas que impediam o progresso.

Nesse esforço de representação, um feixe de narrativas agenciadoras dos denominados “tipos regionais” se embasaram nas teorias raciais e nos determinismos oitocentistas que pautaram os estudos sobre a migração nordestina para a Amazônia no dualismo nordestino/caboclo. Vale anotar algumas dessas obras: *Terra imatura* (1923), de Alfredo Ladislau; *Areia Angulosa* (1929), de Peregrino Júnior; *O matuto cearense e o caboclo do Pará* (1930), de José Carvalho; *A selva* (1930), de Ferreira de Castro, entre outros. São textos que trazem a paisagem amazônica como tema e que discutem a migração nordestina a partir da

---

<sup>92</sup> Conforme salienta Goffman (2008, p. 13): “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. [...] Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito”.

<sup>93</sup> Ver Amado (1995) e Lima (2003).

construção dos tipos culturais e da oposição “caboclo amazônico” *versus* o nordestino aventureiro, seja para corroborar ou para combater. Essas simbologias alimentaram o debate sobre os movimentos migratórios inter-regionais no Brasil até meados do século XX. De modo que o discurso regionalista apontava “a heterogeneidade interna das chamadas populações regionais; as frequentes interações ocorridas entre populações classificadas como isoladas; e as transformações permanentes em identidades percebidas como estanques” (Lobato, 2016, p. 14).

Todavia, entre as décadas de 1950 e 1970 ainda encontramos estudos que reatualizam essas representações, como as narrativas geográficas de Valverde (1957) e Andrade (1973, 1977). Tais autores se apropriam da leitura euclidiana do sertanejo para enfatizar a imagem do desbravador/aventureiro assumida pelo migrante nordestino nas áreas de ocupação recente do Maranhão e, ao mesmo tempo, tecem imagens e discursos que conformaram a representação do maranhense pelo viés da miscigenação, da indolência, da apatia, das doenças e da preguiça<sup>94</sup>.

Na década de 1950, Orlando Valverde (1957) realizou uma viagem pelo Maranhão para analisar a produção do babaçu. Suas pesquisas ajudaram a compor um quadro das condições econômicas e sociais da população rural maranhense (vida material, organização social, paisagem e costumes), notadamente da região do Mearim e Pindaré, em franca expansão na época, em decorrência da produção do arroz. Ao caracterizar os tipos locais como os “caboclos do Itapecuru”, ele enfatizou a “mistura das três raças” e a intensa migração de piauienses e cearenses para o Maranhão, argumentando que o desenvolvimento regional dependia do investimento na colonização e no saneamento, visto que essas populações tinham a preguiça e a indolência como traço cultural. Em seu olhar, o maranhense é um sujeito inferiorizado, vencido e derrotado, o oposto do migrante cearense, que era trabalhador, cheio de iniciativa e estava “disposto a abrir caminho a um futuro melhor para sua família a qualquer preço” (Valverde, 1957, p. 409).

Andrade (1969, 1973), por sua vez, ao fazer uso do termo “caboclo” para caracterizar os tipos rurais maranhenses, ampara seu discurso no que chama de “sentido etnológico”, ou melhor, “indicando apenas o homem pobre e inculto que vive no campo e trabalha no meio rural”. Para ele, há uma similaridade entre o “caboclo maranhense” e o “caboclo amazônico”. Ambos os sujeitos se constituem pela falta de coragem e de ambição, pela descendência escrava e pelas moléstias que os assolavam. Sem motivação para o trabalho, o maranhense é um sujeito

---

<sup>94</sup> Idelma Silva (2010), ao focalizar a experiência migratória de maranhenses em direção ao sudeste do Pará, a partir de meados da década de 1980, destaca que as populações mais pobres que foram se estabelecendo em cidades fronteiriças, como Marabá, tornaram-se alvos certos dos aparatos de poder. Daí a produção de narrativas jornalísticas e de cronistas que reiteradamente reproduzem representações estereotipadas e pejorativas do maranhense como desordeiro, violento, doente etc.

imobilizado que “permaneceu no campo vegetando e se reproduzindo”, acomodado em meio a um espaço natural abundante de água e alimentos, “ficou a margem do rio, no meio do babaçual e nos campos onde o alimento era abundante e o índio dificilmente vinha atacá-lo” (Andrade, 1969, p. 76). Em outro estudo da década de 1970, o autor o define como um “caboclo ignorante, sem apoio, cheio de verminoses e outras moléstias, leva vida primitiva em habitação de palha” (Andrade, 1973, p. 237).

Em contrapartida, o “caboclo nordestino”, particularmente o migrante “cearense”, é descrito pelos sinais de bravura, altivez, honra e mobilidade. Em síntese, o “nordestino” assume o papel de “desbravador da floresta,” de um lutador que “trabalha, tem iniciativa e procura melhorar de qualquer forma as condições de vida de sua família” (Andrade, 1969, p. 74-82). Espaço institucionalizado, o saber geográfico confere autoridade ao discurso e tem o poder de legitimar uma representação social ou política, construindo hierarquias regionais, classificando e consolidando uma “imaginação” possível sobre as relações identitárias.

Nesse contexto de enunciação, relacionar o nordestino à migração é uma construção histórica que perpassou diferentes tempos e espaços. Tal associação é uma forma de reconhecê-lo a partir de uma estigmatização que toma como parâmetro o fato de o Nordeste ter sido “efetivamente a região que, historicamente, mais contribuiu para as necessidades de força de trabalho da economia nacional” (Póvoa Neto, 1994, p. 20). Daí serem reforçadas designações (positivas ou negativas) de identidade que hierarquizam as regiões e suas disputas culturais e político-econômicas. Na figura do migrante “por excelência”, o nordestino, ao ser representado pelo discurso da força e da mobilidade, sugere um caráter de resistência e de adequação a todo tipo de trabalho disponível, que exija pouca ou nenhuma qualificação.

Nesse aspecto, antagonismos e conflitos matizados não apenas pela migração e pelas relações entre os diferentes nas novas áreas de ocupação, mas especialmente pela disputa em torno da apropriação e do domínio do território, seus recursos ampliam o olhar sobre os espaços nômades e as mobilidades que os representam. Um traço marcante desses lugares de fronteira, como bem nos lembra Martins (2009), são encontros e confrontos que os constituem. Nesse sentido, a situação de conflito que caracteriza a fronteira na Amazônia Oriental brasileira se configura em campo para a reatualização de preconceitos e estereótipos. No dizer de Silva (2011, p. 117), existe “um saber ordinário que afirma a normalidade desse processo tomando como certa sua provisoriedade – assim seria com os preconceitos – e como uma característica inerente da realidade do encontro entre os diferentes migrantes”.

Nas lutas encenadas nessa fronteira cultural, a migração nordestina é representada tanto por um viés de positividade, em se tratando de representações identitárias que nomeiam

o deslocado a partir da ideia/imagem do desbravador, do trabalhador, da mão de obra disponível; quanto por uma perspectiva contrária, através de enunciações que o inferiorizam (iletrado, desprovido de técnica e de recursos) e estigmatizam suas experiências e modos de vida.

Com efeito, o tema da migração colocava a questão populacional e sua circulação no centro da estratégia de ocupação do território amazônico, de maneira que nos diversos planos e programas de desenvolvimento cogitados para a Amazônia, a colonização dirigida foi eleita uma das principais formas de interdição nesse território. O modelo de racionalidade do regime congregava os ideais de desenvolvimento e segurança. Conforme apontava o discurso oficial, a colonização dirigida, o desejo de colonizar era fruto de uma necessidade, de um desafio, de um ato de coragem do estado em acelerar o crescimento do país, romper com o atraso e contornar o vazio em que ainda se encontrava a Amazônia. Isso posto, tornava-se crucial conduzir a ocupação e expandir as fronteiras do capital na região. Nesse sentido, em se tratando do “esforço de conquista” da Amazônia maranhense, havia a preocupação do estado em condenar e procurar conter os deslocamentos “espontâneos”, seja pela dita insegurança causada pelo nomadismo, seja pelo combate aos hábitos e costumes vistos como rudimentares e incivilizados.

A estratificação do exercício do poder sobre os corpos se efetivava por meio de diversos dispositivos de normalização, programas, saberes e instituições voltadas para o discurso médico-sanitário, a assistência comunitária e a educação. Aliar o discurso da colonização com o investimento em práticas médico-sanitárias e educacionais em extensão rural, para o desenvolvimento do território, atualizava o discurso da indolência da população, do baixo nível tecnológico e educacional, da precariedade dos modos de vida e de higiene.

Cabe lembrar que na década de 1960 a experiência colonizadora no Alto Turi foi assinalada pelo desconhecimento das particularidades regionais. Não obstante, a elaboração de um diagnóstico do território esbarrava na dificuldade de percorrer um recorte espacial de grandes dimensões, com escassos e precários meios de transporte e a falta de recursos financeiros, de tal maneira que, como abordei anteriormente, a fase inicial do programa da Sudene priorizou a pesquisa sobre o espaço e a população.

Partia-se do pressuposto que para efetivar a ocupação e assegurar o desenvolvimento do Nordeste era preciso conhecer e esquadriñar a área de investimento político e econômico, bem como os sujeitos envolvidos no programa. Com esse objetivo, diversas instituições e seus conjuntos de técnicas foram importantes na composição de um arquivo textual, visual e estatístico capaz de traçar um perfil populacional. Não se tratava apenas de mapear o ambiente

natural e suas potencialidades, mas também de conhecer e ajustar o corpo, os hábitos, os modos de vida e a saúde do “colono” às necessidades da nação que se almeja construir. Nessa perspectiva, censos, cadastros, levantamentos socioeconômicos e uma série de outros registros foram instrumentos fundamentais para o ajustamento dos indivíduos. Como bem disse Foucault (1987), a prática do registro, a escrita da disciplina era capaz de exercer um controle “normalizante” que permitia qualificar, classificar e punir.

No III Plano Diretor (1966-1968) da Sudene já aparece a preocupação com o aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de controle que focalizassem a prestação de serviços de saúde e comunitário. Entre os objetivos prioritários desse documento, destacava-se a urgência em reestruturar o quadro técnico-administrativo, ampliar a infraestrutura sanitária, realizar campanhas profiláticas, construir habitações e investir na prática da medicina preventiva nas áreas rurais (Sudene, 1966c).

Importante reiterar que até meados do século XX o Maranhão ainda enfrentava vultosos problemas em termos de saúde pública, sobretudo no interior do estado. Nas falas oficiais, o tema era tratado com preocupação pelas autoridades públicas. Na década de 1950, o governador interino César Aboud (1951) já elegia a questão sanitária como um dos principais entraves para o progresso do estado:

A natureza é por demais exuberante.  
Nela o homem desajustado, debate-se contra as endemias que o tornam em muitas regiões, fraco e impotente para lutar e vencer.  
Por isso mesmo, atentei desde o primeiro instante, para a saúde dos nossos conterrâneos, procurando ampará-los com o discurso da ciência.  
[...] Nesse sentido tenho estado em contato constante com autoridades médicas, com elas assentando medidas que julgo indispensáveis para atenuar a situação doentia de milhares de habitantes do solo maranhense.  
Sem saúde, nenhum povo poderá progredir, é pois, dever primordial dos governos cuidar com esmero e carinho, da sorte do povo que vive em regiões devastadas pela malária, e tantas outras moléstias perniciosas (Aboud, 1951, p. 5-9).

Uma década depois, Newton Bello retoma a questão do saneamento, apontando justificativas sociais (os hábitos e o atraso cultural) e ambientais (a hostilidade da natureza) para explicar o aumento das endemias no interior do território:

Problemática é a situação da saúde Pública no interior do Estado, cujas populações subnutridas e anêmicas de baixo nível educacional e econômico, levando uma vida árdua e rudimentar de perene luta conta as hostilidades do meio ambiente e sem nenhuma condição de higiene, são vítimas das enfermidades as mais diversas, como a sífilis, a tuberculose, a lepra, etc., destacando-se, além da verminose, as endemias rurais, em cujo número registra-se elevado coeficiente de paludismo. Os serviços sanitários que

operam na região interiorana não são suficientes, não obstante a existência dos Postos de Saúde e o trabalho do Serviço Nacional de Endemias Rurais (Bello, 1961, p. 86).

Na região do Pindaré, onde se instalaram os principais programas de colonização, a situação parecia se agravar. No relato do líder camponês Manoel da Conceição, que se deslocou com sua família de Pirapemas para o vale do Pindaré em 1962, nota-se que o discurso da abundância, que embalou os horizontes de expectativas de muitos que migraram para essa parte do maranhão: “sempre corre a notícia das matas do Pindaré-Mirim tem muita terra devoluta, muita caça, muito peixe”, chocava-se com o problema da insalubridade. De acordo com ele:

Logo que chegamos lá, mamãe chorava muito. Tinha praga de muriçoca. Você não conta os tipos de muriçoca que tem: carapanã, muriçoca azul, amarela, sovela, tatuquira, mosquito, borrachado, pium, pela cavalo.

[...] Febre na mata tem todos os tipos de febre. Febre amarela, malária ou sezão.

[...] Tem outras doenças que não dão febre, mas dão uma amarelão na pessoa: *tiriça* que chama também hepatite. Bucho d’água: dá na barriga das crianças ou mesmo do adulto. Começam a ficar com a barriga grande, como quem está prenhe [...]

O que tinha lá ainda era a lepra e umas feridas que chamam *bobão*. Você via muita gente com feridão na perna babando sangue.

Em Pirapemas, não tinha essas coisas. Só no Pindaré-Mirim, dado o problema da praga, dos insetos. De acordo com o inseto que pica, dá um tipo de doença nas pessoas.

Tinha a tuberculose em Pirapemas, mas era demais de tuberculose no Pindaré (Conceição, 1980, p. 73-74).

As diversas epidemias que se propagavam periodicamente pioravam na estação chuvosa, principalmente por conta do inverno rigoroso e das constantes cheias dos rios Mearim, Itapecuru e Tocantins. Essas calamidades estampavam as folhas dos periódicos, mobilizando pedidos de auxílio aos flagelados (com ênfase para a necessidade de abrigo, alimento e assistência médica) e revelando a carente estrutura de saúde pública no estado. Somava-se a isso um inventário de problemas que revelavam as fragilidades das políticas públicas (carência no abastecimento de água e sistemas de esgoto, altas taxas de mortalidade infantil, a difusão de doenças infecciosas e parasitárias, a péssima qualidade das habitações etc.).

Nos periódicos, com frequência a questão sanitária é retomada como tema que obscurecia a marcha civilizatória. Em 1973, *O Imparcial* alertava sobre o perigo da propagação da febre amarela e da malária na região do Pindaré, especialmente ao longo da BR-316, onde se situavam os nucleamentos da Colone. Na matéria, menciona-se casos de indígenas acometidos de impaludismo e a campanha de borrifação conduzida pela Superintendência de

Campanhas de Saúde (Sucam) na região, “através de seus grandes sanitaristas” (O Imparcial, 18/3/1973, [n.p.]).

Em outra reportagem, o matutino tratava da rápida propagação de um “estranho mal”, uma “febre negra” que ceifou vidas no território do Alto Turi, colapsando o já deficiente setor de saúde no interior do estado:

Estranha doença a que estão dando a denominação de “febre negra” vem atacando e causando pânico as populações das localidades “Paruá” e “Santa Luzia” no Alto Turi.

[...]Há princípio houve sinal de alarme por parte da Assembléia Legislativa para que a secretária de saúde tomasse providência no caso. Porém somente na sexta-feira o Secretário de Saúde, o médico Oriens Brandão declarou a imprensa que a meningite vinha se registrando em grande escala na região de Zé Doca e povoados vizinhos. O problema de tão grave chegou ao conhecimento do Ministério da Saúde que de imediato providenciou um esquema de trabalho com auxílio da Secretaria de Saúde, COLONE, SUCAM, SUDENE e o 2º Batalhão de Engenharia – sediado em Zé Doca e municípios subjacentes (O Imparcial, 7/6/1975, [n.p.]).

Em face do desafio da selva e de uma sociedade vista como insalubre, a intervenção médica na região voltou-se, principalmente, para o corpo da população, através de medidas profiláticas e campanhas de saúde pública. No caso da “febre negra”, o jornal informava que “vários postos de vacinação improvisados pela saúde foram instalados para atender a população de Zé Doca, Cajueiro, Presidente Médici, Maranhãozinho, Paruá, Nova Olinda e Roselândia” (O Imparcial, 7/6/1975). A reportagem trazia indícios da epidemia de meningite *meningocócica* que se propagou pelo país entre 1971 e 1975.

De acordo com os estudos de Barata (1988) e Benchimol (2001), os primeiros casos dessa doença se iniciaram em São Paulo e se alastraram pelo território nacional, sobretudo pelas áreas mais carentes, tensionando a relação dos militares com o campo da saúde pública. A epidemia teria, de um lado, revelado a prática da censura imposta aos meios de comunicação, que em meio à euforia do “Milagre econômico” e a censura dos veículos midiáticos não divulgaram notícias que maculassem a imagem positiva do regime, como a propagação e os métodos de combate efetivo da doença. E, de outro, contribuiu para novos investimentos na saúde (vacina, reestruturação de quadros técnicos etc.).

A matéria de *O Imparcial*, ao noticiar a criação de uma força tarefa que reuniu o Ministério da Saúde – órgão máximo no setor de saúde<sup>95</sup> – a Sucam, a Sudene e o Exército,

<sup>95</sup> Durante o governo Médici o Ministério da Saúde foi reformulado e assumiu funções diversas: formular a Política Nacional de Saúde, realizar pesquisas no campo da saúde, prestar assistência médica ambulatorial, implementar medidas preventivas e controle sanitário (Benchimol, 2001).

revelava o medo da propagação da doença e a estratégia adotada, em 1975, de vacinação em massa. Nesse período, empregou-se como forma de controle uma vacina francesa, ainda em estado experimental, através de uma campanha de vacinação que incluía todas as faixas etárias. A imagem abaixo (Figura 23) mostrava a multidão aglomerada em um posto de vacinação na área do PCAT. De acordo com a reportagem, o hospital criado pela Colone em Zé Doca já abrigava dezenas de pacientes internados, e a vacinação massiva da população tinha o objetivo de “bloquear” a área afetada pela meningite e conter sua propagação.

Figura 23 – Fila para vacinação da meningite em Zé Doca em 1975



Fonte: O Imparcial, 7/6/1975

Vale lembrar que durante o governo Geisel o binômio saúde/desenvolvimento ganhou ares de tema prioritário. O II PND de 1974-1979, ao ser elaborado, tentou se diferenciar do plano anterior, evidenciando a preocupação em investir nas políticas sociais, dando centralidade aos contrastes sociais e regionais e à necessidade de conectar o desenvolvimento econômico, largamente explorado no I PND, ao social.

O que a Revolução mostrou, essencialmente, foi que problemas como esses podem ser resolvidos, com planejamento e capacidade executiva, prevalecendo, sobre quaisquer outros critérios, o interesse nacional. E mais: que podem ser resolvidos sem descontinuação do crescimento acelerado. Por isso mesmo, em todos esses setores, grande progresso já se realizou. É inegável, embora, que, principalmente aqueles contrastes e distorções cuja correção depende de modernização de estruturas institucionais, no Governo e na sociedade, levam mais tempo do que a nossa consciência social admite.

Mas isso não constitui razão para que não se exija uma ação mais produtiva em tais campos.

[...]O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações.

Assim, aquela construção nacional se fará segundo modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racial e politicamente. Sociedade atenta à abertura de oportunidades para o grande número, sem a nenhuma classe ou região deixar à margem do processo de modernização e desenvolvimento, avessa à prevalência de interesses de grupos, classes ou regiões. Sociedade capaz de transformar-se e reformar suas instituições - econômicas, sociais e políticas -, segundo os objetivos da estratégia nacional, respeitando os valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira (Brasil, 1974, p. 29).

No Maranhão, mesmo com o crescimento demográfico e com os convênios firmados entre o Ministério da Saúde e organizações internacionais (BID, USAID, FAO), a estrutura médica permaneceu insuficiente e inexpressiva. Nos núcleos e povoados da área de colonização, a ausência de postos hospitalares e de médicos obrigava os “colonos” a recorrerem à única unidade hospitalar da região: a Unidade Sanitária de Zé Doca, onde se situava o núcleo avançado e a sede administrativa do PCAT. Nesse hospital realizavam-se procedimentos básicos, campanhas de imunização (tifo, varíola, tracoma, impaludismo, tuberculose etc.) e campanhas com foco na educação sanitária.

Nessa conjuntura, a preocupação com a saúde pública recaía em tentativas de modificar os hábitos dos “colonos” através de campanhas educativas e ações preventivas de saúde (alimentação, hábitos de higiene, o uso de fossas, o abastecimento de água, os tipos de habitação e suas relações com a transmissão de doenças).

Juntamente com a questão de saúde pública, a iniciativa colonizadora investia em tecnologias de poder que atuavam na prática pedagógica. As experiências no campo da educação iam desde investimentos na construção de escolas rurais nos principais povoados, na formação de professores e na adequação do currículo escolar com o modo de vida rural. Silva (1987) observa que a partir de 1977 a Colone seguiu uma nova abordagem educacional, adequando o ensino formal à realidade das comunidades que viviam na área do programa.

Em tese, o modelo adotado dividia-se em três programas: um primeiro voltado para as séries iniciais do ensino fundamental, no qual os alunos de 7 a 14 anos recebiam a formação geral e o ensino profissionalizante (criação de hortas escolares). O segundo sistema, denominado de Programa de Educação Integrada (PEI), abrangia a faixa etária de 14 a 18 anos, que não havia conseguido atingir a etapa anterior. Em parceria com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) também se mesclava a educação formal (supletivo) com a educação profissionalizante, através da oferta de cursos técnicos de curta duração, cujo objetivo principal era formar mão de obra através do ensino de técnicas de cultivo e de criação de animais. O

terceiro programa era voltado para a alfabetização de adultos e funcionava no turno noturno, com método de ensino e material escolar distribuído pelo Mobral, com ênfase na valorização dos signos do progresso, da pátria, de Deus e da família.

Em compasso com o que estabeleciam as agências internacionais e o modelo de modernização conservadora seguido pelos generais, o projeto de colonização dirigida imposto pela Sudene e, principalmente, pela Colone, tinha como um de seus principais pilares o investimento na extensão rural. Convém lembrar que a aliança entre os setores civis atrelados ao capital internacional, aos segmentos que apoiaram o golpe e ao estreitamento dos laços com o governo e parcelas do empresariado norte-americano, que forneceram suporte técnico e financeiro através de agências como USAID, fundação Rockefeller e fundação Ford foram imprescindíveis para a criação de tecnologias de poder impostas ao trabalhador através do ensino agrícola. A estrutura técnica e pedagógica da extensão rural, à medida que procurava “adestrar” o trabalhador aos moldes do capital, introduzindo o uso de novas técnicas e ferramentas de cultivo, estimulando a competição e o aumento da produtividade e conduzindo a formação de lideranças locais, exercia em suas capilaridades uma forma de conduzir e vigiar as organizações comunitárias diante de uma conjuntura de forte repressão aos movimentos sociais rurais.

## 6 VENCER O DESAFIO DO TEMPO E DA NATUREZA

Nos anos 1970 o discurso da integração nacional se atualizou através de novas e mais eficientes tecnologias de poder, postas em prática por meio de diversos planos e programas governamentais de intervenção no espaço amazônico. Na retórica dos militares, as estratégias discursivas reforçavam a tese de que a extrema desigualdade do país era consequência da má distribuição populacional, ocasionando a existência de áreas “vazias”.

Como bem lembra Guimarães Neto (2018, p. 114): “A campanha do governo e dos empresários para atrair trabalhadores para Amazônia foi construída com base em intensa propaganda, amplamente veiculada na grande imprensa, com imagens espetaculares de uma *terra sem homens* apta a receber *homens sem-terra*”. Tal discursividade era representada por um projeto de colonização dirigida que mobilizou enormes contingentes populacionais do Nordeste e empresários do Centro-Sul a ocuparem as margens das rodovias federais inauguradas na Amazônia a partir dos anos 1970.

No alvorecer dessa década, a seca retornou aos holofotes midiáticos, através de outro prolongado episódio de estiagem no espaço nordestino. Em reunião com o Conselho Deliberativo da Sudene em Recife, no dia 6 de julho de 1970, o presidente Médici (1969-1974) pronunciou seu famoso discurso acerca dos problemas do Nordeste:

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim para ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre. [...] vi como os homens se vinculam à terra, vinculadas aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto, e, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva (Médici, 1970, [n.p.]).

Sua fala norteou um conjunto de práticas e discursos acionados para justificar um programa de ações conduzidas pelos militares, como um plano de irrigação em diversas áreas do Nordeste, o investimento em projetos agrícolas, agroindustriais e no fomento a instituições de pesquisa voltadas para o desenvolvimento das áreas atingidas pela seca e, principalmente, o incentivo ao deslocamento de segmentos sociais do Nordeste para as áreas de colonização da Amazônia. No afã de promover a integração socioeconômica e espacial das ditas “regiões-problema” (Nordeste e Amazônia), o Plano de Integração Nacional – PIN (Decreto Lei nº 1.106, de 16/7/1970) reuniu uma série de programas e projetos a serem executados, especialmente através das rodovias de penetração, como a Transamazônica (BR- 230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163). Visava-se a implementação de uma política de estruturação e de expansão da malha viária para alargar e controlar os espaços de poder territorial através da interligação da

Amazônia aos centros de poder econômico do país, bem a distribuição e o controle da circulação populacional através dos projetos de colonização.

Os principais objetivos do governo Médici quanto ao Programa de Integração Nacional estão reunidos no documento intitulado Metas e Bases para Ação de Governo, que em linhas gerais estabelecia as três metas principais que deveriam ser alcançadas pelo PIN no período de 1969 e 1974:

- Modernizar o núcleo mais desenvolvido da sociedade brasileira.
- Aproveitar ao máximo os recursos humanos, que constituem o fator básico do desenvolvimento.
- Tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do País, mediante estratégia que promova o progresso de áreas novas e a ocupação de espaços vazios, sem comprometer o ritmo de crescimento objetivado para o núcleo desenvolvido e o produto global do país (Ministério do Planejamento, 1970, p. 10).

Sob a retórica do desenvolvimento, o plano sublinhava a importância de investir e afiançar a modernização da parte mais rica do território nacional (Centro-sul), assim como controlar e conduzir as populações para um maior aproveitamento econômico. Em outras palavras, defendia-se a transferência de mão de obra disponível para ocupar a vastidão de terras amazônicas e assegurar a integração do território. Para atingir tais propósitos, fazia-se necessária a execução de um conjunto de medidas que tinham como objetivos principais:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul.
- 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação e realizar as metas de desenvolvimento programadas (Ministério do Planejamento, 1970, p. 31).

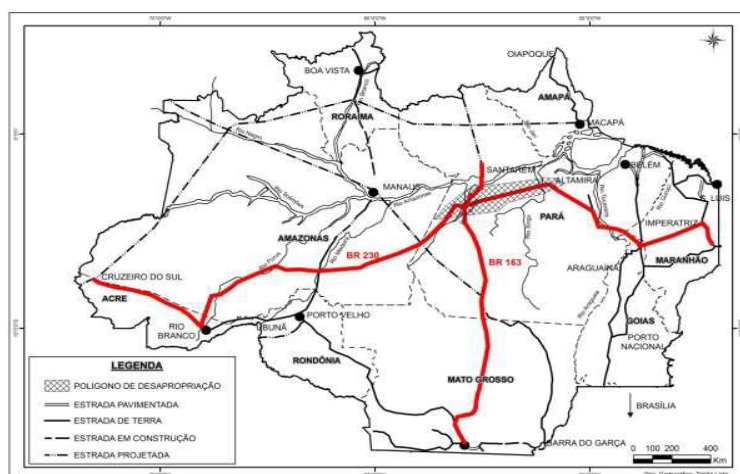
Em síntese, o PIN redefinía as diretrizes que permitiam recriar novas linhas demarcatórias do território – deslocando fronteiras e aproximando regiões. Tendo as ações concentradas nos territórios de atuação da Sudam e Sudene, procurava-se ajustar as desigualdades socioeconômicas que separavam o país. Era também uma forma de reconduzir os movimentos populacionais, através de políticas que direcionassem a mobilidade de segmentos sociais do Nordeste dos grandes centros econômicos do país para as novas frentes de expansão na Amazônia.

Em uma conjuntura de elevado crescimento populacional e de forte repressão política, a abertura de novos postos de trabalho e a mobilização de braços para o trabalho nas grandes empresas agropecuárias que se instalaram na região foram uma fórmula encontrada de inserir os trabalhadores rurais no regime do capital e de controle dos avanços das esquerdas, “o perigo comunista”, que vinha do Nordeste, representado pelas mobilizações políticas.

Outrossim, o estado dividia com a iniciativa empresarial o encargo da luta pelo desenvolvimento e da integração nacional. Através dos investimentos públicos e do incentivo à produção agroindustrial as empresas agropecuárias eram convocadas para a missão de integrar população e o território (Soares, 2015). Isso posto, o território amazônico foi fatiado e distribuído aos grupos nacionais e estrangeiros.

Na edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia, de 1971, recomendava-se expressamente aos leitores interessados em adquirir terras para um projeto agropecuário, que verificassem atentamente o mapa presente na publicação, onde se projetava o perímetro de atuação do PIN. O mapa (Figura 24) mostrava as estradas existentes e as que estavam sendo projetadas na Amazônia, e ainda indicava “as melhores áreas para escolher a fazenda” (Realidade, 10/1971, [n.p]).

Figura 24 – Projeção Espacial do PIN



Fonte: Realidade (10/1971)

Pela racionalidade do regime, a política de colonização dirigida foi eleita a etapa primordial para assegurar o desenvolvimento econômico e manter sob controle as áreas de intensa tensão social. Diante disso, esse conjunto de ações foi implementado para direcionar e fixar os fluxos populacionais de nordestinos na Amazônia e nas áreas úmidas do Nordeste, pois conforme apregoava a retórica governista, a condução de políticas públicas para o Nordeste e a Amazônia era uma tentativa tanto de minimizar o desequilíbrio socioeconômico do país quanto de combater o que nomeavam de “perigo vermelho”.

Há que se considerar ainda que no alvorecer dos anos 1970 o Brasil atravessava uma fase de crescente euforia desenvolvimentista e intensa repressão política. Projetar luz sobre narrativas que enfatizavam a “conquista” de áreas inóspitas, a “grandiosidade” do projeto de integração, o desejo de interligar espaços, o combate ao flagelo da seca e o gigantismo das grandes obras de infraestrutura, como os novos trajetos rodoviários que rasgavam e uniam os extremos de uma nação que se queria moderna, foi um caminho muito bem tramado pela propaganda governamental na construção de uma visão favorável à ditadura.

Como salienta Carlos Fico (1997, p. 147), o otimismo que atingiu o país de 1968 a 1973 foi ressignificado pela propaganda militar através de tópicos como “a exuberância natural, a democracia racial, o conagraçamento social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro entre outros”, que visavam construir uma nova visibilidade do Brasil, que se queria inaugurar.

Sobre o pilar do otimismo e da grandeza, a propaganda foi um dos caminhos que a ditadura civil-militar procurou para legitimar o projeto de modernização conservadora do país<sup>96</sup>. Agências de propaganda e comunicação, como a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968, e a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), de 1975, foram peças fundamentais na divulgação do aparato ideológico dos militares. As peças publicitárias, os filmes, os anúncios e comerciais veiculados em diversas mídias (periódicos, telejornais e rádios) ajudaram a compor e a propagar um repertório de imagens e de discursos

---

<sup>96</sup> Sobre a relação contraditória ente o conservadorismo da ditadura e os grupos modernizadores liberais Motta (2014, p. 22), diz que a chamada “modernização” do país ganhou forma através de uma atuação política paradoxal, delimitada pelo autoritarismo militar, no processo de impor “mudanças conservando” o quadro estrutural e o status quo da sociedade. Para Motta (2014, p. 8): “Tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base é a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados. Uma modernização conservadora, portanto, e acima de tudo autoritária, pois os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva”.

que exploravam os símbolos nacionais, o dever cívico, os valores cristãos, o orgulho nacional e os signos de um futuro grandioso.

Carlos Fico (1997) salienta que embora as propagandas procurassem passar uma ótica meramente informativa (os benefícios da vacinação, orientação no trânsito e da limpeza urbana etc.) e apolítica, elas almejavam inculcar na sociedade brasileira os sentimentos de otimismo e de esperança em relação ao futuro promissor e de grandeza predestinada à nação. Os valores familiares, a harmonia, a exuberância da natureza, a solidariedade, o orgulho nacional, a democracia racial, a alegria, a festividade foram, segundo esse autor, “ressignificados pela propaganda militar tendo em vista a nova configuração sócio econômica que se pretendia inaugurar” (Fico, 1997, p. 147).

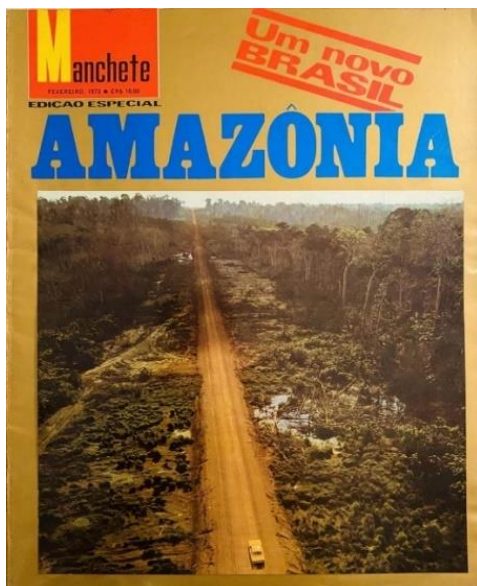
Na construção e na divulgação desse “Brasil Grande”, a ideia/imagem da Amazônia com seus “vazios” e suas insondáveis riquezas foi exaustivamente explorada pelos meios de comunicação (informativos, cinejornais, documentários, revistas, comerciais de tv, jornais etc.). A imprensa foi um poderoso instrumento de difusão das práticas estatais e da sucessão de planos e de programas que defendiam modelos de alavancar a economia através do alargamento das fronteiras internas e da superação dos obstáculos que tanto ameaçavam o esforço nacional de desenvolvimento. Nas palavras de Fico (2007, p. 175), a propaganda política foi um pilar básico na consolidação da ditadura brasileira, pois fornecia o “suporte ideológico para suas ações”.

Em se tratando da intervenção na Amazônia, várias revistas de circulação nacional dedicaram edições especiais para promover esse referente espacial, a exemplo da revista *Realidade* (1971) e da *Manchete* (1972). A expansão capitalista e o universo de sensações (euforia, otimismo, felicidade e medo) que abalizou a primeira metade da década de 1970 se materializavam nas páginas dos periódicos por meio das propagandas de uma infinidade de bens de consumo duráveis que marcaram toda uma onda consumista da classe média (automóveis, eletrodomésticos, equipamentos e maquinários) e do fotojornalismo, que exibiu em planos abertos e em imagens aéreas os grandes empreendimentos que converteram o país em um grande canteiro de obras. Sob essa ótica, a abertura de trajetos rodoviários como a Transamazônica (BR-230) assumiu ares de epopeia, simbolizando a meta-síntese do projeto de construção do “Brasil grande potência”.

A leitura oferecida pela *Manchete* na edição especial de fevereiro de 1973 exemplifica como a redescoberta da Amazônia foi um dos carros-chefes da racionalidade militar. A revista procurava apresentar ao grande público, ao longo de mais de duzentas páginas, um retrato colorido e empolgante da “hileia fabulosa”, uma espacialidade que surgia representada por um reticulado de figuras narrativas que simbolizavam esse referente espacial a partir da floresta

virgem, “o maior espaço vazio de todo o mundo”, do “deserto demográfico”, de “uma região vazia, porém rica”.

Figura 25 – Capa da edição especial da revista Manchete: Amazônia – um novo Brasil (1973)



Fonte: *Manchete* (fevereiro de 1973)

Na capa da revista se destacou uma fotografia aérea da Transamazônica. A imensa rodovia é capturada pelas lentes do fotógrafo a partir do instante que um automóvel cruza o imenso e espetacular “espaço vazio” da floresta, sugerindo, conforme anuncia o subtítulo, um caminho a ser desbravado em direção a um universo de possibilidades que se desenhavam no horizonte. O aparato discursivo que engendrou as práticas de intervenção dos militares na região e que teve no discurso da colonização um de seus principais pilares também foi largamente veiculado pelo aparelho de propaganda do estado. A “grande aventura” de abrir cidades e transferir populações do Nordeste para os confins da Amazônia, uma das metas prioritárias do governo Médici, foi o mais ambicioso projeto de colonização dirigida no Brasil.

Na segunda fotografia, as “singelas casinhas cor-de-rosa do INCRA”, linearmente construídas às margens recém-abertas da BR-230, um lugar ermo onde “as motosserras não descansam”, surgem como cenário para os recomeços de milhares de “nordestinos de pele crestada” que enfrentavam a selva nas frentes de trabalho abertas em meio “as epopeias das estradas” (Manchete, 1973, [n.p.]). Neste jogo de imagens, a retórica ufanista presente na maioria das matérias, dos anúncios e textos de opinião, mobilizavam ideias/discursos que exploravam os símbolos nacionais, a integração nacional, as riquezas naturais, a figura do chamado pioneiro e do migrante desbravador (“em cada homem um herói”) e os signos de um futuro grandioso.

Nesse quadro, o movimento de (re)ocupação dos espaços amazônicos e de direcionamento dos fluxos populacionais eram partes cruciais das preocupações dos planos de desenvolvimento. Com ênfase na esfera regional e com objetivos mais pontuais, foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974), para ser executado em paralelo com o I PND. Sua perspectiva era a “conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos”, através da expansão da fronteira econômica e da ampliação do mercado interno. Para o melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, previa-se a “realização de pesquisas e de levantamentos em caráter sistemático”, que objetivavam mapear, conhecer e quantificar as riquezas da região (Sudam, 1971, p. 13-44). Durante a vigência desse plano foi definida uma série de estudos que miravam no “conhecimento progressivo do verdadeiro potencial de grandeza desses recursos”, e em programas e projetos prioritários que contaram com o apoio operacional dos levantamentos aerofotogramétricos do Projeto Radam e dos recursos financeiros do PIN.

Circunscrevendo tais demarcações, foram sendo delineados novos ordenamentos sociais que permitiram uma política de invasão/ocupação das terras indígenas e de expropriação dos pequenos proprietários rurais, engendrando a especulação fundiária e pontos de tensão nos territórios definidos pelo grande potencial de investimento do capital.

No tocante ao Maranhão, a abertura de novas áreas colonizadoras foi conduzida pelo governador Pedro Neiva de Santana, que assumiu o governo estadual em 1971, por indicação do general Médici. Seu programa de governo se manteve alinhado com a política dos militares, focalizando o fortalecimento do setor primário e a colonização dirigida para a Amazônia. De acordo com o que indicava seu Plano de Governo (1971-1975), os vales dos rios Mearim, Pindaré, Gurupi, Maracaçumé e Tocantins, por disporem de rede viária e de uma estrutura urbana, eram capazes de receber “frentes pioneiras de ocupação”, estavam aptos para incorporar “ao sistema produtivo, a massa de excedentes populacionais do Nordeste”, que já vinha se processando desde a década de 1950 de forma desordenada, e, conforme indicava o plano, precisavam que o estado intervisse, através da criação de “medidas de controle” (Santana, 1971a, p. 181).

Em consonância com o amplo programa de desenvolvimento e segurança preconizado pelos governos militares, Neiva de Santana (1971-1975) criou, em 1971, com o aval do presidente Médici, a Companhia Maranhense de Colonização – Comarco (Lei nº 320, de 6/12/1971). A Comarco era uma sociedade de economia mista, cujo objetivo era “a realização de estudos, projetos e serviços relacionados direta ou indiretamente, com o desenvolvimento de

um programa de colonização do Estado do Maranhão, podendo, para esse fim, celebrar quaisquer atos jurídicos, inclusive de comércio”<sup>97</sup> (Shiraishi Neto, 1998, p. 431).

A porção oeste do Maranhão, adjetivada como um espaço vazio, fértil, de terras abundantes e de fronteira entre o Nordeste e a Amazônia, surge na retórica governista como lugar estratégico para o exercício da colonização. Nessa linha, demarcou-se um território de aproximadamente 300.000 hectares para a instalação do Projeto Pioneiro de Colonização conduzido pela Comarco. A área englobava diversos municípios da microrregião do Pindaré (Grajaú, Lago de Pedra, Vitorino Freire, Pindaré Mirim, Amarante do Maranhão e, principalmente, Santa Luzia), distribuídos ao longo da BR-222. Em 1974, o projeto foi incluído no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA)<sup>98</sup> e no Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) – Decreto nº 74.794, de 30/10/1974.

O projeto que embasou a experiência colonizadora na Amazônia maranhense defendia uma “nova experiência de colonização no Maranhão”, uma vez que propunha aliar a colonização dirigida e o movimento espontâneo de migrantes já existente na região. Estimava-se que entre 1950 e 1960, “cerca de 700 mil nordestinos tenham vindo fixar-se nesse estado, devendo hoje constituir 20% da população maranhense” (Seplan, 1972, p. 6). Havia, portanto, no interior desse projeto de racionalização, uma tentativa de controlar as passagens, cercear os movimentos, erigir mecanismos de exclusão e direcionar a circulação dos contingentes populacionais que chegavam ao Maranhão.

<sup>97</sup> Vale mencionar que através do PIN foi criado, em 1972, o Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda, no espaço da antiga Colônia Nacional de Barra do Corda. Sob a coordenação do Incra, o projeto tinha a meta de assentar 3.000 famílias na região.

<sup>98</sup> O POLOAMAZÔNIA (Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974, criado durante o governo Geisel – 1974-1979) foi parte importante da estratégia de intervenção no espaço amazônico, elaborado pelo II PDA (1975-1979). Coordenado pelo Ministério do Interior, tinha como agências executoras a Sudam, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e o Banco da Amazônia S.A. (Basa). Sua proposta era a promoção do “aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia” (Brasil, 1974, [n.p.]), tendo como instrumento de coordenação regional a Sudam, a sudeco e o Basa. Com base na teoria dos polos de desenvolvimento, o programa focava seu investimento no setor de infraestrutura e no incentivo às atividades produtivas, e dividiu o território amazônico em 15 áreas estratégicas, entre elas a chamada Pré-Amazônia maranhense. O polo pré-amazônia englobava cerca de 31 municípios maranhenses que concentravam suas ações no que nomeavam de racionalização da colonização “espontânea” e no fomento ao setor empresarial (agropecuário e mineral). A partir da análise dos estudos e relatórios produzidos pela Sudam sobre o desempenho do POLOAMAZÔNIA no Maranhão, pude encontrar pistas que ajudam a elucidar os regimes discursivos que orientaram a compreensão da ação estatal sobre a Amazônia maranhense. Essa documentação aponta uma série de investimentos na agricultura (pesquisa, armazenamento, abastecimento), produção vegetal (mecanização, uso de defensivos, projetos pra criação de reservas biológicas), assistência técnica e extensão rural, transportes, abastecimento de água e ampliação da capacidade elétrica das principais áreas urbanas abrangidas pelo polo (Imperatriz, Pedreiras e Santa Inês), drenagem pluvial e saneamento, criação de centros de treinamento, saúde pública e educação rural (POLOAMAZÔNIA, 1995).

Nessa estratégia de gestão, o programa agenciado pela Comarco teve grande destaque na mídia. O discurso da imprensa era guiado por uma noção de triunfo da civilização e de anseio por uma intervenção técnica e material no território. Em 1971, *O Jornal do Dia* noticiou que a iniciativa era parte do programa prioritário de Neiva de Santana, e enfatizava que a ação era “de maior importância nas áreas de terras devolutas do oeste maranhense”, com o imperativo de ocupar as margens da rodovia estadual MA-74 e de investir em obras de infraestrutura, sociais e de organização comunitária (*Jornal do Dia*, 3/12/1971).

### **6.1 De Santa Luzia a Açailândia: um traço sépia na paisagem verde**

É nessa trilha que a abertura da rodovia estadual Santa Luzia-Açailândia ganhou ares civilizatórios, ao imprimir a conquista de um imenso “vazio verde” que, ao longo do tempo, retardou o destino histórico do Maranhão de ser um grande estado da federação. Tendo sido iniciada na gestão de Sarney, a obra não chegou a ser concluída, e o trecho existente desafiava os viajantes que por ela se deslocaram. Sebastião Negreiros (1996, p. 62) lembra que para realizar o trajeto São Luís-Imperatriz era preciso enfrentar uma profusão de desafios, uma vez que “somente a BR-226 nos ligava, via Peritoró, com a rodovia Teresina/São Luís, carroçável no trecho que vai de Porto Franco, passando por Grajaú, Barra do Corda, Presidente Dutra e Dom Pedro, até aquele entroncamento rodoviário com a BR-135” (Negreiros, 1996, p. 62). No trecho da MA-74, Negreiros (1996) descreve cenas desoladoras de árvores de grande porte derrubadas ao longo da rodovia, dos enormes atoleiros e filas de carros e caminhões carregados de passageiros, de mercadorias e de animais, que se formavam durante o período chuvoso.

Para validar o esforço da conquista e o desafio da intervenção governamental no enfrentamento de um espaço que teimava em existir pela hostilidade da selva, muitas matérias registravam as condições adversas enfrentadas pelos viajantes. É o que indicava a matéria sobre o acidente ocorrido na BR-222, nas proximidades do município de Santa Luzia. O articulista cobrava o poder público pela falta de conservação e sinalização da estrada, que “com seu leito acidentado, por força da própria topografia local”, cheia de curvas e sem sinalização vinha acarretando inúmeros acidentes: “Uma vez que aquela via passou para a esfera federal não seria exagerar se pra lá fosse enviado uma patrulha capaz de evitar os abusos que ali tem se cometido ultimamente por parte de motoristas nem sempre tão responsáveis” (*O Imparcial*, 10/11/1973, [n.p.]).

Em meio a esse cenário de desolação apresentado nos jornais, os relatos jornalísticos ajudavam a produzir um repertório de discursos e de imagens que configuravam uma paisagem

na qual a ação humana sobre a natureza é representada pelo enfrentamento governamental com seu aparato tecnocrático capaz de dominar o território e subjugar sua população. Nesse sentido, um dos esforços do governador Neiva de Santana foi promover uma campanha frente ao ministro dos Transportes Mário Andreazza, a fim de definir essa parte do Maranhão como área prioritária nos investimentos governamentais.

Tal iniciativa culminou com a federalização da rodovia MA-74, em 1974, que passou a integrar a BR-222, logo após ser incluída no Programa Nacional de Estradas Prioritárias, previsto no Plano Nacional de Viação (Lei nº 5.917, 10/9/1973). A BR-222 era uma rodovia transversal com a extensão de 1.431km, cujo itinerário se iniciava em Fortaleza (CE) e atravessava os estados do Piauí, Maranhão e Pará. Em 1964, na vigência do regime militar, foi instituído um novo Plano Nacional de Viação (Lei nº 4.592/1964), em substituição ao Plano Geral de Viação de 1951. Sua centralidade era interligar Brasília aos demais estados do país, priorizando os troncos longitudinais e transversais rodoviários articulados com sistemas aeroviário e marítimo. O plano passou por três mudanças, que alteraram significativamente a descrição das vias que compunham o modal rodoviário. O Plano Rodoviário Nacional (Lei nº 5.917/1973), aprovado em 1973, e ainda em vigor, criou um sistema de classificação das rodovias em função da orientação geográfica. É desse período a criação do símbolo “BR” para designar as rodovias federais<sup>99</sup>.

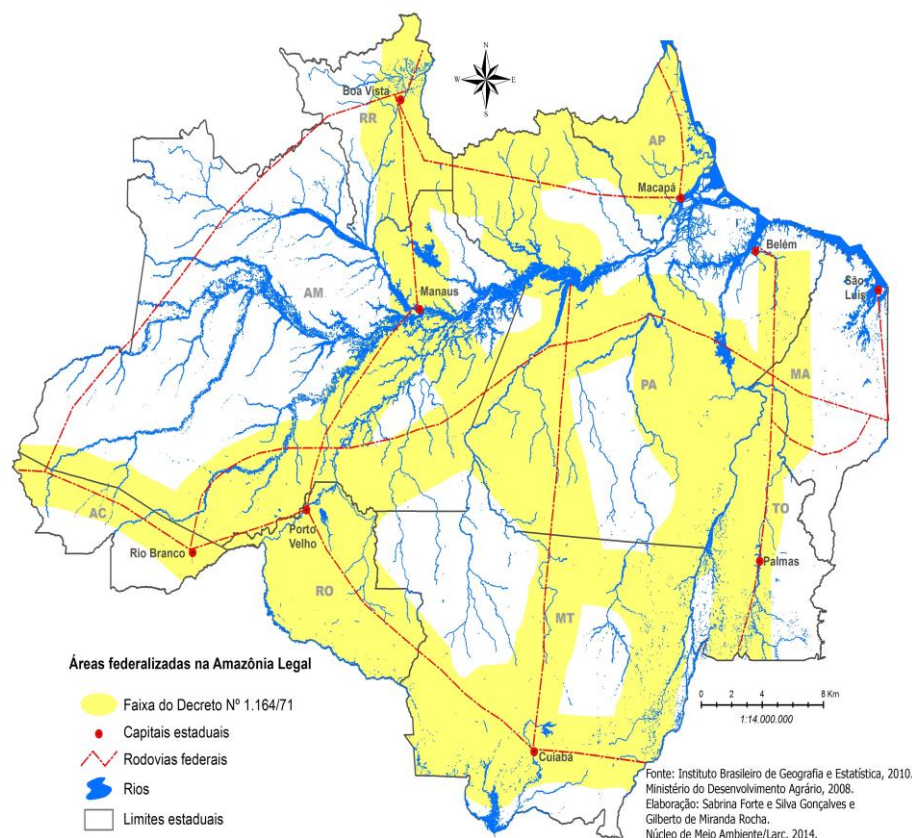
Nas narrativas jornalísticas, cada etapa que envolveu a abertura dessa rede viária foi revestida de um tom de aventura, de redenção e de grandiosidade. A euforia desenvolvimentista era parte da estratégia discursiva do governo para convocar os “homens de empresa” a assumirem seus papéis civilizatórios e ordenadores dos novos espaços de fronteira na Amazônia. Nessa modalidade de exercício do poder, as tecnologias de poder procuram intervir e reconfigurar os limites das fronteiras amazônicas, pressupondo a sanção de um conjunto de leis que garantiriam a denominada “ocupação ordenada e racional” das margens dessas rodovias federais. Foi o caso do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que determinou que eram “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais” a incorporação das “terras

---

<sup>99</sup> Conforme observa Trevisan (2021, p. 170): “O símbolo “BR” foi aplicado a qualquer rodovia federal, sendo separado por um traço seguido de número: “0” (zero) para as radiais, vias que irradiam da capital federal em qualquer direção para ligá-las a capitais estaduais ou a pontos periféricos do país - é o caso das BR-010, BR-030, BR-040, BR-050, BR-070; “1” (um) para as longitudinais, vias que se orientam na direção norte-sul; “2” (dois) para as transversais, vias que se orientam na direção leste-oeste; “3” (três) para as diagonais, aquelas que se orientam na direção nordeste-sudoeste ou noroeste-sudeste; e “4” (quatro) para as ligações e acessos, vias que ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias para encurtamento do tráfego, além daquelas que permitem acesso a instalações federais de importância, como terminais marítimos, fluviais, aeroviários ou ferroviários”.

devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias construídas e/ou em construção no país” (Brasil, 1971, [n.p.]).

Figura 26 – Áreas federalizadas da Amazônia Legal através do Decreto nº 1.164/71



Fonte: IBGE (2010)

Em suplemento publicado em *O Imparcial*, com o título “Quem é quem? 72 no Maranhão”, fazia-se o inventário das principais instituições e empresas que atuavam na modernização do estado. Entre elas, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) destacava-se, por conta de ações que visavam conectar as várias porções do Maranhão. Nesse bojo, a MA-74 é apresentada a partir de um leque de vantagens: a “integração e o desenvolvimento da economia maranhense”, “cortar a pré-amazônia maranhense”, “maior faixa de terras férteis”, conectar o oeste maranhense ao porto de Itaqui, interligar o restante do território à rodovia Belém-Brasília e permitir o acesso “a uma imensa reserva de terras virgens, rica de produtos naturais madeiras de marcenarias, terras próprias para todas as lavouras e culturas tropicais” (*O Imparcial*, 20/2/1973). Por fim, o artigo menciona que a “grande pressa” na integração espacial era um objetivo mobilizador das iniciativas estatais, sobretudo, o desejo de integração e de

conquista da Amazônia maranhense pelos “projetos pioneiros de colonização” (O Imparcial, 20/2/1973, [n.p.]).

Associar a construção dessa estrada com o projeto de colonização também foi tema abordado em matéria de opinião publicada em *O Estado do Maranhão*:

Inadiável da colonização e expansão econômica desta área, levando o governo do estado a decisão de investir em rodovias de penetração, verdadeiras estradas tronco, de apoio aos programas de ocupação a serem implantados. [...] A MA-74 atravessa na plenitude dos seus 290 kms regiões ecologicamente identificadas de pré-amazônia maranhense, avançando ao sudoeste do Estado. Com o objetivo determinado a servir de via pioneira, adentrando no maior vazio demográfico maranhense, esta rodovia se constitui na espinha dorsal de apoio a um amplo programa de colonização (projeto Pioneiro de Ocupação de Terras Devolutas) das terras situadas as margens programa este que representa um dos maiores investimentos atuais do governo estadual (O Estado do Maranhão, 28/7/1973, [n.p.]).

Ao tecer o perfil da estrutura viária maranhense, o articulista evocava o discurso da singularidade geográfica, que classificava o estado por sua condição de “faixa de transição entre o norte úmido e Nordeste árido”, da abundância de riquezas naturais, do “vazio demográfico” e da colonização. Em uma série de matérias e reportagens, a rodovia era representada como “menina dos olhos” dos governantes, “nossa transamazônica”, “minitransamazônica”. A magnitude da iniciativa era amplificada a partir das fotografias que acompanhavam os relatos jornalísticos.

Em uma reportagem do jornal *Vox Brasília*, reportada pelo *O Progresso*, cujo título era “Abre-se nova porta para a Amazônia”, evidenciava-se a abertura da fronteira agrícola no Maranhão: “O Estado nordestino é hoje uma nova fronteira que se abre para a conquista definitiva e rápida da Amazônia. Cerca de uma terça parte do território maranhense é coberta por selvas férteis, onde, muitas vezes, o homem jamais penetrou” (O Progresso, 15/11/73, n. 160). O teor do texto era chamar atenção do público leitor para a riqueza das reservas florestais, a imensidão de terras devolutas existentes e a possibilidade de fixação do migrante nordestino no espaço maranhense. Desse modo, a abertura da BR-222 era um fator decisivo:

Suas fontes de produção em potencial, o Maranhão oferece melhores condições econômicas, sociais e humanas aos que ali queiram explorar a terra. Além disso, o seu principal porto marítimo, São Luís, e perfeitamente capacitado a dar vazão rápida aos produtos da terra, não apenas para outros pontos do país, como ainda para os grandes centros executores. Ali será construído o maior porto do Brasil. Reconhecendo as perspectivas que se abrem para o Maranhão, no campo do desenvolvimento, o governador Pedro Neiva inaugurou a rodovia que liga Santa Luzia a Açailândia, esteada aquela que, em última análise, será a interligação de São Luís à “Belém-Brasília”.

Custou aos cofres estaduais a soma de 80 milhões de cruzeiros; a referida rodovia pode ser considerada obra de gigantes, desde que consumiu, na sua construção, cerca de 1/6 do orçamento anual do Maranhão (O Progresso, 15/11/73, n. 160).

Cabe mencionar as fotografias que acompanhavam as matérias. Duas fotografias publicadas na capa de *O Imparcial* merecem destaque: a primeira é representada pela figura de Neiva de Santana em viagem de inspeção das obras da MA-74 (Figura 27). Numa projeção romantizada, dizia a legenda: “Uma visão da floresta antes que o homem e a máquina a transforme em caminho de escoadouro de riquezas”. Sob o cenário da natureza, figuram signos modernos, um homem branco de costas, trajando roupa social, aparece em primeiro plano, e a máquina que ocupa o centro da narrativa visual, evidenciando seu poder de transformação pelo tronco da árvore a ser tombado. A narrativa fotográfica procurava indicar que a fronteira foi aberta pela força das máquinas e pela bravura do homem, que ao olhar na direção do horizonte convidava o leitor a vislumbrar um futuro que se projetava pela insistência do poder governamental.

Figura 27 – Pedro Neiva de Santana em visita à obra da estrada Santa Luzia, em Açailândia



Fonte: O Imparcial (3/7/1973)

Na segunda imagem, tem-se o registro de um veículo subindo um trecho íngreme e lamacento da mesma rodovia (Figura 28). O carro exibia uma faixa com o novo itinerário recém-inaugurado. Na legenda da foto é possível ler: “É preciso subir com firmeza para garantir a visão do futuro do alto dos objetivos”. Nota-se na narrativa visual que o carro transporta passageiros anônimos, possivelmente autoridades governamentais em comitiva, que se espremem no interior do automóvel. A dureza da imagem capturada pela lente do fotógrafo revela uma ideia de superação da adversidade, que se manifestava através do árduo desafio de vencer a natureza. Nas palavras de Helouise Costa (1994, p. 88), o fotojornalismo é fruto de um

“amálgama entre imagem e texto, o vínculo entre foto e legenda é fundamental na sua construção por se constituir na sua unidade narrativa”. Deste modo, conforme insinua a legenda, era preciso olhar para o alto, para o futuro que se queria construir, para onde se queria chegar.

Figura 28 – Estrada Santa Luzia-Açailândia



Fonte: O Imparcial, 3/7/1973

A noção de progresso difundida nos jornais também ganhava força simbólica por meio das fotografias dos sinuosos caminhos abertos nas matas, das máquinas derrubando a cobertura florestal, dos canteiros de obras e das estradas sendo pavimentadas, revelando um novo Maranhão.

Figura 29 – Trecho em obras da Santa Luzia-Açailândia (BR-222)



Fonte: O Imparcial, 24/9/1974

As narrativas jornalísticas revelavam o gigantismo de um território que permaneceu oculto até ser confrontado com novas forças de poder. A “ádua tarefa” da “revolução” era ter que revirar pelo avesso um país que ousava encontrar o “caminho de sua vocação histórica”. Esquadrinhava-se o progresso pelo tamanho das clareiras abertas nas áreas florestais, na extensão das rodovias que serviam de “escoadouro das riquezas” e dos deslocamentos sociais, por um conjunto de técnicas, procedimentos e objetivos postos em prática pelas políticas autoritárias de controle do território.

Em tom ufanista, as narrativas jornalísticas davam visibilidade e exaltavam a tentativa de inserção do Maranhão nos grandes programas de integração e de desenvolvimento nacional capitaneados pelos governos militares. Dando projeção aos numerosos planos e ações direcionados para a Amazônia e o Nordeste na década de 1970, e evidenciando a colaboração das gestões estaduais e municipais com o regime autoritário. Com efeito, os jornais faziam longas coberturas sobre as comemorações cívico-militares, as personalidades políticas, as solenidades e as visitas de autoridades governamentais (ministros, presidentes) nos eventos políticos e nas inaugurações de obras públicas que ocorriam rasgando Maranhão adentro.

A construção da estrada Santa Luzia-Açailândia foi um desses grandes eventos que atraiu os holofotes da imprensa e dos políticos. Dada a oferta desmedida de terras propagandeada pelo aparelho estatal, sua construção representava a força simbólica do discurso da integração no Maranhão, abrindo as fronteiras internas da Amazônia e, como tal, ensejava a chancela da força política dos militares. Enquanto fala que autoriza, o discurso da imprensa procurava legitimar o grande feito do governo e a “conquista racional”, ao anunciar a presença de proeminentes autoridades do regime em cerimônias, atos inaugurais e homenagens. No caso da rodovia, era fundamental atestar a grandiosidade do empreendimento.

Em tom chamativo, *O Imparcial* divulgou o nome de presenças ilustres na inauguração da MA-74, como a do general Médici e do Ministro dos Transportes (1967-1974), o coronel Mário David Andreazza. Nas gestões de José Sarney e Neiva de Santana, Andreazza tornou-se uma figura frequente na cena política maranhense, marcando presença em inúmeros eventos e solenidades que tinham grande repercussão na imprensa.

No ato inaugural do traçado da rodovia Santa Luzia-Açailândia, no dia 3 de outubro de 1973, os jornais da capital se apoiavam na presença da manutenção da unidade territorial. Nesse sentido, as diversas homenagens e os elementos simbólicos que constituem e consagraram os cerimoniais e as solenidades ganharam destaque nas páginas dos jornais, como o corte da fita em plena selva amazônica, representando os novos caminhos que se abriam para o Maranhão.

Figura 30 – Ato inaugural da rodovia MA-74 (BR-222) com a presença de Mário Andrezza



Fonte: O Imparcial (2/10/1973)

Por tratar-se de um personagem central no projeto de integração rodoviária da Amazônia, sobressaindo-se a construção da Transamazônica, por ele inaugurada em 30 de janeiro de 1974, a presença de Mario Andrezza era um atestado da grandiosidade do empreendimento e das grandes realizações do governo do Maranhão na tarefa de promover a integração regional. *O Imparcial*, em matéria de página inteira, destacou as comemorações pela abertura do trajeto rodoviário, e o ato simbólico de transferir a sede do Executivo e do Legislativo estadual para o núcleo colonial de Buriticupu, local que a partir dessa estrada se abria para a colonização: “As transferências são motivadas pelo cunho histórico e solene que o executivo e legislativo pretendem imprimir a entrega da rodovia ao tráfego nacional” (*O Imparcial*, 2/10/1973). Na solenidade, o título de “Cidadão Maranhense” foi entregue ao ministro dos Transportes, a quem o chefe do estadual, em seu pronunciamento, rendeu grandes homenagens:

Há alguns dias atrás ao anunciar a Vossa Excelência que a estrada estava concluída e pedindo que a recebesse e a viesse inaugurar. Vossa excelência com essa simplicidade que o caracteriza, imediatamente concordou conosco em que a pavimentação dessa estrada era uma condição (muitas palmas). [...] É essa senhor ministro a homenagem que o Maranhão lhe presta. Não só com a cidadania, mas com este esforço que procura acompanhar o seu ritmo que tem sido decisivo, para a grandeza, para o progresso do Maranhão, para que o Maranhão entre definitivamente na área do desenvolvimento e deixe aquele panorama de miséria que era a herança do passado e que será definitivamente esquecido no passado (*O Imparcial*, 3/10/1973).

A rodovia iniciada no município de Santa Luzia, ainda na gestão de Sarney, ganhava amplidão no governo de Neiva de Santana, rasgando a mata até as imediações do atual

município de Buriticupu, local onde foi instalado o Projeto Pioneiro de Colonização do Maranhão.

## 6.2 O Projeto Pioneiro de Colonização

No governo de Neiva de Santana, particularmente entre 1972 e 1974, as narrativas jornalísticas deram mais visibilidade ao discurso da colonização, à medida que muitas reportagens projetavam luz sobre o esforço da conquista, o empenho das instituições e o pioneirismo de uma experiência colonizadora promovida pela esfera estadual. Em entrevista concedida ao *Imparcial*, Neiva de Santana anunciou que a concretização da ação humana sobre espaço hostil e selvagem já se fazia realidade através do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), coordenado pela Comarca nas imediações do atual município de Buriticupu, onde já havia instalado “mais de 400 famílias, cerca de oito povoados, oito poços perfurados” e esperava-se “que até o inverno chegue, localizar ali mais de mil e quinhentas famílias” (O Imparcial, 24/9/1974). Sua fala fazia referência às metas estabelecidas pelo programa que inicialmente almejava fixar 10 mil famílias em parte da Amazônia maranhense (315.000ha) ao longo de dez anos. Assegurava ainda a distribuição de lotes de terra reservados para a moradia (500m<sup>2</sup> em área urbana) e a produção agrícola (5ha de área rural)<sup>100</sup>; o cadastramento e a ordenação das populações preexistentes na região; a demarcação e a titulação das terras; e uma parceria com a iniciativa privada por meio do financiamento de projetos agrícolas capitaneados por médias e grandes empresas do Nordeste e do Centro-sul do país.

Tendo em vista que o principal pilar do programa de governo de Neiva de Santana era a ênfase no setor primário e na modernização agrícola, tornavam-se primordiais os investimentos em aparato tecnológico, técnicas de plantio, o estímulo à pecuária extensiva, a chamada ocupação racional das terras públicas situadas às margens da MA-74, a fixação do homem à terra e o aperfeiçoamento do sistema de comercialização com a participação ativa do “colono” (Seplan, 1972, p. 12-14).

Essa regularização da posse da terra, criando milhares de proprietários em explorações de dimensão familiar e pequenas ou médias empresas, seria fator de retenção para se pôr fim ao nomadismo e a devastação dos recursos florestais abundantes e economicamente significativos das terras virgens, desde que se fizesse presente igualmente a ação do poder público nas demais medidas de fixação a propriedade tais como crédito, política de preços

---

<sup>100</sup> Em 1976, a área do programa foi reduzida para 125 mil hectares, e apenas 3600 famílias haviam sido assentadas em lotes agrícolas de 50ha.

mínimos, modernização de insumos, apoio técnico e facilidade de comercialização (Santana, 1971, p. 179).

No campo narrativo, reforçar o destino histórico do Maranhão, promover sua grandeza, defender sua unidade territorial e divulgar o esforço em transpor barreiras, abrir caminhos e expandir fronteiras foram amplamente mobilizados e atualizados pelo discurso oficial, pela propaganda e pela imprensa na década de 1970.

A título de exemplo, note-se a longa reportagem de *O Imparcial*, assinada pelo jornalista Luís Lílio. A matéria era o resultado de uma viagem de incursão que realizou em setembro de 1973 junto com a comitiva de Neiva de Santana e de outros membros da administração pública para conhecer o Projeto Pioneiro de Colonização. A visita ocorria após quase três meses do início das obras do Núcleo de nº 1, denominado de I Núcleo Avançado (INAA), por uma equipe de técnicos coordenada pelo engenheiro agrônomo Boileau Dantas Vanderley Filho.

Figura 31– Neiva de Santana e comitiva em visita ao Projeto Pioneiro de Colonização em Buriticupu



Fonte: O Imparcial, 9/9/1973

A narrativa jornalística de viagem de Luiz Lílio procurava apresentar ao público leitor a grandiosidade do empreendimento colonizador. Para isso, reiterava o discurso do enfrentamento da natureza. Seu relato era uma forma de convocar a sociedade civil para se engajar na missão civilizatória que se desenrolava no “coração da selva.” O tom de recrutamento é evidenciado na manchete do periódico:

AS INFORMAÇÕES QUE OS LEITORES DE “O IMPARCIAL” VÃO RECEBER NESTA REPORTAGEM SÃO VALIOSAS. EMPRESÁRIOS, ESTUDANTES DE AGRONOMIA, DE ECONOMIA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE COMUNICAÇÕES DE ENGENHARIA, POLÍTICOS, ENFIM, TODOS OS MARANHENSES PRECISAM TOMAR CONHECIMENTO DESTAS COISAS PARA QUE NÃO FIQUEM MARGINALIZADOS E POSSAM PARTICIPAR DESSE IMPRESSIONANTE PROCESSO EVOLUTIVO QUE COMEÇAMOS VIVER. DESCONHECER O QUE SE FAZ HOJE NO MARANHÃO, ASSENTANDO AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO GRANDE FUTURO. E ATÉ UM CRIME QUE O INDIVÍDUO PODE PRATICAR CONTRA A COLETIVIDADE EM QUE VIVE, E PRINCIPALMENTE, CONTRA SI PRÓPRIO PORQUE OS MENOS INFORMADOS EM HORAS COMO ESTA DEIXAM ESCAPAR, SEM A MENOR DÚVIDA, AS MELHORES CHANCES DE SUAS VIDAS. **CONSTROEM-SE CIDADES NAS MATAS DO MARANHÃO** (O Imparcial, 9/9/1973).

A coragem desprendida no enfrentamento homem/natureza tem centralidade no relato: “Naquela região quem se empunha as regras da vida era a selva impenetrável”, “ao olhar a imensidão daquele conjunto de árvores enormes, aquela mata que se faz respeitar por qualquer um, por mais corajoso que seja o homem da cidade treme e é tentado a chamar aquilo de “inferno verde” (O Imparcial, 9/9/1973). A imensa carga simbólica com a qual revestia seu discurso reavivava o mito do bandeirantismo (fortemente empregado na construção da Belém-Brasília e da Transamazônica) e ajudava a propagar a mítica da opulência do Eldorado: “Aquela região longe de ser um inferno, é um verdadeiro paraíso”, “jamais haverá qualquer problema de água”, “em se plantando tudo nos dará aquela terra”. O relato é também um convite a “todos os maranhenses”, para conhecerem um “outro Maranhão”, uma espacialidade que, segundo o jornalista, manteve-se isolada e distante dos centros de poder.

Há que se considerar que o início do Projeto Pioneiro se deu em uma conjuntura de estabilidade do regime autoritário, que apesar da grande complexidade social e da forte repressão em que se vivia, o governo Médici gozava de expressiva popularidade. A euforia desenvolvimentista era manifestada na forma do orgulho, de exaltação nacional e evocação patriótica pelo esforço da integração nacional, de celebração dos anos de ouro do milagre econômico e de crença em um futuro que havia finalmente chegado. Para Janaina Cordeiro (2015, p. 18): “A sensação de *construção do novo* constituiu-se em um aspecto fundamental da *opinião dominante* durante os primeiros anos da década de 1970 no Brasil”. Era um sentimento que estava presente nas comemorações da vitória da seleção brasileira de futebol em 1970, na construção da Transamazônica e nas celebrações pelo sesquicentenário da independência em 1972.

A profusão de festividades e celebrações que faziam parte do projeto cívico dos militares encontraram espaço de divulgação nas agências de propaganda governamental e nas páginas dos jornais da grande imprensa, que mesmo oscilando entre o desejo de autonomia e as concessões do Estado (de ordem financeira, através de publicidade oficial), indiretamente contribuíram na construção do consenso e na continuidade da ditadura (Motta, 2013). No tocante ao Maranhão, os periódicos analisados até aqui mantiveram o tom de apoio ao Estado autoritário, exaltando “os feitos da revolução”, seus ideais e seus personagens. Em linhas gerais, os diários *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*, através de seus editoriais e matérias de opinião, mantiveram-se engajados no esforço de construir uma representação de um novo Maranhão que se projetava totalmente afinado com a política dos militares e os valores liberais tradicionais.

Os periódicos demarcavam a inserção da Amazônia Legal no planejamento governamental e no rol das políticas de grande envergadura, elegendo a colonização dirigida como principal estratégia de enfrentamento da questão amazônica na década de 1970. O projeto colonialista vai ser incorporado pela propaganda e por toda uma maquinaria discursiva que enovelava os muitos fios que tecem o saber histórico sobre essa espacialidade.

No bojo das festividades e comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, festejadas em todo o território nacional no decorrer de 1972, e anunciadas por Médici como a “chegada do futuro”, simbolizando a concretização das expectativas em torno do “Brasil Potência.”<sup>101</sup> A campanha proposta pela Comarco fazia o duplo movimento de homenagear a visita do presidente Médici ao Maranhão em julho de 1973 e o sesquicentenário da “Adesão do Maranhão a Independência do Brasil” comemorado no dia 28 de julho<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> Segundo Cordeiro (2008, p.04-05) “em 1972, as comemorações do 150º aniversário da Independência procederam a uma recuperação ufanista da história do Brasil, de acordo com a qual, em 1822 D. Pedro I havia realizado a independência política da nação e, então, os militares a independência econômica. Em sua mensagem de fim de ano em 1971, por exemplo, o presidente Médici anunciava: “Vejo chegar, afinal, depois dêsses 150 anos de vida independente, a emancipação econômica dos sonhos dos inconfidentes.” O clima de prosperidade econômica era intensificado pela tentativa de construir uma imagem otimista do país, da qual a agência de propaganda do governo (Assessoria Especial de Relações Públicas - Aerp) era encarregada. [...] As comemorações do Sesquicentenário da Independência são, sob esta perspectiva, uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos observar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo.”

<sup>102</sup> O dia 28 de julho no Maranhão é um feriado estadual que faz referência à data em que se oficializou a “adesão” da província ao Império brasileiro durante a reunião da Câmara Geral em São Luís. Segundo Galves (2011, p. 106): “Após as formalidades que a ocasião ensejava seguiu-se um espinhoso processo de legitimação do novo centro de autoridade na dinâmica política provincial. A “adesão” – resultado do avanço das tropas oriundas do Ceará e Piauí e do desembarque, em São Luís, liderado pelo almirante Cochrane ante a resistência dos “portugueses” da província – deixou marcas profundas”.

Figura 32 – Comarco homenageia os 150 anos de adesão do Maranhão à Independência do Brasil

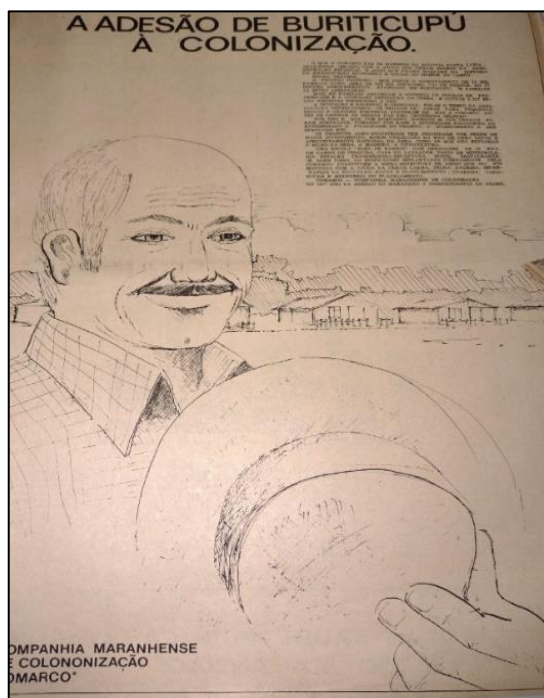


Fonte: O Estado do Maranhão (28/7/1973)

Inserido em meio a uma série de homenagens feitas pelo estado ao presidente Médici, a propaganda simbolizava a aliança entre o Estado e a Comarco, representada na propaganda através da personificação de sua logomarca. O desenho retratava a empresa colonizadora, parabenizando o Maranhão pelos 150 anos de adesão ao processo emancipatório do país. O cartaz é emblemático por revelar traços importantes do discurso oficial sobre a política de colonização que ora se inaugurava através da criação dessa companhia: o pilar colonização/desenvolvimento, o desejo de promoção da “ocupação racional da Amazônia maranhense” e sua vinculação com o modelo de crescimento econômico do terceiro governo da ditadura.

Vale frisar que a estratégia propagandista do período era associar os eventos nacionais ao projeto cívico encenado pelos militares. Em 1974, *O Imparcial* publicou uma série de propagandas em alusão a algumas datas cívico-militares e religiosas: o 28 de julho, a Independência do Brasil; o aniversário da denominada revolução, no dia 31 de março; e as festividades natalinas.

Figura 33 – Peça publicitária em comemoração ao dia da adesão do Maranhão à Independência (1974)



Fonte: O Imparcial (28/7/1974)

Na imagem acima, embora pareça exibir, em primeiro plano, o desenho de um camponês, cujo rosto risonho tende a mostrar a realização do sonho da terra, materializado nas casinhas que aparecem ao fundo, a propaganda dirigia-se ao empresariado. No texto que acompanhava a imagem, reforçava-se o discurso da “racionalidade”: “A ocupação é racional é ordenada. Foi-se o tempo da agricultura predatória, os pedidos de áreas para pequenas e medias empresas atingiram 530, mas a comarco antes de liberar as terras faz criteriosa seleção”. Elegia-se a grande empresa e seus projetos agroindustriais como prioridade “por maior investimento e maior utilização da mão de obra local” e elencava-se uma série de construções e aquisições (escolas, motel, casa de lavrador, restaurante, estação transmissora etc.) que estavam sendo feitas para recepcionar a iniciativa privada e as instituições conveniadas ao programa (O Imparcial, 18/7/1974).

Ufanismo, patriotismo, otimismo são agenciamentos que percorrem nitidamente a construção narrativa dessas peças publicitárias. É o que apontava a campanha que celebrava o décimo “aniversário da revolução”, festejado com pompa e circunstância no dia 31 de março de 1974.

Figura 34 – Propaganda da Comarco em homenagem aos “10 anos da revolução”



Fonte: O Imparcial (31/3/1974)

A representação do Maranhão como um espaço a ser descoberto e explorado está presente em outra peça criada pela Comarco. Em homenagem ao 31 de março de 1964, a campanha ilustrava o mapa do Maranhão em branco, e uma lupa desvendando um lugar de oportunidades, cuja tarefa da empresa colonizadora era “abrir perspectivas para uma área do Maranhão para onde brasileiros de todas as partes se deslocam em busca de um futuro melhor”. Desenhava-se um futuro ao alcance de todos, cujo horizonte de expectativa ia sendo configurado pelo projeto político iniciado com a “revolução de 31 de março de 1964”. Colonização e revolução surgem como sinônimos, fazendo alusão ao discurso de inovação com o qual foi criado o Projeto Pioneiro de Colonização do Maranhão, que assegurava sua diferenciação em relação às demais experiências de colonização na Amazônia Legal, ao incorporar o movimento espontâneo de migrantes que já afluíam para o oeste do estado desde décadas passadas.

Ainda em 1974, a Comarco produziu mais uma campanha durante as festividades natalinas de fim de ano. Da série de propagandas produzidas pela companhia, essa me chamou atenção por ser a primeira na qual identifiquei a representação dos chamados colonos no perímetro circunscrito pelo projeto de colonização. Na abordagem visual que toma a página inteira, intercalam-se imagem e texto. Na cena, possivelmente dirigida pelo olhar do fotógrafo, nota-se, no lado esquerdo, com certo esforço, devido à baixa resolução da imagem, uma mulher

e um cachorro. Fixos em meio a uma estrada de terra batida, a figura feminina parece carregar uma lata d'água na cabeça. Ela está posicionada em frente a um conjunto padronizado de casinhas de madeira. No canto direito da fotografia, identifica-se outra mulher, uma criança, e, mais ao longe, um homem se deslocando na frente das habitações. O centro da narrativa fotográfica é ocupado pela estrada enlameada, provavelmente uma das áreas loteadas às margens da BR-222.

Figura 35 – Propaganda da Comarco para as comemorações de fim de ano (1974)



Fonte: O Imparcial (31/12/1974)

Nesse espaço de figuração, os personagens surgem sem um rosto e sem um nome que os identifiquem, mas deixam entrever um universo cultural que, ao mesmo tempo que remete à escassez do mundo rural (lata d'água, os trajes simples e as habitações precárias), também simboliza o mundo do trabalho, a dimensão familiar marcada pela presença da criança e do espaço doméstico. São personagens secundários que surgem diminutos em relação à paisagem. Na simbologia da longa estrada cruzam-se os caminhos que levam a civilização aos recônditos do interior do estado.

A intervenção humana na natureza assume protagonismo na cena, seja pela abundância de terras, seja pelo traçado da estrada que simbolizava a grande obra de integração da Amazônia maranhense. Na composição do espaço visual, a legenda que acompanha a propaganda orientava e reafirmava a narrativa fotográfica, ao evidenciar o papel do caminho:

Onde há uma vontade, há um caminho, onde há boa vontade, há muitos caminhos a todos aqueles que nos ajudaram a abrir caminhos no ano que passou e que forjaram conosco na tempera da lide uma corrente sólida de boa vontade o nosso muito obrigado e melhores votos de harmonia e crescente prosperidade (O Imparcial, 31/12/ 1974, [n.p.]).

Porém, entre a retidão do caminho e a solidão dos personagens procurava-se retratar “a abertura” para uma parte do Maranhão alardeada no discurso da imprensa e nas falas oficiais como o lugar mítico da abundância de terras. O discurso oficial, ao procurar associar o dispositivo colonização com um ato de amor, “nossa forma de amar”, omitia de sua tática narrativa a precarização do trabalho e dos modos de vida, o perigo das doenças, as promessas não cumpridas, a falta de infraestrutura (escola, hospitais, poços artesianos), o problema da demarcação, a incerteza quanto à posse da terra e a violência cotidiana.

A análise dessas imagens evidencia o repertório visual e discursivo que foi acionado para divulgar o Maranhão através da imprensa. Além disso, para efeitos de atração do público-alvo do projeto (trabalhadores rurais e o empresariado) também foram utilizados outros meios de divulgação, como rádio, carros de som, panfletos publicitários e o boca a boca. Conforme mostra o aviso publicado no *Jornal Pequeno*, foram criados diversos pontos de recrutamento para cadastrar quem tivesse interesse em aderir à iniciativa do governo estadual.

#### AVISO

A Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO avisa aos agricultores que desejam adquirir lotes agrícolas, na área do Projeto Pioneiro de Colonização, em Buriticupu, que devem procurar com brevidade os postos de inscrição nos municípios de Rosário, Vargem Grande, Brejo, Pedreiras, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Santa Luzia e Imperatriz, junto aos escritórios da [rasurado] no Maranhão.

No município de Arary devem dirigir-se ao posto com sede na prefeitura, enquanto em São Luís a COMARCO, rua 13 de maio- 452, Altos.

Avisamos ainda que a companhia entregará a área preparada para o plantio em dezembro e que o transporte para o núcleo de colonização ficará a cargo da COMARCO.

Quaisquer informações mais detalhadas serão fornecidas no posto de inscrição (Jornal Pequeno, 15/10/1974, [n.p.]).

Passada a primeira etapa de seleção, os recrutados eram submetidos a uma triagem médica a fim de diagnosticar os sadios e aptos. Para serem aceitos no programa e direcionarem-se aos núcleos de colonização os candidatos precisavam passar por uma inspeção geral (de pele, pulmão e cardíaca) através de exames de sangue (hemograma e sorologia) e de parasitoses intestinais.

Ao focalizar o projeto pioneiro de colonização da Comarca duas obras são de grande valia na análise e problematização dessa experiência colonizadora no oeste maranhense, os livros “*Buritcupu. Sua história e suas características O Maranhão e o projeto pioneiro de colonização*” (2002), de Isaias Neres Aguiar, e “*A colonização agrícola do Buritcupu*” (2015), de Antônio Rafael Silva. São relatos que assumem uma dimensão mais de cunho memorialístico e autobiográfico, na medida que utilizam suas vivências, a tradição oral da cidade para tecerem suas narrativas. Em ambos os relatos há uma tentativa de narrar a saga dos primeiros “colonos” a partir do “testemunho de quem viveu”, oferecendo nuances importantes da prática colonizadora, das lutas e do cotidiano de homens, mulheres e crianças que migraram para Buritcupu a partir de 1973, até a emancipação da cidade em 1996.

Sobre o deslocamento dos primeiros contingentes populacionais, Isaias N. Aguiar (2002)<sup>103</sup> salienta que as viagens custeadas pelo governo estadual eram feitas em ônibus, caminhão e pau de arara, que transportavam famílias de várias partes do Maranhão com seus parques pertences.

Depois, sucederam-se várias mudanças: eram frequentes o desembarque de trabalhadores vindos de toda a parte do Maranhão. Um pedaço de terra era tudo que faltava para essas pessoas levarem uma vida com dignidade. As viagens dos colonos até Buritcupu eram bastantes sacrificadas, pois o acesso era difícil, visto que boa parte do percurso era por estrada de chão. Algumas viagens chegavam a durar até 10 dias, de tal forma que muitos colonos pensavam até em desistir, mesmo antes de chegar. No entanto quando chegavam e viam toda a beleza das matas, reconhecia e viam a beleza das matas, reconheciam que todo sacrifício havia válido a pena (Aguiar, 2002, p. 30).

Antônio Rafael Silva (2015) era membro da equipe médica que atuou no combate as epidemias de malária e leishmaniose que grassaram no projeto de colonização no início da década de 1970. Em *A colonização agrícola do Buritcupu*, narra com riqueza de detalhes seu contato com o lugar e com a história dos chamados “pioneiros”. No seu relato, ganha destaque a tentativa de descrever os esforços na execução de políticas sociais em saúde pública e a árdua luta desses sujeitos pela posse da terra. Seu primeiro contato com Buritcupu teria se dado em 1974, quando realizou pesquisas de campo sobre a malária para a produção de uma dissertação

---

<sup>103</sup> O militar e professor Isaias Neres Aguiar é natural de Olho D’água das Cunhãs (MA) e migrou para Buritcupu em 1994. Exerceu diversos cargos na administração pública. Suas pesquisas sobre Buritcupu se baseiam no acervo de imagens e histórias colhidas entre os moradores da região e de técnicos que trabalharam para a Comarca. Através das redes sociais (Youtube, Facebook e Instagram), o autor tem produzido análises sobre o presente e o passado da cidade, automeando-se de historiador da cidade.

de mestrado<sup>104</sup>. Nesse ínterim, relata que testemunhou a chegada de diversos núcleos familiares, oriundos de muitas partes do Maranhão, especialmente de “Santa Luzia do Tide, Bacabal e Imperatriz; a menor parte de São Luís, São José de Ribamar, Chapadinha, Timbiras, São Bernardo, Primeira Cruz, Açailândia, Viana, e Cajari, entre outras” (Silva, 2015, p. 75), e do Nordeste, movidos pela possibilidade de se estabilizarem por meio da posse da terra.

Quando as famílias chegavam a Buriticupu, de ônibus, ou em caminhões com seus poucos apetrechos (um reduzido enxoval familiar incluindo poucos animais) a permitir um deslocamento com razoável facilidade, eram imediatamente localizados no seu povoado, enquanto outras eram localizadas em “lugares estratégicos”, para depois serem distribuídas em seus respectivos povoados. Muitos recebiam uma lona para cobrir o alojamento provisório, que iriam dividir com outros até sua fixação no local da sua futura casa. Outros iam para alojamentos maiores. Uma vez fixados, começavam a extrair a madeira para a construção da casa. A coberta, sendo fornecida pela COMARCO, tinham que apanhá-la de caminhão onde houvesse. O ritmo de construção das casas se dava sob regime de mutirão dos próprios moradores (Silva, 2015, p. 41).

O autor lembra que ao desembarcarem naquela localidade inóspita, no meio de uma clareira na floresta amazônica, após uma “viagem arriscada e desconfortável”, seus semblantes transmitiam um misto de obstinação, coragem e preocupação. Ouvia-se “choros, de entusiasmo pelo mundo novo, ansiedades não escondidas, lamentações de quem se sente enganado pelo que encontrou, gestos de preocupação por reaver os poucos objetos que traziam em outro transporte” (Silva, 2015, p. 40).

Na esperança ingênua que só os recomeços trazem, muitos desses deslocados chegavam atraídos pela promessa de transporte, moradia, auxílio financeiro, assistência médica e educacional e, principalmente, de terra para trabalhar. Entretanto, à medida que iam se instalando nos núcleos e povoados que delineavam a arquitetura do projeto, passavam a viver sob o signo da espera e da provisoriidade.

Os colonos, como passaram a ser denominados, possuíam em comum uma uniformidade de situações e experiências, embora cada qual fosse dono de uma longa história com milhares de pequenos eventos específicos, mas com milhares de grandes eventos comuns. Vinham de povoados, municípios e estados diferentes, fazendo parte do mesmo movimento migratório no interior e para o interior do Estado do Maranhão; e configuravam a frente pioneira de penetração, que desde 1920 procurava os vales úmidos do Maranhão, em busca de terras e de segurança. Dessa forma atingiam os vales dos rios Itapecuru, Mearim, Gurupi e Tocantins, espalhando-se pela Pré-Amazônia Maranhense em busca do bem essencial de suas vidas: a terra para o cultivo

---

<sup>104</sup> Antônio Rafael Silva é natural de Bacabal. Foi docente e pesquisador do Departamento de Patologia da UFMA e foi através do mestrado em Doenças Infecciosas e Parasitárias do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro que foi para Buriticupu.

da colheita anual, formação de sítios com plantações perenes e a construção de pequenos criatórios de caça e pesca (Silva, 2015, p. 76).

O ritmo acelerado que marcou a instalação das primeiras famílias de segmentos sociais pobres no Projeto Buriticupu se chocava com a precariedade e a vulnerabilidade das condições de vida a que muitos foram submetidos, a exemplo de instalações improvisadas (grandes barracões de lona fincados no meio da mata, que abrigavam várias famílias juntas), da escassez de água (devido à ineficiência dos poços construídos, da morosidade do abastecimento feito por carro-pipa), da limitação de crédito (o salário a que tinham direito para custear a alimentação era convertido em quatro parcelas de vale-refeição, a serem gastas no armazém da companhia (Buriticupu Indústria e Comércio S/A – Bicosa), uma subsidiária da Comarco, encarregada de fornecer semanalmente os gêneros de primeira necessidade).

*A colonização agrícola do Buriticupu. A história contada por quem viveu* oferece ao leitor uma série de imagens e depoimentos de maranhenses que migraram para o projeto de colonização em 1974. Silva informa que as entrevistas foram realizadas durante os anos de 1996, 2012, 2013 e 2014, e explica que o método empregado na produção desse material seguiu alguns critérios de classificação e de aplicação de questionários. Segundo ele, as entrevistas foram transformadas em textos, que logo depois foram apreciados pelos depoentes. Além disso, houve a transcrição das falas gravadas durante a realização de algumas assembleias e reuniões, e alguns testemunhos foram escritos pelos próprios moradores.

Entre esses relatos, chamo atenção para o de Raimundo França Cruz, que se fixou em Buriticupu em outubro de 1974 e mantinha relações com o movimento de luta pela posse da terra:

Aqui chegando por volta das cinco horas da tarde fomos recebido por uma agente social, que nos conduziu até o P1V5. Ali desembarcamos, e essa agente social nos disse que nossa passagem ali seria temporária. No máximo 15 dias, enquanto os tratores terminavam de fazer a limpeza da área, para onde nós iríamos, que era PT-410.

Fomos para debaixo de um pedaço de lona, que media aproximadamente 6mx6m de dia esquentava demais, e de noite fazia frio. Na inscrição das famílias, o projeto prometia que as famílias não iam ficar sem plantar naquele inverno, pois receberiam dois hectares de roça pronta para plantarem. Isso não aconteceu e a fome começou a judiar de todos, porque muito embora o governo distribuisse um vale salário-mínimo por mês, em quatro parcelas, era insuficiente para o sustento da família. Esse vale não era em dinheiro, era um pedaço de papel, que só valia na cantina deles, que muitas vezes não tinha o básico para comprar (Silva, 2015, p. 180).

Nesse fragmento de texto é possível notar indícios relevantes das vivências dos primeiros “colonos”, os denominados “pioneiros”, e dos mecanismos de controle aos quais eram submetidos. Seu discurso dá visibilidade às estratégias de interdição e de gestão do

espaço/população, em se tratando das tecnologias de poder que operavam práticas de disciplinarização dos corpos através de ações como a da assistência social.

De acordo com o documento que embasava o projeto de colonização, os núcleos deveriam ser coordenados por uma assistente social, que em parceria com os técnicos agrícolas e agentes sociais, tinha a função de monitorar setores-chaves: educação, saúde, economia e saúde doméstica, dinâmica de grupo e extensão rural; de recepcionar os novos “colonos”, de explicar e fiscalizar as normas de funcionamento, de esquadrinhar as famílias em espaços específicos, que não escapavam à demarcação dos dispositivos de vigilância, que os delimitavam por loteamentos indicados por letras: P (povoado), V (vicinal) e T (trilha) e números, que serviam para regular, administrar e normalizar as condutas dos corpos migrantes.

Através do discurso da racionalidade técnica que constituía a experiência colonizadora, o perímetro da Comarca foi esquadrinhado pelos planejadores em três glebas: a gleba I correspondia a uma área de 300 mil hectares situada na margem direita da rodovia Santa Luzia-Açailândia, e era reservada para o assentamento de posseiros e pequenos agricultores. A gleba II (600 mil hectares) destinou-se aos projetos agropecuários e agroindustriais “do mais alto interesse para o progresso do estado”, implantados pela iniciativa privada. E a gleba III para a ocupação das populações já existentes na área (Sudam, 1976). Também se estabelecia que “a cada conjunto de 10 núcleos avançados de colonização, com 10 mil famílias, terá uma agrovila como centro prestador de serviços”, o “conjunto de 12 povoados seria servido por um Núcleo administrativo avançado integrado” que prestaria serviços variados (extensão rural, revenda de material agrícola, armazéns, miniposto de saúde, escola profissional, indústria de beneficiamento), e a cada conjunto de 10 Núcleos avançados administrativos haveria “uma agrovila dotada de serviços mais complexos” como a parte administrativa (gerência e supervisão), núcleos e armazéns regionais, fazenda-escola e centro regional de treinamento (Seplan, 1972, p. 15).

Em consonância com o modelo de urbanismo rural adotado pelo Incra, que, de acordo com Rego (2015, p. 89): “Prevvia a instalação de uma rede de núcleos urbanos hierarquizados, próximos, regularmente espaçados, conectados entre si e integrados ao campo”, o projeto do governo estadual almejava construir 10 núcleos, 120 povoados e uma agrovila. Nas diversas ações colonizadoras na Amazônia Legal, especialmente ao longo da Transamazônica, e com base na estratégia do governo de ocupar uma faixa de 10km de largura nos dois lados dessa rodovia, foram implantadas dezenas de agrovilas, agropólis e rurópolis. Em se tratando das agrovilas, seu papel era atuar como sede administrativa e local de instalação das agências bancárias, silos, hospitais, escolas, restaurantes, motéis etc. No tocante ao projeto pioneiro de

Buriticupu, até os anos 1980 foram construídos apenas dois núcleos avançados e doze povoados. O INAA, que serviria de parâmetro para os demais, dividia-se em cinco conjunto de loteamentos retangulares (1500m<sup>2</sup> de frente e 1000m<sup>2</sup> de fundo) reservados aos migrantes, aos funcionários da companhia e aos diversos órgãos conveniados ao programa.

Figura 36 – I Núcleo Administrativo Avançado do Projeto Pioneiro de Colonização



Fonte: O Imparcial (15/11/1974)

Distribuídos e fixados nessa lógica do espaço disciplinar, os ditos “colonos”, ao receberem seus loteamentos nas áreas nucleadas ou nos povoados demarcados pela colonizadora, tinham a incumbência de construir suas próprias habitações, geralmente, pelo sistema de mutirão, fazendo uso dos recursos naturais disponíveis na floresta, conforme mostra a fotografia abaixo (Figura 37).

Figura 37 – Colonos do projeto pioneiro de colonização na derrubada da floresta



Fonte: Acervo pessoal de Isaias Neres Aguiar

Essa e as demais fotografias que seguem fazem parte de um acervo de imagens disponíveis no livro *A colonização agrícola do Buriticupu*, de Isaias Neres, e segundo o autor, lhes foram doadas pelo engenheiro agrônomo Boileau Dantas Vanderley Filho, primeiro administrador do projeto e que aparece no centro da imagem no trabalho de limpeza do território para a construção do barracão que recebeu o nome de Palácio Maracajá, que foi construído para hospedar o governador Pedro Neiva de Santana e outras autoridades públicas em visita ao projeto e também para abrigar a sede administrativa.

As primeiras moradias foram majoritariamente erguidas de barro, palha, toras e cavacos de madeira (Figuras 38 e 39). Isaias Aguiar destaca que a rusticidade das habitações trazia a vantagem de serem ventiladas durante o dia, e a desvantagem de não separarem o espaço público do privado, pois “quem estava dentro da casa era visto por quem passava, de modo que o morador, ao deitar-se, era obrigado a revestir as paredes com tecidos ou outros materiais” (Aguiar, 2015, p. 29).

Figura 38 – Moradias de madeira e cobertura de cavaco do I NAA de Buriticupu



Fonte: Acervo pessoal de Isaias Neres Aguiar

No bojo da reestruturação das políticas públicas dos militares para a Amazônia, que a partir de meados da década de setenta passa a centrar fôlego na exploração mineral, principalmente após a descoberta de jazidas de minério na serra do Carajás, no Pará<sup>105</sup>, o

<sup>105</sup> A criação do Programa Grande Carajás (PGC) visando à exploração mineral em áreas no Pará, no Maranhão e no atual Tocantins, vai atrair o interesse de novos grupos políticos e empresariais para a Amazônia maranhense. O Projeto Ferro Carajás consolida, na Amazônia Oriental, a política de ocupação e integração da Amazônia ao mercado nacional, promovida pelo Governo Federal desde os anos 60. Daí a emergência de grandes empresas nacionais e multinacionais como a Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, ABC INCO S/A, CEAGRO

deslocamento de caráter oficial para o Projeto Pioneiro foi interrompido entre 1974 e 1975, pela empresa colonizadora. No entanto, o ritmo nervoso do fluxo espontâneo de migrantes se intensificou, dado que juntamente com os pequenos lavradores cadastrados pela Comarca tinham os “encostados”, em geral, trabalhadores sem-terra que iam se aglomerando nos arredores dos nucleamentos “os encostados, são quase 350 famílias, sem lotes, sem-terra, que ficam arranjando um pedacinho de mato aqui e ali, ou trabalhando alugado ou pagando foro nas fazendas” (Asselin *apud* Sousa, 2022, [n.p]).

Para acomodar o movimento contínuo de trabalhadores que afluíam para a nova fronteira agrícola, foram surgindo habitações cada vez mais precárias. Nas palavras do médico Antonio Rafael Silva (2015), as “casinhas de madeira pintadas de azul”, que caracterizavam as primeiras moradias construídas no I NAA, passaram a dividir espaço com habitações cada vez mais improvisadas, feitas de taipa (barro e palha).

A mudança na padronização das casas foi objeto de destaque no relatório dos técnicos da Sudam, que descrevem a falta de padronização e o caráter improvisado das habitações pelos riscos à saúde pública: “As habitações que estão sendo construídas, atualmente, parecem ser bastante precárias, não obedecendo aos padrões de higiene e vida saudável; são de taipa, cobertas de palha e chão batido, não havendo uma mudança de hábitos nesse aspecto (Campos; Melo, 1975, p. 20-21).

Na reportagem de Luiz Lílio citada anteriormente, uma das fotografias (Figura 40) publicadas na matéria assinada pelo fotógrafo Vic merece atenção por vários fatores: no centro da imagem, destacam-se mulheres e crianças de diferentes idades, que se enfileiram para caber no enquadramento da imagem, são personagens anônimos de uma jornada em busca de terra e trabalho, traço marcante da história das migrações nordestinas pelo Maranhão. Os pés descalços, as barrigas salientes e as faces abatidas, estampando a fome, misturam-se com o cenário que aparece ao fundo, um barracão feito “de palhas de palmeira anajá”. A cena desoladora contrasta com a legenda da fotografia, que diz: “As condições sanitárias desses alojamentos, contudo, são as melhores possíveis”.

---

Agronegócios, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisil Agrícola Ltda. e empresas Joint Ventures<sup>4</sup> como a Multigrains (Multigrain S/A e Multigrain Comércio, Exportação e Importação), que vão controlar o agronegócio no Maranhão nas últimas décadas do século XX (CARNEIRO, 2008).

Figura 39 - Moradias de palha no Projeto Pioneiro de Buriticupu



Fonte: O Imparcial, 9/9/1973

Convém frisar que a narrativa fotográfica representa um recorte do modo como o fotógrafo apreende o mundo em meio a diagramas de possibilidades. Como diz Mauad (1996, p. 7), a fotografia produz uma mensagem “que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem”. Nesse sentido, a fotografia de Vic é reveladora das práticas de apropriação do espaço rural pelos trabalhadores pobres, expressando o caráter precário e transitório desses modos de existência. Ainda que evidencie a provisoriiedades das habitações no projeto de colonização de Buriticupu, a retórica ufanista do relato de Luiz Lílio evocava a positividade da ação colonizadora, atribuindo a falta de infraestrutura e de condições econômicas e sanitárias que esses sujeitos viviam ao caráter de urgência do empreendimento.

Na análise da documentação é possível notar que o ambicioso projeto de alavancar o Maranhão através da modernização da agricultura e da integração dos vastos espaços da Amazônia maranhense se chocavam com a imagem de uma sociedade vista como insalubre. Nesse bojo, os controles instituídos, representados pelas agências federais que demarcavam o poder estatal nesses territórios, como era o caso da Sudam, ao produzirem seus diagnósticos sobre as deficiências encontradas nas áreas beneficiadas pelos programas governamentais, destacavam a necessidade de assistência médica sanitária.

De modo exemplar, o relatório do programa POLAMAZONIA ressaltava que no polo Pré-Amazônia a questão habitacional e as precárias condições de vida de suas populações era um problema a ser combatido: as moradias ofereciam “pouca segurança (perigo de incêndio

muito acentuado devido ao uso de palhas na cobertura)” e “condições precárias de higiene e saúde (taipa é muito úmido e favorece a presença de muitos insetos – inclusive o barbeiro – e mesmo fungos causadores de enfermidades)” (Sudam, 1976, p. 87).

Nesse mesmo documento, o polo surge como uma área endêmica que preocupava as autoridades sanitárias, “dada a situação do Maranhão se comportar como fonte de mão de obra não qualificadas nas regiões indenizadas de doenças na Amazônia particularmente onde foram identificados bons vetores dos parasitas” (Sudam, 1976, p. 119). Os trabalhadores que chegavam nas áreas de colonização procuravam serviços temporários em outros espaços amazônicos, principalmente no sul do Pará, exercendo uma série de atividades laborais em regime de trabalho temporário, como nas derrubadas de floresta nas estradas e fazendas, nas madeireiras e na criação de gado. Entretanto, a rotatividade desses trabalhadores pobres era apontada como fonte de perigo, pois ofereciam risco de propagação de uma diversidade de doenças, sobretudo da malária.

Segundo o relatório da Sudam:

[...] a malária tem se revelado em incidência forte nessa zona, graças ao intercâmbio migratório motivado pela demanda de trabalho braçal nos empreendimentos agropecuários do sul do Pará, onde a natureza do serviço de desmatamento para formação de pastagens dificulta as medidas preventivas contra a difusão da protozoose, nos programas de colonização ao longo das rodovias de penetração; nos trabalhos de substituição da floresta nativa, heterogênea por espécie única, de finalidade dirigida como a da Jari Florestal, e também nas tarefas das firmas empreiteiras de abertura de grandes eixos rodoviários, segundo o plano do governo federal ou o interesse dos governos estaduais (Sudam, 1976, p. 119).

Antonio Rafael Silva destaca como a incidência de diversas epidemias na região, a exemplo da malária em 1974, de leishmaniose em 1975, além de outras endemias, ameaçavam os objetivos da colonização. O pesquisador relata que a transmissão da malária era recorrente nos espaços amazônicos, sobretudo nas áreas de desmatamento provocado pela abertura da malha viária. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Malária: estudo clínico e epidemiológico, na recente colonização de Buritcupu* (1974), denunciou o alto risco de transmissão da doença no perímetro do projeto: “Caso não fossem estabelecidas as medidas de controle (diagnóstico, tratamento e medidas profiláticas) seria quase impossível o homem fixar-se as terras de Buritcupu sem sofrer grandes danos à saúde” (Silva, 2015, p. 67). Ao acompanhar de perto o cotidiano dos “colonos”, observou que essa doença foi um dos primeiros desafios enfrentados na região. Ademais, identificou algumas situações que agravavam a incidência dos casos: a precariedade das habitações, especialmente as situadas na periferia das

matas, na medida que o contágio geralmente ocorria no interior dos domicílios, a falta de acesso aos medicamentos e a descrença e a recusa no tratamento médico.

O surto de *Leshimaniose Tegumentar Americana* (LTA), também conhecida como “ferida brava”, que acometeu homens, mulheres e crianças, cujos sintomas variavam devido ao tipo de parasita transmitido pela picada do mosquito e às condições imunológicas de cada pessoa. A infecção que provocava o surgimento de lesões ulcerosas na pele e, geralmente, indolores, tornaram-se periódicas durante a estiagem, na fase de preparação do solo para o plantio e na colheita. Logo, era vista como um inibidor do potencial de trabalho dos colonos, pois impossibilitava a rotina da lavoura e os segregavam do convívio comunitário, gerando estigmas sociais. O médico relata alguns casos de pessoas entre 10 e 50 anos que, ao serem acometidas pela “febre brava”, foram isoladas do convívio social pelo Serviço Social e Nutrição da Comarca, sendo agrupadas “em barracos, construídos no meio da mata, em local estratégico, entre dois povoados, de maneira que a equipe médica pudesse examinar e colher material para exames” (Silva, 2015, p. 87).

É imperativo dizer que a problemática da saúde pública não se restringiu aos primeiros anos da colonização, no decorrer de 1970 e 1980, mas foi se somando à proliferação de doenças como sarampo, tracoma, hanseníase, coqueluche, disenteria, tuberculose etc. Nessa perspectiva, diante de um quadro epidemiológico grave, o discurso médico-sanitário, pautado na medicina preventiva, focava na higiene pública, agenciando-se mecanismos de intervenção e regulação das maneiras de morar, de se alimentar, dos costumes e das condutas. Nas palavras de Foucault (1979, p. 80): “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. Deste modo, foi no “biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A Medicina é uma estratégia biopolítica”.

É como dispositivo de biopoder que o discurso da prevenção, da promoção da saúde, da medicalização da população vai agir no corpo coletivo. Nas áreas de colonização, o migrante era o corpo-alvo que precisava ser medicalizado, tratado e minuciosamente controlado. Controle e vigilância são conceitos-chaves no exercício desse tipo de poder, e se fazem presente na prática e nas instituições do campo médico. Daí a produção de técnicas capazes de gerir e regular a vida (estimativas, estatísticas, taxas, tabulações, campanhas de vigilância, exames médicos e psicológicos, visitas periódicas).

Ao pensar a experiência colonizadora na Amazônia Maranhense a partir do conceito de biopoder, é preciso atentar para o modo como a gestão pública da saúde da população migrante nas áreas de colonização se configurava em um poder sobre a vida. No pensamento

de Foucault (1988, p. 152), esse modelo de racionalidade que se constituiu no mundo ocidental, a partir do final do século XVIII, constitui uma “tecnologia de duas faces – anatômico e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida de cima a baixo”. No pensamento desse filósofo, este poder que se forja em torno das disciplinas do corpo (individual) e das regulações da população foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo, pois permitia o controle dos corpos nos aparelhos de produção e o ajustamento da população aos artifícios econômicos.

Ao atentarmos para as diferentes estratégias em curso, que elaboram políticas públicas, planos, problemas/soluções e que mobilizam trabalhadores de diferentes regiões do país em direção ao território amazônico, é preciso entender como esses discursos constituem as engrenagens políticas de projetos de governamentalidade. Na trilha aberta por Foucault em “Segurança, Território, População” (1978), o que está em disputa nas sociedades contemporâneas eram as formas de direcionar e controlar os fluxos populacionais.

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão permanentemente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, do que as governam (Foucault, 1978, p. 85).

Nessa perspectiva teórica, entende-se que a população passa a ser pensada enquanto corpo em movimento, que precisa ser conduzido e controlado dentro de certos parâmetros de poder policial, ao contrário da ideia de “povo” que é aquele que não obedece, mas precisa ser disciplinado para tornar-se “população”. Assim, é preciso refletir sobre o modo como as políticas governamentais foram pensadas e atuaram na configuração espacial e no controle dos movimentos populacionais para a Amazônia maranhense durante as décadas de 1960 e 1970. Conter e direcionar a “circulação da população” tornava-se preocupação central dos mecanismos de poder do aparelho de Estado, que se voltavam para as sociedades rurais a fim de conter as tensões no campo e a mobilização dos movimentos sociais.

No plano de governo de Neiva de Santana, a questão da saúde pública foi abordada como ponto-chave para o engrandecimento do território, uma vez que as doenças subtraíam a força e o tempo de trabalho, obstruindo o crescimento econômico do estado: “São por demais negativas, e notoriamente atingem a força de trabalho, quer pela redução da vida média, quer pela redução da aptidão física para o trabalho” (Santana, 1971, p. 196). Em face dos desafios

impostos pela geografia da região, pelas condições de vida das populações rurais e das doenças sazonais, era imprescindível investir em estrutura médica e na assistência à saúde e social. Entretanto, na perspectiva traçada pelos “colonos” entrevistados pelo médico Antonio Rafael Silva, a gestão estadual e a Comarca não conseguiram cumprir nem conduzir as políticas públicas previstas pelo programa de colonização, a exemplo da criação de uma estrutura hospitalar que englobaria toda área do projeto (um hospital e um miniposto em cada povoado) e do serviço de assistência social, que se mostravam precários, deixando entrever o estado de abandono em que se encontravam (Silva, 2015).

Silva (2015) destaca que diante de um quadro de saúde pública preocupante, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), juntamente com outras instituições (Secretaria de Estado da Saúde e Sucam) procuraram intervir na região. Com a dupla função de discutir a questão sanitária e a posse da terra na região, foram organizados oficinas, assembleias e seminários que reuniam professores, estudantes de medicina, profissionais de diversos saberes e moradores de Buriticupu<sup>106</sup>. No campo da saúde, as reuniões procuravam formar lideranças comunitárias capazes de multiplicar o saber médico na comunidade. Diz-se que no processo de escuta e de diálogo com os “colonos” foram elencados um feixe de problemas e de reivindicações que versavam sobre a promoção da saúde pública e da qualidade de vida. Os documentos produzidos nesses encontros cobravam do estado e da empresa colonizadora ações variadas: a construção e manutenção de uma estrutura hospitalar, o fornecimento de medicamentos, a realização de pesquisas epidemiológicas, a redução da mortalidade infantil, o convênio com outras instituições, a oferta de cursos, campanhas educativas, treinamento e formação de técnicos de vacinação, a manutenção de programas de vigilância epidemiológica e o deslocamento de equipes médicas para os lugares mais afastados dos núcleos e povoados (Silva, 2015).

Na senda aberta pelo debate sobre a falta de serviços de saúde, o tema da educação no campo também tinha destaque. O projeto inicial previa a criação de uma escola profissionalizante (com cursos de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, modista, padeiro, marceneiro), de fazendas-escola (alunos de 15 a 20 anos teriam formação básica com ensino de técnicas de cultivo durante a entressafra), a alfabetização de adultos via Mobral e a construção de escolas de educação básica pelo projeto "João de Barro" (Seplan, 1972, p. 43-44).

Iniciado em 1967, durante a gestão de José Sarney, o Projeto João de Barro surge como parte da estratégia de modernização do “Maranhão Novo”, com vistas a equacionar o problema

---

<sup>106</sup> As ações levaram à criação do Projeto Buriti, coordenado pelo Núcleo de Patologia Tropical do departamento de Medicina Social da UFMA (Varga, 2002)

educacional dos segmentos rurais, dados a ler pelos altos índices de analfabetismo. Seu principal objetivo era alfabetizar as populações rurais através da interação com o próprio meio, que se iniciava com a construção do espaço físico da escola, que deveria ser feito pela comunidade em sistema de mutirão. Na imagem abaixo, publicada do jornal *O Imparcial*, é possível ver uma dessas construções: um barracão feito de taipa, chão batido e cobertura de palha.

Figura 40 – Escola construída pelo Projeto João de Barro em Buriticupu



Fonte: O Estado do Maranhão (13/5/1974)

O camponês representado pela simbologia do João de Barro era descrito como um sujeito “[...] marginalizado dos recursos culturais e econômicos existentes”, e “[...] incapaz de, por si, inserir-se no processo de desenvolvimento global do Estado”. Nesse sentido, era papel do programa conduzi-lo “[...] para uma participação mais ativa no processo de desenvolvimento de Estado e fornecendo-lhes o mínimo do instrumental necessário (Projeto João de Barro, 1967, p. 2 *apud* Nascimento, 2021, p. 110).

### 6.3 Entre a cerca e o asfalto

No âmbito das lutas cotidianas, os moradores de Buriticupu viviam um clima de belicosidade tensionado por uma série de conflitos provocados pela falta de água, por práticas repressivas do aparato policial, por problemas na demarcação dos loteamentos e na titulação das terras, por confronto com grandes empresas agropastoris e extrativistas que se instalaram

na região e paulatinamente avançaram suas linhas demarcatórias para as áreas reservadas para a colonização dirigida.

O relato de Raimundo Torres Filho é emblemático do modo como a falta de abastecimento de água era um problema potencializado por um conjunto de fatores climáticos e administrativos (escassez de chuvas, insuficiência de poços artesianos e atraso no fornecimento de água via carro-pipa) que forçavam um incessante movimento dos “colonos” na tentativa de realinhar suas posições nos espaços esquadrihados pela Comarca.

O recebimento dos lotes rurais era acompanhado de uma carta de anuência, para facilitar negócios com banco e tinha a validade de um ano. Quanto ao título definitivo do meio rural, somente recebi em 1983 e procurei logo quitá-lo, aproveitando-me da desvalorização da moeda, que todos se lembram. O grande problema, que enfrentei na chegada, foi a falta d’água, a falta do cumprimento das promessas que nos fizemos em Bacabal.

[...]

Um fato que me marcou e a outras pessoas, foi a constante falta d’água. devido a isso em dezembro de 1976, eu e mais cinco colonos viemos ao I Núcleo porque soubemos da existência de casas vazias de outros colonos que tinham debandado (Silva, 2015, p. 190).

Capturados pelas redes de vigilância, os “colonos” eram sujeitados a uma lista de pequenas proibições que restringiam seus movimentos e a própria sobrevivência, como a caça de animais silvestres, a extração de madeira para fins comerciais, o cultivo de alguns alimentos (mandioca), a proibição da abertura de casas mercantis e, principalmente, a possibilidade de ocupar loteamentos diferentes dos determinados pela empresa colonizadora.

Em suas memórias, intituladas *Memórias da vida e da luta de um militante*, o líder camponês Luiz Vila Nova informa que das 1.035 famílias que faziam parte do Projeto Pioneiro de Buriticupu, somente 600 permaneceram até 1983, sendo a falta de abastecimento de água um dos principais motivos para o abandono dos núcleos e povoados. Segundo ele, as famílias que permaneceram foram as que habitavam nas proximidades da BR-222, apesar de enfrentarem uma multiplicidade de problemas (falta de escolas, de terra para plantio e de assistência médica) (Vila Nova, 2019, p. 66-68).

Em geral, o imperativo de se deslocar de um ponto a outro do espaço esquadrihado ou de deixar para trás loteamentos e áreas de plantio por parte de muitas famílias credenciadas no projeto decorriam de muitos fatores: o agravamento da falta de água, intensificado pela insuficiência de poços artesianos e pela estiagem prolongada que ocorreu na região entre 1979 e 1983, o distanciamento das áreas de moradia das lavouras, a infertilidade do solo em pontos reservados para agricultura, a ausência de estradas vicinais e de infraestrutura básica (escola,

hospitais) em muitos povoados, a busca por melhores condições de vida, a falta de titulação de terras e a violência física e simbólica.

A ação ostensiva da polícia era um ponto que aparece em vários documentos que tratam do Projeto Pioneiro de Colonização. No depoimento de Raimundo Torres Filho, a “debandada” de muitos “colonos” teria sido consequência direta da truculência policial: “Outra coisa que incomodava muito era a presença da polícia, na ocasião dirigida pelo sargento Furrupa, de quem falavam “gatos e sapatos” e, principalmente, devido à sua agressividade, “as suas exigências e perseguições as pessoas foram responsáveis pela debandada de várias famílias. Só na minha rua dez famílias foram embora” (Silva, 2015, p. 190).

Nesse universo cultural performado por uma violência difusa, figuras como “Furrupa”, apelido dado ao sargento Manoel Monteiro, da Polícia Militar do Maranhão, nomeado delegado na gestão do governador Nunes Freire (1975-1979)<sup>107</sup>, torna-se personagem importante nos relatos da história dos começos dos núcleos e povoados.

No livro *Buritcupu. Sua história e suas características*, Furrupa é apresentado como um militar célebre, uma espécie de mandão local, “um homem temido”, de “estilo próprio”, que se excedia “no mau trato aos presos” (Aguiar, 2002, p. 52). Ao se apropriar do espaço no “ato de contar” a experiência vivida pelos primeiros moradores, Isaias Aguiar põe em cena personagens, ações, gestos que ajudam a compor a imagética desse território como um local isolado, uma trincheira de guerra onde as imagens de truculência da polícia faziam parte do cotidiano dos núcleos e povoados. Isaias Aguiar narra um episódio ocorrido em 1975, quando um “colono” apelidado de Fogoió, “um homem bastante corajoso e de confusões misteriosas” enfrentou “o temível sargento Furrupa”, ao se recusar a matar uma liderança sindical conhecida como “Seba”, com quem o delegado havia tido um desentendimento”. Fogoió, além de não aceitar o crime encomendado, ainda reuniu os membros do sindicato e narrou os planos do delegado, desafiando provar tudo diante do “temível Delegado”. Aguiar (2002, p. 52-53) relata

---

<sup>107</sup> Osvaldo Nunes Freire (1911-1986) era natural de Grajaú (MA). Formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, presidiu o extinto Conselho do Serviço Social Rural do Maranhão e a Federação dos Criadores do Maranhão. Sua entrada na vida política se deu ao assumir o cargo de Secretário de Saúde na interventoria de Saturnino Bello. Foi aliado político de Vitorino Freire, elegendo-se Deputado Estadual pelo PST em 1950, pelo PSD em 1954 e, posteriormente, pelas Oposições Coligadas em 1958 e 1962. No regime civil-militar, integrou o partido da Arena, foi nomeado Secretário de Saúde nos primeiros meses do governo José Sarney. Entre 1966-1970 elegeu-se Deputado Federal, e em 1974, por influência de Vitorino Freire e do presidente Geisel, foi indicado para o governo do Maranhão. Importante dizer que desde a posse de Sarney, em 1966, até a eleição de sua filha Roseana Sarney, em 1998, Nunes Freire foi o único político a assumir o executivo estadual que não pertenceu à chamada oligarquia Sarney.

que ao tomar conhecimento da desobediência do colono, Furrupa “se irritou bastante e não pensou duas vezes: determinou a prisão de “Fogoió”.

Após inúmeras tentativas malsucedidas de prender o “desordeiro”, o confronto final se deu quando Fogoió, que mantinha uma rotina de sair livremente pelas ruas, “vestido de bermuda com uma faca e falando mal do delegado,” estava em uma barbearia e logo foi cercado pela polícia:

Furrupa que havia viajado para a capital do estado, voltava agora investido de total autoridade para resolver o caso. No domingo seguinte, Fogoió saiu normalmente para a rua. Como era final de semana, havia alguns colonos conversando na barbearia de seu João Barbalho quando Fogoió chegou para participar do bate papo. Não deu tempo: a polícia estava a sua procura. Desta feita doze policiais divididos em dois grupos, comandados pelo sargento Furrupa e Fernandes.

Ao chegarem, apertados na caminhonete C-10, cercaram o fugitivo e lhe deram ordem de prisão[...] Fogoió mais uma vez surpreendeu a todos: resistiu à prisão, sacou da faca e desafiou a toda polícia. Furrupa ordenou que todos saíssem de perto, pois ele iria definitivamente resolver a questão, iria atirar. Saíram todos obviamente, quando Fogoió estava sozinho dentro as sala do Sr. João Barbalho, não se intimidando com ameaças, o delegado acionou o gatilho. Matou? Não: o tiro foi certo numa forquilha no centro da casa.

Em seguida, Fogoió entrou num quarto da casa onde algumas mulheres se escondiam do confronto, protegendo-se de possíveis balas perdidas. Foi quando ele ouviu a polícia ameaçar matar todos que estavam ali dentro da casa. Nessa hora, Fogoió pediu que a polícia não fizesse aquilo, pois ele iria se entregar [...]

Em seguida foi algemado e conduzido a um local a aproximadamente 120 metros. Jogaram-no chão e começaram um verdadeiro espancamento.

[...] os policiais, não conformados com a prisão apenas de Fogoió voltaram ainda a percorrer uns 40 metros, para buscar alguns dos colonos que por ali estivessem e fossem solidários ao preso (Aguiar, 2002, p. 56-57).

No relato de Isaias Aguiar a história ganha ares de faroeste, tendo Buriticupu como cenário, uma população sobressaltada pelo confronto com a polícia e dois sujeitos que duelavam com armas em punho pelos espaços entrincheirados (a delegacia, as casas dos colonos, a mata) do pequeno e abandonado lugarejo. Na qualidade de mandatário de uma lei superior, Furrupa é um personagem que atua a “serviço da lei” para fazer respeitar e reestabelecer a ordem rompida pelo “desordeiro”. Ele opera como força garantidora de uma forma de governamentalidade normalizadora e disciplinadora que se constitui a partir do discurso da ordem e de condução das condutas. Fogoió representava o avesso dessa racionalidade, personificando linhas de resistência que se configuravam através dos signos da bravura e da coragem. Por seus traços de recusa, por não se deixar ser conduzido por um regime de medo e de violência imposto por instituições como a polícia e seus instrumentos de interdição do “governo dos outros”, ele vai ser acolhido pelos outros “colonos”, que o ajudaram inclusive a fugir da cadeia.

Nesse espaço em disputa, das ações de seus praticantes, como diz Michael de Certeau (1994, p. 171), erigem-se “histórias múltiplas, sem autor nem espectador, formados em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaço”. Os “colonos”, ao serem submetidos a uma série de normalizações e intervenções que sustentavam o discurso técnico das instituições, cujos objetivos era instrumentalizar a governamentalidade, no sentido de fazer valer a razão de Estado, eram recorrentemente subjugados por práticas de violência agenciadas tanto pelo aparato policial e jurídico quanto por braços armados, a mando de proprietários rurais, como forma de coerção social, de imposição de condutas e de resolução de litígios.

Há que se considerar que em uma espacialidade onde coabitavam distintas marcas da lei do lugar, as práticas de crimes perpetrados por pistoleiros a mando de fazendeiros, políticos, empresários e grileiros são representativas de uma tentativa de manutenção da hierarquia social e da hegemonia territorial e político-econômica de determinados segmentos sociais sobre outros. Aguiar (2005, p. 75) menciona o caso de Deusdeth, visto como um dos mais perigosos pistoleiros da região, que operava como braço armado de fazendeiros e políticos: “Um criminoso frio e sanguinário responsável por uma geração de muitos órfãos e viúvas. Porém, ele era apenas um de uma série de pistoleiros que agiam livremente”.

É possível dizer que a confusa definição dos limites e a falta de demarcação das terras pertencentes ao estado foram um dos temas nucleares nas disputas que se forjaram em torno da apropriação do território amazônico. Importante lembrar que a faixa territorial de controle da Comarca se estendia por várias porções do Maranhão, sobretudo pelo chamado Vale do Pindaré (nos municípios de Lago da Pedra, Vitorino Freire, Santa Luzia, Pindaré Mirim e Santa Inês), sendo seu principal eixo de atuação a negociação, a venda e a demarcação de terras, tanto que com esse propósito foram reservados 1.185.000 hectares às margens da BR-222 para que as médias e grandes empresas investissem em projetos agropecuários e extrativistas.

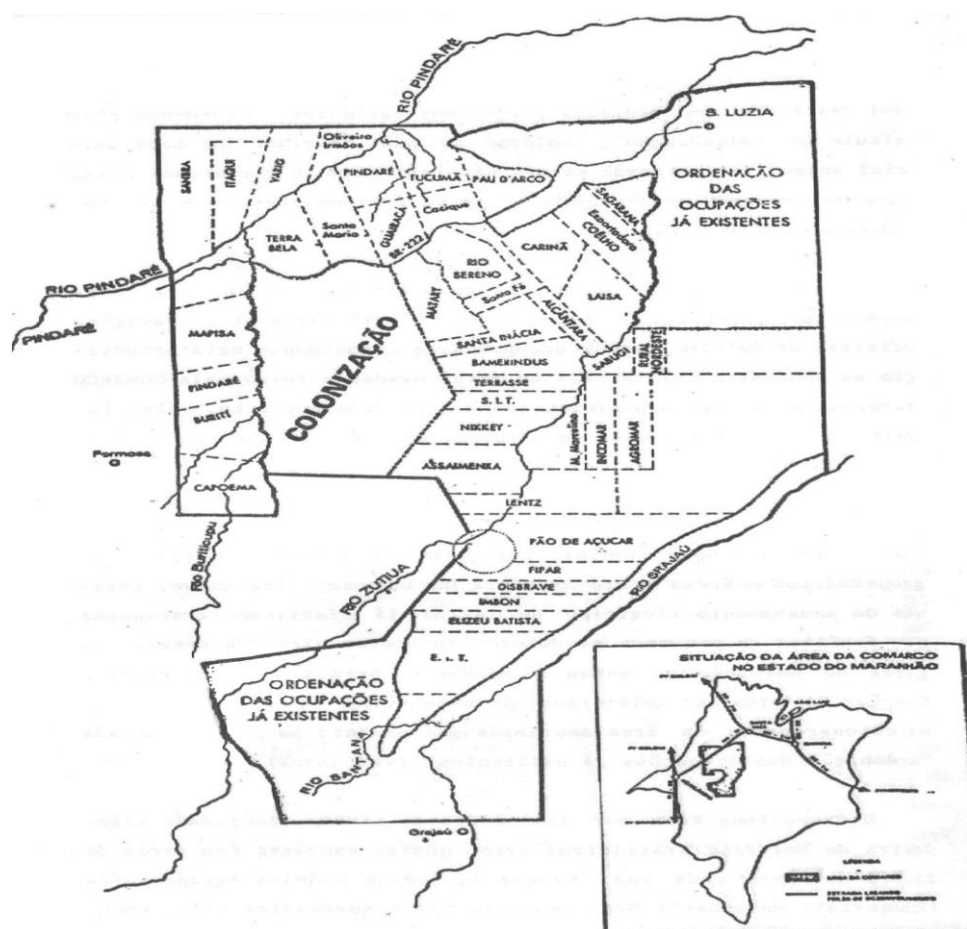
Conforme aponta o relatório das atividades da Comarca de 1974, publicado no jornal *O Imparcial*, o incentivo empresarial visava atrair para o Maranhão “grupos empresariais com sólida situação financeira e com experiência empresarial em projetos agropecuários, proporcionado a ocupação racional de terras devolutas e visando ao mesmo tempo a elevação da tecnologia utilizada no setor primário” (*O Imparcial*, 7/2/1975, [n.p.]).

Entretanto, de acordo com o estudo feito por Asselin (1981 *apud* Sousa, 2022) ao inventariar os principais grupos empresariais que se apropriaram, a preços irrisórios, de grandes extensões de terras ditas devolutas no vale do Pindaré, entre as décadas de 1970 e 1980, muitas dessas empresas, além de não terem experiência no setor agropecuário, também empregaram várias ações de grilagem para ampliar seus patrimônios: o Grupo Cacique (SP), uma empresa

do ramo de café que adquiriu 100.000ha e se subdividiu em quatro empreendimentos: Tucumã, Pindaré, Guairacá e Cacique. Dentro da área administrada pelo Cacique havia uma grande serraria, a Sociedade Maranhense de Administração e Serviços (Soma). O grupo Mapisa (GO), que atuava no setor imobiliário e de venda de carros da Volkswagen, e no Maranhão, passou a investir na pecuária. A Ferrasso (RJ), que também detinha o Posto Pindaré, localizado dentro da própria fazenda. A Rio Bonito e a Buriti Agropastoril (PR), especializadas no setor cerâmico, e no Maranhão, operou no extrativismo da madeira. Da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), Banco Bamerindus, da empresa farmacêutica Merck, da empresa revendedora de automóveis Meira Lins, de Pernambuco.

Pelo que sinaliza o mapa que esquadrinha o perímetro do projeto de colonização, os núcleos reservados à colonização, que segundo o projeto inicial era a ação primordial da companhia, estava cercado por grandes grupos empresariais que paulatinamente foram avançando suas cercas para os loteamentos dos colonos.

Figura 41 – Mapa da área de atuação da Comarco



Fonte: Almeida (2015, p. 138)

Nas palavras de Asselin (1981):

Os colonos, ilhados pelas empresas, com 25 hectares (quando o módulo da região é de 35) apareceram no princípio como propaganda de simpatia para a opinião pública estadual e nacional. No fim é que a intenção aparece: usados pelo governo e jogados em terras insuficientes, esses colonos são apenas uma reserva de mão de obra barata para as empresas usarem como, onde e quando quiserem. Em 1974 havia 1035 famílias de colonos, atualmente são apenas 600. Existem, porém, os encostados que são quase 350 famílias, sem lotes, sem-terra, que ficam arranjando um pedacinho de mato aqui e ali, ou trabalhando alugado ou pagando foro nas fazendas. E os encostados estão aumentando porque alguns núcleos estão sendo abandonados por falta d'água, e porque a grilagem em toda a região continua feroz. Mas o plano não era esse? Tá aí mão-de-obra farta e barata para as empresas se desenvolverem em cima do rebaixamento social da população maranhense. No começo, a área para colonos era de 300.000 hectares. A grilagem dentro dessa área reduziu a terra a quase 150.000 hectares, cuja grilagem ainda continua roendo a terra dos pequenos. Mas o objetivo final é esse: terra pouca para botar uma rocinha apertada insuficiente para sustentar a família, que é para ter tempo dos pequenos aumentarem as riquezas dos poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Daí porque a Comarca nunca cumpriu a promessa de aumentar os lotes de 25 para 50 hectares. E terra era o que não faltava (Asselin, 1981 *apud* Borges, 2022, p. 131).

Assim sendo, a política agrária empreendida pela empresa colonizadora foi alvo de inúmeras denúncias de invasão das terras reservadas à colonização por grupos empresariais. Segundo *O Imparcial*, o juiz Carlos Macieira apontava que a falta de demarcação de terras era o grande problema, pois a “empresa vendeu lotes de terras a empresas poderosas e estes por não conhecerem seus limites legais estão invadindo áreas pertencentes a antigos lavradores, já fixados na região a longos anos”, existindo casos em que “quando os agricultores perceberam estavam com suas residências dentro de cercas de arames farpados dos fazendeiros” (*O Imparcial*, 1/7/1975, [n.p.]).

Nesse enquadramento, o espaço foi se reconfigurando a partir de acirradas disputas pela fixação de limites e por condições de sobrevivência, que culminaram com grandes batalhas judiciais envolvendo políticos, fazendeiros, grileiros, agentes do estado e “colonos”. Em geral, as disputas pela posse da terra se baseavam na alegação de que a área circunscrita para alienação não tinha sido discriminada e nem havia a titularidade das terras públicas incorporadas ao patrimônio da companhia. Levando-se em conta que as terras não foram precedidas de ações regulatórias, de acordo com a Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956, que regulava o processo

das ações discriminatórias de terras públicas<sup>108</sup>. Diante disso, em 1974 o Tribunal de Justiça do Maranhão considerou nulas todas as vendas de terras públicas no estado feitas pela Comarco.

O *Estado de São Paulo*, em reportagem de maio de 1976, noticiou que “pelo menos dez grandes empresas do país que adquiriram terras no Maranhão não terão suas compras confirmadas pelo estado, que devolverá 25 por cento do valor total da terra pago no momento das transações foram efetuadas junto a COMARCO” (O Estado de São Paulo, 3/5/1976, [n.p.]). De acordo com o articulista, a decisão judicial provinha do fato da comprovação da “ilegalidade nas transações com algumas dessas empresas”, e informa ainda que denúncias feitas pela CPT apontavam que essa parte do interior do estado tinha se convertido no maior foco de tensão e violência, “pois algumas empresas expulsam os posseiros existentes em suas áreas para que possam garantir a posse após a discriminação” (O Estado de São Paulo, 3/5/1976, [n.p.]).

A batalha jurídica conduzida nos anos seguintes foi amplificada pela imprensa, que geralmente reforçava os vultosos investimentos e os prejuízos que o empresariado teve ao adquirir terras no Maranhão. De outro modo, a arena de luta que se seguiu após a decisão judicial de nulidade das terras engendrou enfrentamentos que desembocaram no uso da força armada e numa série de denúncias aos órgãos de repressão do regime autoritário, geralmente de empresários que acusavam o governo estadual e a Comarco de fraudes e de abusos de poder policial. As denúncias dirigidas ao Serviço Nacional de Informação (SNI) aparecem no conjunto de documentos reunidos no acervo do Arquivo Nacional, disponibilizado virtualmente através do Projeto Memórias Reveladas. Nesse acervo, localizei uma diversidade de documentos produzidos pelo Departamento de Segurança e Informação (DSI) sobre o agravamento da questão fundiária no Maranhão, especialmente as contendas entre os denominados “goianos”, os “colonos” e a administração da Comarco. São cartas, telegramas, ofícios, peças judiciais, recorte de jornais, atas de reunião, panfletos/cartilhas e inquéritos policiais produzidos entre os anos de 1972 e 1976.

Dentre os dossiês da Comarco que tive acesso, destaca-se o imbróglio judicial em torno da ação de nulidade promovida pelo Incra nas terras do grilo da Fazenda Pindaré. Em meio a uma série de telegramas enviados em 1974 ao SNI, o advogado Pedro da Costa Moraes, representante de um grupo de fazendeiros goianos, acusava o governo do Estado do Maranhão e a Comarco de abuso da força policial no processo de demarcação e regularização de imóveis rurais em Buriticupu, constando nos telegramas as acusações de prisões arbitrárias, de ameaças aos gerentes das fazendas e de proteção a invasores de terra. Em virtudes dessas e de outras

---

<sup>108</sup> A Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956, exigia a discriminação judicial das terras devolutas para que pudessem ser alienadas, sendo substituída pela Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

denúncias, o Ministro da Justiça Armando Falcão solicitou ao presidente Geisel a criação de um Grupo de Trabalho para estudar os problemas fundiários no Maranhão, devido ao “clima de tensão existente no Estado, da ação livre dos grileiros, de violências cometidas pela Polícia Militar do Estado, dos crimes que se sucedem, de queixas de Dioceses e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura” (Brasil, Arquivo Nacional, BBR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 2).

Outra denúncia presente no dossiê era feita pelo padre Ivo Poletto, secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra, através de uma carta datada de 26 de março de 1976, endereçada ao Ministério da Justiça. Através dessa missiva o sacerdote solicitava providências contra um conjunto de irregularidades que vinham sendo cometidas contra os moradores do projeto pela empresa colonizadora na gestão de Nunes Freire:

Como certamente é do conhecimento de V. Excia, o problema dos colonos e posseiros da área de colonização da COMARCO, Companhia Maranhense de Colonização, que já era grave, tomou agora caráter mais delicado diante das ameaças, prisões e espancamentos de que são vítimas aqueles indefesos trabalhadores pela ação do Delegado da polícia Militar Sarg. Luiz Monteiro. Por informação que acaba de chegar a Comissão Pastoral da Terra, além desses problemas, mais de 600 famílias encontram-se em quase total abandono pela administração da COMARCO. Diz a referida informação que no mercado de consumo da Companhia, já não há comestíveis e não é possível a aquisição fora desse mercado, uma vez que os trabalhadores só dispõem de vales semanais aceitos exclusivamente nesse mercado. Acresce que a cidade mais próxima dista 110 Km do local. Esta situação está levando as famílias - homens, mulheres e crianças - a um calamitoso estado de pauperização. Em sete povoados faltam poços e o abastecimento de água potável é extremamente insuficiente.

Diante desses angustiosos problemas, já conhecidos pelas autoridades e pela opinião pública, lamentamos que não se tenha tomado nenhuma providência até o momento, o que poderá ocasionar uma profunda revolta daqueles trabalhadores rurais com repercussões nacionais e até internacionais.

Pedimos, em nome da Justiça a que têm direito esses trabalhadores e suas famílias, que quanto antes sejam tomadas as devidas providências para que não mais se repitam as violências e para que em definitivo seja reconhecido o direito à propriedade dos lotes em que trabalham (Brasil, Arquivo Nacional, BR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 53).

Em resposta às acusações apresentadas pela CPT, o chefe do Executivo estadual encaminhou ofício ao Ministério da Justiça, alegando a apuração dos fatos junto à Comarco e enfatizando o tom “deploravelmente alarmista” da missiva. Em sua defesa, ao longo do documento Freire apresentava um histórico do Projeto Pioneiro, traçando um panorama da quantidade de famílias assistidas pelo programa, das obras realizadas e das que estavam em execução. Com relação ao problema do abastecimento de alimentos e de água potável, assegurava a regularidade dos serviços, exceto em situações que a própria topografia do

território agravado pela estação invernos ocasionavam a interrupção ou atraso do serviço: “tem surgido interrupção neste regular sistema de assistência alimentar, como ocorreu, no primeiro trimestre deste ano, quando em pleno inverno, a 1ª e 3ª vicinais apresentaram problemas particulares de acesso, face as condições pluviométricas e topográficas da área” (Brasil, Arquivo Nacional, BR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 72).

Outro aspecto que chama atenção no documento fazia referência à ação policial, mais especificamente às suspeitas de abuso policial praticadas contra os “colonos” pelo Delegado Furrupa. Nas palavras do governador Nunes Freire, o policiamento era fundamental para “manter a ordem” no território, posto que havia um acelerado processo de povoamento que tinha “toda sorte de aventureirismos e interesses antissociais comuns nas áreas de ocupação pioneira”. Alega que as grandes riquezas naturais e a disponibilidade de terras exigiam “a tomada de medidas enérgicas” para evitar “a evasão de matéria-prima florestal, bem como eliminar o desmatamento predatório e o nomadismo devastatório, práticas usuais na região” (Brasil, Arquivo Nacional, BR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 72-73). Seu discurso reforçava a existência de uma rede de vigilância e de tecnologias de poder criadas para coibir práticas e costumes vistos como “predatórios” a fim de garantir a segurança do território e da população.

Por conseguinte, longe de incorrer em atos arbitrários, o destacamento policial de Buriticupu tem procurado estar atento, exercendo vigilância ostensiva, coibindo abusos no tocante ao desmatamento irracional, afastando da área elementos socialmente perniciosos e impedindo as ocupações clandestinas, a fim de evitar que, mais tarde, os invasores tenham que defender, "mesmo que seja pela violência", segundo orientação nociva de alguns equivocados pregadores da dissensão social que por ali adejam, posses de terra ainda que ilegalmente adquiridas (Brasil, Arquivo Nacional, BR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 72-73, grifo nosso).

Um outro argumento apresentado por Nunes Freire quanto às acusações, era a de atribuir um cunho ideológico às denúncias, associando o discurso da CPT com tentativas de “manobras subversivas”, que pretendiam criar um “clima de descrédito na atuação governamental. Em sua defesa, Freire exaltava o esforço governamental “no desbravamento e ocupação ordenada de uma extensa faixa do oeste maranhense”, e apontava o caráter pioneiro e em fase de implantação do projeto: “Omite-se, por exemplo, o dado de que os Poderes Públicos Federal e Estadual já investiram naquela região cerca de Cr\$ 40 milhões para dotar o Projeto de Colonização de condições físicas, econômicas e sociais favoráveis ao beneficiamento exclusivo do colono” (Brasil, Arquivo Nacional, BR RJANRIO, TT.O.QUF.PR0.043, p. 71).

É importante assinalar que nos bastidores do jogo político formou-se uma batalha por poder envolvendo o governador Nunes Freire e o então senador José Sarney. Ambos os políticos trocavam acusações de apoio e aquisição de propriedades por meio da grilagem de terra. Na leitura de Asselin (1985, p. 140), devido ao imbróglio jurídico que se formou em torno da demarcação e regularização da posse de terras nas áreas de colonização, requisito fundamental para a aprovação de projetos agrícolas pelas agências de desenvolvimentos, Freire recebeu “ataques violentos” e “foi ameaçado seriamente pelo sistema de perder o mandato se não mudasse sua disposição de não favorecer os grupos sulistas e estrangeiros protegidos por Sarney. Sua mão foi pressionada a assinar títulos em favor de grandes grupos em troca de sua permanência no governo do Estado”<sup>109</sup>.

Nas páginas de jornais como o *Estado do Maranhão*, Freire aparece em meio a acusações do crime de corrupção na administração pública e de uso da truculência policial na resolução dos conflitos. De tal modo, que em muitas matérias, inclusive de repercussão nacional, discorria-se sobre a “crise do Maranhão” e propagava-se a defesa da intervenção federal no Maranhão, que embora não tenha se concretizado, maculou a imagem política de Nunes Freire perante os generais.

Com efeito, a venda e a concessão das terras para grandes empresas partiam da premissa que havia um amplo “espaço vazio” e disponível para a ocupação no Maranhão. Entretanto, o propalado discurso da abundância territorial esbarrava na ausência de uma delimitação precisa do tamanho desse território e de suas linhas demarcatórias. De acordo com o Plano de Governo de Neiva de Santana, existiam “«90.000 km<sup>2</sup> de terras devolutas na região “Pré-Amazônica” (Santana, 1971, p. 174). Crítico da carência de estudos e de dimensionamento das fronteiras fundiárias (falta de um cadastro de terras e a grande quantidade de “posses cartoriais”), Tribuzi pontuava a existência de aproximadamente “100 mil km<sup>2</sup> de terras sem ocupação, de cobertura florestal pré-amazônica” (Ribeiro, 2017, p. 126).

---

<sup>109</sup> De acordo com Asselin (1985), a querela envolvendo a decisão judicial de nulidade da venda de terras pública no Maranhão foi solucionada com a instituição da Lei das Ações Discriminatórias de nº 6.383, de 7 dezembro de 1976. Através dessa lei, o estado decretava que a ação discriminatória seria analisada por Comissões Especiais que convocariam, em um prazo de 60 dias, as partes envolvidas no processo para apresentarem documentação comprobatória da posse da terra, após audiência de instrução e julgamento havia a regularização da terra (Brasil, 1976). Para Asselin (1985, p. 141), a lei “era discriminatória mesmo: queria impossibilitar a habilitação dos lavradores. Em primeiro lugar, os editais publicados no Diário Oficial e em jornais da capital São Luís não chegavam ao conhecimento do homem do interior; em segundo lugar, por ser processo judiciário, necessitava de advogado; e quem tem recursos financeiros para isso? Em terceiro lugar, o prazo para habilitação era de 30 dias e isto se tornava muito difícil para aquele que nem sequer tinha reconhecida em cartório. Eliminando, então, os verdadeiros ocupantes, por meio da lei, ideologicamente dominante, só os donos de empresas teriam fácil acesso a habilitação e o juiz, em muitos casos aliciado, dava sua contribuição para uma legalização rápida”.

A problemática dos limites também remetia a uma questão conceitual. Os termos “terras devoluta”, “terras do Estado”, “terras livres”, que aparecem nos documentos oficiais, foram sendo agenciados no campo discursivo de forma ambígua e equivocada, gerando o acirramento das lutas entre os agentes sociais envolvidos nos conflitos fundiários no Maranhão. Para Almeida e Mourão (2017), o termo trazia a noção de que pertencer ao estado significava ser desabitado/vazio e sem aproveitamento econômico, remetendo à falta de conhecimento técnico da região e de um tipo de olhar colonizador sobre a Amazônia que ignorava os territórios e o universo cultural dos povos indígenas e de comunidades quilombolas.

Convém reiterar que na década de 1970 a questão fundiária passou a ser vista como um problema de segurança nacional, com base no que determinou o Decreto-lei de nº 1.164, de 1/4/1971, e o Decreto nº 71.615, de 22 de dezembro de 1972, que alterava o decreto anterior, estabelecendo que a temática agrária ficaria submetida ao Conselho de Segurança Nacional, definindo “as normas para a implantação de projetos de colonização, concessão de terra e estabelecimento ou exploração de indústrias de interesse da Segurança Nacional, nas terras devolutas localizadas ao longo de rodovias, na Amazônia Legal” (Brasil, 1972, [n.p.]).

Ora, em nome da segurança nacional se legitimou a aliança entre empresariado e estado, com a adoção de políticas públicas que tinham como prerrogativa o arrefecimento das tensões no campo. Até meados dos anos 1970 o carro-chefe da propaganda governamental era associar a colonização dirigida com a reforma agrária, propagando o discurso da abundância de terras e da necessidade de transferir os sujeitos de áreas em litígio para as novas fronteiras abertas na Amazônia Legal. No entanto, o que se nota é um processo violento de concentração fundiária, de urbanização acelerada dos espaços margeando as rodovias e de expropriação do pequeno lavrador, que passa a perambular pelos estados da Amazônia Legal em um processo de desterritorialização sem paralelo, marcado pela transitoriedade e pela precarização do trabalho.

Nessa conjuntura de federalização de parte considerável das terras públicas, nota-se o agravamento da grilagem no país, sobretudo na corrida pela posse das áreas que margeavam as rodovias federais. No que tange ao Maranhão, a prática da grilagem se acentuou através de várias modalidades que envolviam atividades fraudulentas agenciadas por grileiros, empresários, técnicos governamentais, agências públicas e o setor jurídico.

Ianni (1981) postula que, comumente, o grileiro agia a mando do empresariado e representava a prática “sútil ou arbitrária” da violência sobre os trabalhadores rurais despossuídos da titulação da terra. Com o beneplácito do aparelho de estado, o grileiro lançava mão de uma série de estratégias para tomar posse da terra: falsificação de títulos, adulteração

de inventários e de escrituras, compra do direito de posse, invasões, perseguições, ameaças, prisões, espancamentos, queima de plantações e de casas, pagamento de indenizações, semeadura de capim em áreas de plantio, uso da força policial e de pistoleiros, homicídios e chacinas.

Em síntese, o avanço da grilagem e da iniciativa privada nas áreas destinadas à colonização ajudaram na configuração de um espaço belicoso que foi drasticamente reduzindo o território prometido aos “colonos” e ampliando os espaços de poder das médias e grandes empresas. “Ilhados pelas empresas” esses sujeitos passaram a compor uma reserva de mão de obra abundante, pouco qualificada, de baixo custo e disponível. Cada vez mais desassistidos por uma administração ineficaz e inoperante, restava aos “colonos” e “agregados” o trabalho tido como temporário em diversas atividades laborais nas fazendas, nas madeireiras e nas serrarias que foram se espalhando pela região. Em muitos casos, cabia a esses sujeitos se deslocarem para outros lugares da imensa cartografia amazônica, aumentando a rede de deslocamento de trabalhadores em busca de terra e trabalho.

Uma reportagem de *O Imparcial*, assinada por Onildo Sampaio, tratava com preocupação da migração de colonos maranhenses para os estados amazônicos do Goiás e do Pará:

Projetos agropecuários implantados nos dois estados vizinhos e outros empreendimentos localizados no interior da região amazônica vem oferecendo oportunidades de trabalho a braços ligados a serviços da lavoura e de criação de gado. Em diversos município da baixada maranhense, aos poucos as localidades ficam sem os braços operosos dos seus homens, que são levados por emissários de fazendas paraenses e goianos – as quais nem sempre pagam os altos salários prometidos (*O Imparcial*, 16/7/1975, [n.p.]).

Na tentativa de compreender esse cenário de dispersão de trabalhadores para outras áreas amazônicas, a matéria recorria a marcas identitárias e a classificações regionais que recriam o universo das migrações a partir de representações do homem do interior como um nômade. Entrando em jogo falas como a do diretor da Colone, que justificava a dificuldade de fixação do “colono” na terra a partir de um traço cultural do homem maranhense: “É uma rotatividade nata, faz parte da cultura do homem local, que é, por natureza nômade” (*O Imparcial*, 16/7/1975, [n.p.]).

Nesse diagrama de forças que configuram as referências espaciais, atualizam-se estereótipos que operam no desenho da ordem social, ao mesmo tempo que ofuscam o problema da concentração fundiária, da ausência de direitos sociais e de políticas públicas que garantissem a dignidade do existir. Para homens, mulheres e crianças, ir além do horizonte

oferecido era uma forma de driblar as experiências intercambiadas pelo pesar e pelo penar em espaços de perda e de precisão. Ao traçarem novos itinerários, esses sujeitos se interconectavam a amplos circuitos migratórios que assinalaram um movimento migratório sem precedentes na história recente do país.

Nessa trilha de desolação e de dispersão se enlaçavam histórias pautadas pelo conflito e pela insistência de permanecer. Um dos grandes obstáculos que se apresentava, possivelmente até maior que as endemias, a falta de água e o fracasso agrícola de muitos trabalhadores, era a posse da terra. A falta de titularidade da maioria dos trabalhadores rurais e as constantes invasões perpetradas por empresários e grileiros foram o estopim para que Buriticupu se consagrasse em uma área de intensos e virulentas tensões sociais.

Em um dos relatos colhidos pelo médico Antonio Rafael Silva (2015), o “colono” e líder do povoado (PIV2) nomeado de SAGRIMA, Raimundo Canuto, discorre sobre a grilagem de terras conduzida por um grupo de “goianos” nos primeiros tempos da colonização: “Eles queriam a terra e proibir do colono plantar sua roça. Eu já era líder do povoado e fui acompanhado de 40 homens reclamar e destruir uma variante que eles tinham feito passando pelas terras dos colonos da Sagrima”. O conflito que explodiu em belicosidade foi intermediado pela agência estatal, que concluiu que a titularidade das terras era dos “goianos”. Diz ele que exigiu que “os topógrafos viessem para separar a terra vendida da área que a Comarca dizia ser nossa”, e por conta disso foi acusado por um funcionário da empresa colonizadora de “vendedor de terras” e quase chegou a ser preso. Nas palavras de Canuto, a querela com os goianos se estendeu até os anos 1980, quando os proprietários da Fazenda Três Irmãos reivindicaram as terras reservadas à colonização, “chegando a abrir uma variante, alegando que a terra era propriedade deles. Os colonos reagiram, fizeram reuniões para tentar resolver o conflito. Houve confronto com tiros” (Silva, 2015, p. 208-209).

Através desse fragmento de relato se afigura a possibilidade de pensar nas trajetórias dos trabalhadores rurais no contexto das frentes de trabalho na Amazônia Legal e as inúmeras tentativas de captura do aparelho de poder. Na perspectiva traçada por Foucault, ao versar sobre o “homem comum” e suas táticas de enfrentamento das armadilhas impostas pelas redes de poder, o choque com o poder exigia que esse sujeito se pronunciasse e se defendesse. Nessa relação de força, suas vidas surgem enquanto texto, na medida que suas existências são reduzidas ao que é dito sobre elas nos jornais, nos autos processuais, nos inquéritos policiais etc. Nas palavras de Foucault (2003a, p. 209): “Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável,

não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não tem e nunca terão existência senão ao abrigo precário das palavras”.

Esses homens e mulheres que apareciam nas páginas dos jornais e nos inquéritos policiais surgem sob a forma de diversas acusações: de furto, de invasão de terras, de subversão e de envolvimento com a luta armada. Em uma conjuntura tangenciada pela repressão político-militar, grileiros, empresários e o estado também se aliavam para denunciar lideranças camponesas, agentes sindicais e pastorais pelo crime de subversão, com base na Doutrina da Segurança Nacional.

O episódio relatado por Raimundo Canuto também expunha o despreparo dos órgãos do governo na demarcação das terras e na resolução das disputas, ademais, juntam-se vários outros episódios que ocorreram entre os anos 1970 a 1980. Tais enfrentamentos tomaram contornos mais definidos ao desembocarem em violentos conflitos armados, que apesar de causarem a expulsão, a prisão, a tortura e a morte de inúmeros trabalhadores rurais, também se constituíram em práticas de resistência que possibilitaram a ocupação e a desapropriação de várias fazendas (Frenasa, Sapucaia, Santa Inácia, Capoeira, Terra Bela, Fazenda União etc.) situadas na área da Comarca. O sociólogo Marcelo Carneiro (2023) defende que a conjuntura do período (redemocratização do país) e o papel desempenhado pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)<sup>110</sup> foram cruciais para que os trabalhadores rurais assumissem protagonismo nas disputas pela terra na região, findando “um processo que, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultou no estabelecimento de aproximadamente 63 assentamentos, 15.709 famílias assentadas numa área total de 557.552,76 ha<sup>5</sup>” (Carneiro, 2023, p. 35).

Cabe, por fim, demarcar que nesse espaço delineado a partir de nuances e lances variados, o Projeto Pioneiro de Colonização, situado na área de abrangência de Buriticupu, projetou-se na memória coletiva como um espaço marcado por acirradas disputas políticas e territoriais que se acentuaram na região devido às práticas da grilagem e ao uso da violência armada.

O projeto síntese da conquista da Amazônia maranhense, que nasceu nos anos 1970 com um discurso do novo, propondo o ordenamento das populações migrantes (com a concessão da terra e a criação de postos de trabalho) e a modernização do setor agrícola, não

---

<sup>110</sup> Para Carneiro (2023, p. 35): “O Centru desenvolveu importante processo de construção de oposições sindicais com o objetivo de retomar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que sofreram a intervenção da Ditadura Militar e que, em alguns casos, como na região da Pré-Amazônia Maranhense, estavam sob a direção de pessoas sem vínculos com a luta camponesa”.

logrou êxito. Pelo medo e pela bala, muitos trabalhadores abandonaram a iniciativa e seguiram para novas frentes de trabalho na Amazônia Legal. Para os que permaneceram, restou a longa espera por melhores condições de vida/trabalho, pela regularização de suas terras e/ou a mobilização camponesa.

Circunscrito pelas imagens da violência e por lances de bravura, o povoado de Buriticupu foi desmembrado do município de Santa Luzia em 1997, e alcançou sua emancipação (Lei Estadual nº 6.162, de 10 de novembro de 1994). Com a política de distensão que começou a ganhar espaço no governo do presidente Geisel (1974-1979) e com os olhos dos agentes estatais voltados para as toneladas de minério da serra de Carajás, os investimentos públicos nos programas de colonização começaram a minguar, cedendo lugar na mídia para o debate em torno da interligação do Porto de Itaqui/Carajás e da construção da Estrada de Ferro Carajás (Decreto nº 77608, de 13/5/1976), inaugurando um novo capítulo no processo de (re)ocupação da Amazônia maranhense.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fronteira por excelência do Brasil contemporâneo, a Amazônia configurou-se em palco para um feixe de disputas políticas, sociais, econômicas e culturais ao longo do século XX. Historicamente, ela emergiu em meio a uma extensa lista de dicotomias – a abundância de recursos naturais *versus* o vazio demográfico, civilização/atraso, homem/natureza, terra da promessa/inferno verde. Tais dualismos foram postos em circulação e apropriados nas diferentes narrativas que contam sua história.

Levando-se em conta que a região é “fruto dos saberes, dos discursos que a constituíram e a sustentam” (Albuquerque Júnior, 2008a, p. 59), ao procurar vislumbrar o que se nomeou de Maranhão Amazônico selecionei trajetos, enredos, personagens, enunciados, imagens e falas que me ajudaram a tecer a complexa tapeçaria que envolveu a fabricação desse território. Na montagem desse quebra-cabeça, deparei-me com um cenário fugidio, imerso e reinventado em múltiplos extratos temporais. A Amazônia aqui recortada nasce a partir de uma diversidade de narrativas geográficas, ambientais, governamentais, jornalísticas, acadêmicas e memorialísticas que lhe deram forma, que a nomearam, que a demarcaram, que lhe confeririam sentido e visibilidade, que produziram e excluíram territorialidades.

No esforço de balizar um recorte espacial em um território que se afigurava como móvel, elegi como objeto de estudo a porção do estado denominada pelo IBGE de macrorregião oeste. Em se tratando do espaço natural, um feixe de narrativas (governamentais, ambientais, geográficas e da imprensa) o representou pelo predomínio do bioma amazônico e como uma zona distante, vazia, insalubre e rica que se tornou alvo, entre os anos 1960 a 1980, de tensas relações (políticas, econômicas, sociais, epistemológicas e culturais).

Na busca por discursos que conformaram a representação do oeste maranhense como fronteira amazônica, tracejei um itinerário de leitura que seguiu vários caminhos. Em um primeiro momento, detive-me na pluralidade de discursos que fazem do território amazônico um complexo campo de enunciação; logo depois, privilegiei o olhar geográfico, de uma geografia ainda enredada em uma noção espacial presa ao espaço natural, ao empirismo, ao conhecimento estatístico, para refletir sobre o diagrama de forças que agenciou a criação do dispositivo Amazônia Legal (1953) e produziu uma dada territorialização do Maranhão. Nesse âmbito, procurei projetar luz sobre a estratégia discursiva da mobilidade dos limites fronteiriços para explicar o discurso da dualidade, da singularidade dessa espacialidade ao ser dada a ler como uma extensa zona de transição, um espaço fronteiro situado entre o Nordeste e a Amazônia. A representação do espaço físico maranhense foi forjada através de uma

corporeidade que estabeleceu a construção da ideia de “Meio Norte”, recorte regional que surge como fruto de disputas políticas definidoras de fronteiras, paisagens e identidades.

As narrativas de geógrafos e o discurso ambiental elaboraram imagens e discursos que configuram a paisagem maranhense em um território híbrido, e, na esteira do pensamento de Michael de Certeau (1994), entendo que esses textos, apesar de serem representativos dos sistemas geográficos e de seus regimes de enunciados específicos, operam no campo narrativo como “relatos de espaço”, pois criam uma geografia imaginária que nasce do cruzamento de diferentes olhares, delineando uma paisagem que surge e se reinventa nos meandros da natureza, no desalinho dos contornos fluviais, das bordas geológicas e das fronteiras ecológicas.

Esbocei um percurso que segue a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010) (1960), que ao aproximar a Amazônia Oriental ao Centro-sul do país reconfigurou a cartografia amazônica e reordenou o espaço maranhense, a partir do médio Tocantins. Abordo como esse trajeto rodoviário é representado como um marco histórico na urdidura de uma porção do Maranhão que se ressentia do isolamento geográfico e político, tendo lugar de destaque em um arquivo de imagens, de textos e de falas que (re)criam as identidades espaciais, os começos e recomeços de vários núcleos urbanos, especialmente de Imperatriz.

Ao fazer esse exercício imaginativo, proponho um esforço de leitura de um mapa indiciário composto de diversos registros textuais que foram configurando territórios e territorialidades que emergem através de uma geografia de sentidos, de eventos históricos, de mitos de origem, de práticas sociais e de novas sensibilidades que tencionam interferir e demarcar as novas fronteiras internas com base em interesses diversos. A leitura dos relatos escritos, a partir da documentação governamental, de produções acadêmicas, memorialistas e da imprensa, ajudaram-me a pensar no trabalho do tempo nos espaços vividos, destacando as narrativas míticas, as constantes mudanças, os contrastes na paisagem geográfica, nos hábitos e nos costumes.

Em se tratando das fontes memorialísticas, entendo que elas operam como discurso oficial, engendrando marcos temporais, tecendo fronteiras e mitos fundantes, demarcando lugares de fala, leituras de mundo, consagrando personagens e um conjunto de ações que configuram esse campo discursivo. Logo, os relatos memorialísticos são aqui analisados como marcos fundadores da história dessa parte do Maranhão, na medida que produziram enunciados que, ao serem repetidos e reapropriados por outras narrativas, atualizaram a simbólica desse território através de um discurso de singularidade que balizou o discurso regional.

Também dei especial destaque às fontes jornalísticas, no afã de tentar compreender os efeitos de poder que os discursos propagados na imprensa agenciavam, sendo falas autorizadas

que se conformam em lugares sociais, nos quais se faz necessário apreender as disputas e entrelaçamentos entre um diagrama de forças presentes nos modos de apropriação e de produção dos espaços sociais. Tendo em vista que as matérias de jornais são engendradas num campo de poder que hierarquiza e seleciona determinadas matérias, sinalizando para ângulos de observação variados, as práticas de poder que transparecem nesses registros cruzam-se, fazem-se e desfazem-se, assim como estabelecem limites e regras. De tal modo que, nos jornais aqui analisados (*O Progresso*, *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*) colocava-se em cena uma série de interesses sociais de grupos em combate pelo poder de apropriação dos espaços e dos sujeitos.

Em outro deslocamento, detive-me na leitura do campo político (1960 e 1970), fazendo a correlação de forças dos governos militares com as gestões estaduais, principalmente de José Sarney e de Pedro Neiva de Santana. Nessa trilha, analisei mais demoradamente a gestão Sarney, através da análise do seu projeto político nomeado de “Maranhão Novo”, que além de demandar novos procedimentos de administração, de moralização pública, de modernização do estado – através da criação de infraestrutura, de investimento em educação, de produção de energia, da abertura de trajetos rodoviários, das políticas de ocupação das ditas áreas de espaço vazio/vazio populacional, de novas técnicas de controle da migração, de modernização agrícola e de investimento no setor agropecuário –, defendendo que o exercício governamental implicou na redefinição das fronteiras. Ou seja, o discurso de Sarney pressupunha a construção de um “Maranhão Grande”, em uma clara associação ao projeto dos militares, implicando na elaboração de táticas e técnicas governamentais capazes de redirecionar os espaços de poder e de reconfigurar os limites territoriais. Nesse jogo político, reivindicar o pertencimento do Maranhão à região amazônica foi um dos seus principais enfrentamentos.

É preciso lembrar que a racionalidade discursiva dos militares sobre a Amazônia fundava-se no binômio segurança e desenvolvimento, comungando da crença que esse território era um problema nacional que necessitava ser conquistado e integrado ao tempo da nação. Entre rupturas e continuidades, a intervenção militar na região implicou na reformulação de várias instituições, na elaboração de um conjunto de técnicas e ferramentas de intervenção e na criação de planos e programas mobilizadores de vultosos recursos públicos. Nesse âmbito, dar visibilidade, constituir saberes, disputar espaços e integrar a Amazônia maranhense tornou-se parte de um dispositivo de poder agenciado para viabilizar uma determinada razão de estado que tinha como estratégia fundamental a superação das condições periféricas e a projeção do Maranhão no cenário nacional.

Nessa linha de pensamento, nos capítulos finais da tese busquei compreender como a política de colonização dirigida, conduzida entre os anos 1960 e 1970, constituiu-se em outra importante estratégia de espacialização do Maranhão Amazônico. No afã de ocupar o oeste maranhense, deslocando populações migrantes e atraindo investidores do centro-sul do país para investir na região, produziu-se uma maquinaria discursiva que privilegiou a feição amazônica e elegeu a prática colonialista como forma de intervenção do estado sobre o território e a população.

Há que se considerar que em sociedades governamentalizadas, conforme postulam os estudos de Foucault do final da década de 1970, que trouxeram para o centro de sua analítica do poder a “questão do governo”, a atuação estatal não se reduzia apenas a um governo do território (conquista, ocupação e unidade), mas, principalmente, das formas de conduta de uma população, por meio da criação de mecanismos de poder que assegurassem e regulassem essa interdição. Lembrando que, nas sociedades ocidentais, o conceito de população passou a ser entendido “como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 2010b, p. 206). Nesse sentido, as formas de governabilidade passaram a ser constituídas de técnicas de governar (discursivas e não discursivas) cada vez mais sofisticadas, que pressupunham uma “gestão calculista da vida”, cujos objetivos eram interditar, regular, controlar as condutas e a coexistência dos sujeitos em um determinado território.

No Maranhão, o discurso da colonização preconizava conduzir o deslocamento de mão de obra (Nordeste) para as áreas ditas de grande vazio populacional nos espaços amazônicos, fixando os trabalhadores em núcleos erguidos às margens das rodovias federais BR-316 e BR-222. Em face disso, pressupunha-se um rígido controle das agências governamentais que envolviam a seleção, o transporte, o assentamento, a assistência médica e educacional, a capacitação profissional, a demarcação de terras e a titulação. Em outras frentes, o discurso colonial previa a modernização agrícola através de projetos agropecuários a serem implantados pela iniciativa privada (centro-sul), em troca da concessão de incentivos fiscais e da venda de grandes extensões de terras públicas a preços baixos.

De maneira geral, o processo de ocupação das denominadas terras devolutas do oeste maranhense e de exploração dos recursos naturais implicou na emergência de duas experiências de colonização dirigida conduzidas pelo governo federal e estadual na microrregião do Pindaré: o Projeto de Povoamento do Maranhão, iniciado nos anos 1960, na região do Alto Turi; e o Projeto Pioneiro de Colonização, do começo da década de 1970, no município de Santa Luzia.

Guardadas as diferenças espaço-temporais e as motivações políticas, tais iniciativas foram marcos reguladores da política colonizadora no Maranhão.

O PPM, posteriormente nomeado de Projeto de Colonização do Alto Turi, surgiu no bojo da chamada “operação nordeste”, que culminou com a criação da Sudene e da sua política de planejamento regional. Na disputa por espaços de poder na região, uma profusão de imagens e de discursos forjaram uma plêiade de enunciados que conjugavam as singularidades maranhenses, sua vocação agrícola e abundância de terras, sua condição de “celeiro do nordeste” e “Canã dos nordestinos”. Nas narrativas oficiais e da imprensa contrapunha-se o uso político da seca no Nordeste com a representação do Maranhão como “terra da promessa”, fazendo emergir território de águas e terras em abundância que frequentemente atraía os fluxos de nordestinos.

Nos primórdios dos anos 1960, enquanto o vale do Pindaré já se configurava em palco de lutas e tensões entre trabalhadores rurais, pecuaristas e o aparelho repressivo do governo autoritário, a ação da Sudene era alvo de enfrentamentos políticos, polêmicas e críticas que impactaram diretamente na atuação da agência no período que precedeu o golpe civil-militar, e que, por sua vez, interferiu na execução do programa de colonização na Amazônia maranhense. Nos relatórios apresentados pela comissão técnica do órgão, explicava-se o atraso na execução do programa a partir das dificuldades impostas pela própria natureza, pela ausência de recursos e de corpo técnico e pela falta de infraestrutura na região (estradas e meios de comunicação).

Há que se notar que através da imprensa e da literatura regional a preocupação em atrair braços para o trabalho na lavoura, sobretudo de nordestinos, assumia uma dualidade, podendo o sujeito migrante ser dado a ler de forma positiva, o que remetia ao esforço de construção da imagem do migrante nordestino como aventureiro, trabalhador, forte e desbravador, por vezes sendo colocado em oposição à imagem do “caboclo maranhense”, lido pelos signos da indolência e por se encontrar aquém do estágio civilizador. Por outro lado, havia a apreensão em combater e ressignificar as práticas associadas ao nomadismo e às técnicas e aos usos da terra representados como atrasados, primitivos e predatórios.

Nesse sentido, um dos aspectos que chamava atenção no discurso colonizador era a preocupação com a racionalização e o ordenamento espacial e a condução do processo migratório. De modo que as populações migrantes eram submetidas a um conjunto de técnicas, instituições e saberes que eram atravessados por dispositivos disciplinares e de segurança. Estas tecnologias de poder agiam na produção e no controle do território, bem como no adestramento e na regulação dos corpos migrantes. Na confecção desses territórios colonizados, pressupunha-

se a distribuição dos corpos em espaços hierarquizados, compartimentados, milimetricamente mapeados e suscetíveis a uma rede de vigilância permanente, que estabelecia o controle de seus movimentos e de suas subjetividades, bem como múltiplos processos de sujeição.

No maquinário discursivo sobre o qual se assentou a ação colonizadora, as áreas nucleadas pela Colone e pela Comarco surgem mapeadas simbolicamente por representações erigidas através de discursos como: de espaço vazio, da integração, do nacionalismo, da conquista e da modernização do território através da iniciativa empresarial, da fronteira agrícola, de uma violência difusa e iminente. Nos textos que abordam essas experiências estatais foram mobilizados os signos da abundância, da insalubridade e do perigo, remetendo à preocupação de produzir técnicas e procedimentos médico-sanitaristas e policiais que determinavam a distribuição dos indivíduos no espaço de forma funcional e hierárquica; com a necessidade de ampliar a força de trabalho, de abrandar a força política e de limitar a capacidade de resistência dos chamados colonos.

Ademais, as cidades mencionadas ao longo desse trabalho: Imperatriz, Açailândia, Zé Doca, Santa Luzia e Buriticupu, são locais que emergiram margeando as rodovias federais (BR-010, BR-316 e BR-222) e que surgem como fruto da política desenvolvimentista do governo autoritário. São espacialidades que mantêm conexão e que se entrecruzam com percursos de rotas de migração para diversas partes da Amazônia Legal, configurando-se em lugares simbólicos que trazem as marcas da degradação ambiental, da violência e da experiência de uma desterritorialização sem paralelo. São núcleos inscritos com a memória da chegada de grandes contingentes populacionais que migraram de partes do Nordeste para o oeste maranhense entre os anos 1960 e 1970, e que transformados pelo aparato de vigilância e de violência do Estado, vivenciaram práticas de violência física e simbólica, que mesmo imprimindo em seus corpos e subjetividades as marcas da luta pela terra, inventaram novos territórios e novas sociabilidades.

Nesse percurso labiríntico, vivenciar este lugar fronteiriço foi também uma forma de tentar captar as redes de poder em suas extremidades e capilaridades. Daí a preocupação em narrar o processo de reterritorialização dessa parte do Maranhão a partir do esforço de analisar as particularidades, as singularizações e as distinções que constituirão o campo de forças que delineou e atravessou o entendimento sobre essa espacialidade, atentando para as ações estatais, para a belicosidade dos grupos em duelo e para as negociações em torno da disputa pela construção de uma memória histórica da região. Desse modo, tornou-se imperativo apreender como as narrativas analisadas atuaram como formas de representação da ação humana no

tempo, pontuando enunciados, ideias/imagens que foram recorrentemente repetidas e ressignificadas pelo discurso oficial para nomear o Maranhão amazônico.

## REFERÊNCIAS

ABOUD, Carlos Alexandre. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado** em 3 de maio de 1951. São Luís, 1951.

AB'SÁBER, Aziz N. **A Amazônia: do discurso a práxis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970. In: LUSTOSA, Isabel (org). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

ABREU, Silvio Frois. Observações sobre a Guiana maranhense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 4, out. 1939.

ACEVEDO, Rosa Elizabeth. **Mobilidade de trabalho e fronteira amazônica: A Belém-Brasília – ABEP**. Belém: UFPA/NAEA, 1980.

AGANBEM, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGUIAR, Isaias Neres. **Buriticupu – sua história, geografia e características gerais – 42 anos de fundação e 21 anos de emancipação política**. Buriticupu: Gráfica Káiros, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Dois Projetos Radicalmente Diferentes**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/durval-muniz-um-convite-areflexao>. Acesso em: 12 mar. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino: de problema a solução (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN: Massagana. São Paulo: Cortez, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira**: história, espaço e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008ba.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As margens d'O Mediterrâneo. Michel Foucault, historiador dos espaços. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGANETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio de. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo horizonte: Autêntica, 2008b.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e mediação**. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Movimentos sociais na Amazônia in **Amazônia, mito e desencanto**. Revista Debate. Salvador: Publicação CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A “Turma do Brasil Central” e a “Antropologia da Amazônia” In: VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A secas do Nordeste e o Maranhão. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**: um estudo sobre as formas de organização dos trabalhadores rurais de 1950 a 1980. História e documentos. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-UEMA. São Luís, MA, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

ALMEIDA, Arlete Silva; VIEIRA, Ima Guimarães. **Centro de endemismo Belém: Status da vegetação remanescente desafios para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica.** REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 95-111, dez. 2010.

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento – conflitos e contrastes.** O caso Piquiá de Baixo Açailândia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, UEMA, São Luís, MA, 2012.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A Geografia e os Geógrafos do IBGE no Período 1938-1998.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, Roberto Schimidt de. **A Geografia do IBGE: um esboço histórico.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, p. 79-99, 2003.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.  
AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão contemporâneo. In: PACHECO, Agenor Sarraf (org). **Estudos culturais em cidades & florestas: Poder, Trabalho, Memórias e Sociabilidades na Amazônia.** Rio Branco: Nepan, 2019.

ANDRADE, Manoel Correa. Condições naturais do Nordeste. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística nº 196, Ano 26, jan./fev. 1967.

ANDRADE, Manoel Correa. Os transportes e a rede urbana no Maranhão. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística nº 202, Ano 27, jan./fev. 1968.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio-Norte. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil.** 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “**Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta**”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia 271 (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.** Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio/ago. 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde da Casa

de Oswaldo Cruz) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **Vencidas a distância e floresta!** A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. Tempo. Niterói, v. 25, n. 2, mai./jul. 2019.

AQUINO, Maria A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

AQUINO, Napoleão Araújo. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins.** Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal do Goiás. Goiânia-GO, 1996.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves. Estado Novo e a formação do estado capitalista nacional: consolidação das desigualdades do Maranhão. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana (orgs). **Maranhão republicano em foco:** Estado, imprensa e historiografia. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015. P. 23-45.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhenses. Manaus: Edições UEA, 2010.

ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental:** Trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2015.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra:** uma análise da colonização Pré-Amazônia maranhense. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA, 1987.

ARNAUD, Pierre. **Primeira viagem na Belém-Brasília.** SPEVEA: Rio de Janeiro, 1960.

ARRAIS, Raimundo Pereira A. **O pântano e o riacho.** São Paulo: Humanitas/USP, 2004;

ASSELIM, Victor. **Grilagem:** corrupção e violência em terras de carajás. Petrópolis-RJ: Vozes/CPT, 1982.

ASSUNÇÃO, Thays. **História da Imprensa em Imperatriz – MA, 1930-2010.** São Luís: EDUFMA, 2018.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **História, imprensa e redes de comunicação**. História & Perspectivas. Uberlândia, n. 39, p. 37-57, jul./dez. 2008.

BARBOSA, Viviane Oliveira. Ocupação de terras maranhense, grandes projetos e planos de governo. In: FERREIRA, Marcia Milena G.; NOBERTO, O. Ferreras; ROCHA, Cristiane Costa. **Histórias Sociais do Trabalho: uso da terra, controle e resistência**. São Luís: Ed. da UEMA, 2015.

BARRETO, Roberto Menna. **Aventura através do progresso: a mais completa reportagem já publicada sobre a Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1965.

BARROS, Edelvira Marques. **Eu, Imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

BARROS, Edelvira Marques. **Imperatriz, Memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **Escola Lablacheana e os Annales: considerações sobre um diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia, a partir da contribuição de Vidal de La Blache para a escola dos Annales**. Boletim Goiano de Geografia. 2020, v. 40.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2016.

BECKER, Bertha. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. Anuário do Instituto de Geociências. Rio de Janeiro, UFRJ, 1977, p. 32-46.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1977.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, ab. 2005b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BELLO, Newton. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1963.

BELLO, Newton. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1964.

BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.) **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BENJAMI, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMI, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

BIRD – BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Projeto de colonização do Alto Turi anteprojeto confidencial**. Recife: Sudene, 1972.

BITTENCOURT, Drielle. **Jornal O Imparcial: o Poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966)**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, 2016.

BIZELLO, Maria Leandra. **Imagens otimistas: representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon**. 1995. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BIZELLO, Maria Leandra. **Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK**. Art Cultura, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 43-58, jan./jun. 2009.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **Que pedir aos historiadores?** Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a Hileia de Civilização?** B.goiano.geogr., Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUHID, Waldir. **Atualidade nacional da rodovia Belém Brasília**. SPVEA, 1960.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 107-132.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. **Dossiê BR RJANRIO TT.0.QUF, PRO.43.**

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. **Dossiê BR RJANRIO.TT.0.QUF.PRO.066.**

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. **Dossiê BR RJANRIO.TT.0.QUF.PRO.0040.**

BRASIL. **Atuação do Polamazônia no Estado do Maranhão (1976-1984).** Série Programas Especiais, 1995.

BRASIL. **Atuação dos programas especiais (Polamazônia) no Estado do Maranhão.** 1995

BRASIL. Departamento de Imprensa Nacional. **Uma política para o desenvolvimento do Nordeste.** Rio de Janeiro, RJ, 1959.

BRASIL. Ministério do Interior. **Polamazônia** (Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia). Brasília, DF, 1976b.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Metas e Bases para Ação de Governo.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 43.710, de 15 de maio de 1958.** Cria na Superintendência do Plano de valorização Econômica da Amazônia, a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Pará. Brasília, DF, 1958. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43710-15-maio-1958-382550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei Nº 51.026, de 25 de julho de 1961.** Cria a Reserva Florestal do Gurupi e dá outras providências. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51026-25-julho-1961-390677-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Brasília, DF, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm). Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 63.104, de 15 de agosto de 1968**. Dispõe sobre a política do Governo Federal relativo à efetiva ocupação e povoamento orientados da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 ago. 1968.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Plano de Integração Nacional (PIN), altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providências”. Brasília, DF, 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 1164, de 1 de abril de 1971**. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1164.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1164.htm) Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 70.220 de 01/03/1972**. Dispõe sobre a criação de área prioritária, para fins de reforma agrária, no Estado do Maranhão. Brasília, DF, 1972.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973**. Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5917-10-setembro-1973-358077-orma-pl.html>. Acesso em 12 de maio de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 14.607 de 25 de setembro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília, DF, 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia** – subsídios ao Plano Regional de Desenvolvimento (1972-1974). Belém: SUDAM, 1971b.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento** – 1975/79. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Entre paisagens e homens. In: **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. São Paulo: UNESP, 2005.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BURKE, Petter. **A escola dos Annales (1929-19890): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo**: Lutas políticas no Maranhão (1945-1965). São Luís: Lithograf, 1998.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**. São Luís: Sioge, 1992.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil**. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23-39. jun. 2009.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARDOSO, Antonio Isidio. **Nem sina, nem acaso**. A tessitura das migrações da Província do Ceará para o território amazônico (1847-1877) Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

CARNEIRO, Marcelo. O movimento de ocupações camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: oportunidade política, mobilização de recursos e a gramática de uma luta pela terra. In: MIRANDA, Tânia N.; MACIEL, João Paulo S. (orgs). **Revista Terceira Margem Amazônia/Embrapa Amazônia Ocidental**. v. 8, n. 21. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2023.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: Subsídios para a história e geografia do Brasil. 3. ed. Teresina: Editora da UFPI, 2011. Coleção Nordestina.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: HUCITEC-SUDENE, 1987.

CARVALHO, José Mattos. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, MA, 1958.

CARVALHO, José Mattos. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, MA, 1959.

CARVALHO, José Mattos. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, MA, 1960.

CARVALHO, José Mattos. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, MA, 1961.

CARVALHO, José Mattos. **O Maranhão em face dos problemas das secas do Nordeste**: informações sobre o Maranhão, apresentadas pelo governador à Conferência dos governadores

do Nordeste, convocados pelo presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, para realizar-se a 16 de fevereiro de 1959.

CARVALHO, Parsondas. **Amazônia: do Gurupi ao balsas** (Conferência na Sociedade de Geografia). Rio de Janeiro, 1901. In: DINO, Sálvio. Parsondas de Carvalho: Um novo olhar sobre o Sertão. Imperatriz: Editora Ética, 2007.

CASTELLO BRANCO. Humberto de Alencar. **Discursos**. 22 de maio de 1964. Secretaria da Imprensa.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: O discurso e a prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna. (org). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2002

CATROGA. Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CATROGA. Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim da história. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CAVALCANTI, Mário de Barros. **Da SPVEA à SUDAM (1964-1967)**. Belém: SUDAM, 1967.

CELENTANO, Danielle et al. **Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi”** – A região mais ameaçada da Amazônia. Estudos Avançados, v. 32, n. 92, 2018.

CERTEAU. Michael de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU. Michael de. **A escrita da história**. 2. ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre as práticas e as representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: A história entre certezas e incertezas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CODENO – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Proposição nº13**. 15 de setembro de 1972.

CODENO – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Resolução nº 6.709**. 28 de setembro de 1972.

COLONE. **Projeto de Colonização do Alto Turi**. São Luís, MA, 1973.

COMALTA. **Estatutos Sociais**. Cooperativa Agrícola Mista do Alto Turi Ltda, 1976.

COMARCO. **Colonização do Maranhão**, 1974. (mimeografado).

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORREIA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

COSTA, Helouise. **Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro**. Imagens, n. 2, p. 89-91, ago. 1994.

COSTA, Helouise. **Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP, São Paulo: 1998.

COSTA, Ramon B.; FRANCISCO, G. Conceição. **As origens do jornal O Estado do Maranhão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, MA, 12 a 14 de junho de 2008.

COSTA, Wagner. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, MA: UFMA, 1997. S/E

COSTA, Wagner. **A raposa e o canguru**: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945-1970). In: COSTA, Wagner (org). História do Maranhão: novos estudos. São Luís, MA: EDUFMA, 2004.

COSTA, Wagner. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís, MA: EDUFMA, 2006.

COSTA, Wagner. **O rosto rural da igreja**: a atuação da CPT no maranhão. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História). São Luís, UFMA, 1994.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz: subsídios para a história da cidade**. São Luís, MA: SIOGE, 1994.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2007.

DARNELL, J. L.; SHAW, E. V. & “Uma região fronteiriça no Brasil - o Sudoeste do Maranhão”. In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, ano IV, n. 041, agosto de 1946.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

DEAN. Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DEFONTAINES, Pierre. **A Floresta a Serviço do Homem no Brasil**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, III, nº 28, jul. 1945.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil**: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. Volume 2

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **"De Monções e Caminhos e Fronteiras"**. ID: Revista do Brasil. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rionorte-Fundação, ano 3, 1987, p. 63.

DOSSE, François. **O Império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. São Paulo: EDUSC, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DRUMOND, José Augusto. **História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, p. 171-197, 1991.

DRUMOND, José Augusto. **A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988**: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. Ambiente & Sociedade, n. 3-4, 1998-1999.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

D'URSO, Flavia. **A crise de representação política do Estado**: Perspectiva da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Barueri-SP: Minha Editora, 2016.

DUTRA, Eliane Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

EGLER, Eugênia Gonçalves. **Distribuição da população no Estado do Maranhão em 1940**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. V. 13, n. 1, jan./mar. 1951.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EdUFMA, 2012.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, José. **A indústria gráfica do Maranhão**: Apontamentos para estudos. São Luís: Gráfica Minerva, 2015.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A Evolução da Geografia dos Transportes no Estado do Maranhão, Brasil: de ancoradouro a sistema multimodal**. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu - Uruguai. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu - Uruguai: Easyplanners, 2009. v. 1. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/35.pdf>. Acesso em 01 mar. 2022.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do Eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim (1930-1970).** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015.

FERREIRA, Márcia da Conceição. **Campus avançado: alternativa para integração do desenvolvimento.** São Luís: UFMA, 1984. Coleção Ciências Sociais, série Educação.

FERREIRA, Márcia M. G.; ROCHA, Cristiane C. **O rural no meio norte: Terra, trabalho e cultura.** São Luís: Editora UEMA, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, 2000.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário - vol. 4: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985).**

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). **Tempo presente e usos do passado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** São Paulo: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** São Paulo: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes; GALVES, Marcelo Cheche; ALMEIDA, Mônica Piccolo. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional no Estado do Maranhão. In: SILVA, Fábio Carlos da.; RAVENA, Nívia (orgs.). **Formação Institucional da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015.

FORMIGA, Conceição. **Imperatriz mulher e mulheres.** Imperatriz: Ética, 2004.

Figueiredo, Lucas. **Lugar nenhum**. Militares e civis na ocultação dos Documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 2003a b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983), tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2018.

FRANKLYN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005. (Série Ciências Humanas, v.1).

FRANKLYN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

FREGONA, Livaldo. **18 anos de Imperatriz**: o que vi, li e ouvi. Imperatriz: Ética, 1998.

FREIRE D'AGUIAR, R. A Introdução: a batalha da Sudene. In: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958- 1964)**. Arquivos Celso Furtado, v. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 8-25.

FREIRE, Victorino. **A laje da raposa**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978. p. 265-266.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. In: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.

GALVÃO, Roberto. **Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 17, n. 3, jul./set. 1955.

GIANNASI, C. A. **A Doutrina de Segurança Nacional e o milagre econômico**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação de História Econômica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011.

GINSZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOY, R. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, M. A. (org.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Estatísticas organizadas ou como se constrói uma instituição: o IBGE e o Brasil moderno. In: IBGE. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas, 1936-1974.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Ângela de Castro. **Olhando pra dentro (1030-1964) v. 4**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Territórios em disputa: escritos geográficos e cartografias brasileiras**. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GONÇALVES, José Drumond. **Projeto Agropecuário: Maranhão**. Belém, 1979.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA/PROIN(CS), 2000.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Vultos do Brasil: Roberto Galvão**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 20, n. 4, out./nov. 1958.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da Selva**: História da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN/Apoio UNESCO, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Vira mundo, vira mundo**: Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Personagens e memórias**: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, S., NEVES, M. de S. e PEREIRA, A. de M. (Orgs.). Histórias de cousas miúda: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 519-546.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**. Memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Editora da UFMT, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Espaço e tempos entrecruzados na história**: práticas de pesquisa e escrita. In: História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Amazônia, território em movimento**: vidas precárias. História Unisinos, v. 21, n. 1, jan./abr. 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera L. Costa (orgs). **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; GOMES, Ângela de Castro. **Trabalho escravo contemporâneo**: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da hiléia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HÉBETE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo. **Colonização**: Articulações no Nível Econômico e no Nível Político (a Colônia Agrícola de Gurupi. Revista Estudos Econômicos, v. 09, nº 02, 1979. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11031>.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: O PSB e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Otávio. **Colonização e Contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: grande região Nordeste (Meio Norte). Volume III. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1957.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Municípios do Estado do Maranhão. Volume XV. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. VIII Recenseamento geral. 1970. IBGE. Rio de Janeiro. Maranhão, 1973.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões do Brasil**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v-2, Região Nordeste.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomas do Brasil**. Brasília, 2004. (Mapa físico, Escala 1:5.000.000)

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Banco de dados digitais. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados\\_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais). Acesso em: 1 ago. 2021.

ITAPARY, Joaquim (org). **10 estudos inéditos de Bandeira Tribuzi**. São Luís, Edições AML, 2017.

JANSEN, Justo. **Fragmentos para a chorographia do Maranhão**. São Luís: Tipographia A. P. Ramos de Almeida, 1901.

JATOBÁ, J. Dinâmica populacional e econômica na pré-amazônia maranhense: a fronteira de recursos e a colonização do Alto Turi, 1978.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT, 2007.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, [São Paulo], maio/ 1976.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, [São Luís, MA], 1973-1979.

JORNAL O IMPARCIAL, [São Luís, MA], 1958-1979.

JORNAL O PROGRESSO, [Imperatriz, MA], 1970, 1971, 1972 e 1973.

JORNAL “DIARIO DA MANHÃ”, [São Luís, MA], 21 de janeiro de 1961.

JORNAL DO DIA, [São Luís, MA], 1958-1973.

JORNAL PEQUENO, [São Luís, MA], out/1974.

KELLER, Francisca Isabel V. **O Homem da Frente de Expansão: Permanência, Mudança e Conflito**, PPGAS, min, 1973.

KNAUSS, P. **O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual**. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun 2006

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

KUBITSCHKE, Juscelino. **1902-1976: Por que construí Brasília?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2001.

LACERDA, Neemias Rodrigues. **Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2014

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019.

LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. 2ª ed. (revista), Belém: Clássica, 1925 [1ª ed. 1923].

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste os anos 30**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Brasília: Paralelo 15; UNB, 1996.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Brasília: Paralelo 15; UNB, 2013.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LIMA, Déborah de Magalhães. **A construção do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais do meio rural amazônico**. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.

LIMA, Heitor Moreira. **Colonização de fronteira agrícola: um modelo de desenvolvimento rural**. São Luís: UFMA, 1987.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ -UCAM, 2003.

LIMA, Nísia Trindade. Brasília: a capital no sertão. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural e o urbano**: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.

LOBATO, Sidney. A historiografia da migração na Amazônia do século XX: pressupostos, teses e debates. **Fronteiras do Tempo**: Revista de Estudos Amazônicos, n. 5, p. 11-26, 2014.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.

LOPES, Raimundo. **O Torrão maranhense**. São Luís: Edições AML, 2017.

LOPES, Raimundo. **Seletas de dispersos**. São Luís: Edições AML, 2017.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUNA, Regina. **A terra era liberta**. São Luís: UFMA, 1985.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **Ação política, missão pastoral e instâncias de inserção**: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

MACHADO, L. O. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)”. In: CASTRO, I. E. et alii (orgs.). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 309-353.

MACEDO, Eurico T. de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

MACÊDO. Jurivê. **Jurivê**: mestre da crônica jornalística. Imperatriz: Academia Maranhense de Letras, 2012.

MACIEL, Laura A. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: Edusc, 1998.

MAIA, João Marcelo. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: J.Z.E., 2008.

MANHÃES, Luís Carlos Siqueira. **Educação e lutas sociais na Colonização Dirigida: o Alto Turi maranhense 1962-1984**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

MARANHÃO. **Diário Oficial**, 10 de junho de 1942, p. 4.

MARANHÃO. **Lei nº 2669, de 29 de julho de 1966**. Cria a SUDEMA e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa, 1966.

MARANHÃO. **I Programa de Governo do Estado do Maranhão**. Administração José Sarney. SUDEMA. São Luís, 1968. Mimeografado.

MARANHÃO. **Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969**. Lei de Terras. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa, 1969. Disponível em: [http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI\\_2979](http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_2979). Acesso em: 9 set 2023.

MARANHÃO. **Lei nº 3.237, de 27 de abril de 1972**. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.230, de 06 de dezembro de 1971. São Luís: Assembleia Legislativa, 1972. Disponível em: [http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI\\_3237](http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_3237). Acesso em: 9 set 2023.

MARANHÃO. **Lei nº 3.238, de 17 de maio de 1972**. Autoriza o Governo do Estado participar do Capital da Companhia do Nordeste – COLONE, e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa, 1972. Disponível em: [http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI\\_3238](http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_3238). Acesso em: 12 set 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto João de Barro**. Secretaria de Educação. [s.d.]. Mimeografado.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa brasileira**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, André Luiz de Miranda. **Visões da “insuficiência”**: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, v. 3, p. 69-88, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 659-726.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARTINS, Marlúcia Bonifácio Martins; OLIVEIRA, Tadeu Gomes de. **Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação**. Belém: MPEG, 2011, p. 25-27.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. **Por uma história fotográfica dos acontecimentos contemporâneos**. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1987. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 90-133. jan./abr. 2016.

MECOR. **Operação Amazônia**. Relatório Ministerial apresentado à consideração do Senhor presidente da República pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Brasília, 1966.

MEDEIROS, Leonilde S. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário. vol. 4: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O presidente Emilio Garatzu Médici e os problemas do Nordeste**. Discurso do chefe da nação, a 6/07/1970, no encerramento da Reunião do Conselho da SUDENE. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso em 24 jun. 2023.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mensagem dirigida ao Nordeste**, no encerramento da última das frentes de trabalho, abertas quando da grande seca de 1970. em 08/06/1971, p. 22. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso em 22 jun 2023.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O Jôgo da Verdade**. Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 61/62.

MELO, Afrânio. **Dez dias na Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1960.

MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos**: Narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MELO, Mário Lacerda. **A problemática social rural do meio-norte**. Ci. & Tróp., Recife, II (1), p. 31-46, jan./jun. 1983.

MENEZES, Adriano. **O problema de colonização da Amazônia**. SPVEA, Rio de Janeiro, 1961.

MENEZES, F. D. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a condução do “Brasil grande”. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília - UnB, 2007.

MIGUEL, Nadya Maria Dops. **O perfil do brasileiro construído pelo IBGE**: uma memória discursiva dos Censos demográficos de 1940 a 2010. Tese (Doutorado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MILHOMEM, Clara Araújo. **Castanhais, canoas e batelões**: memórias. São Paulo, 2004.150p. [Iniciativa da Autora].

MILHOMEM, Clara Araújo. **Farmácias e garimpos**: Memórias. São Paulo, 2008. 194p. [Iniciativa da Autora]

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista**: o caso da Editora Abril. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 1997.

MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas Trilhas e Marabá**. Redação de José Silva Brandão. São Sebastião do Paraíso – MG: Chromo Arte Editora, 1998. 142p.181p.

MORAIS, Joélia Bezerra. Memórias da vila: a Ponte Juscelino Kubitschek e o processo de emancipação da Vila Paranaidji (1961/1982). Monografia de conclusão do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

MORBACH, Marise Rocha. **A publicidade no período Médici**: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande/MS, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122003350579377410508479055427843866148.pdf> f. Acesso em: 30 ago. 2023.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Conselho Nacional de Pesquisa de Belém, 1958.

MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada**. (depoimento a José Louzeiro). Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os anos JK**: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, Zequinha. **Simplicio Moreira**: precursor do desenvolvimento de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 1997.

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Histórias que os jornais não contaram**. 3. ed. São Luís: Coleção Biblioteca Escolar Edições AML, 2019.

MOREIRA FILHO, Eliézer. **Maranhão Novo**: Saga de uma geração. São Luís, 2019.

MORENO, Ariane Angelica. **Trajetória das famílias do oeste paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia**: a família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ UFPA, Belém, 2012

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa**: 1964-1969. Topoi, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice, 1988.

MYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

NAHUM, J. **Região, Discurso e Representação**: Amazônia nos planos do desenvolvimento. Bol. geogr., Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa do. **A porta da Amazônia é aqui!** Desenvolvimento e educação no governo de José Sarney no Maranhão (1966–1970). *Revista Escritas do Tempo*, v. 3, n. 7, jan./abr. 2021.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. **Açailândia e sua história**. Imperatriz: Ética Editora, 1998.  
 NEGREIROS, Sebastião. A história de um jornalista despretenso. *Autobiografia jornalística. Fatos que marcaram a história de Imperatriz*. Imperatriz: Ética Editora, 1996.

NERIS, Wheriston S. **Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

NOLETO, Agostinho. Desenvolvimento urbano. In *ACADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. Imperatriz: 150 anos*. Imperatriz: AIL, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio. **Amazônia: o nascimento de uma região de planejamento**. *ACTA Geográfica, Boa Vista*, v. 15, n. 37, p. 25-42, jan./abr. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio. **Amazônia: paisagem e região na obra de Eidorfe Moreira**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 10, n. 3, p. 569-581, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos**. *Revista Política e Sociedade*, n. 12, abr. 2008.

OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. **A Sudene e o projeto de povoamento da Amazônia maranhense: uma experiência instigante**. Recife: Luci Artes Gráfica, 2012.

PACHECO FILHO, Alan Kardec G. **“E porque muitos juraram para trair”**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

PACHECO FILHO, Alan Kardec G. **Virando Mundos: navegação no Vale do rio Grajaú**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2011.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. **Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica.** História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 6 (suplemento), set. 2000.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos avançados. v. 24, n. 68, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um País e Seis Biomas:** Ferramenta Conceitual para a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Editora Peirópolis, 2009.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica.** uma poética do imaginário. Belém: CFJUP, 1995.

PAES LOUREIRO, J. de J. **Obras reunidas.** São Paulo: Escrituras, 2000.

PAGE, J. A. **A Revolução que Nunca Houve:** O Nordeste do Brasil 1955-1964. Tradução de Ariano Suassuna. Editora Record, 1972.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias:** Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: Edição do Autor, 2019.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois Guerrilha do Araguaia.** Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sudoeste do Pará.** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ISMOS”:** Inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Notas sobre fronteiras de expansão na Amazonia maranhense:** Buriti, cupuaçu, um projeto de colonização e a cidade. 18th IUAES World Congress: World (of) Encounters: The Past, Present and Future of Anthropological Knowledge July 16-20, 2018.

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de tarumã florido.** Imperatriz: Ética, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). **Um historiador nas fronteiras.** O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p.132.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas:** elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PHILIPPE LÉNA e OLIVEIRA, Adélia Engracia de (Orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 305-318.

LÉNA, Philippe; RODRIGUES, Adélia Engrácia de Oliveira (orgs.) **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 305-318.

PICCOLO, Monica (org). **Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo.** São Luís: Editora da UEMA, 2016.

PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana (orgs). **Maranhão republicano em foco:** Estado, imprensa e historiografia. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

PIERRE, Arnaud. **Primeira viagem na Belém-Brasília.** Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. (Cadernos Belém-Brasília, v. 4).

PINHEIRO, Roseane Arcanjo et al (orgs). **Comunicação, jornalismo e memória:** estudos regionais v.1. São Luís: EDUFMA, 2018.

PINHEIRO GOMES, José Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **O passado que não passa:** a sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 215-233.

PINTO, Pâmela Araújo. **Jornal O Imparcial: o embrião da fotojornalismo maranhense.** Revista Cambiassu, UFMA, São Luís - MA, v. XVII, n. 3, jan./dez. 2007.

PIZARRO, Ana. **Amazônia:** as vozes do Rio. Imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PÓVOA NETO, Helió; FER-REIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 307.

PÓVOA NETO, Helion. **A produção de um estigma:** Nordeste e Nordestinos no Brasil. Travessia. São Paulo: CEM, n. 19, p. 20-22, maio/ago., 1994.

RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide. **Militância política e assessoria:** compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. Porto Alegre: Oikos, 2017.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde** – cenas e cenários do Amazonas. 5. ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REGO, Renato Leão. **A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas:** do Norte Paranaense à Amazônia Legal. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 1, p. 89-103, abr. 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Esquerdas, Ditadura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar:** quarenta anos depois. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 54

RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. **Proposições:** ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de escala:** a experiencia da microanálise. Rio de janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz, 2005.

REVISTA REALIDADE [São Paulo], **Especial Amazônia**, v. 6, n. 67, abr./out. 1971.

REVISTA CRUZEIRO [São Paulo]. Jun. 1967.

REVISTA MANCHETE, [Rio de Janeiro], **Especial Amazônia:** um novo Brasil, A 93, fevereiro, 1973.

RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo:** projeto João de Barro – Maranhão –1967/74. São Luís: UFMA/Secretaria Educação–MA, 1985.

RIBEIRO, Geraldo Virginio. **Eventos de uma existência.** Imperatriz: Ética, 2000.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus Editora, 1994. tomo I.

ROCCO, Rogério. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

RODOBRÁS. **Rodovia Belém-Brasília, a rodovia da unidade nacional**. 1960.

RODOBRÁS. **Atualidade Nacional da Rodovia Belém-Brasília**, 1960.

RODRIGUES, Jane Cavalcante. **Conflitos agrários na Amazônia Maranhense**: povoado de Nova Conquista (Zé Doca – MA) como expressão da intensificação de disputas territoriais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. **A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)**. Democracia e Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ROVAI, Martha Gouveia de Oliveira. **A manipulação dos desejos pela construção de imagens**. Projeto história, nº 14, fev. 1997.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FVG, 2016.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III** – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História I** – os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SANTANA, Pedro Neiva de. **Plano de Governo (1971-1974) volume I**. Diretrizes Gerais. Rio de Janeiro: Cia Ed Americana. S/d, 2 vols.

SANTANA, Pedro Neiva de. **Plano de Governo (1971-1974) volume II**. Programas Prioritários. Rio de Janeiro: Cia Ed Americana. S/d, 2 vols.

SANTANA, Pedro Neiva de. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1971.

SANTANA, Pedro Neiva de. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1972.

SANTANA, Pedro Neiva de. **Plano Rodoviário Estadual**. DNER, 1974.

SADER, R. T. **Lutas e imaginário camponês**. Tempo Social: Revista de Sociologia. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-25, 1990.

SANCHES. Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos (1852-2002)**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, Edgar Oliveira. **Dinâmicas de desenvolvimento, redes e trajetórias migratórias no contexto da formação história de Imperatriz-MA**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Essa terra é nossa**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Manoel da Conceição. **O chão de minha utopia**. Belo Horizonte: Editorada UFMG, 2010.

SANTOS; Murilo; ANDRADE, Maristela de Paula. **Fronteiras: A expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís, EDUFMA, 2009.

SANTOS FILHO. José dos Reis. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira**. Registros cognitivos e práticas sociais. Revista Nera, ano 9, n. 9, jul./dez. 2006.

SARNEY, José. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1967.

SARNEY, José. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. São Luís, 1968.

SARNEY, José. **Governo e Povo**. Discursos e conferências. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

SARLO, B. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da biblioteca pública Benedito Leite: 1821 – 2007**. São Luís: edições SECMA, 2007. ISBN 978-85-7275-003-5.

SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, jul./dez. 2007.

SENELART, Michel. **A crítica da razão governamental em Michel Foucault**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 1-14, out. 1995.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Projeto Pioneiro: modelo de ocupação ordenada das terras devolutas (1971-1974)**. Secretaria de Planejamento do Maranhão, São Luís - MA, 1972.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Principais informações sobre municípios maranhenses que integram a Amazônia Legal**. Secretaria de Planejamento do Maranhão, 1973.

SHIRASHI NETO, Joaquim. **Inventários de leis, decretos e regulamentos de terras no Maranhão (1850-1996)**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1998.

SILVA, Antonio Rafael da. **A colonização Agrícola de Buriticupu: a história contada por quem viveu** 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2015.

SILVA, Fábio Carlos; RAVENA, Nirvia (Orgs). **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira Cultural: A alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, Otávio Barros. **Breve História do Tocantins e de sua gente**. Uma luta secular. Brasília: Solo Editores, 1996.

SILVA, Sandro Duarte. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

SILVA, Sandro Duarte. **A natureza contra o progresso: mitos e narrativas do “destino bandeirante” na expansão desenvolvimentista**. Textos de História, v. 17, n. 1, 2009.

SILVA, Sandro Duarte. **O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília**. Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n. 23, p. 21-36, 2014.

SILVA, Sandro Dutra e; DRUMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (orgs). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 367-384.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (Org.). **História e Historiografia: perspectivas e abordagens**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. p. 151-162.

SIMONIAN, Ligia T. Lopes; ESTÉR, Roseli Baptista (orgs). **Formação Socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SIMONIAN, L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGERI, S. (org.). **Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas para a compreensão da realidade**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007.

SOARES, Fagno da Silva. **Escravos na Amazônia**. Geografando histórias de trabalhadores rurais do Maranhão no Pará. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOARES, Filipe M. **O governo Médici e o programa de integração nacional (norte e nordeste) – discursos e políticas governamentais (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOARES, Filipe M. **Amazônia da ditadura**. Uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente. Curitiba: Appris, 2021.

SOARES, Lúcio de Castro. **Apresentação**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 01, n. 1, jan. 1939.

SOARES, Lúcio de Castro. **Delimitação da Amazônia para Fins de Planejamento econômico**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 10, n. 2, abr./jun. 1948.

SOARES, Lúcio de Castro. **Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta Amazônica em território brasileiro**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano 15, n. 1, jan./mar. 1953.

SOARES, Lúcio de Castro. **Características Geográficas Gerais da Amazônia Brasileira.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Ano XVIII, n. 4, out./dez. 1956.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade:** A dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUZA, Candice Vidal e. **A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro.** Textos de História, v. 4, n. 2, 1996.

SOUZA, César Augusto Martins de. **A estrada invisível:** memórias da Transamazônica. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

SOUZA, José Herênio. **Retratos sem retoques.** Rio de Janeiro: Quatro Cores, 2003.

SOUZA, Jonathas Duarte oliveira de. **O empresariado e a ditadura militar (1964-1985) - aliança agrária na Amazônia** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SOUZA, Karina Borges D. Nery; DOS ANJOS, José Carlos G. **Modernização por expropriação:** a ditadura civil-militar no Vale do rio Pindaré-MA. Em Tempo de Histórias, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, n. 38, p. 70-87, jan./jun. 2021.

SOUZA, Karina Borges D. Nery; Eles **eram pobres, então os ricos é que estavam tomando da pobreza... aí eles prenderam a pobreza:** biopolítica, colonialidade e estado de exceção no oeste maranhense sob a ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022.

SPVEA. **1º Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959).** Belém, 1955.

SPVEA. **Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959).** Belém, 1955a.

SPVEA. **Política de Desenvolvimento da Amazônia (1954-1960).** Rio de Janeiro: Gráfico Livro, 1960. 2v.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971).** SUDAM, Belém, 1967.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Operação Amazônia:** Legislação Básica nº 2. Belém, 1968a.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Operação Amazônia.** Discursos. Belém, 1968ab.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974).** Belém, 1971.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. POLAMAZÔNIA. **Algumas considerações sobre os problemas sócio-econômicos enfrentados pelos migrantes na área do polo pré-amazônia maranhense.** Belém, 1975.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979).** Belém, 1976.

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. POLAMAZÔNIA: **Pré-Amazônia Maranhense.** Belém, 1976.

SUDEMA – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Novo zoneamento do Maranhão.** São Luís, 1970.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Projeto de povoamento do Maranhão:** plano agrícola. Recife: Sudene, 1962. 26 f.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **O programa de saúde no projeto de povoamento do Maranhão.** Recife: Sudene, 1963. p. 138-156.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Relatório de Atividades 1963.** Recife, 1963.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Relatório da visita ao Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM).** Recife: Sudene, 1965. 27 f.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM). **Projeto de Povoamento do Maranhão:** objetivos e realizações. São Luís: Sudene, 1966. 19 f.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963).** Divisão de Documentação, Recife, 1966a.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965)**. Divisão de Documentação, Recife, 1966b.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968)**. Divisão de Documentação, Recife, 1966c.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973)**. Divisão de Documentação, Recife, 1966d.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **A atuação da SUDENE no Maranhão 1972-1973**. mimeografado.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Relatório de Atividades 1965**. Recife, 1968.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Relatório de Atividades 1966**. Recife, 1968.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **A nova terra da promessa**. Sudene Informa. Recife, v. 9, n. 9-10, p. 12-13, set./out. 1971.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **O projeto de colonização do Alto Turi** (Maranhão). Recife, 1972.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE; UNITED KINGDOM. Overseas Development Administration. **Alto Turi settlement Project feasibility study**. London: [s.n.], 1971. 3 v.

SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**/ São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

TORRES, Maurício (org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília, CNPQ, 2005.

TREVISAN, Ricardo et al. **Transamazônica trans: cinco leituras possíveis**. Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 151-174, dez. 2021.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**. Uma proposta de desenvolvimento. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. **Cidades na floresta:** os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista IEB, nº 50, 2010 set./mar. p. 13-138.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. **Uma Floresta Urbanizada?** Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. **Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia.** Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015.  
TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti (Orgs.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

TROVÃO, José Ribamar. **“Ilha” latifundiária na Amazônia Maranhense.** Estudo da expansão da fronteira agrícola no Médio Vale do Pindaré: o caso de Santa Inês. São Luís, UFMA, PPPG, 1989.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís: IMESC, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros.** O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VAITSMAN, Maurício. **Ritmo vigoroso nas obras da rodovia norte-sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Agência Nacional, 25 set. 1958.

VALVERDE, Orlando. **Geografia econômica e social do Babaçu no Meio Norte.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia do Instituto Nacional de Geografia e Estatística, ano XIX, n. 4, out./dez. 1957.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina (org.) **A rodovia Belém-Brasília** - estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: Editora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás:** planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Brasília, DF: UNB; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 198 p.

VARGA, Istvan Van Deursen. **Pelas fronteiras e trincheiras do indigenismo e do sanitarismo** – a atenção às DSTs em comunidades indígenas no contexto das políticas e práticas indigenistas e de saúde, na pré-Amazônia. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, 2002.

VARGA, Istvan Van Deursen. **A insustentável leveza do estado**: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. Revista Acta, v. 38, n. 1, 2008.

VARGA, Istvan Van Deursen. **A cabeça branca da hidra, e seus pântanos**: subsídios para novas pesquisas sobre comunidades indígenas, quilombolas e camponesas na Amazônia maranhense. rev. hist., São Paulo, n. 178, a07217, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.138543>. Acesso em: 9 nov. 2021.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. (edição on-line)

VELHO, Otávio Guilherme. **Revisitando as frentes de expansão**. Rio de Janeiro/ São Luís: Casa 8, 2016. (Coleção Aulas Inaugurais, n.1).

VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Denys. **Produção na Amazônia Florestal**: características, desafios e oportunidades. Parcerias Estratégicas, v. 19, n. 38, p. 13-44, 2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, José Matos. **Lutas, fracassos e vitórias**: Memórias. Imperatriz: Ética, 2008.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes**: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2001.

VIZENTINI, Paulo G. **Do Nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília Neves (orgs.). O Brasil Republicano – o

tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha em Amazônia:** expansão e decadência (1859-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste** – a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.